

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGG)**

GABRIEL PEDRO ALVES LOPES

**A VÁRZEA DO PLANEJAMENTO:**

A territorialização das ações estatais e as transformações no “Vale da Suruaca”(ES) no período de modernização do Espírito Santo (1960-1990)

VITÓRIA

2022

GABRIEL PEDRO ALVES LOPES

**A VÁRZEA DO PLANEJAMENTO:**

A territorialização das ações estatais e as transformações no “Vale da Suruaca”(ES) no período de modernização do Espírito Santo (1960-1990)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFES (PPGG-UFES), como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia, na linha de pesquisa “Estudos Urbanos e Regionais”.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Arruda Boechat

VITÓRIA

2022

GABRIEL PEDRO ALVES LOPES

**A VÁRZEA DO PLANEJAMENTO:**

A territorialização das ações estatais e as transformações no “Vale da Suruaca”(ES) no período de modernização do Espírito Santo (1960-1990)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, na linha de pesquisa “Estudos Urbanos e Regionais”.

Aprovada em 24 de fevereiro de 2022.

Comissão Examinadora:

**Prof. Dr. Cássio Arruda Boechat**

Orientador e Presidente da Comissão

**Profa. Dra. Ana Carolina Gonçalves Leite**

**(PPGG/UFES)**

Examinadora Interna

**Prof. Dr. Erick Gabriel Jones Kluck**

**(PPGH/ USP)**

Examinador Externo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO  
SANTO

### PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
CASSIO ARRUDA BOECHAT - SIAPE 2368711  
Departamento de Geografia - DG/CCHN  
Em 04/03/2022 às 10:11

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/370483?tipoArquivo=O>



Documento assinado digitalmente  
ERICK GABRIEL JONES KLUCK  
Data: 05/03/2022 19:14:59-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>



Documento assinado digitalmente  
ANA CAROLINA GONCALVES LEITE  
Data: 07/03/2022 08:05:33-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

L864v      Lopes, Gabriel Pedro Alves, 1996-  
A várzea do planejamento : a territorialização das ações estatais e as transformações no “Vale da Suruaca”(ES) no período de modernização do Espírito Santo (1960-1990) / Gabriel Pedro Alves Lopes. - 2022.  
200 f. : il.

Orientador: Cássio Arruda Boechat.  
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Planejamento regional. 2. Espírito Santo. 3. Capital. 4. Crise. 5. geografia econômica. I. Boechat, Cássio Arruda. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91

---

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à minha mãe, Dulce, que mesmo nos inúmeros momentos de dificuldade, que não foram poucos, sempre esteve presente me dando o apoio e o incentivo necessários para realizar minha caminhada.

À minha irmã, Michelly, pelas inúmeras conversas, apoio, conselhos e por sua imensurável contribuição na minha trajetória, sempre me dando as direções certas para uma melhor vivência e permanência nos espaços acadêmicos.

À Viviane, por sua amizade, amor, carinho e parceria. Desde que nos conhecemos há mais de 7 anos no curso de geografia da UFES, sempre esteve comigo nos momentos bons e ruins me dando conselhos, me incentivando e me apoiando nas diferentes esferas cotidianas. Agradeço a ela por ser a melhor companhia e amiga desse intenso período de realização desta pesquisa, sempre lendo e debatendo comigo os melhores caminhos para a trajetória dos nossos textos. Agradeço também por ter paciência e compreensão nesse momento que ambos estivemos mentalmente saturados e no limite.

À Prof.<sup>a</sup> Carol Leite, que em seu período na UFES foi a primeira e mais importante professora a apresentar os debates e leituras críticas da sociedade, tendo transformado em seu curto período conosco a visão de qual Geografia eu viria a querer fazer com minhas pesquisas. Teve papel central e marcante nas minhas mudanças de rumo e de perspectivas enquanto pesquisador que me levaram ao caminho desta pesquisa. Agradeço também pelas diversas contribuições na qualificação.

Ao meu orientador, Cássio Boechat, que com sua enorme paciência e compreensão exerceu, antes mesmo do início da pesquisa (nas disciplinas, grupos de estudos e pesquisa), de maneira extraordinária aquilo e muito mais que um orientador tem a possibilitar a um pesquisador, tanto no nível das conversas, leituras, sugestões, debates e questões que sempre me motivaram a estudar e a questionar mais e mais, mas também, nos momentos de crises das mais inúmeras ordens, tais como a pandemia, psicológicas e, principalmente, pessoais, tanto minhas quanto dele, sempre me tranquilizando e me motivando a fazer uma boa dissertação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado que possibilitou minha dedicação exclusiva a esta pesquisa.

## RESUMO

Nesta pesquisa abordamos o processo de modernização do chamado “Vale da Suruaca/ES”, reproduzido pela territorialização das ações estatais que moveram a extensão e a própria territorialização da relação-capital particularmente na segunda metade do século XX. A Suruaca, situada no norte do Espírito Santo, foi uma das últimas fronteiras da territorialização do capital no Sudeste do país na década de 1960. Nesse sentido, debatemos os pressupostos formativos da área, observando o desenrolar da passagem do escravismo para o trabalho livre nessa porção do estado, passando pela discussão acerca da territorialização dos quilombolas e indígenas e as disputas e apropriações das terras e águas na Suruaca, ao mesmo tempo em que observamos suas relações com o poder local. Verificamos que todo esse processo de imposição das relações e autonomização das categorias do capital teve, contudo, uma violenta história de imposição. Por isso, nos voltamos também a entender o processo de imposição das categorias do capital, do próprio Estado e do planejamento. De modo que discutimos como estes se desenrolaram no Espírito Santo a partir da imposição de um “modelo estatal de modernização” encabeçado nessa particularidade por Jones dos Santos Neves. Debatemos também como a modernização nacional foi desdobrada no contexto estadual e local. Através da análise das iniciativas do DNOS e dos planos de ações como o “Anteprojeto de Recuperação dos Vales Úmidos”, o PROVALES e o PROVÁRZEAS, compreendemos como a realidade da Suruaca seria bruscamente alterada pelas ações de planejamento regional das várzeas que transformariam áreas úmidas de uso comum em terras destinadas à produção de mercadorias agropecuárias e passíveis de serem comercializadas. Essas intervenções estatais permitiram a implantação, a expansão e o fomento da agroindústria e de uma agropecuária altamente tecnificada, além de uma livre mobilidade dos trabalhadores e a venda de terras rurais para latifundiários da rizicultura, da pecuária e, posteriormente, também para o loteamento para a transformação dessas áreas em solo urbano. Houve, portanto, a manipulação das águas para a apropriação e “valorização” de terras. Assim, mesmo que o objetivo discursivo dessas ações tenham sido estender a área agrícola do estado, a partir da produção de arroz, vimos que o que sobrou na Suruaca foi uma grande plantação de “boi” em terras condenadas por ações de “racionalização”, que foram transformadas através de obras de drenagem e sistematização dos solos das várzeas e áreas úmidas, resultando em contaminação e desertificação. Todos esses processos foram mediados pela entrada de *capital fictício*, de maneira que a reprodução dos capitais ali empregados somente ocorreram pela entrada do fundo público, advindo dos créditos estatais, incluindo o subsídio das obras infraestruturais, a produção e a própria comercialização. Por conseguinte, compreendemos que a territorialização das ações estatais na Suruaca geraram uma intensa transformação das condições socioambientais das várzeas e áreas úmidas, produzindo e deixando como legado uma “natureza em ruínas”, conjuntamente com uma série de processos expropriatórios e de espoliação dos elementos necessários aos meios de produção e subsistência para as populações locais, levando em direção a um intenso processo de *mobilização ao trabalho*. Esses processos levaram a supressão e eliminação da possibilidade de reprodução de populações que tinham na relação com as águas e terras grande parte dos seus meios de subsistência. Sendo assim, concluímos que a várzea do planejamento se constituiu num contexto de crise da reprodução social do capital, a partir de um intenso e violento processo de imposição da *modernização retardatária* e, ao mesmo tempo, é a territorialização das ações estatais em si a própria criadora de novas e intensas crises de diferentes escalas e esferas do ponto de vista da reprodução e acumulação de capital, mas também da reprodução das populações e dos problemas ecológicos resultantes da capacidade destrutiva do *sistema produtor de mercadorias*.

Palavras-chave: Suruaca. Territorialização do capital. DNOS. PROVÁRZEAS. Mobilização do trabalho. Capital fictício. Crise.

## ABSTRACT

*In this research, we approach the process of modernization of the so-called “Vale da Suruaca/ES”, reproduced by the territorialization of state actions that moved the extension and the territorialization of the capital-relationship, particularly in the second half of the 20th century. Suruaca, located in the north of Espírito Santo, was one of the last frontiers of the territorialization of capital in the Southeast of the country in the 1960s. In this sense, we discussed the formative presuppositions of the area, observing the development of the passage from slavery to free labor in this portion of the state, passing through the discussion about the territorialization of quilombolas and indigenous people and the disputes and appropriation of land and water in Suruaca, at the same time time in which we observe their relations with local power. We verified that this whole process of imposition of relations and autonomization of the categories of capital had, however, a violent history of imposition. Therefore, we also return to understand the process of imposing the categories of capital, the State itself and planning. So, we discuss how these unfolded in Espírito Santo from the imposition of a “state model of modernization” headed in this particularity by Jones dos Santos Neves. We also discussed how national modernization unfolded in the state and local context. Through the analysis of DNOS initiatives and action plans such as the “Anteprojetado de Recuperação dos Vales Úmidos”, PROVALES and PROVÁRZEAS, we understand how the reality of Suruaca would be abruptly changed by the actions of regional planning of the floodplains that would transform wetlands of common use on land intended for the production of agricultural and livestock goods that can be traded. These state interventions allowed the implementation, expansion and promotion of agro-industry and highly technified agriculture, in addition to the free mobility of workers and the sale of rural lands to landowners of rice cultivation and, later, also to subdivision for the transformation of these areas into urban land. There was, therefore, the manipulation of water for the appropriation and “valorization” of lands. Thus, even though the discursive objective of these actions was to extend the agricultural area of the state, starting from the production of rice, we saw that what was left in Suruaca was a large plantation of “ox” in lands condemned by actions of “rationalization”, that were transformed through drainage works and systematization of the soils of the floodplains and wetlands, resulting in contamination and desertification. All these processes were mediated by the inflow of fictitious capital, so that the reproduction of capital employed there only occurred through the inflow of public funds, arising from state credits, including the subsidy of infrastructural works, production and commercialization. Therefore, we understand that the territorialization of state actions in Suruaca generated an intense transformation of the socio-environmental conditions of the floodplains and wetlands, producing and leaving as a legacy a “nature in ruins”, together with a series of expropriation and spoliation processes of the necessary elements to the means of production and subsistence for local populations, leading towards an intense process of labor mobilization. These processes led to the suppression and elimination of the possibility of reproduction of populations that had a large part of their means of subsistence in relation to water and land. Thus, we conclude that the floodplain of planning was constituted in a context of crisis of the social reproduction of capital, from an intense and violent process of imposition of delayed modernization and, at the same time, it is the territorialization of state actions itself that is itself creator of new and intense crises of different scales and spheres from the point of view of reproduction and capital accumulation, but also of reproduction of populations and ecological problems resulting from the destructive capacity of the commodity production system.*

**Keywords:** Suruaca. Territorialization of capital. DNOS. PROVÁRZEAS. Labor mobilization. Fictitious capital. Crisis.

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do “Vale da Suruaca”/ES .....	40
Mapa 2 - depósitos sedimentares da planície deltaica quaternária do rio Doce .....	41
Mapa 3 - Comunidades e localidades da Suruaca/ES.....	67
Mapa 4 - Elementos vegetacionais, hidrográficos e os canais de drenagem construídos pelo DNOS e pela Petrobrás no Vale da Suruaca entre 1960-1990 .....	144

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Recorte da carta da província do Espírito Santo de 1868, aproximando a área de estudo.....	38
Figura 2 - Localização dos sítios arqueológicos no “Vale da Suruaca” .....	43
Figura 3 - Capa do Jornal “A Gazeta” do dia após a enchente de 1979 que devastaria Colatina e Linhares .....	148
Figura 4 - Dinâmica espaço-temporal da transformação da paisagem na Suruaca (ES), com foco nas proximidades da Lagoa Suruaca em imagens de 1955, 1969 e 2021.....	182
Figura 5 - Imagem de uma das áreas desertificadas pelas ações de saneamento das várzeas na Suruaca/ES.....	183
Figura 6 - Mapa de Localização do campos de exploração de petróleo na Suruaca, com detalhe para a porção da Lagoa Suruaca .....	184

## LISTA DE FOTOS

Foto 1 - <i>Mound</i> localizado no Vale da Suruaca.....	42
Foto 2 - Embarque de madeira na foz do Rio Doce .....	57
Foto 3 - Exemplo de máquina sistematizando uma várzea no norte do Espírito Santo para o plantio de arroz pelo PROVÁRZEAS .....	170
Foto 4 - Galpão construído e produção de arroz realizada pelo uso de detentos como trabalhadores na iniciativa do PROVÁRZEAS nas prisões agrícolas em 1985.....	172
Foto 5 - Exemplo de área sistematizada no norte do Espírito Santo pelo PROVALES E PROVÁRZEAS para o plantio de arroz na década de 1980. ....	175

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Aldeamentos Indígenas realizados por missionários e autoridades desde o século XVII no norte do Espírito Santo.....	60
Quadro 2 - Constituição do Sistema rodoviário na Suruaca a partir da década de 1960.....	71
Quadro 3 - Modalidades e ações infraestruturais realizadas pelo PROVALES.....	165
Quadro 4 - Modalidades e ações realizadas pelo PROVÁRZEAS por fase do plano.....	171

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População do estado do Espírito Santo e suas diferentes porções nos anos 1940, 1950, 1960, 1970 1980 e 1991. ....	117
Tabela 2 - Obras e custos estimados previsto no Anteprojeto de recuperação para o “Vale da Suruaca”.....	156
Tabela 3 - População residente e porcentagem de habitantes no estado do Espírito Santo comparando a RMGV e as demais porções do estado.....	167
Tabela 4 - Área em Hectares por utilização de terras nos municípios de Linhares e São Mateus e no estado do Espírito Santo entre os anos 1960-1985 .....	174
Tabela 5 - Quantidade produzida de arroz em toneladas no estado do Espírito Santo.....	177

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

**BANDES** - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo  
**BANESTES** - Banco do Estado do Espírito Santo  
**BNDE** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico  
**BB** - Banco do Brasil  
**BC** - Banco Central do Brasil  
**BNH** - Banco Nacional de Habitação  
**CASES** - Companhia de Armazéns e Silos do Espírito Santo  
**CEASA/ES** - Centrais de Abastecimento do Espírito Santo  
**CEPAL** - Comissão Econômica para a América Latina  
**CEPA/ES** - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola  
**CERMAG** - Companhia de Engenharia Rural e Mecanização Agrícola  
**CIVIT** - Centro Industrial de Vitória  
**CLT** - Consolidação das Leis do Trabalho  
**CODES** - Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo  
**CODEVALE** - Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha  
**CODEVASF** - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco  
**COFAI** - Companhia de Fomento Agro-industrial  
**COFAVI** - Companhia Ferro e Aço de Vitória  
**COHABS** - Companhias Estaduais de Habitação  
**COMLESTE** - Comissão de Desenvolvimento do Leste  
**CMBEU** - Comissão Mista Brasil-Estados Unidos  
**CMN** - Conselho Monetário Nacional  
**CNA** - Companhia Nacional de Álcalis  
**CSN** - Companhia Siderúrgica Nacional  
**CST** - Companhia Siderúrgica Tubarão  
**CVRD** - Companhia Vale do Rio Doce  
**CVSF** - Comissão do Vale do São Francisco  
**DASP** - Departamento Administrativo do Serviço Público  
**DFOS** - Distrito Federal de Obras de Saneamento  
**DNOS** - Departamento Nacional de Obras de Saneamento  
**DNOCS** - Departamento Nacional de Obras contra a Seca  
**DRS** - Diretoria Regional de Saneamento  
**DSP** - Departamento do Serviço Público  
**DTC** - Departamento de Terras e Colonização  
**EMATER/ES** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Espírito Santo  
**EMCAPA** - Empresa Capixaba de Pesquisas Agropecuárias  
**ESCELSA** - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A  
**FGTS** - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
**FINDES** - Federação das Indústrias do Espírito Santo  
**FINOR** - Fundo de Investimentos do Nordeste  
**FRISA** - Frigorífico Rio Doce S/A  
**FUNDAP** - Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias  
**FUNDEC** - Fundo de Diversificação Econômica da Cafeicultura  
**FUNRES** - Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo  
**GERCA** - Grupo Executivo para Recuperação Econômica da Cafeicultura  
**GERES** - Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Espírito Santo  
**KfW** - *Kreditanstalt Für Wiederaufbau*  
**IAA** - Instituto do Açúcar e do Alcool

**IBC** - Instituto Brasileiro do Café  
**IBES** - Instituto de Bem Estar Social  
**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
**IFOCS** - Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas  
**IHGB** - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro  
**INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
**ONU** - Organização das Nações Unidas  
**PND** - Plano Nacional de Desenvolvimento  
**PROÁLCOOL** - Programa Nacional do Alcool  
**PROCACAU** - Programa para Recuperação da Lavoura Cacaueira  
**PROVALES** - Programa de recuperação dos grandes vales úmidos do Espírito Santo  
**PROVÁRZEAS** - Programa Nacional para Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis  
**PROVÁRZEAS/ES** - Projeto de Aproveitamento das Várzeas Irrigáveis do Espírito Santo  
**PSD** - Partido Social Democrático  
**PTB** - Partido Trabalhista Brasileiro  
**RMGV** - Região Metropolitana da Grande Vitória  
**RPA** - *Regional Planning Association of America*  
**SEAG** - Secretaria de Agricultura do Espírito Santo  
**SEPL** - Secretaria de Estado do Planejamento do Espírito Santo  
**SFH** - Sistema Financeiro da Habitação  
**SNCR** - Sistema Nacional de Crédito Rural  
**SUDECO** - Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste  
**SUDESUL** - Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul  
**SUDENE** - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
**SUPPIN** - Superintendência de Polarização de Projetos Industriais  
**TVA** - Autarquia do Vale do Tennessee  
**UFES** - Universidade Federal do Espírito Santo  
**USP** - Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 - CORONELISMO E REGIÃO.....	18
1.1 Breves Apontamentos sobre Região e Coronelismo.....	19
1.2 Do Momento Regional ao Nacional .....	29
CAPÍTULO 2 - O “VALE DA SURUACA”(ES).....	37
2.1 Breve Caracterização da Suruaca/ES.....	37
2.2 Formação e Territorialização das Relações Sociais na Suruaca/ES .....	43
2.2.1 Guerra dos bárbaros e extermínio indígena no norte do Espírito Santo.....	44
2.2.2 Territorialização dos quilombolas e as relações com o poder local no norte do Espírito Santo .....	47
2.2.3 Cafeicultura, extração madeireira e pecuária como promotores da territorialização.....	53
2.2.4 Suruaca/ES como fronteira da territorialização do capital.....	57
CAPÍTULO 3 - MODERNIZAÇÃO RETARDATÁRIA E CONSTITUIÇÃO DO PLANEJAMENTO REGIONAL NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO .....	74
3.1 Como o planejamento regional se torna o “Modelo Estatal de Modernização” .....	75
3.2 Como se constitui o planejamento e se desdobra a Modernização Retardatária no Espírito Santo.....	86
3.2.1 Trajetória de uma personificação do coronelismo que promoveu a modernização e constituiu o planejamento no Espírito Santo.....	87
3.2.2 Como a modernização nacional é desdobrada na particularidade do Espírito Santo .....	100
CAPÍTULO 4 - TERRITORIALIZAÇÃO DAS AÇÕES ESTATAIS NO “VALE DA SURUACA”(ES).....	130
4.1 O papel do DNOS nas intervenções estatais no “Vale Da Suruaca” .....	133
4.1.1 Breve debate sobre os significados das intervenções estatais do DNOS .....	134
4.1.2 O DNOS no Espírito Santo e suas ações no “Vale da Suruaca” .....	140
4.2 Anteprojeto de recuperação das várzeas do “Vale da Suruaca” .....	150
4.3 PROVALES .....	162
4.4 PROVÁRZEAS .....	166
4.5 “Natureza em ruínas?”: O significado socioambiental das ações na Suruaca .....	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	187
REFERÊNCIAS .....	194

## APRESENTAÇÃO

Inicialmente, nesta dissertação, faremos um percurso de discussão sobre as questões que instigaram a problemática de retomar criticamente o planejamento a partir da análise de uma realidade particular, e como esta se desdobrou em forma de pesquisa. Isto se mostrou de grande relevância por demonstrar algumas das motivações e dos movimentos que a própria pesquisa nos levou para tratarmos das relações entre o coronelismo e região, planejamento estatal e a modernização. Da mesma forma, o norte do Espírito Santo nos apareceu como recorte espacial de análise, mais detidamente a área de ação chamada “Vale da Suruaca” que foi *locus*, entre os anos de 1966 a 1990, dos projetos de “recuperação” de vales, brejos, rios e lagos, que transformaram locais até então impróprios para o plantio, por terem alta incidência hídrica, em propícios à produção de mercadorias agrícolas.

A aproximação aos questionamentos ligados à modernização e ao planejamento estatal no norte do Espírito Santo, ironicamente, tiveram como porta de entrada um estágio no extinto Ministério do Planejamento<sup>1</sup>, realizado durante a graduação, o que permitiu algumas conversas com servidores, alguns ex-funcionários do antigo DNOS, além de trabalhos técnicos em atividades ligadas à delimitação de terras devolutas. Em algumas dessas conversas para a delimitação dessas áreas na bacia do rio Doce, percebeu-se como aqueles territórios foram transformados por projetos de modernização a partir da década de 1960.

De início, foram os aspectos do “visível”, tais como as alterações paisagísticas feitas no período em contraposição ao que hoje se observa, que moveram os primeiros questionamentos, principalmente por conta das drenagens de inúmeras e grandes lagoas. Todavia, ao analisar que os próprios ex-servidores do DNOS demonstravam como o processo de intervenção foi intenso e destrutivo, questões que iam ao encontro - mas também ultrapassavam - o aspecto aparente das ações estatais, fizeram com que eu formulasse algumas perguntas iniciais sobre a pesquisa atual, tais como : O que motivou a necessidade de transformação desses espaços? O porquê da realização dessas ações por parte do Estado? Por que o Estado agiu assim? Como os espaços eram utilizados e quem os utilizava? E depois? Quais as transformações nas configurações territoriais? O que estava em disputa e o que motivou a necessidade do planejamento?

---

<sup>1</sup> Atualmente, em 2021, faz parte do Ministério da Economia.

Nesse sentido, discutimos as transformações realizadas pela territorialização das ações estatais<sup>2</sup> no “Vale da Suruaca”, norte do Espírito Santo, no período de modernização do estado do Espírito Santo, especificamente das décadas de 1960-80, ao mesmo tempo em que fizemos um retorno ao processo histórico que conformou os pressupostos que mobilizaram e deram sentido a tais ações. Assim, buscamos analisar como foram pensadas, executadas e desdobradas as ações direcionadas ao “Vale da Suruaca”, principalmente a partir dos planos de “recuperação” e “aproveitamento” das várzeas, e das ações executadas pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS). E, do mesmo modo, como essas ações se encaixam no bojo do processo de modernização no qual elas estão inseridas.

Por isso, demos foco na análise das ações realizadas pelo DNOS e dos planos desdobrados consequentes às iniciativas de planejamento das várzeas. Planos de ações que tinham como objetivo a “recuperação” dos grandes vales úmidos e várzeas do Espírito Santo, incluído aí a Suruaca, com o objetivo de aumentar as áreas agricultáveis e melhorar a produtividade da agricultura praticada no estado do Espírito Santo, expandindo a produção de alimentos e assim atender a urbanização acelerada que estava em movimento e a demanda de matérias-primas para as novas indústrias criadas a partir dos “Grandes Projetos”.

Contudo, também buscamos discutir e criticar o caráter da imposição forçada e obscura que tal processo de modernização assume, de modo a olharmos para as particularidades das relações destes processos no Brasil e, de maneira mais detida, as suas especificidades no Espírito Santo, a partir do exame das transformações ocorridas pela territorialização das ações estatais no norte do estado, onde se constituiu, durante as décadas de 1970 e 1980, a Várzea do planejamento.

Para tanto, aprofundaremos aspectos da própria formação do Estado, este como sendo uma forma de ser do capital (KLUCK, 2017) que, mesmo não se apresentando assim, se mostra como uma instância autonomizada perante a ele, o que se observa na subsequente constituição do planejamento como forma de contraposição ao anterior padrão de territorialidade de reprodução do capital (HEIDEMANN et al., 2014) com a ideia de uma “integração nacional” pela “abertura” das regiões (OLIVEIRA, 2008). Esse retorno ao processo histórico prévio à ocorrência dessas ações na realidade particular estudada será o ponto de partida, essencial para a compreensão do objeto e o contexto desses processos.

---

<sup>2</sup> Essa proposição é baseada pelo entendimento de Erick Kluck (2017), dizendo que abarcam “[...] tanto o planejamento, quanto as ações relativas referentes ao trabalho, terra e, ainda, a disposição dos subsídios, incentivos e benefícios, em dinheiro ou crédito, fortemente amparados pelo Estado mediando as transformações de ordem infraestrutural, mais voltados, mas não só, a determinados territórios, em geral, povoados rurais.” (KLUCK, 2017, p. 17, nota 5)

Nesse sentido, é importante ressaltar que não ficamos detidos apenas aos processos reclusos ao recorte temporal e espacial específico, nem aos processos locais e puramente aparentes que essas intervenções estão relacionadas.

Fomos também em busca de discutir diferentes níveis empíricos e abstratos necessários para a compreensão de processos ligados a escalas mais amplas da totalidade do *sistema mundial produtor de mercadorias* (KURZ, 1999), ao mesmo tempo que fizemos os olhares da nossa pesquisa buscassem os componentes da *fórmula trinitária* (terra-trabalho-capital) de Marx (2017). Para isso, recorremos ao conceito de *autonomização* das categorias do capital, de modo que nos remetemos a ele de diferentes formas ao longo do texto.

Por conseguinte, este trabalho foi feito a partir de: i) Revisão bibliográfica: na qual fizemos leituras críticas sobre os diversos temas que perpassam o planejamento regional, o conceito de região, a mobilidade do trabalho, territorialização do capital, coronelismo entre outros. Ademais, realizamos estudos sobre as particularidades do recorte de pesquisa; ii) Análise dos planos de ações para o “Vale da Suruaca” e as demais várzeas do estado, sendo principalmente o “Anteprojeto para recuperação dos vales da Suruaca e Riacho”, de 1978, elaborado pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola-CEPA/ES, o “Programa de Aproveitamento dos Vales Úmidos do Espírito Santo”, PROVALES, do ano de 1980, produzido pela então chamada Empresa de Assistência Técnica Rural do Espírito Santo - EMATER/ES, atual INCAPER, ambos pelo governo estadual, e por último o “Programa para aproveitamento racional de várzeas irrigáveis do estado do Espírito Santo”, PROVÁRZEAS, de 1981, programa federal de fomento ao cultivo de culturas irrigadas nas várzeas; e iii) levantamento de dados e realização de entrevistas.

A área chamada de “Vale da Suruaca” é conformada desde o norte da foz do rio Doce, limitado a sul pelo delta do mesmo rio, no município de Linhares, passando por longa extensão pelo município de Jaguaré e São Mateus, tendo como seu limite a norte o exutório do rio São Mateus, no município de Conceição da Barra, estendendo-se, ainda, de leste a oeste, da linha de costa até a rodovia BR-101, tendo como área total cerca de 267.000 hectares (MENDES E CALIMAN, 1978) sendo uma vasta planície costeira.

Ela é uma área de várzea entre os rios Doce, Barra Seca, Mariricu e São Mateus, composta por inúmeros lagos, amplos brejos, vastas restingas e inúmeros terraços marinhos, sendo reconhecida até a ocorrência das intervenções por nós estudadas, pela sua riqueza hídrica e por ser um dos maiores complexos lagunares do país. Esta área é constituída principalmente pelas comunidades de Povoação e Degredo, mais próximas à foz do rio Doce, e de Urussuquara localizada nas proximidades da foz do rio São Mateus, advindo da chegada

de algumas famílias que viviam de pesca artesanal, caça, pecuária de subsistência e plantio de mandioca, desde o século XIX.

O “Vale da Suruaca” foi um recorte espacial particular criado no período de modernização do Espírito Santo, a partir da década de 1960, período em que o planejamento foi para as várzeas, sendo em muitas oportunidades objeto dos direcionamentos das políticas regionais, principalmente com objetivo do avanço da fronteira agrícola no norte do estado para expansão da produção de alimentos e matérias-primas agrícolas. Deste modo, foi foco prioritário, juntamente com o “Vale do Riacho”, das intervenções estatais para a modernização da agricultura e da instalação dos denominados “grandes projetos” e de “diversificação” da agricultura, a partir de obras de infraestrutura via Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) e, principalmente, pelos programas de fomento, subsídios e incentivos financeiros das décadas de 1970-80.

No que tange ao processo de pesquisa, verificamos que são poucas e esparsas as discussões e produções relacionadas tanto às intervenções do DNOS no Espírito Santo, como aquelas dos programas de ações nos chamados “vales úmidos” e várzeas do estado. Em relação ao primeiro, a ampla dificuldade de encontrar dados parece ser um dos fundamentos, já que grande parte das informações estranhamente foi perdida após a extinção do órgão em 1990<sup>3</sup>. Já no que diz respeito ao “Anteprojeto de recuperação dos Vales do Suruaca e Riacho”, PROVALES e PROVÁRZEAS, não se sabem as motivações, já que há relativa facilidade de acesso aos acervos documentais nas instituições como, por exemplo, os acervos do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e Arquivo Público do estado do Espírito Santo.

Do mesmo modo, importantes questões apareceram no processo de pesquisa e na própria dificuldade advinda da quase “fantasmagórica” presença de apontamentos ou mesmo indicações sobre quem trabalhava nos plantios e colheitas, ou seja, dos sujeitos que eram mobilizados a trabalhar no “Vale da Suruaca”. Afinal, quem foram mobilizados a trabalhar na produção dessas mercadorias agropecuárias e de onde e como elas eram mobilizadas? Essas questões surgidas no desenrolar do andamento da pesquisa se mostraram centrais para compreensão do processo estudado e a busca por suas respostas terão papel fundamental no restante de seu desenvolvimento.

---

<sup>3</sup> Após a extinção do DNOS, em 1990, pelo governo Collor, toda a documentação da sede do órgão em Vitória/ES foi deslocada para um galpão no Rio de Janeiro, o mesmo pegou fogo pouco tempo depois perdendo grande parte da sua documentação (REBELLO, 2012).

Para executarmos esse trabalho, a estrutura da dissertação foi composta de quatro capítulos e das considerações finais.

No primeiro capítulo, denominado *Coronelismo e Região*, a partir de um debate composto por referencial crítico, fazemos um movimento teórico sobre o processo de modernização, observando a passagem do momento regional ao nacional. Debates a formação do Estado brasileiro, marcado por uma *falta de aparência de autonomia* (LEITE, 2014), em que o poder da violência estava nas mãos das oligarquias regionais e eram marcados por relações patriarcais que estabeleciam vínculos pessoais. Assim, entramos nos percalços do debate teórico sobre o coronelismo (LEAL, 1997; LEITE, 2014; HEIDEMANN, 2014) e da “região” (OLIVEIRA, 2008), que foram os processos contraditórios responsáveis pela imposição das relações de produção particulares até o momento da crise desse padrão de acumulação regional a partir da centralização do poder estatal.

Na sequência, no segundo capítulo *O “Vale da Suruaca/ES”*, fomos ao encontro do debate sobre as personificações fusionadas que tiveram uma forma especial de aparecer nesse período e suas transformações na especificidade da modernização do Espírito Santo (ZORZAL E SILVA, 1986). Neste capítulo partimos de uma apresentação do *contexto territorial* desta área definida pelas políticas de planejamento regional como “Vale da Suruaca”, buscando identificar quem morava nessas áreas, o que essas pessoas faziam para subsistir, quem acessou e como foi o acesso às terras, o que era produzido e para onde, pensando também nos processos antecedentes que vão gerar esse planejamento e os conflitos subjacentes para abrir essa “região”. Assim, diagnosticamos como se conformou e caracterizou esta área que seria um dos locais do planejamento no norte do Espírito Santo.

No terceiro capítulo, *Modernização retardatária e constituição do planejamento regional no Brasil e no Espírito Santo*, já observamos um Estado Nacional que, a partir de 1930, como desdobramento dos mecanismos de centralização (SOUZA, 1976), em um longo processo, vai se *autonomizando* das oligarquias regionais, a partir do planejamento regional, que surge como um contraponto ao coronelismo, impondo a *modernização retardatária* (KURZ, 1999), que visava colocar o Brasil nos patamares de produtividade dos países centrais do capitalismo. Esta passagem para uma escala nacional vão ser mobilizados neste capítulo, juntamente com aparecimento do planejamento regional causado pela inflexão do desdobramento do Estado nacional centralizado que começa a promover as intervenções estatais com objetivo de realizar a *modernização retardatária* brasileira (KURZ, 1999) a partir do planejamento regional visando a “integração nacional” (OLIVEIRA, 2008), na constituição de um novo padrão de acumulação (OLIVEIRA & MAZZUCHELLI, 1977).

Na sequência do capítulo fizemos um movimento para demonstrar como e onde surge e, em seguida, como se desdobra o *planejamento regional*, buscando entender os principais significados e impactos de seu surgimento e propagação pelo mundo no Pós-II Guerra. A apropriação por parte do Estado brasileiro e, principalmente, na particularidade do estado do Espírito Santo, do planejamento para o desdobramento da modernização retardatária foi um dos caminhos que tentamos compreender. Aqui debatemos a formação de um certo planejamento estatal na particularidade do estado do Espírito Santo na década de 1950, que promoveu os chamados “grandes projetos de impacto” e os planos de ações estudados por nós nas décadas seguintes, buscando intervir nas diferentes “regiões” do estado na busca de uma “integração” do estado à economia nacional.

No quarto e último capítulo analisamos a territorialização das ações estatais no denominado “Vale da Suruaca”/ES, uma das áreas que foram escolhidas como a *região do planejamento* (OLIVEIRA, 2008) neste estado. Discutimos como as obras de infraestrutura, os incentivos fiscais e as expropriações moveram a expansão das agroindústrias e de uma agropecuária altamente tecnificada no norte do Espírito Santo realizados pelas ações do DNOS e pelos planos de ações estatais a partir de 1978, quando será criada a primeira política estatal direcionada a promover as transformações necessárias para o aproveitamento das terras para uso da agropecuária, congregadas no “Anteprojeto de Recuperação dos Vales Suruaca e Riacho”, no seu desdobramento, nos anos 1980, no “Programa de recuperação dos grandes vales úmidos do Espírito Santo”, o PROVALES, e no programa federal de fomento ao cultivo de culturas irrigadas nas várzeas “Programa para aproveitamento racional de várzeas irrigáveis do estado do Espírito Santo”, o PROVÁRZEAS, de 1981. Por fim, discutimos os impactos destes processos de modernização na Suruaca, analisando as transformações territoriais resultantes da “manipulação” da paisagem e das populações por parte dessas ações que visaram possibilitar a produção agropecuária nas várzeas e “vales úmidos”, onde apontamos o “caráter destrutivo” dessas iniciativas que geraram uma “natureza em ruínas” e uma série de problemas sociais derivados.

Esta dissertação foi construída em um contexto pandêmico da Covid-19, o que levou a uma série de desvios no próprio decorrer dos estudos, principalmente por não ser possível a realização de atividades de pesquisa de campo, algo evidenciado como prejudicial para a sua realização. Fizemos apenas conversas e entrevistas por telefone, que se mostraram bastante precárias. Desse modo nos limitamos, em grande medida, à revisão bibliográfica, pesquisas documentais e de dados secundários para execução deste trabalho.

## **CAPÍTULO 1 - CORONELISMO E REGIÃO**

Neste capítulo, faremos a exposição do debate dos processos econômico-políticos que pressupõem a ocorrência do que vai ser chamado de planejamento regional no Brasil e dos seus desdobramentos no caminho de uma modernização retardatária brasileira como carro chefe das políticas do Estado brasileiro. Os debates irão ao encontro das particularidades da modernização brasileira, suas formas territoriais particulares de imposição das categorias pressupostas historicamente, sem que percamos de vista a escala da totalidade capitalista que impõe a modernização.

Assim, neste capítulo abordamos o debate em torno do coronelismo e da região. Buscamos fazer um movimento teórico que passasse pela conceituação do que seria o coronelismo e do seu papel tanto na territorialização do capital, como também do Estado Nacional, no momento regional brasileiro. O capítulo, portanto, tem como direcionamento principal discutir a imposição e as transformações das categorias terra, trabalho, e capital na particularidade brasileira.

O período tratado no movimento do texto seria o pretérito à “integração nacional”, marcado pela territorialização do capital regional, num contexto em que a "região" fusiona economia e política, onde os coronéis são a personificação do capital e do Estado, num momento de formação do Estado nacional brasileiro, ainda que não-autonomizado, em que a reprodução social da sociedade brasileira se dava no interior das fazendas e de algumas incipientes cidades importantes.

Diversos estudos apontam o aparecimento da região enquanto momento da territorialização das relações sociais de produção capitalistas e do Estado nacional no Brasil (BOECHAT, 2009; LEITE, 2010; 2014; HEIDEMANN et al., 2014; KLUCK, 2017). Nesse sentido, faremos um movimento de apresentar os mecanismos de reprodução e imposição dessas relações no momento regional e como este desdobraram-se numa inflexão para um momento nacional. A partir dos desdobramentos deste último, considera-se o momento em que as intervenções estatais foram iniciadas no norte do Espírito Santo, constituindo-a como região do planejamento.

Em vista disso, cabe aqui uma incursão e um aprofundamento no debate sobre região e coronelismo, para entendermos o papel econômico-político na reprodução do capital no momento regional brasileiro e seu posterior desenvolvimento na forma de um novo padrão de acumulação, constituindo-se um momento nacional.

## 1.1 Breves Apontamentos sobre Região e Coronelismo

A discussão acerca do conceito de região esteve, muitas vezes, em pauta nos debates geográficos. Sandra Lencioni (1999; 2014), ao tratar da relação entre região e geografia, aponta que, por ser um termo utilizado pela sociedade em geral de maneira corrente, em alguns momentos usado como linguagem metafórica no discurso geográfico, e também por assumir de modo frequente um caráter mistificador produtor de manipulações de cunho político e ideológico, esse termo, “região”, acaba tendo sentidos e usos múltiplos (LENCIONI, 1999).

O conceito de região foi central às monografias regionais, advindas da geografia regional francesa, encabeçada por Paul Vidal de La Blache (1845-1918) e seguida por seus discípulos<sup>4</sup>. Para essa geografia, a partir de sua síntese regional, poderia ser encontrada a “individualidade dos lugares”, de maneira que a região pudesse ser identificada e distinguida na própria paisagem, sendo ela autoevidente. Assim, as próprias pessoas teriam consciência das regiões a partir da construção de uma identidade regional (LENCIONI, 1999). Tal visão buscava compreender o caráter único de cada estudo regional. Portanto, caberia à geografia o entendimento e a descrição do particular em si, com a busca através da soma do mosaico de regiões que juntas formariam uma espécie de totalidade da superfície terrestre.

Outra perspectiva é a do geógrafo alemão Alfred Hettner<sup>5</sup> (1859-1941), que buscava, através de um retorno a Kant, contrapor a visão de uma região autoevidente, considerando que a essência da geografia seria o estudo da diferenciação da superfície terrestre. Ou seja, o estudo regional, ou a análise regional, seria referido na unidade entre tempo e espaço, de forma que as regiões seriam uma individualidade espacial. Portanto, parte da totalidade, não existindo por si, de maneira a ser proveniente do exercício intelectual do pesquisador e de sua interlocução com a observação da realidade objetiva, na busca pela relação entre os fenômenos de natureza física e humana (LENCIONI, 2014)<sup>6</sup>. O pensamento de Hettner influenciou e foi mais desenvolvido por Richard Hartshorne (1899-1992), que buscou a diferenciação de áreas, propondo ao pesquisador a escolha dos *elementos empiricamente significantes*, ou seja, que a regionalização se daria, também, pela construção intelectual do pesquisador, contudo, haveria a interlocução do empírico e do abstrato.

---

<sup>4</sup> Os principais foram Lucien Gallois, Camille Vallaux, Emmanuel de Martonne, Albert Demangeon, Raoul Blanchard, Jules Sion, Antoine Vacher, Jean Brunhes e Pierre Deffontaines (LENCIONI, 2014).

<sup>5</sup> Tal autor também influenciou Pierre Deffontaines e seu seguidor Jean Brunhes.

<sup>6</sup> E a autora completa que, para Hettner, “[...] a determinação de quais fenômenos devem ser selecionados decorre da observação e da seleção feitas pelo pesquisador” (LENCIONI, 2014, p. 124)

Seguindo a proposta de Hettner, o geógrafo estadunidense também diz que os recortes espaciais que são feitos na realidade são derivados do exercício intelectual, segundo os elementos empiricamente significantes no plano objetivo. Contudo, ele transcende o apontado por seu influenciador e adverte que não se deve limitar a análise dos fenômenos mais evidentes do concreto, pois alguns outros fenômenos não tão aparentes e podem ser de relevante importância para a análise. Outra questão que Hartshorne destaca é a respeito da delimitação das divisões entre as áreas, ele afirma que os marcos divisórios decorrem das discontinuidades que são produzidas, de modo que o raciocínio não pode estar limitado à ideia de contiguidade regional, as regiões podem assim ser descontínuas (LENCIONI, 2014).

Esse breve percurso realizado pelo retorno à história do pensamento geográfico, e suas formas de pensar a geografia e a região, tem relevância por nos direcionar a caracterizar sinteticamente as duas principais maneiras como a geografia faz suas interpretações da região. Uma delas é a que estuda o homem e o meio, colocando-se como autoevidente; que existe por si mesma, de modo que a regionalização também seria autoevidente; o foco está na particularidade por si, sendo ela o interesse do estudo. A outra é a que, a partir da diferenciação de áreas, propõe que a região não existe por si mesma, ela não seria objeto de estudo em sentido restrito, pois está relacionada ao processo de investigação, processo este que constrói o recorte espacial por meio da elaboração de critérios empiricamente significantes definidos no procedimento de análise. Ou seja, as regionalizações seriam produtos de inter-relações de fenômenos que o pesquisador irá selecionar em múltiplas escalas, não se restringindo à análise do particular, mas indo em busca da compreensão de uma possível totalidade.

Haveria, segundo Lea Goldenstein e Manoel Seabra (1982) e a própria Sandra Lencione (2012), uma terceira via de interpretação acerca do conceito de região, que seria o conceito marxista de região.

Francisco de Oliveira, em “Elegia para uma re(li)gião” ([1977] 2008), discute o que chama de região econômica e política. Para o autor, essa “região” seria um espaço dado na realidade objetiva. É constituída e ligada ao comércio internacional de mercadorias, e teria a sua especificidade interna dada pelo domínio de uma forma de reprodução do capital e de suas relações sociais de produção mutuamente determinadas pela criação, ou por meio da manutenção, ou através de formas de produzir valores particulares, a partir da fusão entre o econômico e o político nos coronéis. Assim, o autor privilegia:

[...] um conceito de região que se fundamenta na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes

peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas de luta de classes e do conflito social em escala mais geral. (OLIVEIRA, 2008, p. 145).

Para o autor, o estudo regional teria de privilegiar um conceito de região que busque os fundamentos da reprodução do capital, ou seja, na forma que o processo de acumulação assume, na reprodução das relações sociais de produção diversas. Para ele,

a “região” não seria um outro modo de produção nem uma forma social singular. O que preside o processo de constituição das “regiões” é o modo de produção capitalista, e, dentro deles, as “regiões” são apenas espaços socioeconômicos em que uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a “região” exatamente pela sua preponderância e pela consequente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são *personas* do capital e de sua contradição básica. (OLIVEIRA, 2008, p. 149)

Desse modo, como aponta Heidemann (*et al.*, 2014), em diálogo com o próprio Oliveira (2008), embora tenham formas específicas de produzir valor, as regiões estariam inseridas na totalidade capitalista, não sendo, para o autor, outro modo de produção, nem uma forma de reprodução social distinta resultante de uma forma social pré-capitalista. Ao contrário, elas seriam espaços constituídos pelo modo de produção capitalista, inseridas na divisão internacional do trabalho do capitalismo, sendo elas a forma territorial do capital neste momento regional brasileiro em que uma das formas do capital se sobrepõe às outras. Ou seja, não seria nem a região autoevidente produzida na relação homem-meio, nem a região produzida pela análise do pesquisador. Para Francisco de Oliveira (2008), tratar-se-ia de uma “região” produzida de maneira particular pela totalidade capitalista.

Para Oliveira (2008), a “região” seria

[...] o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por consequência, uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição (p. 148).

No caso brasileiro, a região estaria determinada pelo resultado de uma divisão territorial do trabalho, que corresponde à formação de uma peculiar estrutura de classes movida por um arranjo de dominação política, como o coronelismo, personificado pelo proprietário de terras. Para o autor, o Brasil tinha nesse momento uma economia nacional desarticulada internamente, do ponto de vista de uma suposta unidade nacional, mas articulada externamente, formada por várias economias regionais, arquipélagos, que cumpririam o objetivo de produzir mercadorias para o exterior, estando diretamente interligadas aos mercados centrais do capitalismo.

Assim, Francisco de Oliveira (2008), dialogando com Marx, aponta que as regiões aparecem marcadamente nas colônias como sendo a forma de imposição do trabalho num

contexto de “abundância” de terras. São marcadas pela especificidade de terem relações de trabalho não assalariadas, de maneira que são caracterizadas por formas sociais fusionadas, que agem localmente para mobilizar trabalho para a realização da acumulação primitiva (HEIDEMANN et al., 2014). Com isso, o trabalho na colônia é escravista, pois há abundância de terras; quando o trabalho se torna livre, as terras se tornam “escassas” por decreto. Eis o segredo da expansão territorial do capitalismo: trabalhadores cativos quando a terra é livre, trabalhadores livres quando a terra é cativa.

Oliveira (2008) coloca que a “região” seria um espaço onde as classes dominantes locais “fecham” o território às diferentes formas de produção de valor e às novas formas de produção, na medida em que através do domínio da dimensão política conseguem reproduzir a relação social capitalista nesse contexto. Essa estrutura de dominação que “fecha” a região seria promovida pela dimensão “política”, que seria resultado do coronelismo pela fusão de economia e política.

Talvez a elaboração mais cuidadosa do conceito de região que se queria introduzir seja a da dimensão política, isto é, de como o controle de certas classes dominantes “fecha” a região. [...] O “fechamento” de uma região pelas suas classes dominantes consegue reproduzir a relação social de dominação, ou mais claramente as relações de produção. E, nessa reprodução, obstaculizam e bloqueiam a penetração de formas diferenciadas de geração do valor e de novas relações de produção (OLIVEIRA, 2008, p. 151).

Em *Coronelismo, enxada e voto* ([1949] 1997), Victor Nunes Leal aponta que o fenômeno do coronelismo aparece como forma de incursão do poder privado sobre o poder público, estando marcadamente presente na Primeira República. Para o autor, tal fenômeno não corresponde à reminiscência do passado colonial, numa espécie de patriarcalismo privatista que tinha como primazia a concentração do poder econômico, social e político no seu grupo parental que resistira num Estado estabelecido. Pelo contrário, pressupõe a constituição de um compromisso entre um poder privado em decadência que buscava conservar seu conteúdo residual e um poder público fortalecido. Um importante fator na formação e manutenção do fenômeno seria o isolamento relativo, o que significaria um poder público controlado pelos donos de terras nos municípios do interior, a partir da existência de um *compromisso* entre coronéis do interior e da capital, numa política de mão dupla na qual há a prestação de votos, acionados pelo coronel interiorano, e a contraprestação de recursos e melhoramentos, concedidos pelo coronel da capital.

Já para Raymundo Faoro ([1958] 2001), o coronelismo não seria um fenômeno novo, apenas recluso à Primeira República, antes viria desde o período colonial, mas o que haveria

de novo seria a sua intrínseca relação com o governo estadual típico da política de governadores da Primeira República. Seria a passagem do regime imperial para o republicano o que causaria a exacerbação da função eleitoreira do coronel. Ele receberia seu título a partir da cessão do título da Guarda Nacional, mas também há o coronel que assume suas funções sem tal atribuição legal, sendo, antes de tudo, um líder econômico, assumindo a função de chefe político no campo, no distrito e no município, onde lidera uma massa de votos que possibilita a ordenação a ele do poder político necessário, havendo inclusive a disputa entre coronel *versus* coronel na busca pelo poder local (FAORO, 2001).

Voltando ao argumento de Leal (1997), enquanto no período colonial a deficiência do aparelho estatal impossibilitaria de levar a cabo a empresa colonial, daí a “frequente submissão da metrópole à arrogância do senhoriato rural [...] explicam-se [...] pela insuficiência do poder público, incapaz de exercer a plenitude de suas funções” (LEAL, 1997, p. 277), que gerou o predomínio do patriarcalismo no período. Diferentemente, para o autor, na Primeira República o aparelho estatal já estava satisfatoriamente desenvolvido, com algumas exceções, de modo que poderia mitigar e controlar qualquer rebeldia do poder privado.

Assim, Leal (1997) argumenta que para a existência de um *compromisso coronelista* precisaria que ambos os lados, poderes público e privado, tivessem algum grau de fraqueza. Com isso, ele busca indicar que a estrutura social do Brasil tinha uma certa “debilidade” que forçou o estabelecimento deste compromisso por parte do poder público. Dessa maneira, coloca no voto a centralidade para a realização de tal compromisso entre poder público e privado.

No período colonial, segundo ele, as eleições não eram de interesse da Coroa, pois o regime político vigente permitia que fossem escolhidos representantes de sua escolha, o que levava a que toda a administração pública fosse controlada pela Coroa sem grandes problemas. Com o processo de independência, e a posterior assembleia constituinte, em 1823, que formou a composição dos representantes na assembleia geral, isto é, o início da formação de um Estado Nacional Brasileiro, as eleições entram no debate e ganham destaque. Entretanto, para o autor, como os escravizados não tinham direito a voto, a massa de votantes era bastante restrita, causando inúmeras fraudes e manipulação das urnas.

Leal (1997) aponta que o voto vai ganhar relevância no conjunto da população com a abolição da escravidão, em 1888, e com a proclamação da República, em 1889, e a conseqüente ampliação do direito ao sufrágio, de modo com que ganhasse relevo a participação dos votos de trabalhadores rurais. Portanto, cresceu também, por conta da

estrutura agrária brasileira, a importância dos donos de terras, devido principalmente à dependência dos trabalhadores rurais em relação àqueles, de maneira que a população local permanecia dependente social e economicamente dos proprietários rurais. Eis a tal “debilidade” apontada pelo autor que forçou o poder público a assumir o compromisso coronelista. Pois,

[...] havendo incorporado à cidadania ativa um volumoso contingente de eleitores incapacitados para o consciente desempenho de sua missão política, vinculou os detentores do poder público, em larga medida, aos condutores daquele rebanho eleitoral (LEAL, 1997, p. 277-278).

Desse modo, os trabalhadores rurais agora teriam imensa importância para as decisões eleitorais, e, para “ganhar” esses votos, os políticos dependiam, nas diferentes esferas, da mediação dos proprietários fundiários que mantinham aqueles como seu “rebanho eleitoral”. Os coronéis, para o autor, despejavam “seus” votos nos candidatos governistas nas eleições das esferas estaduais e federais, principalmente a partir do federalismo iniciado no país a partir da Constituição de 1891, que se desdobrou na cessão, em contraposição aos municípios, de uma ampla margem de liberdade aos estados em relação ao poder central.

Por conta do fim do escravismo, agrava-se e se desorganizam ainda mais a produção que já estava em crise, acarretando num amplo enfraquecimento do poder do proprietário de terras, o que fez que houvesse um aumento da dependência das estruturas estatais, que era conseguida a partir da troca de votos para as eleições das esferas estaduais e federais, em favor do provimento e “autonomia” de seu poder. Com isso, os coronéis obtinham a recompensa que consistia em ficarem livres para exercerem e consolidarem sua dominação no município (LEAL, 1997). Assim, as relações de controle do poder, para o autor, ocorriam através do chamado voto de cabresto, garantido pelos jagunços a mando do coronel. A força eleitoral está casada, pois, com a ausência de autonomização do coronel em relação ao Estado e, do mesmo modo, da ausência de autonomização do Estado em relação ao capital agrário personificado pelo coronel.

Por consequência em sua linha argumentativa o autor indica que a *falta de autonomia* dos proprietários de terras em relação ao Estado era a condição que possibilitava a existência do próprio coronel, porque era a presença do Estado que lhe dava poder por meio da Guarda Nacional e a capacidade de exercer a violência que mantinha suas possibilidades de reprodução.

Todavia, podemos apontar em sentido oposto que o coronel era o que possibilitava a territorialização do Estado pelo interior, na medida em que ele era efetivamente o

representante estatal na localidade, não havendo possibilidade nesse momento de um Estado sem o coronel, o que havia era um Estado não-autonomizado das oligarquias regionais.

Nesse caminho, podemos indicar, a partir do exposto, que ambos, Faoro (2001) e Leal (1997), naturalizam a separação do público e do privado, o que podemos apontar como visto por Robert Kurz, em seu texto “A falta de autonomia do Estado” (1995), que essa separação se dá como sendo uma aparência de autonomia entre política e economia, ou seja, pelo processo de *autonomização* na modernidade. O autor aponta que economia e política, mercado e Estado, privado e público, nos termos colocados por Leal e Faoro, são “polos de um mesmo campo histórico” (p. 192), todo eles fazem parte “igualmente ao mesmo sistema de referência”, ou seja, ao *moderno sistema produtor de mercadorias* (KURZ, 1995, p. 192).

Assim, a partir de tal proposição, podemos indicar que ambos estariam intrinsecamente conectados em uma relação recíproca. Mesmo no Estado moderno autonomizado há uma intensa ligação entre público e privado, constituindo-se assim como uma separação fetichista entre política e economia, de forma que há uma dependência por parte do Estado, este a ser custeado pelo financiamento privado mediado pelo dinheiro. Isto é, “[...] que mesmo o planejamento estatal mais extremado somente pode planejar nas formas do mercado, ou seja, nas categorias da mercadoria e do dinheiro” (p. 192).

Ao mesmo tempo o mercado depende do Estado para a existência da reprodução social que permite sua própria manutenção, que só é possível a partir da execução, pelo Estado moderno, de “cinco níveis ou atividades” resultadas do próprio processo de expansão da economia de mercado, sendo: i) o jurídico; ii) a gestão dos problemas sociais e ecológicos; iii) os agregados infraestruturais; iv) o Estado como empresário produtor de mercadorias; e v) a política de protecionismo e subsídios. Estes que possibilitam que o capital possa se reproduzir de forma ampliada. Ou seja, “[...] também o radicalismo mais extremado, em prol do mercado, nunca consegue medrar sem o polo estatal político” (KURZ, 1995, p. 192).

Ana Carolina G. Leite (2014), em seu texto “Acumulação de capital, mobilização regional do trabalho e coronelismo no Brasil”, ao realizar um debate crítico com Leal (1997), aponta que quando ele se refere à existência, no Estado brasileiro, de um poderio com capacidade de minar qualquer rebeldia do poder privado, ignora que durante o Império e a Primeira República as tropas que tinham atribuição de “garantir a ordem internamente ao território nacional” (LEITE, 2014, p. 87) foram centralizadas na Guarda Nacional. Assim, para ela, mesmo que o Estado tivesse aparelhos de violência para conter o poderio privado quando este se insubordinasse, o exercício da violência em todo o território nacional estava atribuído àqueles que detinham patentes da Guarda Nacional. Ou seja, aos próprios coronéis!

Além disso, lembra ela, ocorreram diversos enfrentamentos através de guerras a governos estaduais, por meio de exércitos de jagunços formados na Primeira República.

A Guarda Nacional foi criada em 1831, logo após o término do sistema colonial. Seu surgimento aparece como forma institucional do poder regional, sendo o modo de aparecer da escala nacional no processo de territorialização, constituindo-se a forma institucional reconhecida do controle territorial pelo Estado Brasileiro até 1930 (HEIDEMANN et al., 2014). A Guarda Nacional, desse modo, teve o papel inicial de ser a sustentação da monarquia escravista, que se formou com a crise do antigo sistema colonial e a Independência do Brasil. Seu surgimento está intrinsecamente ligado ao processo de autonomização do monopólio da violência que foi implicado durante a transição de um Estado absolutista ligado à metrópole para formação de um Estado nacional independente. “O Brasil Império representava o pontapé inicial desse processo de autonomização e, por isso, encontrava-se ainda carregado pelas marcas do Estado absolutista colonial” (LEITE, 2014, p. 87). Essa transição para o Estado nacional, demonstra a autora, deve ser entendida como parte da formação do Estado brasileiro, início de sua autonomização do Estado nacional em relação ao capital europeu, marcado por inúmeras tensões.

Nesse processo, afirma Leite (2014), não houve nenhuma linearidade e ocorreram várias tentativas de rupturas e confrontos. Assim, nesse momento, a Guarda Nacional era a expressão do pacto, que viria a se tornar insustentável ao longo do tempo com a crise do escravismo, entre a monarquia e os grandes empreendimentos agrário-exportadores escravistas, que só seria reafirmado pelo compromisso coronelista.

A autora propõe uma inversão na forma de olhar a questão em torno do papel que vai ter o controle exercido pelo coronel sobre a população rural empobrecida que aparece, ao exercer suas relações de âmbito federal e estadual do poder, no caso apontado por Leal (1997) como mera moeda de troca por votos. Para ela,

O acesso ao exercício da violência por parte do coronel não permitia apenas manter a população sob o cabresto eleitoral e político, mas servia para impor determinadas relações sociais de produção, o que garantia que estas se territorializassem. Ele permitia assegurar, antes de tudo, a acumulação (LEITE, 2014, p. 88).

Portanto, a autora coloca em evidência o sentido profundo que a violência do coronel vai implicar. Para além de garantir a massa rural pobre sobre seus domínios eleitoral e políticos, o acesso ao poder de exercer a violência direta, por portar o título da Guarda Nacional, possibilitava a imposição da territorialização das relações sociais de produção que asseguravam um padrão de acumulação por parte dos coronéis. Ela ainda completa dizendo que,

Há que se lembrar, inicialmente, que a violência personificada pelo coronel assegurava que ele continuasse personificando a propriedade da terra e do capital. A possibilidade de emprego da violência era o que garantia um padrão de acumulação no qual terra e capital não estavam autonomizados e o trabalhador não era livre do acesso à primeira. Ou seja, com a passagem da propriedade do trabalho para o próprio trabalhador — mas num contexto de ausência de superpopulação relativa — a violência não podia se autonomizar nem da propriedade da terra, nem do capital comercial, sob a pena de não permitir a reprodução nem da primeira, nem do segundo (LEITE, 2014, p. 88).

Assim, para a Leite (2014), com a crise e a conseqüente abolição do escravismo, a passagem do cativo do trabalho para um cativo da terra, num contexto de falta de uma superpopulação relativa de trabalhadores, para que o coronel mantivesse um padrão de territorialidade que permitisse sua acumulação, para personificar terra e capital era preciso o exercício da violência, para que se mantivesse o trabalhador com obstrução de acesso à terra, mantendo não-autonomizados nem essa última e nem o capital, ao mesmo tempo que a violência também não poderia se autonomizar da terra e do capital comercial, algo que, caso ocorresse, inviabilizaria a reprodução de ambos.

Com isso, assinala Leite (2014), haveria mecanismos de extração de excedentes de trabalho nesse padrão de acumulação, estando o produto regional e o acesso aos meios de produção em constante disputa. Ocorrendo tanto na maneira como era dividida a produção realizada para a reprodução da família do agregado, que tinha como antecedente a negociação para poder acessar a terra para isso, como o tempo que ele tinha que ficar disponível para a reprodução da fazenda. Para aqueles que buscassem sair do cativo da terra, que era personificado pelo posseiro, buscando apropriar para si do produto lavrado na terra, a violência lhes era direcionada, que seriam os “inimigos” do coronel, junto com os outros coronéis (FAORO, 2001), já que com os “amigos” haveria uma relação de compadrio, de modo que este era impelido a tornar-se agregado ou parceiro e, assim, submeter seu trabalho presente e pretérito ao coronel.

Ela aponta também que existe ainda a disputa pelo rendimento do agregado a partir da venda a crédito das mercadorias que o agregado precisa para se reproduzir pelo capital comercial, este personificado geralmente também por um fazendeiro:

[...] o dono do “barracão” centraliza o comércio local na medida em que adianta crédito aos compradores (obtendo ganhos comerciais sobre a mercadoria e sobre o dinheiro comercializados), que pode ser debitado diretamente dos próprios rendimentos que os agregados obtêm no trato do gado ou nas lavouras que pertencem ao proprietário da terra (LEITE, 2014, p. 88).

Logo, para a autora, em sua condição de monopólio sobre a terra, o proprietário está em todos os casos em vantagem em relação aos expropriados. Desse modo, para forçar a

execução de um mais-trabalho e permitir sua extração, a personificação da violência no fazendeiro é fundamental. Isto é, só com a transformação das condições particularidades de acumulação que é possível moldar as condições imprescindíveis para a autonomização da lei, estando vinculada à reprodução do capital, que de um lado busca formar uma superpopulação relativa e de outro busca a constituição da dimensão jurídica e policial. É a região, nesse processo extenso de autonomização, que vai ser a escala que viabiliza forçar e formar o trabalho, e manter o trabalhador sob seu controle territorial (LEITE, 2014).

Leite (2014), ao dialogar com Oliveira (2008), coloca que o fechamento da região é a condição para a reprodução do capital regional, por conta da não-existência de uma superpopulação relativa em nível nacional, que após o fim do tráfico de escravos e o paulatino colapso do escravismo, impossibilitaria a reprodução do capital.

Em suma, o coronel tinha o seu poder centrado no comando da violência e nas relações de compadrio. Personificava, pela concessão de seu título da Guarda Nacional, o Estado e as polícias, ao mesmo tempo em que era proprietário de terras, e muitas vezes também o próprio capital comercial, além de compadre dos agregados que viviam nas fazendas. Utilizava de sua influência sobre a cessão das terras a agregados, o que dava ao coronel o poder de exercer violência extraeconômica para realizar as particulares relações de produção necessárias para sua reprodução. Sendo o coronelismo o modo de acumulação de capital regional nas condições de expropriação, porque assegurava o controle de terras para eles e forçava ao trabalho os trabalhadores livres que poderiam acessar os meios de produção na cessão de tempo de trabalho nas plantações do coronel, as concessões de verbas do governo federal eram articuladas à vitória das eleições, assegurada por relações violentas de imposição e clientela.

Assim, o coronelismo fez possível a ocorrência de processos regionais de mobilização do trabalho no Brasil. Desse modo, pode-se observar que a autonomização das categorias do capital e a formação da superpopulação relativa na escala nacional só foi possível devido as relações sociais de produção com aparência de não-capitalistas e por formas de dominação coronelistas com aparência de pessoais, principalmente durante a formação do trabalho livre no país (LEITE, 2014).

A extinção da Guarda Nacional em 1922, e de modo marcante após a Revolução de 1930, é marcada como o início do processo de inflexão que vai determinar a centralização do poder estatal e o conseqüente rompimento com o controle descentralizado exercido pelas oligarquias regionais na relação municípios-estado, por nós já apresentado como “compromisso coronelista” que movia a acumulação regional de capital, e não permitia que

fosse levado a cabo o processo de industrialização, que só seria executado a partir da centralização do Estado nacional pós-1930, e da intervenção e abertura das “regiões” para a promoção da modernização retardatária.

Sendo assim, na sequência, iremos ao encontro do processo de formação categorial que marca a passagem da modernização do país, pelo processo de autonomização das categorias terra, trabalho e capital, que no Brasil foi protagonizado, como já apontado pela territorialização do capital nas distintas regiões (BOECHAT, 2009; 2014; HEIDEMANN et al., 2014; LEITE, 2014; 2015; KLUCK; 2017), e assim delinearemos o movimento da passagem do que chamamos de momento regional para momento nacional.

## 1.2 Do Momento Regional ao Nacional

O período pretérito à “integração nacional”, ou melhor dizendo, da *modernização retardatária*<sup>7</sup> (KURZ, 1999), é o que estamos chamando de momento regional. Ele é marcado pela territorialização do capital regional, num contexto onde a "região" fusionada tinha como seu principal sentido a produção de mercadorias para o exterior, para uma realização de valorização externa, num momento de formação do Estado nacional, ainda que em busca de uma *aparência de autonomia* (LEITE, 2015) em relação às oligarquias regionais, uma vez que a reprodução social da sociedade brasileira se dava no interior das fazendas, através de distintos modos particulares de *mobilização do trabalho* (GAUDEMAR, 1977).

De início, retornaremos ao debate em torno dos dois últimos capítulos do Livro I *d'O Capital*, de Karl Marx ([1867] 2013): capítulos 24 e 25, respectivamente, “A assim chamada acumulação primitiva” e “Teoria moderna da colonização”.

Marx ([1867] 2013) argumenta que a acumulação de capital tem por pressuposto o mais-valor e a produção capitalista, e para a sua realização é necessário a existência nas mãos dos produtores de mercadoria a força de trabalho e massas grandes de capital. Ele expõe que esse movimento tem como pressuposto uma acumulação primitiva, que seria o processo histórico que permitiu a acumulação do capital prévio que deu o ponto de partida ao

---

<sup>7</sup> Robert Kurz aponta em “O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial” (1999) que as inúmeras tentativas dos países de terceiro mundo em alcançar os níveis de produtividade dos países europeus, que realizaram o desenvolvimento das forças produtivas em um período prolongado de tempo, coloca para os países do terceiro mundo a necessidade de um esforço acelerado de modernização das relações sociais de produção para recuperar o “atraso” em relação a esses países já modernizados e alcançar seus patamares de produtividade. Todo esse processo de expansão de modernização nesses países será realizado a partir de um intenso endividamento, que se mostrará impagável, e insuficiente para superar a concorrência dos países capitalistas desenvolvidos, já que para cada aumento da produtividade e desenvolvimento dos países “retardatários” será compensado por saltos duplos ou triplos dos patamares de produtividade das regiões mais avançadas e, ainda, tendo em vista os próprios limites históricos de realização da modernização mundial com o fim do fordismo e a ascensão da microeletrônica nos processos produtivos.

capitalismo, a partir da separação, na Inglaterra, dos camponeses e produtores independentes dos meios de produção para a transformação desses em trabalhadores assalariados.

No caso inglês, a produção de um exército industrial de reserva ou superpopulação relativa foi feita a partir de longos processos históricos violentos de separação dos trabalhadores das terras e da imposição à força ao trabalho a partir de violentas leis sanguinárias. Segundo o autor, foram esses processos que “[...] conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre” (MARX, 2013, p. 804).

Para Marx ([1867] 2013, p. 836-37), “[...] os meios de produção e subsistência, como propriedades do produtor direto, não são capital. Eles só se tornam capital em condições sob as quais servem simultaneamente como meios de exploração e de dominação do trabalhador”. Portanto, nas colônias e ex-colônias, pela abundância de terras, dá-se de modo oposto. Como aponta Marx, enquanto o trabalhador não for expropriado por completo dos meios de produção, economia e política não podem ser autonomizados. De forma que, num diálogo com as “descobertas” de Wakefield, observa-se que o segredo da metrópole estaria revelado nas colônias:

Inicialmente, Wakefield descobriu nas colônias que a propriedade de dinheiro, meios de subsistência, máquinas e outros meios de produção não confere a ninguém a condição de capitalista se lhe falta o complemento: o trabalhador assalariado, o outro homem, forçado a se vender voluntariamente. Ele descobriu que o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas, intermediada por coisas (p. 836).

Diferentemente das metrópoles, onde o trabalhador já havia sido expropriado dos meios de produção e com isso estaria obrigado a vender sua força de trabalho e obrigatoriamente a concorrer no mercado e a se somar ao exército industrial de reserva, nas colônias “essa bela fantasia se desfaz em pedaços” ([1867] 2013, p. 839), pois com a abundância de terras e a inviabilidade de colonização de todas por parte da metrópole, nenhum trabalhador resiste à tentação de deixar de ser comandado pelo capitalista para trabalhar para si.

Para as colônias e ex-colônias, aponta Marx ([1867] 2013), Wakefield descobriu como romper esse limitador da produção capitalista, a partir do método de *colonização sistemática* que possibilitaria a expansão territorial capitalista nas colônias superando esse “pequeno problema” de reprodução da acumulação de capital. Para tanto, o Estado deveria impor a propriedade privada por decreto, impondo um preço suficiente que obrigasse aos migrantes, para terem acesso à terra, a trabalharem um bom período para o capitalista:

[...] O governo deve conferir à terra virgem, por decreto, um preço artificial, independente da lei da oferta e da demanda, que obrigue o imigrante a trabalhar como assalariado por um período maior antes que este possa ganhar dinheiro suficiente para comprar sua terra e transformar-se em camponês independente.

Naturalmente, o preço da terra imposto pelo Estado tem de ser “suficiente”, isto é, tão alto que impeça os trabalhadores de se tornarem camponeses independentes até que outros cheguem para preencher seu lugar no mercado de trabalho assalariado. Primeiro ele tem de criar “capital” para o senhor capitalista, para que este possa explorar mais trabalhadores e pôr no mercado de trabalho um “substituto”, que o governo, à custa do trabalhador que se retira, manda buscar para o senhor capitalista do outro lado do oceano (MARX, 2013, p. 842-843).

Como aponta Marx (2013), o processo de acumulação primitiva, que possibilitou a Revolução Industrial, mobilizou não apenas trabalhadores a serem assalariados nas fábricas inglesas<sup>8</sup> e, como completa Fernando Novais (2005), dependeu também fortemente da mobilização dos escravos nas colônias, o que vai chamar de *sentido profundo da colonização*, que teve primordial papel na acumulação de capital na Europa.

O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo. As “sociedades Monopolia” (Lutero) foram alavancadas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiram um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados foram da Europa diretamente mediante saqueio, a escravização e o latrocínio refluem à metrópole e lá se transformavam em capital (MARX, 2013, p. 823).

No caso brasileiro, aponta Novais (1986), a partir do fim do exclusivo metropolitano<sup>9</sup> e o conseqüente fim do sistema colonial, as colônias vão sofrer uma profunda transformação. Com a dissolução do Antigo Regime e a vinda da família real de Portugal para o Brasil, em 1808, aceleraram ainda mais as mudanças na agora ex-colônia.

Tudo isso ao mesmo tempo em que a problemática, no que diz respeito ao fornecimento de trabalhadores suficientes para reprodução das “regiões”, era colocada em pauta, já que havia fortes pressões inglesas pelo fim do tráfico negreiro, sendo desdobrada na formulação da Lei de Terras, como aponta Leite (2014, p. 76):

---

<sup>8</sup> Marx (2013) discute que “A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A ela se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco [...]. Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se agora numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica” (p. 821).

<sup>9</sup> Conhecido também como pacto colonial, o exclusivo metropolitano foi uma medida administrativa entre os Estados Europeus, que perdurou entre o século XVI e XVIII, instituindo-se a exclusividade ou monopólio do comércio externo da colônia para com a metrópole que o colonizou.

A questão de como viabilizar a acumulação em condições particulares do que aparece como a oferta dos fatores de produção esteve presente desde o sistema colonial. O fornecimento de africanos, além de constituir um ramo do capital comercial altamente rentável, no qual a mercadoria escravo dava lucro antes mesmo de começar a produzir (Novais 1979); também operou como um mecanismo para forçar trabalho (Gaudemar, 1977) por meio do emprego direto da violência, num contexto em que a ampla disponibilidade de terras permitia que o trabalhador, se abandonado à sua própria vontade, trabalhasse antes para si próprio. Contudo, com a crise do antigo sistema colonial e a generalização do trabalho livre, a subordinação dos trabalhadores imposta pelo cativo da escravidão, teve que passar a ser garantida pelo cativo da terra, consolidado com a Lei de Terras, em 1850.

Leite (2014) ainda aponta que o debate em torno da Lei de Terras estava diretamente focado na imposição de limites de acesso aos trabalhadores à base fundiária com a intenção de que eles se reproduzissem pela venda de sua força de trabalho e não causassem uma crise de reprodução das economias regionais. Nesse contexto, a Lei de Terras é desdobrada no Brasil, por um Estado em formação sem a aparência de autonomia em relação ao capital cafeeiro paulista. A colonização sistemática do século XIX, iniciada pela Lei de Terras de 1850, desdobrada das discussões internas de como resolver o problema da mão-de-obra e inspirados pelas ideias de Wakefield, vai passar a constituir a propriedade privada da terra no país, sendo o início do processo de modernização retardatária brasileira (BOECHAT, 2009; HEIDEMANN et al., 2014).

Ou seja, previa o uso do dinheiro da venda das terras devolutas para bancar a política migratória que buscou na superpopulação relativa de trabalhadores resultante da “acumulação primitiva” na Europa, sendo esta sua nova fonte de força de trabalho para substituir os escravizados no Brasil (LEITE, 2014).

Essa proposta de política de imigração foi aplicada a partir de 1874, pela lei de subvenção à imigração, que vai mobilizar trabalhadores “excedentes” na Europa para serem colonos no Brasil. A sua implementação foi acompanhada por pontos que proibiam a aquisição de terras devolutas por formas diferentes que a da compra e previam abastecimento de trabalhadores pelo fundo arrecadado pela venda das terras.

Essas políticas foram implementadas pelo Estado que já se formava desde 1830, e, como aponta Leite (2014), para a compreensão das políticas por ele implementadas é necessário identificar o capital que ele assumia. Nesse momento, privilegiava sobretudo a expansão da cafeicultura paulista, tendo sua formação no pacto oligárquico no momento pós-colonial com as oligarquias por meio dos títulos de coronéis da Guarda Nacional. Pois, na metade do século XIX, a cafeicultura representava a receita primordial da balança comercial brasileira, sendo tais políticas quase totalmente ligadas à reprodução do capital cafeeiro, que

estava sendo intensamente afetado pela proibição do tráfico, de modo que as mudanças que a Lei de Terras impôs foram direcionadas para manter a reprodução desse capital, pelos quais as políticas de subvenção à migração foram quase que inteiramente voltadas.

Porém, Leite (2014), ao dialogar com José de Souza Martins, afirma que a imigração de colonos europeus não acabou em assalariamento. Ao contrário, esses trabalhadores foram mobilizados pelo regime do colonato, como parceiros no trato dos pés de café, reproduzindo diretamente seus meios de vida. O colonato seria parte da criação do processo para que o assalariamento se tornasse no futuro possibilitado, pois a colonização sistemática, basicamente voltada para a cafeicultura paulista foi a maneira para se alcançar dentro dessa “região” a reprodução da “lei geral da acumulação capitalista”. Dessa forma, vai ser através do Estado que a formação do contingente populacional necessário à reprodução do capital da cafeicultura vai ser formado. Algo que só seria desdobrado no restante do país após-1930.

Neste momento, após a promulgação da Lei de Terras, segundo Boechat (2009), o mecanismo de “colonização sistemática” vai se desdobrar e ser financiado apenas na região do colonato do Oeste Paulista, de maneira que, segundo Leite (2014), no Brasil a generalização do trabalho livre ocorreu sem que existisse uma superpopulação relativa que permitisse a formação do trabalho assalariado. A forma de reprodução do capital, com características agroexportadoras, não tinha “força” suficiente para expulsar trabalhadores suficientes, já que se realizava de modo extensivo pela anexação de terras e pela expansão produtiva.

De modo diametralmente oposto, vai ocorrer no restante do país a formação de “regiões” distintas, onde vão se estabelecer condições outras para a acumulação, de maneira que a territorialização do capital se desdobrará em formas particulares organizadas em mecanismos diversificados que permitiram a mobilização do trabalho numa conjuntura em que o trabalhador não estava completamente expropriado dos meios de produção não-produzidos. A violência mobilizadora do trabalho estava nas mãos dos “coronéis”, que personificavam o Estado, o capital e a propriedade de terras (LEITE, 2014).

A “abertura” dessas outras “regiões” do país se daria promovida pelo Estado nacional, tendo sido iniciado apenas com a centralização política pós-1930, produzindo o processo de “integração nacional”, por intermédio do planejamento regional (OLIVEIRA, 2008), desdobrando-se na industrialização nacional via substituição de importações (FURTADO, 2000; TAVARES, 1974), promovendo uma urbanização complexa e generalizada em diversas partes do país, marcada por uma *não-simultaneidade* (KURZ, 1999).

Portanto, o movimento de “integração nacional” é protagonizado pela ascensão autoritária de Getúlio Vargas e pela busca do rompimento com o pacto da Primeira República,

em 1930, que vai marcar o processo de centralização do Estado, o passo para o início da mudança no padrão de acumulação brasileiro pela abertura das “regiões” pelo planejamento (OLIVEIRA, 2008), que buscava realizar a *modernização retardatária* (KURZ, 1999) brasileira.

Maria do Carmo C. Souza (1976), em seu livro “Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)”, apresenta como se deram os *mecanismos de centralização* política, que para nós moveram o caminho para a constituição da aparência de autonomia do Estado nacional brasileiro em relação às oligarquias regionais e modificaram seu jeito coronelista de ser. A partir da configuração de uma ditadura modernizante que buscava “combater” as oligarquias regionais e “superar” o “atraso” reproduzido até então da Primeira República, na articulação dos interesses velhos e novos das oligarquias com o poder central, houve a redefinição dos canais de acesso e influência para os interesses econômicos.

Para a autora, foi-se constituindo gradualmente um processo de unificação político-administrativa que marcou a centralização do poder estatal, numa sequência de fatos que já vinha de antes de 1930, que teve na reforma da constituição de 1926<sup>10</sup> seu aparecimento de maneira visível, pela criação de inúmeros mecanismos jurídicos-institucionais e políticos complexos, que tinham como objetivo possibilitar o controle pelo poder central sobre as esferas estratégicas da economia. Esses mesmos mecanismos foram executados mais fortemente por todo o período de Estado Novo (1937-1946), perdurando até a década de 1960.

Ainda para Souza (1976), os mecanismos de centralização “[...] tomaram forma como uma engrenagem de controle a distância sobre as estruturas políticas regionais pré-existentes, subordinadas ao mesmo tempo que as absorvia ou circunscrevia seu campo de atuação” (SOUZA, 1976, p. 85), através da intervenção direta nos estados e pela implantação de um imenso corpo de órgãos burocráticos estatais. Os mecanismos de centralização estabeleceram um novo padrão de relação do poder central com os estados, marcados pela absorção ou cerceamento das velhas e novas oligarquias num sistema que era mobilizado politicamente pelas interventorias, conectadas a órgãos burocráticos subordinados ao Departamento Administrativo do Serviço Público, o DASP, sendo esse último decisivo no processo de centralização, pois era a linha de transmissão direta entre o executivo federal e a política estadual. Também se deram pela criação de um aglomerado de órgãos com fins técnicos-

---

<sup>10</sup> “A centralização não surgiu do nada. Ao contrário ela provavelmente se encontra na segunda parte da década de 1920, quando a concorrência entre as regiões produtoras leva a algumas delas a situações de intensa crise, fazendo crescer o pedido de interferência do governo central. As crises estaduais do início dos anos 20 - embrião do tenentismo- fez com que o presidente Bernardes, em 1920, promovesse uma reforma constitucional que visava reforçar o poder da união” (SOUZA, 1976).

econômicos, institutos, autarquias e grupos técnicos, como o caso do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, o DNOS, que será tratado por nós posteriormente. Além da importância e da expansão adquirida pelo Exército ao longo do processo de sua nacionalização, que opôs a tendência do momento regional à criação de milícias regionais e estaduais. Constituíam-se um processo que autonomizava gradativamente o exercício da violência antes nas mãos do capital, e o concentrava nas mãos do Estado brasileiro.

Para Souza (1976), as interventorias foram o mecanismo político-institucional criado após 1930, e assentado por todo o Estado Novo, composto por um sistema que interligava as oligarquias estaduais e o executivo, na relação interventorias-DASP, na definição pelo executivo federal de nomear para as chefias dos governos estaduais indivíduos destituídos de ligações partidárias, apesar de serem provenientes do Estado e por vezes das oligarquias regionais. Nesse sentido, elas muito pouco interferiam nas estruturas econômicas e sociais de interesse do poder político nos estados, já que se nomeava a oposição e com isso a enfraquecia. Ao mesmo tempo enfraqueciam os empecilhos anteriores à centralização, por conta de que o interventor, mesmo ligado às elites locais, não estaria, como na Primeira República, dependente de compromissos com os diferentes coronéis para ser eleito como governador, já que devia o controle do Estado ao executivo federal.

Havia uma forte discussão em torno da superação das “velhas” oligarquias e que os mecanismos de centralização ultrapassariam o controle delas no poder estatal que agora estaria centralizado. Contudo, as oligarquias não deixariam de compor o Estado, mesmo que agora tecnificado e burocratizado.

Assim é que assistimos a uma rápida recomposição das oligarquias regionais, não obstante o fato, devidamente assinalado de que essa recomposição se deu pela mudança do eixo, a partir das interventorias, e sob pressões dos tenentistas para retardar o processo. É lícito afirmar, como consequência, que a recomposição do poder oligárquico regional se efetivou sob a cláusula de sua simultânea vinculação ao sistema burocrático governamental, processo esse que teria decisiva significação, como é sabida na formação no pós-Guerra do PSD. [...]

Em termos gerais, parece claro que a expansão burocrática posterior à Revolução de 30, sob o Estado Novo, institucionalizou e legitimou a atuação direta dos interesses econômicos junto à burocracia. Foi um padrão institucional que deu nova inflexão ao desenvolvimento político brasileiro. Recriando o padrão cooptativo, dando-lhes novas possibilidades (SOUZA, 1976, p. 103).

Nesse sentido, o aparecimento de um Estado politicamente centralizado, que se autonomiza do capital, esteve ligado ao movimento de 1930 e ao quadro polarizante do período entre guerras (SOUZA, 1976), mas não podemos deixar de indicar a extinção da Guarda Nacional e a crise econômica mundial de 1929 como pontos-chave para a mudança do

padrão de territorialidade de reprodução, expansão do Estado brasileiro e inflexão ocorridas no período (BOECHAT, 2013).

Em suma, a transformação do Estado, a partir de sua centralização, marca uma mudança em seu modo coronelista, que vai ser desdobrado paulatinamente de 1920 a 1970 por todas as “regiões”. Inicia-se pela extinção da Guarda Nacional, passa pela modificação no Código Eleitoral, pela ampliação do Exército nacional, pela criação das infraestruturas de comunicação, pela instauração de padrões técnicos de planejamento regional por via das instituições universitárias, pela constituição de um sistema de crédito centralizado, por legislações trabalhistas, entre outras importantes transformações. Pode-se inferir, portanto, que esse processo de centralização constitui parte da “abertura” das regiões e da “integração nacional”. Todos esses processos causaram a autonomização das categorias capitalistas para a formação de um mercado nacional de trabalho e de terras (BOECHAT, 2013; LEITE 2015; KLUCK, 2017).

Sendo assim, no próximo capítulo buscamos debater a formação categorial na particularidade da área da Suruaca, pensando também nos processos antecedentes que vão gerar o planejamento que vai para as várzeas para abrir essa “região”.

## CAPÍTULO 2 - O “VALE DA SURUACA”(ES)

Neste capítulo faremos uma apresentação do *contexto territorial* desta área definida pelas políticas de planejamento regional como “Vale da Suruaca”, buscando identificar quem morava nessas áreas, o que essas pessoas faziam para subsistir, quem e como foi o acesso às terras, o que era produzido e para onde.

Pensando também nos processos antecedentes que vão gerar esse planejamento para “abrir” essa “região”, verificaremos como se deu a formação categorial nessa área, diagnosticando como se conformou esta área que seria um dos *locus* do planejamento no norte do Espírito Santo a partir da década de 1960.

### 2.1 Breve Caracterização da Suruaca/ES

Em entrevista ao Jornal Tribuna do Cricaré em 2001, Arnaldo Bastos caracteriza a região da Suruaca da seguinte maneira:

Essa planície, nosso pantanal, era chamada Suruaca, mas hoje esse nome, geralmente, é usado para denominar uma grande lagoa outrora existente na região limítrofe, hoje praticamente seca pela drenagem irracional. A essa lagoa, as antigas leis de divisão territorial e mapas davam o nome de Lagoa Tapada e, mais recentemente, de Lagoa da Barra Seca. As águas eram contidas defronte ao mar por um paredão de arenito, daí o nome Lagoa Tapada, e corriam para o Norte, onde, somadas às águas de outros mananciais, formavam um terceiro e mais volumoso rio, o Mariricu, maior afluente da margem direita do São Mateus, que neste ia desaguar na atual divisa entre os municípios de São Mateus e Conceição da Barra. Na época das cheias, as águas ultrapassavam o paredão de arenito e corriam por um canal natural até o mar; uma espécie de dreno para o excesso de água na planície, feito pela sábia mãe natureza. Acabada a cheia, essa foz sazonal sumia, secava, correndo as águas normalmente para o Norte, para o Mariricu; daí a ‘barra seca’, que deu nome ao rio, à lagoa e à praia que lhe fica defronte. Essa é a situação retratada pelos mais antigos mapas que se conhecem da região, como a ‘Carta da Província do Espírito Santo’, de 1854, organizada pelo capitão d’engenheiros Pedro Torquato Xavier de Brito com base nos trabalhos dos cientistas alemães Von Martius, Spix e Freicmel, da missão científica financiada por D.Pedro II, bem como do ‘Atlas do Império do Brasil’, elaborado pelo mais famoso geógrafo do Império, Cândido Mendes de Almeida, senador e professor de Geografia do Liceu de São Luiz, Província do Maranhão. (Trecho da entrevista concedida por Arnaldo Bastos ao Jornal Tribuna do Cricaré, 2001, p. 3)

Como apontado no relato acima, esta área seria um pantanal que fazia parte da paisagem da planície costeira do litoral norte do Espírito Santo, que teria historicamente como toponímia a denominação de Suruaca. A alteração na sua nomenclatura seria atribuída à iniciativa estatal que realizaria as drenagens na área a partir da década de 1960, e mais amplamente intensificada durante as décadas de 1970-80 e, nesse contexto, passaria a denominar de Suruaca a lagoa, anteriormente chamada de Tapada e posteriormente de Barra

Seca, conforme podemos observar no recorte da carta da província do Espírito Santo de 1868 de Cândido Mendes de Almeida (Figura 1).

**Figura 1 - Recorte da carta da província do Espírito Santo de 1868, aproximando a área de estudo**



Fonte: Modificado de Mendes de Almeida (1868)

Esta parte da planície costeira do rio Doce constituiu-se em um imenso território ocupado pelas Comunidades marisqueiras, pesqueiras, agricultoras, ribeirinhas, quilombolas e indígenas que conformavam populações que se relacionavam com este ambiente conformado por uma rede complexa de rios, lagoas, lagoas, manguezais, restingas, praias e mar (FERREIRA, 2020).

Em sua origem, a Lagoa da Suruaca captava naturalmente as águas do rio Barra Seca, sua nascente é onde se localiza hoje o município de Nova Venécia e tem o seu fluxo na direção tangencial à Reserva Biológica de Sooretama, até chegar no seu baixo curso e desaguar na lagoa da Planície Costeira. O ambiente da Suruaca era inundado de modo perene, de maneira ainda mais intensa nos períodos de cheias do rio Doce ocorridos durante as grandes chuvas. A riqueza hídrica era tanta que chegavam a denominar essa porção de “Pantanal Capixaba”, tamanha sua abundância e diversidade ecológica (*Idem*).

Sua denominação seria definida pelas políticas de intervenção como sendo um dos “grandes vales úmidos” e várzeas do Espírito Santo, que se desdobrará em sua mais conhecida alcunha de “Vale da Suruaca” (Mapa 1), ou seja, quando ela se torna a “região” do planejamento (OLIVEIRA, 2008).

Aparecerá como uma várzea litorânea que teria seus limites a norte da foz do rio Doce, limitada a sul pelo delta do mesmo rio, no município de Linhares, passando por longa extensão pelo município de Jaguaré e São Mateus, tendo como seu limite a norte o exutório do rio São Mateus, no município de Conceição da Barra, estendendo-se, ainda, de leste a oeste, da linha de costa até a rodovia BR-101, tendo como área total cerca de 267.000 hectares (MENDES E CALIMAN, 1978) sendo uma vasta planície costeira com grande contingente de solos hidromórficos.

Ela seria uma das últimas áreas do sudeste a ser colonizada (VILLAGRAN et al., 2018), junto com o Vale do Ribeira/SP e Pontal do Paranapanema/SP, as últimas fronteiras da territorialização do capital (TOLEDO, 2019) dessa porção do país em meados do século XX.

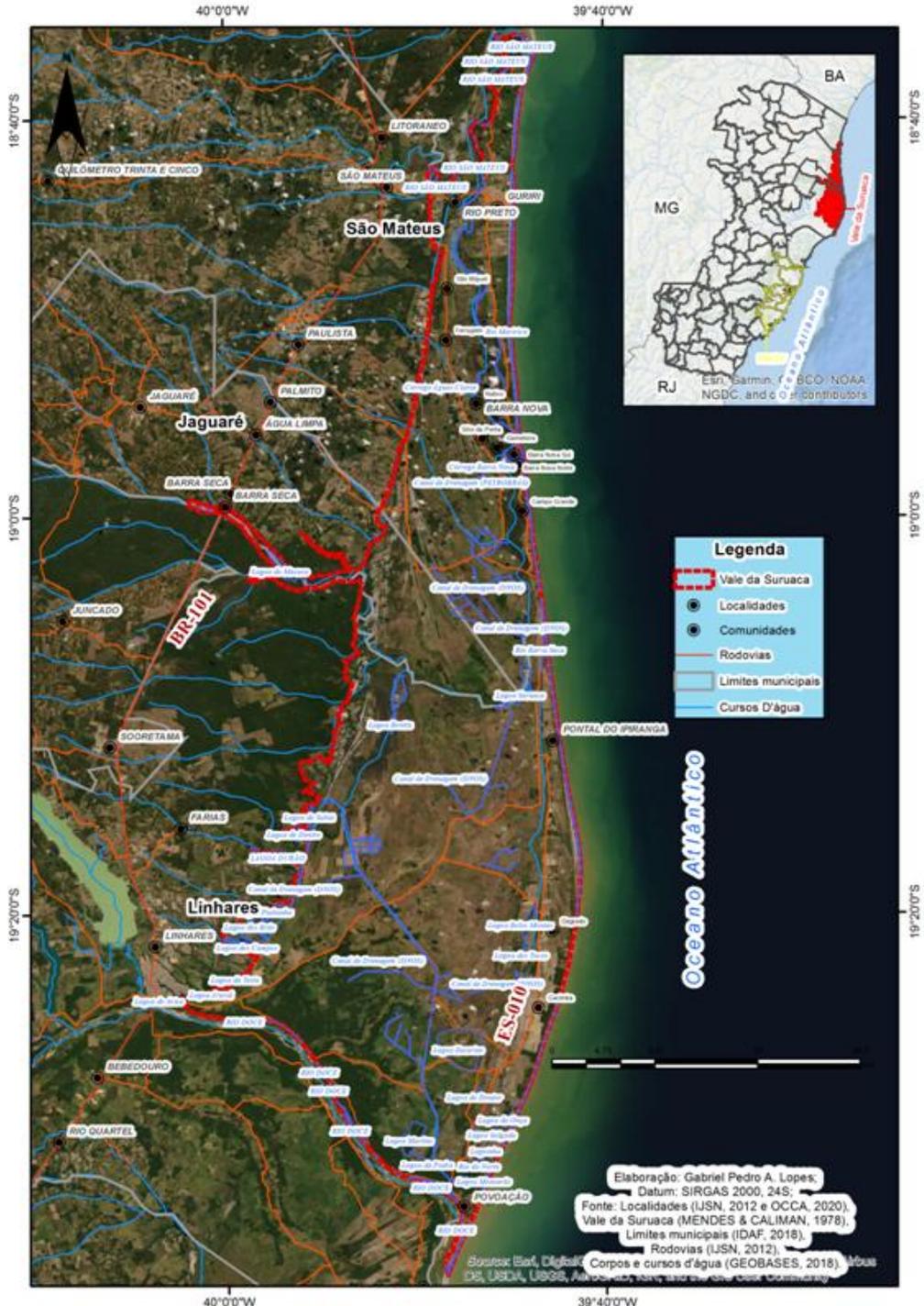
Trata-se de uma área de uma planície costeira entre os rios Doce, Barra Seca, Mariricu e São Mateus, composta por inúmeros lagos, amplos brejos, vastas restingas e inúmeros terraços marinhos. É importante ressaltar que ela era reconhecida, até a ocorrência das intervenções por nós estudadas, pela sua riqueza hídrica e por ser um dos maiores complexos lagunares do país, fazendo parte da planície deltaica do rio Doce (Mapa 2), juntamente com a área a sul que compreenderia o chamado “Vale do Riacho”.

Isto é ressaltado por um antigo técnico que trabalhou na drenagem das várzeas pelo extinto DNOS durante a década de 1980:

**José Renato:** Lá que era um pantanal maravilhoso! Suruaca era um Pantanal, tinha um centro que seria na lagoa Suruaca, que existe até hoje, E essa lagoa suruaca tinha um dique que tirava água dela e levava para o rio Barra Seca. A lagoa suruaca estava a 5 km do mar e a 5 km do rio Ipiranga, então ele tinha uma ligação com a lagoa suruaca

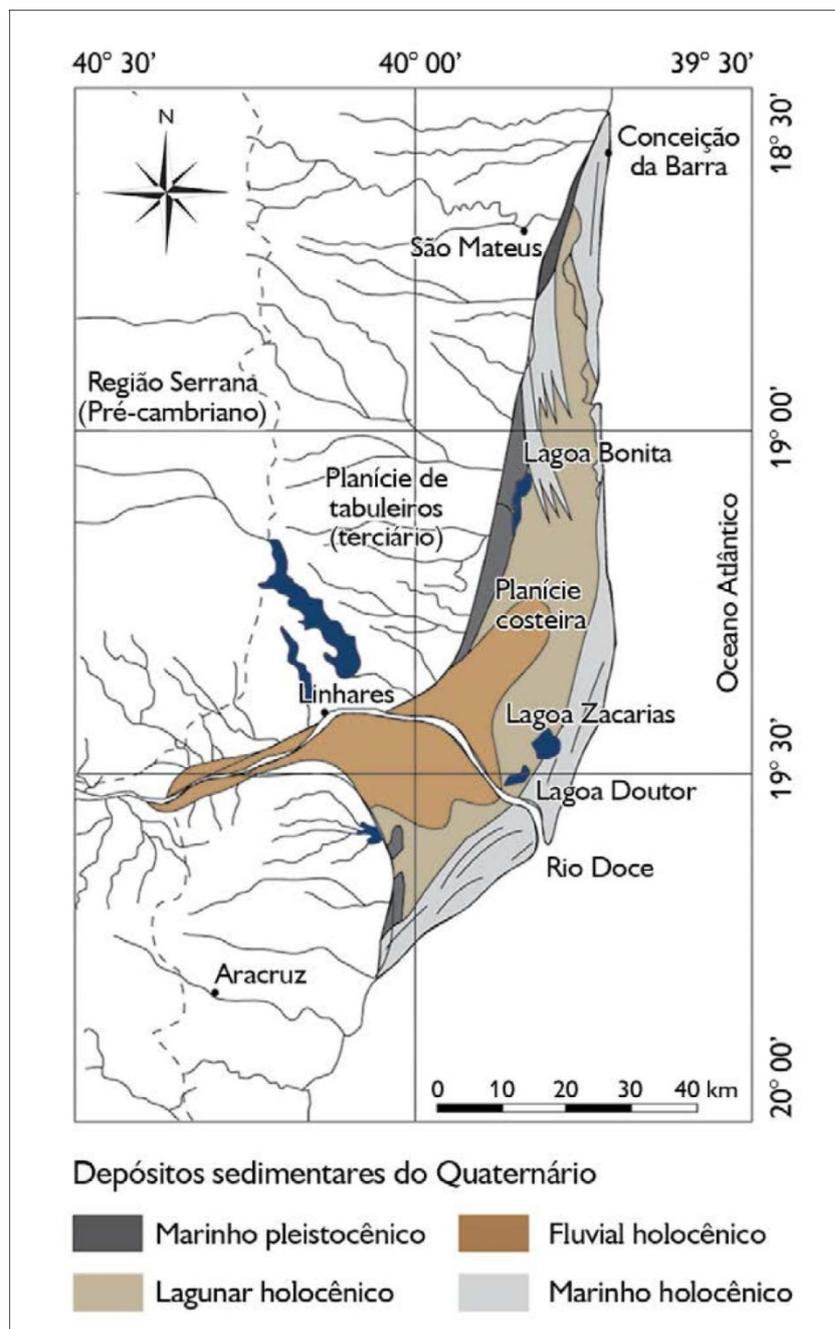
[...] Alí, o vale da Suruaca, era uma versão reduzida do pantanal mato-grossense. O suruaca para quem conheceu como eu conheci, embora quando eu conheci já estava bastante antropizado, porque já havia feito muitos canais antes de eu chegar, então era uma região muito rica... (Trecho da entrevista de José Renato, ex-funcionário do DNOS, concedida ao autor em março de 2021).

**Mapa 1 - Localização do “Vale da Suruaca”/ES**



A conformação paisagística dessa área é resultado de processos geomorfológicos que ocorreram na planície há cerca de 120.000 anos, a partir da deposição sedimentar do Rio Doce, associado a movimentos de regressão e transgressão marinha ocorridos ao longo de toda a costa do que hoje chamamos de estado do Espírito Santo. No decorrer destes processos, engendrou-se uma multiplicidade de ambientes intensamente delimitados pela presença hídrica, com grande destaque para a Lagoa da Suruaca (FERREIRA, 2020).

Mapa 2 - depósitos sedimentares da planície deltaica quaternária do rio Doce



Fonte: Retirado de Villagran et al.(2018) baseado no modelo de Suguio et al. (1982)

A formação atual desses ambientes segundo Suguio et al. (1982) está relacionada aos processos ocorridos durante a transgressão marinha<sup>11</sup> do período holoceno (alcançou na área o seu ápice entre 6.500 e 5.500 antes do presente (AP)), que teria formado ilhas-barreira provocando um isolamento do sistema lagunar. Após cerca de 5.100 anos, inicia-se um rebaixamento do nível relativo do mar, sendo que nesse período teriam se formado os cordões arenosos e havido um intenso assoreamento do sistema lagunar. Com o assoreamento completo das lagunas, o rio Doce deixou de desembocar em um estuário para desaguar, como atualmente, no oceano. As lagunas hoje existentes são circundadas, segundo os autores, por inúmeros sambaquis, que são parte remanescente do sistema lagunar holocênico. Villagran et al. (2018) relatam a ocorrência de inúmeros sambaquis e sítios com conchas<sup>12</sup> na área da planície quaternária do “Vale da Suruaca” do período tratado anteriormente, o que indica a ocupação humana por povos autóctones na área em torno de 4.500 a 3.000 anos AP segundo a datação dos sambaquis e *Mounds* (Foto 1 e Figura 2).

**Foto 1 - Mound localizado no Vale da Suruaca.**

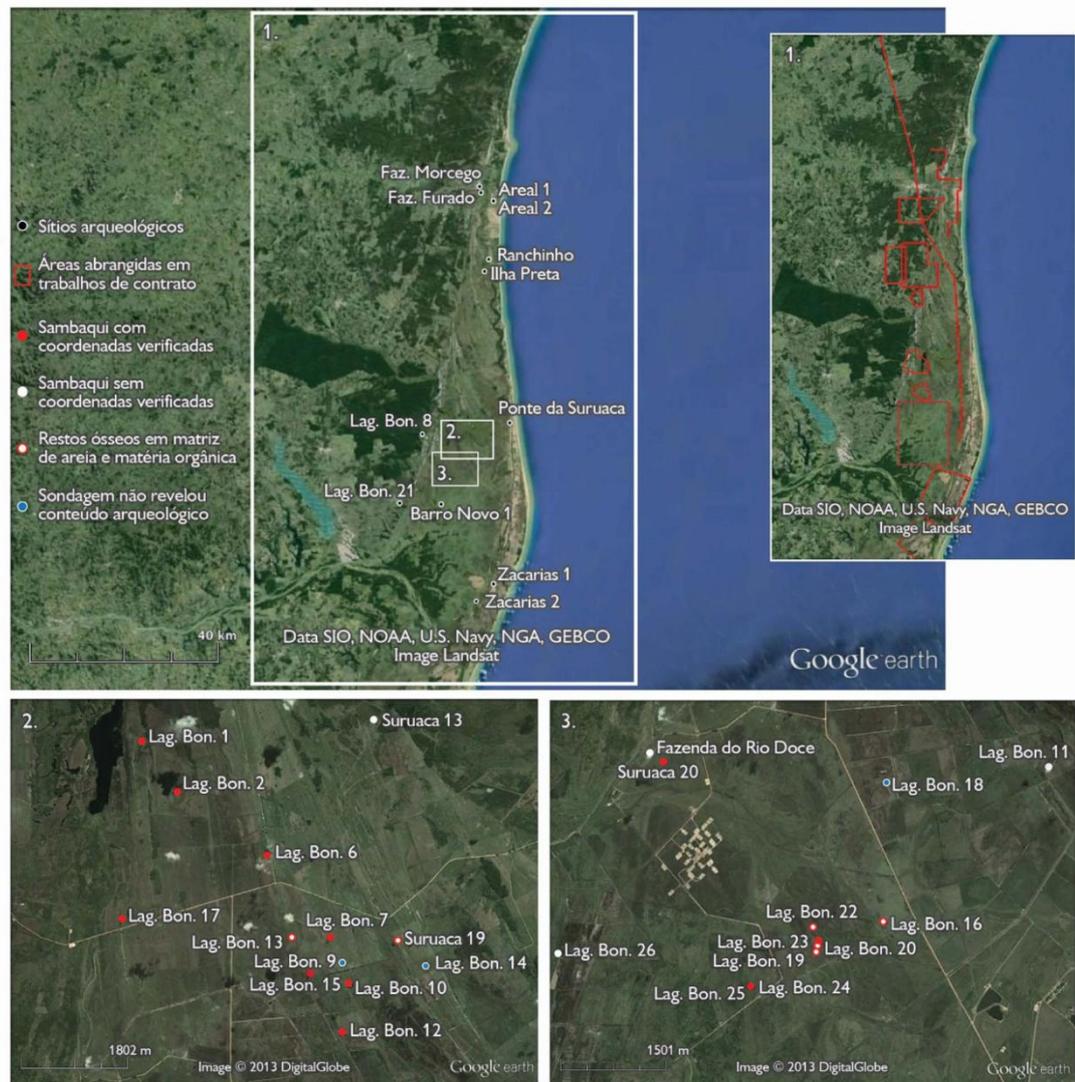


Fonte: Retirado de Teixeira (2020)

<sup>11</sup> A transgressão marinha é um processo geológico em que o nível do mar sobe em relação à área continental e se move em direção ao terreno emerso, resultando em inundações de áreas anteriormente emersas. Ou seja, é o avanço do oceano sobre as porções emergentes, gerando uma conseqüente elevação do nível do mar, estando associado ao mesmo tempo a um aumento da profundidade do mesmo (TEIXEIRA et. al., 2007).

<sup>12</sup> Ainda segundo relato de um arqueólogo, localizou-se mais de 200 sítios arqueológicos e pode afirmar que eles eram lugares sagrados e cumpriam duas funções principais: marcação de território e sepultamento de entes queridos. As conclusões são fruto da análise do material que compõe os sítios. "Basicamente muita terra preta, fragmentos de ossos de aves, mamíferos, peixes, conchas e sepultamento. Além de alguns fragmentos de cerâmicas". Muitos sítios estão sendo destruídos, como o Suruaca 1, cujas conchas foram retiradas para fabricar cal usada na construção de casas. Agora, as ameaças são o desmoronamento provocado pela abertura do canal da Lagoa Suruaca e o pisoteio pelo gado da fazenda (Relato do arqueólogo João Teixeira, 2008).

**Figura 2 - Localização dos sítios arqueológicos no “Vale da Suruaca”**



Fonte: Retirado de Villagran et al. (2018)

## 2.2 Formação e Territorialização das Relações Sociais na Suruaca/ES

A ocupação humana nessa área teria sido fruto de um longo processo que ultrapassa o violento processo colonizador, que colocaria essas áreas como “vazios demográficos” e “espaços vazios” que só esperavam para serem ocupados pela frente de expansão<sup>13</sup> que se moveria em direção a essas áreas.

<sup>13</sup> Trata-se de uma *economia do excedente*, cujos participantes dedicam-se principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades. É essa área, com suas peculiaridades econômicas, sociais e culturais, que se pode conceituar como *frente de expansão*. E isso porque essa frente se constitui em decorrência da instauração de um “estado de insuficiência econômica” que se realiza, na fronteira econômica, “pelo incremento demográfico, sem correspondente expansão dos meios de ganhar a vida” ou “pela retração do nível ou montante das ‘adequadas’ oportunidades de ganhar a vida”. Assim sendo, a frente de expansão se integra na economia de mercado de dois modos: pela absorção do excedente demográfico que não pode ser contido dentro da fronteira econômica e pela produção de excedentes que se realizam como mercadoria na economia de mercado” (MARTINS, 1975, p. 45-46).

Nesse sentido, de acordo com Vânia Moreira (2000; 2001), houve uma produção histórica dos “vazios demográficos” por todo o território nacional, fruto do movimento colonizador que trouxe consigo inúmeras doenças que exterminaram povos indígenas inteiros e que acabou gerando uma supressão de seus territórios, ou ainda a expulsão completa daqueles que tiveram que escapar das guerras, epidemias e cativeiro. Em muitos casos, a frente de expansão alcançou territórios pouco habitados ou até mesmo desabitados, devido às doenças que chegaram antes dos colonos.

Neste sentido, os pressupostos que vão conformar a constituição dessas “regiões” cafeeitoras pelo Espírito Santo se darão, de um lado, pelo extermínio de povos indígenas, no processo da *guerra dos bárbaros* (PUNTONI, 2000) e pela supressão de quilombos constituídos durante a escravidão e após a abolição da escravidão (FERREIRA, 2009; 2020; RUSSO, 2011). E, por outro lado, pela imigração subvencionada em massa destinada ao provimento de trabalhadores colonos e sitiantes, advindos da Europa, além da expansão e criação de infraestrutura para a produção cafeeira (ferrovias, portos, instalação de máquinas de beneficiamento de café e o amplo comércio e serviços que complementariam a fazenda cafeeira nas cidades) (ZORZAL E SILVA, 1986).

### **2.2.1 Guerra dos bárbaros e extermínio indígena no norte do Espírito Santo**

A maneira da ocupação colonial no vale do rio Doce, como na maioria dos casos da expansão colonial, teve a conquista territorial pela via da guerra. Esta área teria entrado na rota colonial por volta de 1800. De modo que foram, minimamente, 140 anos de contato e conflito nas regiões do rio Doce e áreas adjacentes, e seria apenas por volta de 1940 que o “problema indígena” seria sanado naquelas áreas sob o controle do estado do Espírito Santo, por conta da supressão dos vestígios da presença indígena naquela porção territorial (MOREIRA, 2000; 2001).

De modo que,

[...] sabe-se que até o final do século XIX ainda existiam, nas florestas do Rio Doce, principalmente no seu baixo curso e, sobretudo, no paleodelta, vários grupos (considerados Botocudos) sem contato com os colonizadores. Isto porque essa região somente foi colonizada a partir do início daquele século, e se constituía, então, como a principal zona de refúgio dos grupos que fugiam ao contato e massacres promovidos pelos invasores europeus.

Muitos desses aldeamentos foram descritos e visitados desde o século XVI, em especial pelos viajantes e naturalistas do século XIX: Navarro em 1808 (1866), Wied-Neuwied entre 1815 e 1817 (1940), Spix & Martius em 1815 – 1817 (1976), D'allincourt em 1833 (1960), Otoni entre 1847 e 1861 (2002) e outros nas décadas que se seguiram, os quais deixaram boas referências da área de localização bem como registros da ocorrência de diferentes grupos étnicos num mesmo aldeamento (TEIXEIRA, 2020, p. 74-75).

Tratou-se de uma produção de *ideologias geográficas* (MORAES, 2005), já que essas áreas nunca estiveram realmente “vazias” ou desabitadas. Houve na verdade um amplo movimento político e econômico de “encaixamento” dessas áreas como “vazio demográfico” ou ainda, no seu outro espectro, como um enorme “espaço vazio” que apenas esperava ser apropriado para ser usado de maneira produtiva pelo capital. De forma que a ideia de “vazio demográfico” teve uso

corriqueiro no vocábulo político brasileiro entre os anos de 1940 e 1970. Foi justamente nesse período que a dinâmica do expansionismo brasileiro recobrou o fôlego, graças a realização de políticas de integração econômica do território nacional, como a Marcha para o Oeste, de Getúlio Vargas, a construção de Brasília e do cruzeiro rodoviário de Juscelino Kubitschek, e a política de ocupação da Amazônia, da gestão militar [...]. [...] é, portanto, um cliché produzido pelo Estado e por parcelas da sociedade brasileira, com profundas raízes na história nacional do século XX. Na maior parte das vezes, indica senão a completa ausência de traços humanos em dado território, pelo menos a existência de uma densidade demográfica muito baixa. Na boca dos políticos “vazios demográficos” foi mais longe, pois, via de regra, serviu para justificar medidas ou políticas para incrementar o nível de povoamento (MOREIRA, 2000, p. 143-144).

Enquanto,

A ideologia dos “espaços vazios” permeia a justificativa para a implementação de profundas alterações que visem a “efetiva ocupação” destes espaços. Neste ínterim, o que se verifica é a produção da invisibilidade de certos atributos deste espaço, em detrimento de outros que indiquem potencialidades para determinado caminho de des-envolvimento econômico. O des-envolvimento projetado é o da expansão hegemônica do capital, orientada para a acumulação de uns poucos (FERREIRA, 2009, p. 90)

Embora em períodos anteriores, no início do século XIX, a população indígena independente era tida como bastante numerosa e causadora de intensos conflitos e ameaças à organização da construção da “sociedade” que estava em marcha no estado, ao mesmo tempo tais populações indígenas ocuparam imensas faixas de terras por toda a porção do que hoje chamamos de Espírito Santo (MOREIRA, 2000). Estava em curso a constituição de uma “civilização” e humanidade abstrata, sendo a racialização parte disso.

Entre as poucas estimativas populacionais dos indígenas do norte do Espírito Santo, todas começaram a ser realizadas apenas em meados do século XIX e eram apenas das que, de modo generalizado, eram colocados como Botocudos, situados às margens dos rios ao norte da província. Vania Moreira (2000) aponta que a estimativa mais global realizada da população indígena ao norte do Espírito Santo durante o século XIX foi elaborada por Ehrenreich, na década de 1880, considerando a população dos vales dos principais rios, estimando a existência de 5.000 indígenas entre os rios Mucuri, Pancas, Guandu, Sassuhy e Doce.

Contudo, segundo a autora, seria uma estimativa questionável, pois teria sido realizada oitenta anos depois do efetivo processo de colonização na área, quando a população aborígine já teria sido intensamente reduzida pelo processo de guerra, uma Guerra dos Bárbaros (PUNTONI, 2000), pela exploração do trabalho, pela fome e em muito casos pelas epidemias. As estimativas para antes do processo de colonização apontam a existência de 160.000 indígenas entre o Espírito Santo e Ilhéus na Bahia<sup>14</sup>.

Nesse sentido, como aponta Ferreira (2009, p. 63):

Em virtude de sua forte resistência à expropriação territorial, os Botocudos tornaram-se alvo das investidas coloniais de extermínio. Afinal, na continuidade da corrida em busca dos metais preciosos que já apresentavam sua exaustão nas Minas Gerais, acreditava-se que o Sertão do Rio Doce escondia suas riquezas minerais sob a floresta, que portanto deveria ser penetrada e suprimida através das queimadas e da fixação de uma população por meio da agricultura. Como justificativa moral para este extermínio, construiu-se a imagem dos Botocudos como “ferozes” e “antropófagos”, e portanto excluídos da condição humana. No ano de 1808, imediatamente após sua chegada e estabelecimento no Rio de Janeiro, Dom João VI institucionalizaria o extermínio dos Botocudos como política colonial, por meio da Carta Régia de 13 de maio de 1808.

De modo que ocorreria nesse meio tempo um processo de disputa territorial contra os grupos indígenas que ali se reproduziam em meio às florestas de mata atlântica, sendo a racialização a produtora da territorialização do capital, na constituição desse “outro” como fronteira de humanidade e da civilização (MARTINS, 2019), na qual a colonização tentará impor, segundo Ferreira (2009),

Através de uma “guerra ofensiva”, pretendia-se transformar os bravos Botocudos em “vassalos úteis” à ordem real e colonial, como já vinha acontecendo através dos aldeamentos constituídos pelas missões jesuítas, que tinham como objetivo domesticar os “índios bravos” e livres dos sertões. Desta maneira, construía-se a classificação dos diversos grupos indígenas, que se tornavam “mansos” e “domesticados” quando aldeados e inseridos na ordem colonial, ou “tapuias”, “insurgentes” e “selvagens”, quando conseguiam manter sua resistência à expropriação territorial (p. 63)

Portanto, essa *ideologia geográfica* (MORAES, 2005) dos “vazios demográficos” e dos “espaços vazios” moverá processos de imposição da relação-capital através de guerra contra os não-civilizados “botocudos” que ocupavam as terras do norte do Espírito Santo.

Assim, Teixeira aponta que

A guerra e o extermínio dos Botocudos tinham o respaldo jurídico da coroa portuguesa, pois o príncipe regente, D. João, por intermédio da Carta Régia de 13 de maio de 1808, deflagrou a “guerra ofensiva” contra os índios Botocudos do Rio

<sup>14</sup> “As estimativas para a população indígena existente naquela sub-região antes dos primeiros contatos com os europeus, isto é, anteriores a 1500 são, como em outras partes do país, sensivelmente maiores. John Hemming calculou, por exemplo que no Espírito Santo e em Ilhéus existia uma população de 160.000 índios, entre os quais 12.000 Waytacá, 55.000 Tupiniquim, 10.000 Terminonó, 15.000 Papaná, 30.000 Aimoré ou Botocudo, 8.000 Purí e 30.000 Cariri, Guerem, Camuru” (MOREIRA, 2000, p. 141).

Doce das capitanias de Minas Gerais e do Espírito Santo, permitindo ainda o cativeiro dos índios capturados com vida por 10 anos ou enquanto durasse a “fereza” e a “antropofagia” entre eles. O governo imperial determinou que os postos militares (o posto militar era chamado de quartel, por isso ainda hoje algumas localidades de Linhares recebem essa designação) já estabelecidos à margem do Rio Doce recebessem reforços de armas e soldados e que novos fossem criados para proteção dos colonos e ataque aos Botocudos.

Os territórios conquistados com essas guerras contra os índios eram identificados como “devolutos” e destinados à política de colonização do vale do Rio Doce a partir da distribuição de sesmarias para os novos colonos. (TEIXEIRA, 2020, p. 108-109)

Para tanto seria praticado contra as populações indígenas a partir da instalação da guerra contra os botocudos em 1808, um intenso processo de violência extraeconômica e de violência econômica. Neste contexto, como afirma Ferreira (2009):

Ainda no século XIX, o povoamento colonial do Espírito Santo concentrava-se ao sul do rio Doce, enquanto o norte permanecia distante e praticamente inatingível em meio a sua grande floresta habitada pelos povos indígenas e também por comunidades de negros fugidos da escravidão. Se neste momento intensificava-se a expansão colonialista nesta região, os povos Botocudos teimavam em resistir à expropriação de seus territórios. Os povos Botocudos compreendiam diversas etnias do tronco lingüístico Macro-Jê, [...] Assim como a floresta apresentava-se ao colonizador como “impenetrável” e “incompatível” com a vida humana – imagem que foi muito presente nos relatos de viajantes europeus do século XIX – estes povos da floresta foram classificados como “bravios” e “selvagens”, portanto avessos ao processo de “civilização” trazido pelo colonizador europeu. Neste sentido, por todo o território colonial, a floresta e seus povos passaram a ser construídos como obstáculos que deveriam ser eliminados, abrindo espaço à ocupação agrícola, pecuária e mineradora.

A diminuição expressiva da população indígena foi resultante, portanto, da política colonial de dominação do território. Quando amansados, os diversos povos originários deixavam de ser reconhecidos pelo nome de suas tribos e passavam a ser denominados pelas categorias genéricas “índio”, “caboclo” ou “mestiço”, diluindo-se nas estatísticas demográficas enquanto “população livre (p. 63).

### **2.2.2 Territorialização dos quilombolas e as relações com o poder local no norte do Espírito Santo**

Boa parte do debate em torno do coronelismo e da formação territorial do norte do Espírito Santo (por ex. ZORZAL E SILVA, 1986) tende a discutir o movimento de ocupação e territorialização do capital a partir da região Central, num movimento que vai ser desdobrado apenas no segundo quarto do séc. XX, com a construção da ferrovia Vitória-Minas e da ponte Florentino Avidos em 1928.

Diferente disso, aqui ancorados nos estudos das particularidades do norte do Espírito Santo de Anna Côgo (2007), Simone Ferreira (2009), Claudineia Teixeira (2010) e Maria Russo (2011), compreendemos haver um duplo movimento na territorialização do capital nessa área. Apontamos que foi executado por uma mescla representada de um lado pela ocupação territorial típica do período colonial escravista do século XIX advindos de São

Mateus e Linhares formado pelo trabalho cativo, sob mando de uma imensa oligarquia composta por inúmeros coronéis e, de outro, pelo avanço da fronteira pelos imigrantes italianos e alemães a partir de Colatina com a construção da ponte Florentino Avidos em 1928 em Colatina.

Maria Russo (2011), em seu estudo sobre a escravidão em São Mateus, aponta que durante a segunda metade do século XIX, até a abolição da escravidão, vê-se no norte do Espírito Santo, principalmente em São Mateus, a conformação de uma oligarquia agrária e mercantil, composta por coronéis proprietários de terras e de escravos, que tinham intenso domínio territorial entre as áreas entre o rio Barra Seca e o rio Mucuri. Uma enorme parentela iria assegurar o domínio regional e polarizar a oligarquia de São Mateus, desde meados dos oitocentos, com a propriedade de terras e de escravos, além do controle do comércio regional. De modo que Zorzal e Silva (1986) os compreende como classes remanescentes da ocupação territorial colonizadora, compostos por fazendeiros escravistas e as ligadas ao capital mercantil-importador/exportador

Essa oligarquia regional vai ter como raiz a união entre o Comendador Antônio Rodrigues da Cunha e Dona Rita Maria Rodrigues da Cunha que juntos vão ter doze filhos e cinquenta e nove netos, formando uma extensa parentela<sup>15</sup>. Vão praticamente todos se casar com membros de famílias com alguma ascendência econômica no Séc. XIX e início do XX e portar títulos de diferentes patentes da Guarda Nacional - como coronéis, capitães, majores etc.,- expandindo a relação-capital e controlando a área que vai do rio Mucuri ao rio Barra Seca, conformando nessa porção uma “região escravista”, a partir da produção de cana de açúcar, café e, em maior parte, de farinha de mandioca, todas consolidadas a partir do trabalho escravo negro.

A consolidação dessa forte oligarquia rural do norte capixaba vai passar pela participação de personagens dessa família, como os filhos Major Antonio Rodrigues da Cunha (Barão de Aimorés), personagem de maior destaque dessa oligarquia; o comendador Reginaldo Gomes da Cunha, comerciante na corte; o Coronel Matheus Gomes da Cunha, fundador da fazenda Boa Esperança<sup>16</sup> e Constança Gomes da Cunha, que casou-se com o médico Graciano dos Santos Neves, mãe do governador Graciano dos Santos Neves Filho e

---

<sup>15</sup> Entre estas famílias podemos citar os Gomes Cunha, os Santos Neves, os Gomes Sodré, os Esteves, os Abel de Almeida, os Faria Lima e os Silveiras entre as principais, todas escravistas (RUSSO, 2011).

<sup>16</sup> Posteriormente vai se tornar município com ações de cessão de terras no século XX por parte dos governos Santos Neves.

tia-avó do também governador e futuro interventor Jones dos Santos Neves<sup>17</sup>. Vão formar e ter controle das relações regionais de produção (RUSSO, 2011; FERREIRA, 2009).

A faixa que compreenderia essa região estaria sobreposta entre o rio Barra Seca e o rio Mucuri, tendo o porto de São Mateus como principal posto comercial de escravos e de exportação da farinha de mandioca, o que resultaria na sua transformação em local de parada obrigatória para muitas embarcações e companhias brasileiras de navegação. Com isso, a oligarquia mateense faria suas inúmeras ligações, principalmente através de casamentos oligárquicos, entre si ou com indivíduos de oligarquias do sul da província, o que daria para esta uma forte influência sobre o governo da província (RUSSO, 2011).

Assim, em meados do século XIX, houve um grande fortalecimento dessa oligarquia mateense, portando títulos da Guarda Nacional, títulos nobiliárquicos, e também se tornando representantes regionais na Assembleia Provincial, como o Barão de Timbuí.

Essa oligarquia, encabeçada pelo Barão de Aimorés, seria responsável pela instalação dos primeiros equipamentos hidráulicos na província importados para a produção de açúcar, além de iniciar no norte do Espírito Santo a territorialização da cafeicultura a partir de força de trabalho cativa (RUSSO, 2011). Portanto,

Durante praticamente todo o período imperial, São Mateus se apresentou como maior produtor de farinha de mandioca da Província do Espírito Santo e um dos mais importantes da costa brasileira, além de se inserir com relativo sucesso na incipiente produção cafeeira da província capixaba. O rio São Mateus, atuando como uma via natural de escoamento da produção agrícola regional deve ser considerado vetor de peso no desenvolvimento desta região, pois viabilizou uma movimentação dos fluxos mercantis no porto fluvial de São Mateus, próximo à costa brasileira, onde se sobressai também um ativo mercado de escravos (*Idem*, p. 14).

Para essa autora, assim, haveria uma incipiente expansão da cafeicultura para o norte do estado já no séc. XIX, que forjaria a constituição de mais grupos oligárquicos com base escravocrata nessa porção do estado:

Sem embargo, a expansão cafeeira na província capixaba, implicou na expansão da escravidão e acarretou a formação de poucos, mas autênticos, grupos oligárquicos assentados na grande propriedade rural com base escravista. Não só no sul - devido à proximidade com a Corte e a influência da cafeicultura fluminense - mas também no norte da província, tanto na região de Linhares quanto em São Mateus (RUSSO, 2011, p. 30).

Assim, muitos africanos desembarcaram no Porto de São Mateus para ser força de trabalho escrava nas fazendas de produção de farinha de mandioca, convivendo de inúmeras maneiras, cotidianamente, com a violência promovida pelos senhores e seus capangas para ter

---

<sup>17</sup> Como apontado no capítulo anterior fez parte de um certo “coronelismo intelectualizado”, que por dentro da burocracia estatal promoveria a modernização, sendo personagem central da constituição do planejamento no estado do Espírito Santo em meados do século XX.

controle sobre o trabalho cativo dos escravos. Isto se dava tanto pela dor física como pelas humilhações constantes, nas marcas feitas a ferro e fogo no corpo dos e das escravizadas para marcá-las como propriedade de algum senhorio. O uso de instrumentos de contenção para impedir a movimentação dos escravos e evitar fugas igualava-os a animais, além das variadas formas de castigos como o chicoteio no tronco e as palmatórias (FERREIRA, 2009).

Tudo isso aliado a distintas formas de crueldade, como a separação de famílias, estupro, assassinato, não foi recebido por essas pessoas escravizadas de maneira passiva e sim com muitas revoltas e resistência cotidianas, seja pelas fugas em desespero por liberdade coletiva ou individuais, o aborto realizado pelas escravas em busca de libertar seus filhos daquela realidade, o suicídio, o assassinato e envenenamento de feitores e senhores, a “moleza” no trabalho, a negociação de espaços autônomos, além da formação de “irmandades negras” territorializadas na forma dos quilombos, entre outros (FERREIRA, 2009).

Diferente do propagado e descrito por grande parte da literatura da “formação social brasileira”, principalmente no pensamento da linha da teoria do *escravo-coisa* de Fernando Henrique Cardoso (CHALHOUB, 1990) que invisibiliza todas essas formas de resistência promovidas pelos escravizados, perduraram durante todo o período escravocrata até o seu fim.

Desta maneira, os diversos atos de resistência promovidos pelos escravizados eram constituídos por aqueles que não aceitavam a situação de escravo de inúmeras maneiras cotidianamente. Na sua forma mais territorializada, o quilombo também demandava articulações da resistência negra.

Inúmeros relatos durante o século XIX demonstram a ocorrência de vários casos de fugas, rebeliões e ataques de quilombolas por toda a província do Espírito Santo. Em São Mateus, a maioria das fugas seriam relatadas em direção aos “sertões” ou para os “subúrbios” da vila, estando em volta da Vila de São Mateus que seria saqueada por quilombolas, ao mesmo tempo que fazendas e viajantes (FERREIRA, 2009). Em outra perspectiva, também encontramos aparições de relações comerciais da farinha de mandioca e produtos excedentes entre os quilombolas e o *poder local* (TEIXEIRA, 2010)

As populações negras foram levadas a estas áreas pelo tráfico negreiro realizado pelos colonizadores, que os sequestravam no continente africano e os vendiam como mercadoria chegando no Porto de São Mateus para serem trabalhadores cativos domésticos e principalmente na produção de farinha de mandioca. Esta seria a principal mercadoria produzida em São Mateus durante todo o período imperial, sendo o principal produtor da província do Espírito Santo e uma das mais importantes do litoral brasileiro (CÔGO, 2007), pelo expressivo número de trabalhadores escravos e livres (composto por negros alforriados e

fugidos e imigrantes europeus recém chegados). Vai possibilitar, posteriormente, o início da territorialização cafeeira pelo norte do Espírito Santo ainda no Século XIX.

Desse modo, é importante colocar a produção da mercadoria farinha de mandioca,

como uma atividade econômica local de grande porte, porém ignorada pela historiografia do período colonial. [...] no início do século XIX, a produção e exportação da farinha de mandioca constituíam as principais atividades econômicas da região, que atualmente compreende a zona fronteira entre o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo.

A farinha de mandioca alimentava as fazendas monocultoras, povoados e vilas. A comercialização interna às províncias brasileiras teve destaque junto às zonas açucareiras da Bahia e Pernambuco, bem como às zonas de exploração do ouro e centros urbanos onde se sediava o poder institucional da Coroa, com destaque ao Rio de Janeiro. Procurava suprir, assim, a alimentação destas localidades que não possuíam produção voltada à subsistência.

Para além da produção e comercialização interna à colônia brasileira, a farinha de mandioca também teve grande importância na exportação. [...].

Assim, a farinha de mandioca era exportada para a África em troca de escravos, onde muitas vezes era armazenada junto aos portos, servindo de alimento aos marinheiros e africanos escravizados em sua travessia ao Brasil, bem como aos soldados e padres jesuítas que efetivavam o processo de colonização na África. (FERREIRA, 2009, p. 40-41).

As fazendas escravistas da oligarquia de São Mateus, já à margem da economia de *plantations*, por cumprir muito mais o papel de produzir uma *mercadoria secundária* (PRADO JR., 2005), como era a farinha de mandioca, tornaram-se pouco lucrativas com a ascensão do café como mercadoria principal de exportação, primeiro no Vale do Paraíba no Rio de Janeiro e no Oeste Paulista e, posteriormente, no sul da província do Espírito Santo, que estará acompanhada pela crise do escravismo, do processo abolicionista e da subvenção e incentivo à imigração europeia. De maneira que teremos,

a década de 1870 como o momento auge desta produção na região de São Mateus, fato que coaduna com a continuidade da demanda africana pela farinha de mandioca (ALENCASTRO, 2000), que neste último quartel do século XIX não era mais suprida pela produção da Província da Guanabara, voltada para a produção agroexportadora do café. A queda verificada na produção e exportação da farinha em 1885, por sua vez, sugere o contexto do processo de extinção gradativa do regime da escravidão africana, iniciado em 1850 com a proibição do tráfico negreiro impetrada pela Inglaterra (Lei Eusébio de Queirós) e finalizado no Brasil com a abolição decretada em 1888 (Lei Áurea). Neste contexto, a extinção do comércio negreiro destituía o lugar da farinha de mandioca como moeda de troca e alimentação entre os dois continentes, fator que parece ter refletido no início da queda da produção no norte do Espírito Santo (FERREIRA, 2009, p. 48).

Estas circunstâncias diminuirão gradativamente a importância das fazendas que serão cada vez mais abandonadas pela classe senhorial, principalmente com o fim do escravismo que desorganiza a produção e afeta o preço da farinha de mandioca. Assim,

No norte do Espírito Santo, a ocupação de terras pelas comunidades negras rurais nasce tanto das fugas escravas e sua transformação em “calhambolas”, como da herança das antigas fazendas escravistas da região. Através da formação dos quilombos, das doações senhoriais ou da ocupação de terras das antigas fazendas

após a Abolição, efetivou-se a apropriação destas terras livres ao longo dos vales dos rios Cricaré e Itaúnas pelas famílias de antigos escravos. Em terras virgens ou dos antigos quilombos e fazendas escravistas refizeram-se casas, famílias e roças, formaram-se comunidades que passaram a se reproduzir por várias gerações, desenvolvendo muitos laços de parentesco e compadrio (*Idem*, p. 88).

Deste modo, com o fim do escravismo e a conseqüente decadência destas fazendas no fim do século XIX, muitas terras passaram a ser deixadas de lado e abandonadas pelos senhores e apropriadas pelos antigos escravos. A essas terras se somam as inúmeras terras apropriadas na formação de quilombos durante o período de vigência da escravidão e todos aqueles que se tornaram posseiros em busca de fugir das fazendas e sobreviver em meio aos “sertões”.

Este modo de apropriação, para Ferreira (2009), ocorria a partir do uso comum<sup>18</sup>, onde a “terra era à rola”, do mesmo modo que a pesca, caça, coleta e agricultura. Portanto, os agrupamentos negros vão ocupar muitas áreas no norte do Espírito Santo buscando retomar sua dignidade para construírem-se como sujeitos sociais. Essas posses seriam possibilitadas, segundo a autora, pela resistência dos grupos indígenas que estavam defendendo seus territórios contra a invasão colonizadora e o próprio quadro natural, sendo ambos importantes fatores que colocaram imensa dificuldade no avanço da fronteira para o norte do Espírito Santo.

De modo que o momento de “Terra à rola” seria o de abertura para o acesso à terra no norte do Espírito Santo que perdurou entre o fim do escravismo e a chegada dos grandes empreendimentos estatais aos anos 1960. Portanto, até o início do século XX, o avanço da fronteira no norte do estado ficou restringida a algumas porções do litoral, ao sul do rio Doce nas localidades de Santa Cruz e Barra do Riacho, e ao norte do rio Doce basicamente ficando reclusa à localidade de Vila e Barra de São Mateus. O restante chamado de “sertões” seria habitado por remanescentes dos povos indígenas, que ainda não haviam sido assimilados ou dizimados pelo processo colonial de guerra dos bárbaros e epidemias de doenças trazidas pelos europeus. Também foram ocupadas por quilombolas, advindos das fugas das fazendas e da ocupação das fazendas decadentes que foram abandonadas e por posseiros da beira-mar e das áreas de brejos:

O uso comum da “terra à rola” era possibilitado pela existência de grandes porções de terras abandonadas pelas fazendas das sesmarias, ocupadas de maneira

---

<sup>18</sup> “A apropriação e uso comum são formas de organização produtiva muito presentes no espaço camponês e requerem a disponibilidade de terras e outras porções da natureza – como rios, brejos e matas – não apropriadas privadamente. Neste sentido, constituem espaços agrários orientados por uma lógica que prima pela existência coletiva dos grupos familiares, visão que colide diretamente com a transformação da natureza em mercadoria efetivada pelo capital” (FERREIRA, 2009, p. 108).

camponesa pelos já não mais escravos e, a partir da Lei de Terras de 1850, transformadas em propriedade do Estado como “devolutas” e, portanto “passíveis de apropriação individual” (CAMPOS, 2000:8). No entanto, a transformação jurídica destas terras em “devolutas” não foi acompanhada, de imediato, por sua apropriação privada, uma vez que até o início do século XX não representavam um grande atrativo ao capital. Esta situação possibilitou a continuidade do uso comum (*idem*, p. 109).

Nesse momento essa área era tida como um “vazio demográfico”, uma “região desabitada”, “um inferno de matas densas, de febre e de índios bravios” ou ainda como um “espaço vazio” entre outros termos segundo os relatos, discursos e relatórios políticos sobre toda essa área ao norte do rio Doce (MOREIRA, 2001), que a frente pioneira ainda não havia alcançado. Contudo, a partir da década de 1920 haverá a expansão da fronteira agrícola para o norte do rio Doce.

### **2.2.3 Cafeicultura, extração madeireira e pecuária como promotores da territorialização**

A partir de meados do século XIX teremos o café como a principal mercadoria a fazer a territorialização do capital e suas relações sociais de produção pelas distintas áreas no estado do Espírito Santo. Haveria, dentro desse contexto, a introdução de relações sociais de produção novas baseadas no trabalho de imigrantes europeus de origem italiana e alemã, por meio da concessão de terras a eles na área sul e central.

Estes imigrantes foram atraídos ao estado para se tornarem pequenos proprietários. Tiveram sua produção submetida às casas comissionadas e, conseqüentemente, ao capital comercial instalado em Vitória, conectados pelas ferrovias instaladas ou por rotas de tropas. Esse processo caracterizou a estrutura fundiária capixaba como bastante parcelada em pequenas propriedades familiares, principalmente na parte central, com latifúndios predominando no sul e ao norte da província (ZORZAL E SILVA, 1986).

Então, podemos indicar que houve um importante ponto de inflexão na territorialização das relações sociais de produção com o início e a expansão da cafeicultura na província do Espírito Santo a partir do século XIX. A produção da mercadoria café, indiscutivelmente, rompeu com a crise e estagnação que marcava a produção de cana-de-açúcar e farinha de mandioca na província, passando a ser a principal mercadoria exportada a partir de 1854, sendo amplamente intensificada (CÔGO, 2007) e expandida territorialmente com a chegada dos imigrantes europeus nos núcleos coloniais, principalmente na porção central da província a partir da década de 1870 (ZORZAL E SILVA, 1986).

Nesse contexto, Zorzal e Silva (1986) expõe que o aparecimento do coronel-vendeiro é utilizado no Espírito Santo para demonstrar a dependência do pequeno proprietário em relação aos proprietários das casas comerciais, por vezes grandes latifundiários, pois a aquisição de terras e produtos de tais casas eram pagas com a produção de café, o que nos remete a aspectos econômicos e políticos, a partir de um sistema de tipo coronelista, conforme descrito no capítulo 1.

Entretanto, é no norte do Espírito Santo, que seria composta pelas áreas ao norte do rio Doce, onde a última fronteira da cafeicultura vai se expandir como principal cultura no estado, onde os imigrantes serão os agentes da *frente pioneira*<sup>19</sup> (MARTINS, 1975), principalmente a partir da década de 20 do século XX, cuja formação se deu pelo conflito de um lado através da ocupação territorial típica do período colonial escravista do século XIX advindos de São Mateus e Linhares e, de outro, pelo avanço da fronteira a partir dos imigrantes italianos e alemães advindos da área central em direção a Colatina, com a construção da ponte Florentino Avidos em 1928. Essa frente pioneira irá avançar de encontro às comunidades indígenas, no primeiro momento e, posteriormente, em direção às ocupações dos remanescentes quilombolas que ali já ocupavam as terras e se territorializavam, onde está localizado o “Vale da Suruaca”.

Para Souza Filho (1990), esse processo será intensificado e motivado devido: ao fluxo migratório ocorrido pelo crescimento populacional causado pela reprodução das famílias colonas da porção central que, estando em pequenas propriedades necessitariam de novas áreas e iriam passar a buscar abri-las nas margens do rio Doce; ao esgotamento e desgaste dos solos devido ao plantio intenso e sem controle da conservação do solo pelo monocultivo de café nas porções sul e central do estado; e por fim e de maneira decisiva, pela construção da ponte Florentino Avidos sobre o rio Doce em 1928.

Em outra perspectiva Moreira (2001) complementa que as terras a norte do rio Doce só se tornariam disponíveis de maneira efetiva para a formação de fazendas para a exploração de

---

<sup>19</sup> “A frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica [...]. A característica imediata [da frente pioneira] [...] é a de que se instaura como empreendimento econômico: empresas imobiliárias, ferrovias, comerciais, bancárias etc., loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção e o comércio. Passa-se, assim, da produção do excedente para a produção de mercadoria. A frente pioneira surge não como consequência “rebarbativa” da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de reprodução desta. O ponto chave da implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Na frente pioneira a terra não é ocupada, é comprada. Desse modo, a renda da terra. Desse modo, a renda da terra se impõe como mediação entre o homem e a sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através da mercadoria que o sujeito trava as suas relações sociais. Essas relações não se esgotam mais no âmbito do contato pessoal. O funcionamento do mercado é que passa a ser regulador da riqueza e da pobreza. A alienação do produto do trabalho no mercado faz com que as expectativas reguladoras do relacionamento sejam construídas de conformidade com as objetivações da sociedade capitalista” (MARTINS, 1975, p. 46-47).

madeiras depois que foram aniquilados os domínios territoriais dos indígenas “botocudos”. Para essa autora, isso só ocorreu depois da instalação do Serviço de Proteção aos Índios no Espírito Santo (SPI), em 1911, que tornaria disponíveis novas terras para o avanço da fronteira da territorialização do capital.

Com isso, segundo Ferreira (2009, p. 6),

[...] algumas incursões iniciavam-se na região por meio da exploração madeireira de espécies selecionadas da floresta tropical, destinadas à construção civil no Centro-Sul do país. Preocupado em definir suas fronteiras políticas ao norte, o governo do estado do Espírito Santo concedia áreas da floresta à exploração, em troca da ocupação e abertura de estradas na região. Iniciava-se assim o “desbravamento” daquelas áreas consideradas impenetráveis e oficialmente “sem gente”, definindo-lhe como “vocação” a atividade madeireira.

Ao mesmo tempo, como observa Edmilton da Silva (2019, p. 19):

A partir de 1920, as tentativas de ocupa o do Norte capixaba ganharam nova força. Inicialmente, com a cria o da Companhia Territorial de Coloniza o para o Norte do Rio Doce na administra o de Nestor Gomes (1920-1924) e posteriormente, com a constru o da ponte sobre o Rio Doce em Colatina no governo de Florentino Avidos (1924-1928). Houve outras medidas de Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930), João Punaro Bley (1930-1943) e Jones dos Santos Neves (1943-1945).

Dessa maneira, através da Companhia Territorial de Coloniza o para o Norte do Rio Doce, imigrantes italianos e alemães, advindos das colônias ao sul do rio Doce, principalmente da porão central do estado, onde as terras começavam a se tornar pouco produtiva e diminuta para o tamanho das famílias. E também nacionais, como por exemplo, mineiros e norte fluminenses, que adquiriram terras a baixos preços nas partes quentes da porão norte (DA SILVA, 2019) e receberam terras doadas do governo estadual para a explora o madeireira e forma o de serrarias que passam a ocupar a  rea (FERREIRA, 2009). Portanto é a frente pioneira (MARTINS, 1975) que faz a passagem da posse   propriedade nessa área a partir do primeiro quartel do século XX.

Houve também, segundo a autora, por parte do debate acad mico nos mesmos moldes interpretativos dos planos constituídos por Governo de Getúlio Vargas, de cunho desenvolvimentista, a incita o por parte do Estado ao apontar o norte do Espírito Santo como a fronteira de expansão econômica, com o discurso de trazer um igual desenvolvimento entre as “regiões” capixabas (TEIXEIRA, 2010).

A explora o madeireira, durante a década de 1930, seria uma das alternativas encontradas para a ocupa o dos “espaços vazios” do norte capixaba, apontada nos discursos de época, segundo a autora, a existência de uma “abundância” de terras a serem apropriadas e a ocorrência de grandes extensões de florestas de Mata Atlântica, que poderiam ser fonte de m teria-prima para a nascente indústria moveleira nacional e para a produ o de carvão

(TEIXEIRA, 2010). Assim, uma espécie de *ideologia geográfica* (MORAES, 2005) da “vocação natural” das terras do norte do estado para a exploração madeireira naquele momento seria iniciado (Foto 2).

Nesse contexto haveria um lento avanço da fronteira para o norte do estado. Esse quadro são seria acelerado a partir da construção da ponte Florentino Avidos sob o rio Doce em Colatina, que passaria a interligar as faixas norte e sul entre o rio Doce no estado. Ela facilitaria e possibilitaria a construção de novas estradas no norte, onde passariam a surgir povoados e cidades. Assim,

Iniciava-se então um novo momento de valorização deste território de fronteira ditado pelo capital e novamente guiado pela exploração de madeiras nobres da floresta tropical. Na época, o governo do Estado do Espírito Santo preocupava-se com sua efetiva ocupação, uma vez que existia o temor de sua ocupação pela Bahia. Assim, define as primeiras políticas de exploração madeireira, através da qual concedia extensas áreas de floresta para a exploração privada, que em troca deveria traçar um plano de ocupação. Medeiros (1999) descreve como se estruturou esta produção na região da bacia hidrográfica do rio Itaúnas, através da doação de 10 mil hectares de terra do Estado   família Donato (FERREIRA, 2009, p. 91).

De modo que,

o estado tinha uma política de concessão de terras para as madeireiras, por exemplo, no município de Conceição da Barra a Companhia Industrial de Madeiras de Conceição da Barra recebeu uma concessão do estado de 10.000ha para explorar madeira e colonizar a região com lotes de 25ha a 30 ha. A Companhia funcionou de 1925 a 1970. Primeiramente mandava a madeira in natura, posteriormente industrializada em forma de tacos, e no auge das atividades na década de 1950 carregava de 10 a 15 navios por quinzena. Por outro lado, não haviam políticas de estado que trouxessem benefícios sociais para os moradores da região, descendentes dos índios e dos negros que foram escravizados. Para esses restava trabalhar como mão de obra barata nas madeireiras (FERREIRA, 2020, p. 125)

Para tanto, parte dessas populações seriam mobilizadas ao trabalho (GAUDEMAR, 1977) para a retirada da mata nativa para abastecimento das madeireiras incipientes no norte do estado, de forma que a,

[...] população ribeirinha, chamada de caboclos, era contratada pelos madeireiros para a derrubada das árvores, esse trabalho era realizado com o uso de machado e facão. Outras vezes as florestas com suas árvores seculares eram queimadas, abrindo espaço para a construção de estradas, ferrovias, implantação de pastagem para gado e a plantação de cafezais (FERREIRA, 2020, p. 124)

O processo de ocupação dessas áreas seria ainda mais intensificado nas décadas seguintes, por formas distintas de posse e exploração agrícola por parte dos migrantes agentes da frente pioneira.

Para Louzada (2006), uma das formas se dava a partir do ciclo de extração de madeira-lavoura temporária-consolidada com o café. Nesse modelo a cafeicultura era determinante pois as suas necessidades de expansão e reposição motivavam o desmatamento de novas áreas

“virgens” para o seu cultivo. Em seguida, com o esgotamento dos elementos naturais, o café cederia lugar para a pastagem. Esse esquema seria realizado nessas porções da hinterlândia do norte do Espírito Santo entre 1920 e 1960.

**Foto 2 - Embarque de madeira na foz do Rio Doce**



Fonte: Retirado de Teixeira (2020) foto tirada por Eutychio d’Oliver em 1908

Uma outra forma seria em direção ao extremo norte, que tinha um ciclo mais curto, transformado no modelo mata-pastagem, desenvolvendo-se a pecuária extensiva de gado. Nesse modelo de ocupação, não seria a territorialização da cafeicultura a determinante para o avanço da fronteira, mas sim a extração de madeira.

De tal maneira, ambas as formas de ocupação descritas por Loureiro (2006) foram realizadas por um intenso processo de apropriação de ocupação de territórios indígenas, “terras devolutas” e de floresta do norte do estado. A exploração madeireira, o avanço da cafeicultura e da pecuária se constituíram como os principais responsáveis pelo desmatamento das florestas e o declínio dos recursos naturais necessários para a reprodução das populações indígenas (LOUREIRO, 2006).

#### **2.2.4 Suruaca/ES como fronteira da territorialização do capital**

Ao refletirmos acerca dessa territorialização do capital que se ocorrerá nessa porção norte do estado, principalmente depois da década de 1920, vemos que a marcha cafeeira e a exploração de madeira não estavam se localizando na área da Suruaca, mas, ao contrário, sempre nas bordas e ao redor dessas áreas de várzeas, brejos e mangues da porção litorânea do norte do delta do rio Doce:

No que se refere às frentes de povoamento, Becker, Côgo, Gaspar, Egler e Costa datam o final do século XIX, o início da ocupação das terras a oeste dos municípios de São Mateus e Linhares, originando vários núcleos de povoamento imigrante. Não constam em registros ou nos relatos orais, imigrantes ocupando terras à beira-mar, ao contrário, concentraram-se nas regiões mais íngremes e se dedicaram ao cultivo do café (TEIXEIRA, 2010, p. 102).

Portanto, surge a pergunta para debatermos na sequência do texto: quem ocupava essas terras no período anterior ao processo de territorialização das ações estatais ocorrido a partir da década de 1960? Essa área realmente teria sido ocupada apenas a partir das drenagens do DNOS?

O geólogo canadense que passou pelo território brasileiro no período de 1865-1867, Charles Frederick Hartt, apresentava essa área como um pântano contagioso, deserto e intransitável:

[...] dificilmente se pode imaginar uma região mais deserta do que a costa entre o Rio Doce e o São Mateus (Cricaré). De um lado está o mar, do outro um contagioso e intransitável pântano. Comumente as lagoas ficam a uma pequena distância da praia, e são separadas destas por uma noite densa e impenetrável mata; mas em Pitanguinha há uma pequena lagoa perto da praia que se pode obter água. As areias nessas praias são grosseiras, e não se condensam o bastante para produzir uma boa base para os pés. Os animais sucumbem a cada passo, e a viagem do Rio Doce até São Mateus é excessivamente fatigante (HARTT [1865] 1989, p. 127 Apud TEIXEIRA, 2020, p. 122).

Nesse sentido, Teixeira (2020) observa ao analisar as argumentações de Hartt e de Ceciliano de Abel de Almeida (1878-1965)<sup>20</sup> uma certa similaridade, na descrição dessas áreas “vazias”, como um deserto de “gente civilizada”, que “eliminavam” a existência de povos indígenas e quilombolas que ocupavam aquelas áreas pantanosas:

as regiões alagadas, os pântanos eram vistos simplesmente como foco de doenças, uma percepção comum à época. Era crença geral que as febres, as doenças emanavam não apenas dos pântanos, mas também da floresta, assim, muitas derrubadas foram executadas a partir da justificativa de “espantar febre”. Ao aproximar-se de Linhares registra: “Vimos que o Rio Doce, em 1905, exibia a margem esquerda, a partir de Linhares, deserta de gente civilizada. Do Rio Doce para o norte a mata gigantesca estendia-se até à Bahia, exceto em São Mateus, onde houve penetração no braço sul do Rio Cricaré”. É importante observarmos que Ceciliano ao escrever que a região estava deserta de gente civilizada, desconsiderou a existência de tribos de botocudos nas matas as margens do Rio Doce, bem como, das comunidades quilombolas localizadas em territórios próximos à cidade de São Mateus, esses grupos eram ignorados das narrativas oficiais e vistos como um empecilho ao progresso (TEIXEIRA, 2020, p. 120).

Esta porção de áreas alagadas, de pântanos, que, como já anteriormente apontado, seria chamada de Suruaca pelos ocupantes e posteriormente de “Vale da Suruaca” pelas políticas

<sup>20</sup> Pertencente à família escravista dos Abel de Almeida que vão compor a imensa parentela da família coronelista dos Cunha (RUSSO, 2011). Foi Engenheiro, professor e historiador, teria papel fundamental na construção da Ferrovia Vitória-Minas, sendo coordenador de equipes de trabalho nas expedições de “desbravamento” e de construção pelo Vale do Rio Doce. Foi diretor de Viação e Obras Públicas e de Terras e Colonização durante o governo de Jerônimo Monteiro. Seria indicado por Jones dos Santos Neves como o primeiro reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) em 1954.

regionais, atualmente é formada pelas comunidades de Povoação e Degredo, mais próximas à foz do rio Doce, e de Urussuquara, que está mais perto da foz do rio São Mateus, formada por famílias que viviam de pesca artesanal, caça, pecuária de subsistência e plantio de mandioca já desde o século XIX.

Para Portuguesez (2019), a ocupação dessas áreas a norte do rio Doce foi conformada de modo abrangente e com intensidade a partir da segunda metade do século XX, tendo um maior crescimento populacional a partir da década de 1980, com a consolidação das comunidades de Pontal do Ipiranga e Barra Seca. Afirmção que expressa, segundo nosso ponto de vista, mesmo que silenciosamente, na direção da concordância com os argumentos e as ideias dessa área como de “vazios demográficos” e “espaços vazios”, por afirmar que ela, até a década de 1980, seria composta por poucas famílias que não teriam ocupado todas as porções dela e, ao mesmo tempo, afirmar que só com as iniciativas de territorialização promovidas pelo Estado haveria um povoamento mais abrangente nessa porção da planície deltaica do rio Doce.

Entretanto, há argumentos que vão em direção oposta, principalmente os indicados pelos trabalhos realizados por Simone Ferreira (2009), que demonstra a conformação de um campesinato negro na porção mais a norte, e, principalmente para a área da Suruaca pelo estudo de Claudinea Teixeira (2010) em sua dissertação “A reorganização da Beira-mar: Diferentes modos de uso e ocupação no norte do Espírito Santo”, que detalha como foi o acesso à terra na área da Suruaca com relatos orais<sup>21</sup> que apontam inúmeras contradições relativas as afirmações de Souza Filho (1990), Rocha e Morandi (1991), Mota (2002) e Portuguesez (2019).

Acerca disso, Simone Ferreira (2009) aponta a existência de alguns motivos específicos para essa área estar à margem desse processo:

A escolha dessas duas localidades fora atribuída a alguns fatores favoráveis, como a topografia plana dos Tabuleiros Terciários - favorável à mecanização - a dinâmica climática e a proximidade do Porto de Vitória, que facilitava a exportação - no caso do município de Aracruz. Estas condições também se faziam presentes no município de Linhares, situado entre Aracruz e São Mateus, no entanto ali não se estabeleceram os monocultivos de eucalipto. O que se verifica é que as localidades escolhidas constituíam territórios étnicos que vinham sendo ocupados de forma ancestral e não se legitimavam pela lógica da propriedade privada capitalista da terra-mercadoria, mas sim pela apropriação da terrapatrimônio como sustentação da vida. Neste sentido, constituíam formas de apropriação que não contavam com a documentação da terra, diferentemente de Linhares, onde a propriedade privada já se encontrava consolidada nos grandes latifúndios de gado da oligarquia regional (p. 97-98).

---

<sup>21</sup> Uma série desses relatos do trabalho de Teixeira (2010), traremos de forma íntegra pela riqueza de elementos que ajudarão a corroborar com o debate aqui buscado sobre a conformação e transformação das relações sociais na área da Suruaca. Principalmente pelo contexto de pandemia que limitou muita a realização de trabalhos de campo.

Ao passo que,

Quanto a São Mateus e Conceição da Barra, constituíam territórios de antigos agrupamentos negros rurais, oriundos dos tempos da escravidão guiada pelas fazendas de exploração de madeira e produção de café e farinha de mandioca. Em ambos os territórios, a ausência de documentação de propriedade da terra facilitava a especulação imobiliária e a grilagem, consolidando o processo de territorialização do capital através da expropriação das comunidades, por meio de mecanismos de coerção e ameaças que intimidavam os moradores locais, estimulando um intenso processo migratório para as cidades locais e outros centros urbanos maiores, como a capital do estado (*Idem*, p. 98).

Deste modo, a invasão promovida pela colonização alteraria a configuração dos territórios dos povos indígenas através de um intenso processo de violência imposta aos povos que ali viviam e uma intensa modificação na maneira com que estes lidavam com o meio.

O processo de expropriação dos povos originários desde o século XVI até o XIX, a partir da instalação de vários quartéis e aldeamentos indígenas (Quadro 1) por todo o rio Doce e Zona Costeira, ajudaram na promoção da dominação militar dos territórios e a subjugar as populações indígenas e quilombolas que ali viviam (FERREIRA, 2020).

**Quadro 1 - Aldeamentos Indígenas realizados por missionários e autoridades desde o século XVII no norte do Espírito Santo.**

LOCALIZAÇÃO	ANO
Matas do São Mateus - médio curso do Rio Cricaré	1788 - 1850
Barra do Cricaré - próximo à foz do Rio Cricaré	1808
Entre a foz do Rio Doce e a Lagoa Juparanã	1808
Porto do Souza – médio curso do Rio Doce	?
São José do Porto Alegre - na foz do Rio Mucuri	1815 – 1817
Ilha das Bexigas – próximos à foz do Rio Doce	1833
Rio Preto – médio curso do Rio Preto	1833
Lages – no médio curso do Rio Doce	1833
Barra Seca – médio curso do Rio Barra Seca	2ª metade do século XIX
Biritica – baixo curso do Rio Cricaré	2ª metade do século XIX
Conceição da Barra – foz do Rio Cricaré	2ª metade do século XIX
Pepinque – médio curso do Rio Cricaré	2ª metade do século XIX

Fonte: retirado de TEIXEIRA (2020)

Já Claudineia Teixeira (2010), para a particularidade do Suruaca, demonstra que essa porção não seria um “espaço vazio” a ocupar e muito menos um “vazio demográfico”, sem nenhuma atividade produtiva ou ocupantes. Ao contrário ela demonstra que a planície quaternária do rio Doce e sua porção da beira-mar já teria sido ocupada no século XIX, por

um grupo que se reproduzia a partir do uso do território da Suruaca e da Beira-mar a partir da apropriação do mangue, do mar, do rio, dos brejos, da mata, da praia, conseqüentemente na posse das terras. Tal processo já advinha de várias gerações, como aponta o interessante relato do antigo morador Benedito Belo:

Os mais espertos foi pegando a terra, porque naquele tempo não existia lei e a terra não tinha tanto valor, ainda mais aqui, era só brejo. Ia ali e falava “quero essa terra”, então ia pegava pra ele. O Reginaldo Cunha [pertencia a elite política mateense], se já ouviu falar dele, parente do seu Eduardo, ele mesmo ganhou uma sesmaria de brejo; quando resolveu drenar, meu pai contava que foi preciso seis meses para esvaziar tudo e muito home trabalhando. Aí depois veio o Seu Eugênio, esse eu já conheci, que requereu umas terras pra ele e que abriu a boca da Barra. Então os primeiro a morar foi das famílias Cunha, Rosa, Santos, Coutinho, Thomaz... dos Thomaz teve João Thomaz, Louro Thomaz, José Thomaz, me lembro ainda do tal de Euclides Mendes. A terra não tinha dono, cada um tinha o que queria, um dava um pedaço pro outro. Depois numa época teve que legalizar. Cada tempo... as coisas vão ficando... vai mudando (Benedito Belo, 79 anos, entrevistado por Claudineia Teixeira em outubro de 2003)<sup>22</sup>.

Um fato interessante apresentado por Benedito seria a tentativa por parte desse coronel de drenar as áreas de brejo pela abertura de um canal, ou melhor, criar uma foz artificial no rio Barra Seca, que faria surgir a baía de Barra Nova com a criação dessa “barra” nessa porção, o que já demonstra um interesse bem antigo na drenagem dessas áreas alagadas da Suruaca. Possivelmente esses “muito home trabalhando” seriam de trabalhadores escravos pertencentes a esse coronel, que posteriormente viriam a possuir estas áreas com o fim do escravismo. A abertura de Barra Nova para tentar drenar essas áreas de pântano é indicado por Nardoto e Lima (2001) como tendo início nas obras no ano de 1866:

O Comendador Reginaldo Gomes da Cunha, irmão do Barão de Aymorés, sabendo que em determinado ponto esse rio (Barra Seca) se aproximava do litoral, teve a iniciativa de abrir um pequeno canal, ligando-o ao mar, criando assim uma nova barra. Daí surgiu o nome Barra Nova, dado à pequena baía que ali se formou. Essa barra foi aberta em 1866, com a finalidade de se criar um novo porto devido à precariedade da foz do Rio São Mateus, em Conceição da Barra, o que dificultava a navegação. Outra intenção era o esgotamento das águas do pantanal, para o aproveitamento das terras férteis, visando a expansão da pecuária (NARDOTO & LIMA, 2001, p. 2)

Assim, já no século XIX, haveria um grande interesse do *poder local* para drenagem dessas áreas tendo duas motivações principais: a primeira seria a constituição de um novo porto para haver uma alternativa ao Porto de São Mateus e, a segunda, seria o saneamento das áreas alagadas e brejosas para se expandir a produção de mercadorias sobre essas áreas até então impróprias para a produção de mercadorias agrárias, principalmente para introdução da pecuária na área.

<sup>22</sup> Trecho retirado na íntegra da pesquisa de Teixeira (2010).

Essas iniciativas de interesse dos coronéis logo se mostraram inviáveis de serem realizadas nesse período, principalmente a drenagem das áreas úmidas, que só seriam levadas a termo pela iniciativa estatal a partir de 1960, quando o Estado já estaria *centralizado* e *autonomizado* dessas mesmas oligarquias, e direcionaria a partir do planejamento regional a transformação das várzeas.

O relato também demonstra a existência de relações regionais com membros da oligarquia regional de São Mateus, inclusive mostrando a participação do poder local na ocupação das áreas de brejo pelo Comendador Reginaldo Cunha, irmão do Barão de Aimorés, que teria recebido para si as áreas de brejo como sesmaria. Ele indica que esses membros da elite local foram os primeiros a ocuparem esta área, algo que nosso debate demonstra que não ocorreu de fato.

Ao mesmo tempo aponta para uma certa abertura para acessarem as terras por intermédio desse coronel, pois as terras “nem valor tinham”, nem proprietários, o que para ele era ainda mais claro para as áreas de brejo, o que indica, de certa forma, que existiria uma força de trabalho cativa, já que as terras seriam livres.

É demonstrado ainda que depois de um tempo os posseiros tiveram que legalizar as terras, ocorrendo uma transformação nas relações sociais, principalmente com o fim do escravismo quando haveria uma grande abertura para posseamento dessas terras.

Como aponta Simone Ferreira (2009), entre o período do fim do escravismo e a década de 1950, essas áreas a norte teriam passado por um momento em que as terras estariam abertas para serem ocupadas ocorrendo o que seria descrito por ela como momento de “terra à rola”, condições vividas pelo campesinato negro, que teria um modo de ocupação onde as terras seriam de uso comum entre os quilombolas, indígenas e ribeirinhos.

Nesse sentido, aponta Teixeira (2010) para o contexto da Suruaca, houve por parte dos quilombolas e indígenas a ocupação de parte dessa área pela apropriação de terras devolutas, nessa porção que era tida como terras sem importância por parte da província:

Os africanos, quando cativos, fugiam dessa condição em busca de terras para refugiar-se, formando quilombos. Assim como os indígenas, estes não recebiam concessão de terras, portanto, apropriavam-se de terras devolutas. Após a abolição da escravatura em 1888, os ex-cativos buscaram um lugar de moradia. Nesse contexto, é sensato considerar que as terras de pouco valor econômico tenham sido as mais ocupadas (p. 89).

Desse modo, a autora aponta que o processo de ocupação da Suruaca conformaria um território que seria ocupado por essas populações, constituindo o que ela denomina de um “campesinato litorâneo”.

O campesinato litorâneo caracteriza-se por diferentes atividades: a agricultura itinerante, a criação de animais, a pesca, a caça e o extrativismo vegetal. Nesse padrão de ocupação, uma importante característica nesse território é a coletividade na apropriação dos ambientes naturais, ou seja, a existência de terras de uso comum, uso comunal ou uso costumeiro: o rio, o mangue, as matas, o brejo e o mar, cujo acesso era de/para todos que estivessem na beira-mar (*Idem*, p. 55).

Este seria composto por esses remanescentes de quilombos, indígenas sobreviventes da Guerra dos Bárbaros e de inseridos na nova sociedade que estava sendo gestada, os quais se apropriaram desse espaço por um longo período - até a década de 1960 - quando se iniciam as ações estatais nas várzeas por parte do DNOS.

Contraditoriamente, mesmo que as populações estivessem ocupando aquela área, obtendo uma conduta territorial sobre essas várzeas costeiras e, mesmo sendo um espaço socialmente produzido por esses grupos, elas não apareciam nos estudos e seria tida como um lugar sem atividade produtiva e vazia de pessoas, ao passo que estas seriam invisíveis perante o discurso desenvolvimentista (TEIXEIRA, 2010). Esse discurso continuaria sendo empregado para a transformação e apropriação desses locais para o capital a partir da década de 1960. A autora indica que é bastante comum nos estudos sobre o norte do estado retratam essas áreas, inclusive as mais próximas ao litoral, como “terras vazias e sem dono”, “espaços vazios” ou “vazios demográficos” até esse período<sup>23</sup>.

Teixeira (2010) analisa o Relatório do Censo de 1920 e o estudo de Bertha Becker (1973) sobre essa porção do estado, e indica que ambos descrevem essa área de várzea e a Beira Mar ao norte do rio Doce como terras vazias a serem “desbravadas”. Contudo, alega que as áreas ditas “terras vazias” na verdade eram, em sua grande maioria, áreas de uso da agricultura familiar, reproduzida por um “campesinato litorâneo”, que produzia diversas culturas temporárias - arroz, feijão e mandiocas:

Essas culturas temporárias encontravam-se nas terras baixas pantanosas não ocupadas, [...] correspondem à chamada Várzea Litorânea do Suruaca, extensa região de baixadas, inundadas nos períodos de cheia do Rio Doce e seus afluentes. Devido as suas características ambientais, são comuns os estudos que a descrevem não habitada e consideram as primeiras ocupações após abertura de canais de drenagem na metade do século XX para fins de pastagens e atividade do petróleo e gás.

Ao analisar os relatos de moradores percebe-se que nessas regiões ocorria uma produção de culturas temporárias [...], um campesinato litorâneo, resultante de

<sup>23</sup> “Não há pântanos memoráveis mais que algumas margens d’estas lagoas; há porem alguns lugares paudózos em terrenos balofos, que qualquer Corpo estranho entrando d’eles de súbito quase desaparece, taes são as vertentes do Rio Mariricu, e rio Preto, e amargem do meio dia da lagoa Giparanã. Em geral há imensos brejos pelas margens dos rios, e lagoas, e entre montes, que produzem juncos, tabuas, lírios, e tiriricas, em algumas das margens dos quaes se fazem belas plantações de Arroz. Nas margens do mar taes brejos estão cheios de mangues de diferentes qualidades. Com bem pouco trabalho se podião tornar estes terrenos excelentes para as lavouras, e criação, o que se não faz, ou por indolência, ou pela abundancia de terras” (VASCONCELLOS, 1978, Apud TEIXEIRA, 2010).

núcleos familiares organizados à beira-mar. Todavia, são invisíveis diante às produções exportadoras, apesar da produção de um excedente que abastecia o comércio local (TEIXEIRA, 2010, p. 100).

Nesse sentido, a partir de uma série de relações, seria constituído um extenso território nessa porção composto por comunidades originárias, principalmente indígenas<sup>24</sup>, mas também de povos africanos e europeus<sup>25</sup> como observa Simone Ferreira (2020):

A Planície Costeira do Rio Doce envolve uma pluralidade de Comunidades Tradicionais originárias, sobretudo, dos povos indígenas que aí se territorializavam desde tempos anteriores ao processo colonial e se encontraram com povos de outras origens, como africanos e também europeus. Desse encontro étnico nasceriam estas Comunidades que construíram seu modo de vida intimamente entrelaçado com as potencialidades oferecidas pelo ambiente fértil das lagoas, brejos, rios, manguezais, florestas e restingas, como é o caso dos pescadores artesanais, marisqueiros, ribeirinhos, das Comunidades indígenas, quilombolas e camponesas

<sup>24</sup> Teixeira (2010) recolheu uma série de relatos acerca da presença de indígenas nessa área até o início do século XX: “Segundo moradores antigos, as famílias Clarindo, Gomes, Correia, Rufino e Nunes têm a descendência indígena. Alguns admitem essa descendência, chegando a afirmar: “ah sim... minha avó foi pega a laço. Meu avô nasceu em 1900, ele conta que por aqui tudo tinha índio”. (Sr. Jerônimo Nunes Coutinho, morador do Nativo, em 2009). “Nesse lado de cá do brejo... não cheguei ver índio, mas os Rufino parecia que era... não paravam em lugar nenhum, moravam num canto... em outro... viviam andando... era uma família que só comiam com a mão, pescavam muito e nunca ligaram pra ter uma terra de brejo, eram bem caboclo e de cabelo espichado” (Sr. Delmiro Lima, 75 anos, morador de Brejo Velho).

A família Rufino é a mais citada. Nesses relatos foi comum ouvir: “eram muito fracos, viviam andando, não parava em lugar nenhum, não ligava para ter terras de brejo, vinha e pegava a nossa comida”. Sempre os descrevem como caboclos, pele meio clara e de cabelo grosso espichado.

A Sra. Antonia Rufino, 76 anos, antiga moradora afirma ser filha de índio e relembra, “meu pai não parava em canto nenhum, viviam andando com nós... eu também estou assim, acho que puxei meu pai, não consigo ficar em lugar nenhum, hoje estou aqui em Guriri, daqui a pouco estou em Vitória...” Não só a geração de Dona Antônia se autodenomina índia, bem como a geração de seus filhos e netos: “eu sou filha de índio, meus avôs, meus tios, minha mãe”. “Eu queria que alguém descobrisse de qual tipo nós somos” (Katia, sobrinha da Sra. Antônia, moradora do Mariricu, em abril de 2010).

A família Martins, ao que tudo indica, teve sua origem na Meleira, como afirma o Sr. Ivo Martins, “meu pai e seus irmãos circulou entre Meleiras e Nativo, esses Martins do lado de lá do Mariricu... somos tudo parente, é muito Martins..., meu pai era branco (origem portuguesa) e minha mãe veio do Sapê do norte, ela era bem escura, seu nome é Eutália, tiveram cinco filhos. Além do meu pai, tinham os irmãos João Martins [Joca Martins foi morador de Meleiras, falecido], Leonel Martins, Liberalino Martins, Custódia Martins e Clarinda Martins.” (p. )

<sup>25</sup> Ao mesmo tempo também descreve a presença de famílias com descendência Africana e Europeia: “A família Gomes, da localidade de Mariricu, onde permanece até hoje, nasceu da união de Vergílio Gomes dos Santos (branco) e Alzira Maria da Conceição (negra). “Aqui viveu meu pai e meus tios, todos os filhos do meu avô ficaram por aqui mesmo, era terra que ia dali do rio até a praia, mas ele era da Ferrugem. Ah se meu pai fosse vivo... tinha uns 112 anos. Nesse lado de cá era minha família, a família de seu Vavá e a família de Manduca, ele veio da Meleira” (Domingos Gomes dos Santos, 64 anos, morador de Mariricu, em abril de 2010).

Outra família misturada identificada foi a Lisboa, sua origem é de Lisboa (Portugal) e ocupou a beira-mar, “a região da praia já foi quase tudo dela, o Sr. Antonio Lisboa e Dona Conceição Lisboa, foram os donos da terra, o Guriri, o Mariricu, ia até o Brejo Velho, eram mais de 80 alqueires. Esse povo português chegou pra trabalhar mesmo, dava um pedaço pros outro plantar a meia, ia dando, ia dando... e o que produzia botava na canoa e levava pra boca da Barra e botava no navio. Eu mesmo, meu avô Porfírio Lisboa, arrumou a Celestina Margarida dos Santos, mas ele tinha outra família, minha avó, ela era de Cabo Verde, bem escura, eu sou filho de Palmira dos Santos Lisboa e Noberto Alves Rangel, a gente não tinha valor, por causa da nossa origem...” (Sr. Vavá, 73 anos, morador do Mariricu).

A família Sena: Sra. Maria dos Santos de Sena moradora da localidade de Barra Nova Norte, esposa de Manoel de Sena e o irmão Moisés de Sena (falecidos), ambos de cor negra e moradores nativos da localidade. Parte da família permanece dispersa em localidades litorâneas no município de Linhares, em Barra Seca, Cacimbas e Povoação.” (p. 87)

Entre essas Comunidades existem diferentes tipos de relação, seja de consanguinidade, parentesco, religiosidade e devoção, bem como trocas comerciais e relações sociopolíticas. A extensa rede de parentesco se estende por toda a planície costeira, revelando elementos de uma ancestralidade comum presentes entre diversas Comunidades, que muitas vezes se encontram situadas em localidades distantes na planície. Estas relações de parentesco, dentre outras, alimentam uma referência de identidade coletiva fundamentada na ancestralidade comum e revelam a apropriação histórica deste espaço que configura um extenso território tradicional associado à Planície Costeira do Rio Doce (p. 139).

As Comunidades da Planície Costeira do rio Doce que compõem a Suruaca vão historicamente se territorializar em um diversas porções dessa área (Mapa 3), como descreve Ferreira (2020):

- A Comunidade Nativo, localizada um pouco mais na hinterlândia entre o rio Mariricu, parte do manguezal da foz desse rio e as áreas alagadas da planície costeira. Ela estaria ligada às primeiras ocupações dessa área no século XIX, estando ali um dos cemitérios mais antigos com raízes indígenas onde podem ser encontrados resquícios arqueológicos de sepultamentos indígenas. Essa localidade também seria, até meados do século XX, um ponto de referência comercial, sendo uma saída pelo rio Mariricu dos itens produzidos pela própria Comunidade, como porcos, farinha e telhas de barro que viriam a ser comercializados no Porto de São Mateus. A Comunidade, para sua reprodução, também praticaria a mariscagem do caranguejo e criação do gado leiteiro, que forneceria leite e queijo;
- A Comunidade Campo Grande estaria localizada a sul do exutório do rio Mariricu construído artificialmente no século XIX, numa porção onde se formaria, por decorrência da abertura dessa foz, um complexo manguezal, fazendo com que essa comunidade se reproduzisse através da mariscagem de caranguejos. Ela também teria como base a produção de farinha de mandioca;
- A Comunidade Gameleira estaria vinculada às áreas de manguezal do Rio Mariricu, ao lado do manguezal e à foz aberta no Rio Mariricu, praticando majoritariamente o catado de caranguejo.
- Já as Comunidades Barra Nova Norte e Barra Nova Sul surgem ligadas à abertura da foz artificial do rio Mariricu no século XIX, o que teria facilitado o acesso dos pescadores ao mar e com isso a possibilidade de que se atracassem barcos no novo estuário conformado por esta obra, além da própria pesca. Elas seriam estruturadas nas duas porções da foz gerando o surgimento dessas duas distintas comunidades. As duas teriam na pesca marítima sua principal atividade de subsistência, e também na pesca e mariscagem no próprio rio, atividade realizada em sua grande maioria pelas mulheres;

- Há ainda as comunidades que se localizam nas porções mais interioranas da Suruaca, como as que estão a oeste do Rio Mariricu, como São Miguel, Ilha Preta, Ferrugem e Sítio da Ponta, estando basicamente situadas na porção entre o Rio Mariricu e a área alagada e de brejos da Suruaca. Estas Comunidades estão mais vinculadas às atividades da agropecuária de pequeno porte, como o gado leiteiro e a farinha de mandioca e ligadas ao artesanato. Também praticam atividades de pesca e mariscagem, ainda que em menor escala;
- Teremos ainda as comunidades localizadas mais na porção sul da Suruaca composto pelas Comunidades Mariricu (pescadores), Degredo (pescadores e quilombolas) e Povoação (pescadores e agricultores).

Assim, como afirma Teixeira (2010) essas comunidades se constituiriam a partir da metade do século XIX, onde

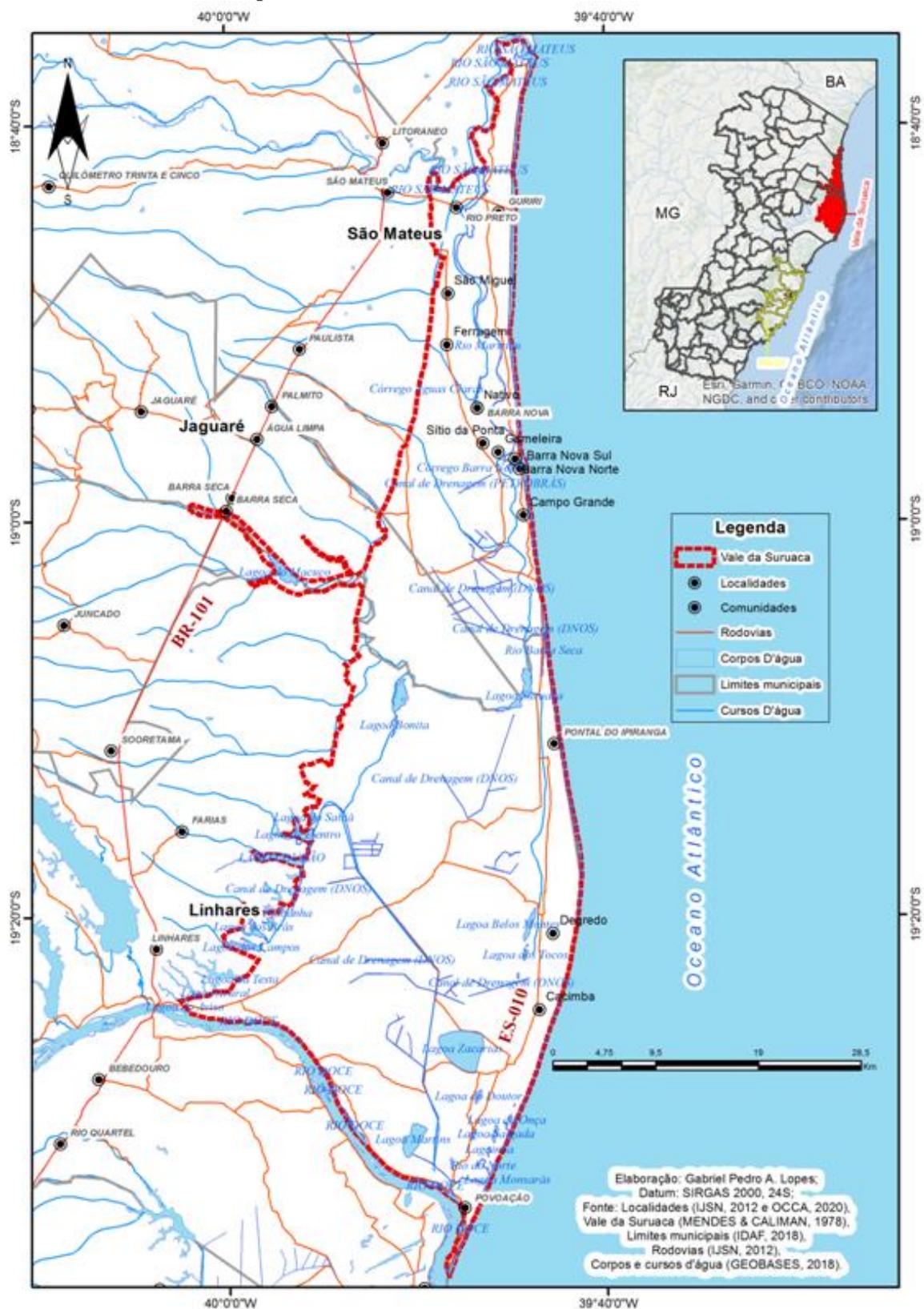
[...] constata-se a existência de uma população nesse trecho do litoral, entre o século XIX e metade do século XX, mantinham na beira-mar um modo próprio de produção, garantiam, com um excedente, o abastecimento das populações urbanas com gêneros alimentícios produzidos em roças, numa agricultura de modelo itinerante, cuja mão-de-obra familiar.

Esse território - a beira-mar - até a década de 1960 esteve ocupado, predominantemente, por roças - unidade produtiva de cada grupo familiar (p. 105).

Dessa maneira, de acordo com essa autora, seguindo características particulares, as terras ocupadas durante o Séc. XIX até metade do Séc. XX nesta porção pelo “campesinato litorâneo”, tinham dois modos distintos de ocupação das terras: as terras de nativo e as terras de herança. Essas não apresentavam valor mercantil até as intervenções estatais iniciadas na década de 1960, principalmente as que se localizavam nas áreas de brejo.

Claudineia Teixeira (2010) aponta que as comunidades formadas na Suruaca, principalmente as mais próximas à beira-mar, não estariam “pouco ou não integradas” ao contexto de São Mateus, pois, mesmo que grande parte do que era produzido por estes seria para a subsistência familiar, o excedente, principalmente dos produtos da mandioca, seria comercializado em São Mateus para que pudessem acessar as mercadorias que não conseguiam produzir nas terras de nativo e de brejo.

Mapa 3 - Comunidades e localidades da Suruaca/ES



Para essa autora, até a década de 1960, o intercâmbio de mercadorias era realizado para a busca daquilo que esse “campesinato litorâneo” necessitava à época, geralmente a partir da

base da troca simples (M - M). Em outros momentos o produto tinha valor mercantil na localidade assumindo um preço que se desdobrava na troca da mercadoria por dinheiro (M - D). Assim, para ela, nessa particularidade, até meados do século XX, existia uma produção mercantil simples:

O cultivo de arroz nas terras de brejo do território, desde Barra seca ao Mariricu foi mais indicador do campesinato litorâneo, e como a farinha de mandioca, havia um excedente desencadeando uma produção mercantil simples (TEIXEIRA, 2010, p. 60).

José de Souza Martins (1975) ao analisar o contexto de “fronteira” aponta que,

O caráter de excedente do produto da frente de expansão se combina com essa forma peculiar de posse da terra em decorrência da satelitização das relações de troca, isto é, da presença do colonialismo como elemento da estruturação dessas relações. O excedente é, assim, o artigo que adquire valor de troca porque há condições econômicas para sua comercialização e não porque tenha entrado nas relações de troca como resultado da divisão do trabalho. Na frente de expansão, as condições de vida são reguladas pelo grau de fartura e não pelo grau de riqueza. O empreendimento capitalista se situa “fora” dos componentes da estrutura social da frente de expansão e absorve a renda potencialmente gerada pela terra. Por isso mesmo, as tensões que marcam a frente de expansão são tensões entre a sociedade capitalista que se faz presente na fronteira econômica e a sociedade tribal à qual se disputa, mediante o empenho dos que estão situados na frente de expansão, à terra necessária à preservação dessa frente (MARTINS, 1975, p. 46-47).

Uma série de relatos recolhidos por Teixeira (2010) apontam para a frente de expansão na Suruaca. Eles descrevem, inclusive, como eram a forma e o esquema espacial de produção, distribuição e comercialização dos itens produzidos pelos “camponeses litorâneos” dessas áreas no contexto de fronteira encontrado na Suruaca no período antes das ações estatais:

a mandioca era do lado da praia e o arroz no lado do rio, antes levava de canoa pelo rio, lá no Guriri tinha a pila de arroz do Sr Chaba, ah... era o empresário do pila, todo mundo batia o arroz lá, hoje é pré-moldados do Bazelato, mas antes tinha o seu Jair Coelho, ele vinha aqui buscar o arroz, encostava o caminhão e levava de todo mundo (Domingos Gomes dos Santos, entrevistado por Claudineia Teixeira em abril de 2010).

Eu estou com 72 anos, nascido e criado aqui, posso confirmar desde o começo, e quando acaba botava uma roça de meia quarta arrumadinha e ia pro fundo do quintal e criava a vontade, tinha umas cinco, seis porquinhas davam uma renca de quarenta, cinqüenta leitão, aqueles cinqüenta leitão com quatro meses ele dava uma base de vinte quilo cada um, dentro de dez porquinhos, dez vezes dois, dava duzentos quilo, é. Eis com duzentos quilos de criação de porquinho, ele pegaria cem réis, naquela época era cinqüenta réis, pegaria cem réis em dinheiro. Vendia aqueles porquinhos, comprava pra vender, ele com cem réis ia na rua, não tinha negócio de crediário de loja, não tinha nada, não tinha prestação, não tinha nada. Ele ia na rua, fazia uma feira pra dez pessoas dentro duma casa, aquela feira dá para agüentar o mês por quê? A gente tinha criação de porco, dava pra agüentar a despesa, tinha a lavoura, que dava pra agüentar a despesa da farinha, e era tudo e tinha fartura (Sr. Benedito Belo, entrevistado por Claudineia Teixeira em outubro de 2003).

Naquela época nós criava muito porco, vendia também, era mais difícil mas parece que tinha mais saída, **tinha mais valor**, e hoje, eu acho que quanto mais a gente que vende as coisas não tem preço, porque parece que está mais difícil pra gente vender... Muitas vezes eu botava aqui em canoa e levava lá em São Mateus, tinha aqui, um tal de Miltinho [dono de uma antiga mercearia no centro da cidade de São

Mateus/mais tarde supermercado e não existe mais], seu Miltinho, vendi muita farinha para eles, feijão, tudo isso nós levava para vender para eis (Sr. Benedito Thomaz, entrevistado por Claudineia Teixeira em outubro de 2003).

Na beira de mar era mata. Antigamente era todo mundo... criavam soltos. Eu gostei mais de criar porcos, **os marchantes vinham comprar para vender** em São Mateus para fazer banha. Naquela época não era açougue, era no mercado (Delmiro Polônio de Lima, entrevistado por Claudineia Teixeira em janeiro de 2010).

Você conhece um jeguinho? Aí eu ia mais longe, pegava o caranguejo e botava no balaio ia para o Barro (Água Limpa, Palmito), lá vendia , negociava, trocava por banana da terra, às vezes café, farinha até terminar, a outra parte de dinheiro trazia em dinheiro e a que eu negociava jogava no balaio. Meu pai [Sr Febrônio de Oliveira, filho de escravos] trabalhava na fazenda de gado, eu e ela [sua mãe] ficávamos **pra fazer giro pra alimentar a família** (Sr. José Wilson de Oliveira, entrevistado por Claudineia Teixeira em outubro de 2003).

Nós saía às 4 horas da tarde, levando melancia e outras coisas que dava por aqui para vender no mercado lá no Porto de São Mateus, na época que a cidade era lá e pra chegar lá era só noutro dia, 7 horas da manhã. Tudo era levado em canoa. Fazia também a telha cambuca com a batinga, principalmente em Nativo e Gameleira, a nossa perna era usada para moldar e aí nós ia vender pelos lugar, tudo na canoa (Senhor Roberto Mercedes da Silva, entrevistado por Claudineia Teixeira em setembro de 2003).

Dessa forma, o comércio de parte dos produtos produzidos pelas populações que viviam e ocupavam a Suruaca, ocorria mesmo no contexto apontado como de “vazio demográfico”, “espaços vazios” e “não integrados” dessa porção com as outras áreas do estado, pelo discurso da época e propagado ainda hoje pelos acadêmicos da “formação econômica” do Espírito Santo.

De certo modo, a partir dos relatos acima, podemos indicar que a reprodução social nesse contexto na Suruaca se dava pela produção para subsistência, enquanto a venda do excedente produzido, como o porco, o arroz, a farinha de mandioca, melancia, do catado e dos itens artesanais produzidos e etc., tinha, na sua grande maioria, um papel de complemento para a compra dos itens necessários para a subsistência, conseguidos através da troca da mercadoria por dinheiro e do dinheiro pelos itens básicos para a reprodução das famílias, sendo possível a existência de uma determinada “fatura”. Embora também existam sinais de mobilização ao trabalho nas fazendas de pecuária, onde alguns dos membros das famílias trabalhavam como vaqueiros para complemento da subsistência.

Por outro lado, também aparecem relatos como o seguinte:

Colhia muito arroz na terra de brejo, vendia. Chovia bastante, o brejo agora é só pasto... Tinha muito peixe, porque não tinha pescador, tinha quem pescava pra comer, ninguém vendia o peixe. Hoje tem mais pescador do que peixe (Sr Silvino Alves Passos, entrevistado por Claudineia Teixeira em dezembro de 2009).

Ele indica que a reprodução enquanto “camponeses litorâneos” nesse período já bastava para a reprodução familiar, pois era possível a produção de um item básico para a alimentação como o arroz, que seria utilizado para consumo da família e vendido seu excedente em São

Mateus, ao ponto de não ser necessário que vendessem os peixes pescados; ao contrário era, em sua totalidade, segundo o relato, utilizados para a alimentação da própria família. Portanto, eles ainda não seriam mobilizados e transformados em trabalhadores “pescadores” nesse momento.

Por conseguinte, vemos na Suruaca a formação da categoria trabalho como historicamente determinada (MARX, 2017), de modo que nessa particularidade essa categoria estava em gestação em meados da década de 1950, pois as populações que ali se reproduziam ainda tinham os meios necessários para sua subsistência e não estavam “livres como pássaros”, expropriados e espoliados dos meios de produção, para que houvesse uma imposição a se tornarem força de trabalho. Quadro que será intensamente transformado com a territorialização das ações estatais a partir da década de 1960.

O que fosse plantado, confeccionado, criado, catado por essas populações, seria levado para a cidade ou até onde as mercadorias tivessem valor para serem comercializadas. A criação de porcos, a produção de farinha de mandioca, a cata de caranguejo e o cultivo de arroz são atividades que acompanham a formação territorial da Suruaca desde o século XIX e, a partir dos relatos dos moradores, faziam que essas populações que ali viviam tivessem, apesar das inúmeras adversidades, uma certa liberdade e autonomia (TEIXEIRA, 2010), em comparação ao período posterior às ações estatais que territorializariam a relação-capital para a Suruaca e transformariam e suprimiriam a reprodução daquelas populações.

No entanto, como indica Teixeira (2010) e os relatos anteriores as populações dessas áreas nunca estiveram geograficamente isoladas uma vez que o rio Mariricu e o rio São Mateus seriam as “estradas” que permitiriam o fluxo dessas pessoas, e o bote ou a canoa eram utilizados como os meios de transporte que permitiriam a mobilidade das mercadorias e das pessoas na Suruaca por longos percursos:

Olha, pra sair daqui e chegar num São Mateus era tudo muito difícil, nós ia de bote, canoa e ia descendo rio adentro, porque nós não tinha estrada, e depois quando chegava, nós terminava a pé. E quando abriu a estrada de Barra Nova, aí ficou mais fácil, porque aí nós pode ir de ônibus, junto com a estrada veio o ônibus. Atravessava de canoa até do outro lado e aí a gente segue, faz isso até hoje, só agora indo até Barra Nova, resto é pela estrada (Relato de Manoel, 62 anos, morador de Campo Grande, entrevistado por Claudineia Teixeira em outubro de 2003).

Vai ser na década de 1960 com a construção das rodovias (Quadro 2) por parte das ações estatais, muitas delas construídas pelo DNOS e pela Petrobrás, que determinaram o processo de “abertura da região” para a livre mobilidade de trabalhadores (GAUDEMAR, 1977) e capitais, que inúmeras transformações ocorreriam na Suruaca.

Neste período, iniciaram-se as vendas de terras rurais para latifundiários da pecuária e da rizicultura e posteriormente também para transformação em solo urbano, ao mesmo tempo em que agricultura itinerante paulatinamente deixaria de ser praticada pelo cercamento dos brejos, também seria reduzido o comércio agrícola que era praticado no Mercado Municipal que ficava no Porto do rio São Mateus, momento que marca a falência do Porto enquanto espaço central do comércio do norte do estado (TEIXEIRA, 2010).

**Quadro 2 - Constituição do Sistema rodoviário na Suruaca a partir da década de 1960**

Rodovia	Abertura	Caracterização
ES-423	Década de 1960	Nomeada de Othovarino Duarte Santos atravessa a cidade de São Mateus e se liga a BR101, construída na década de 1960 por intermédio da PETROBRAS e representa grande influência no seu percurso a ponte sobre o rio Maríricu facilitou a entrada dos primeiros chegantes (na década de 1950, o acesso até a praia era feito por um caminho de areia e seu objetivo foi escoar o arroz cultivado nas terras de brejo da beira-mar, substituída em 1966, em madeira e permitia a circulação de um veículo por vez. Em 1997 veio de concreto e com a infra-estrutura).
ES-010	Década de 1960	Construída pela PETROBRAS, em etapas, primeiramente até o Brejo Velho e à SM8, posteriormente até o Ranchinho. Daí pra frente a Prefeitura finalizou até a Barra Nova Norte no final da década de 1970.
Estrada Nossa Senhora dos Navegantes	Década de 1980	Permitiu o acesso aos vilarejos Maríricu, Meleira e Barreira, antes pelo rio, sua construção foi por etapa, primeiramente, até o Maríricu na década de 1980 e em 1991 até Meleiras. A aquisição de terras por chegantes de influência política e a necessidade do seu uso para escoar a produção de coco e leite nas localidades de Meleiras e Maríricu favoreceram para a ampliação da estrada, concluída no ano 2000, aproximadamente 20 km. Estrada intermunicipal (São Mateus e Conceição da Barra)
ES-315	Década de 1960	Liga às localidades de São Miguel, Ferrugem, Nativo de Barra Nova e Ponta a Pedra D'água, permite o acesso a SM8 e ao Terminal Norte Capixaba (TNC). Não pavimentada, é grande importância para as localidades e recebeu ordem de pavimentação no mês de junho de 2010 – Petrobrás e Governo Estadual.
ES-010	Década de 1980	Do outro lado rio Maríricu, de Barra Nova Sul para Campo Grande e Uruçuquara, a abertura da estrada ligou essas localidades ao balneário Pontal do Ipiranga (Linhares). De Barra Nova Sul a Campo Grande (direção norte-sul), são cerca de 10 km de estrada, nomeada Avenida Bernardo Cardoso pela população local, nome de antigo morador da localidade (figura 26), é acesso para o Terminal Norte Capixaba. De Uruçuquara (direção sul-norte) para Barra Seca e Pontal do Ipiranga, cerca de 10 km de estrada, manutenção realizada pela Petrobrás, nela trafega caminhões e outros veículos a serviço da Estação Suruaca, localizada entre Pontal do Ipiranga e Barra Seca, futura Rodovia do Sol, percorrerá todo litoral capixaba.
ES-429	Década de 1960	Liga a beira-mar a BR 101, inicia no Km 98, na localidade de Palmito, município de Jaguaré, segue em direção leste, pavimentada pela Petrobrás até o acesso à Fazenda Alegre, Estação de Tratamento de óleo pesado da Indústria do petróleo e gás.

Fonte: Elaborado por Teixeira (2010)

Assim, existiria um antes e um depois da construção da Rodovia Othovarino Duarte, que estaria fortemente ligada à exploração do petróleo e gás e à produção de arroz na área marcando o início dessas transformações ocorridas na Suruaca. Como demonstra um interessante relato recolhido por Teixeira (2010):

Aqui tudo era mata e caminho de roça, esse lado de cá já foi diferente... você quer que eu falo de antes da Othovarino ou depois da Othovarino. Tem o tempo de antes e de depois (Sr Vavá, morador do Mariricu, 73 anos, entrevistado por Claudineia Teixeira em abril de 2010).

Nesse sentido podemos indicar que neste período a categoria terra e trabalho ainda estava em formação, as terras não haviam sido plenamente transformadas em propriedade privada pelos processos de expropriação e os trabalhadores ainda tinham acesso às terras para sua reprodução. Isto só ocorreria com as ações nas várzeas promovidas pelo Estado a partir da década de 1960, num processo que perduraria até o final da década de 1980 e que viria a promover o processo de *autonomização* (MARX, 2017) dessas categorias capitalistas na particularidade da Suruaca.

Assim, a partir de meados do século XX, viu-se o processo de transformação desses territórios alagados e da beira-mar em *locus* da reprodução do capital, que se deu: por meio da exploração das riquezas naturais, pela transformação das florestas em carvão vegetal para as siderurgias; na drenagem e sistematização da planície da Suruaca por uma imensa rede de canais, para sua transformação em áreas de terras a serem disponibilizadas para o plantio de arroz; e principalmente para a pecuária. Ao mesmo tempo em que se tornará também, por ser uma área com grandes reservas de hidrocarbonetos, uma área de exploração do petróleo e gás, o que levaria à destruição de grande parte da vida que havia nesses territórios (TEIXEIRA, 2010; REBELLO, 2012; FERREIRA, 2020).

Portanto, o “Vale da Suruaca” foi um recorte espacial particular criado no período de modernização do Espírito Santo, predominantemente entre as décadas de 1960 e 1990, período em que o planejamento foi direcionado para as várzeas, sendo em muitas oportunidades objeto dos direcionamentos das políticas regionais, principalmente com objetivo do avanço da fronteira agrícola no norte do estado para expansão da produção de alimentos e de matérias-primas para a agroindústria. Seria foco prioritário, juntamente com o “Vale do Riacho”, das intervenções estatais para a modernização da agricultura e da instalação dos denominados “grandes projetos” e projetos de “diversificação” da agricultura, a partir de obras de infraestrutura via Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), na década de 1960. E por último, mas não menos importante, pelos programas de fomento, subsídio e incentivo financeiro, anteriormente supracitados das décadas de 1970-80, ao mesmo tempo em que cria-se um polo de exploração de petróleo e gás na área.

Com isso, no próximo capítulo tratamos de debater como se conformou esse planejamento que, através da busca da “abertura da região” com o discurso da “integração nacional” (OLIVEIRA, 2008), num processo de modernização retardatária (KURZ, 1999)

nacional, também iria para as várzeas. Desse modo, discutiremos a formação desse planejamento e o próprio processo de modernização na realidade das particularidades e especificidades ocorridas durante esse processo no Espírito Santo, onde as intervenções estatais iniciadas na década de 1960 nas várzeas promoveriam transformações na paisagem e nas relações sociais de produção na Suruaca.

### **CAPÍTULO 3 - MODERNIZAÇÃO RETARDATÁRIA E CONSTITUIÇÃO DO PLANEJAMENTO REGIONAL NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO**

Temos como caminho de debate a seguir o período em que já observamos um Estado nacional que, a partir de 1930, desdobrou-se pelos mecanismos de centralização (SOUZA, 1976). Trata-se de um longo processo em que esse Estado vai se *autonomizando* do capital personificado pelas oligarquias regionais, sobretudo a partir do planejamento regional, que surge como um contraponto ao coronelismo e impõe a *modernização retardatária* (KURZ, 1999), que visava colocar o Brasil nos patamares de produtividade dos países centrais do capitalismo.

Tal processo ocorreu pelo movimento de “integração nacional”, pela “abertura” das regiões e à substituição da classe dominante regional por outras de caráter nacional e internacional (OLIVEIRA, 2008). Através da transformação interna das classes e do próprio coronelismo, de forma que muitos coronéis e seus filhos contraditoriamente participaram da execução da modernização (BOECHAT, 2013; LEITE, 2015). Um dos exemplos é o caso de Jones dos Santos Neves, que debateremos neste capítulo.

Os desdobramentos desse momento de passagem para uma escala nacional serão mobilizados neste capítulo. O aparecimento do planejamento regional será tratado como contraponto causado pela inflexão do desenvolvimento do Estado nacional centralizado, que começa a promover as intervenções estatais com objetivo de realizar a *modernização retardatária* (KURZ, 1999) brasileira, visando a “integração nacional” (OLIVEIRA, 2008), que buscou um novo padrão de acumulação (OLIVEIRA & MAZZUCHELLI, 1977).

Na sequência do capítulo faremos um movimento de modo a demonstrar como e onde surge e, em seguida, como se desdobra o *planejamento regional*, buscando entender os principais significados e impactos de seu surgimento e propagação pelo mundo no Pós-II Guerra. Como afirma Kluck (2017), o planejamento regional foi uma transformação de cunho qualitativo do modo de ser da forma Estado a partir da transformação das categorias terra, trabalho e capital. Ou seja, foi o “modelo estatal de modernização” (KLUCK, 2017, p. 188) advindo de experiências realizadas nos Estados Unidos e trazido para os países capitalistas a partir da década de 1940. A apropriação por parte do Estado brasileiro e, principalmente, na particularidade do estado do Espírito Santo, do planejamento para o desdobramento da modernização retardatária será um dos caminhos que tentaremos aqui debater. Também abordaremos o planejamento como contraponto ao coronelismo, e veremos o surgimento de um coronelismo modernizado.

### 3.1 Como o planejamento regional se torna o “Modelo Estatal de Modernização”

Peter Hall (2007 [1988]), em sua obra *Cidades do amanhã*, que se debruça sobre a história do planejamento, aponta que o planejamento regional é fundado a partir das discussões feitas pelo anarquista escocês Patrick Geddes (1854-1932), inspirado pelas concepções da geografia francesa do fim do século XIX e do início do XX, principalmente as de Elisée Reclus (1830-1905) e Paul Vidal de La Blache (1845-1918), bem como da nascente sociologia francesa de Le Play (1806-1882). Dos dois primeiros resgatou a noção de “região natural”, que seria central na sua incipiente tentativa de formulação do que viria a ser o planejamento regional. A concepção de planejamento regional de Geddes tinha nas bacias hidrográficas participação essencial para o seu método de levantamento. Partia da realização do levantamento dos recursos da região natural e das paisagens culturais formadas pelas interações entre homem e natureza na região, inspiração advinda das “monografias regionais” de La Blache e de seus seguidores.

Segundo Hall (2007), Geddes partia da formulação de Piotr Kropotkin (1842-1921), que apontava ter existido uma espécie de revolução “comunalista” na Europa do século XII, que teria salvo nas cidades e nas comunas a cultura europeia das monarquias teocráticas e despóticas que buscavam a supressão desses modos de vida, formando para ele uma espécie de Estado livre autogovernado através da união das ruas, paróquias, guildas, campos e áreas urbanas.

Partindo disso, Geddes acreditava que no século XVI o Estado-nação centralizado e a grande expansão da indústria pesada estavam atacando o modo de vida tipicamente europeu vivido entre os séculos XII e XV; que, para ele, propiciava um ambiente ativo e vivenciado que seria a motriz do desenvolvimento humano daquela sociedade. Do mesmo modo que o geógrafo francês que o inspirou, via a necessidade de uma reconstrução social e política europeia. Acreditava na constituição sob a égide do planejamento regional de livres regiões autônomas, sem a participação do Estado e suas ações violentas, como a destituição da propriedade privada, mas a partir da participação de milhares de indivíduos, a partir da reconstrução de uma independência de cidade em cidade, de região em região, que viria a buscar a constituição de livres confederações de regiões autônomas<sup>26</sup> (HALL, 2007).

---

<sup>26</sup> Essa concepção vai ser derivada por Geddes do pensamento anarquista do século XIX, encabeçado por Proudhon, Bakunin, Reclus e Kropotkin.

Nesse sentido, expandiu sua noção de “planejamento de vale”, que tinha como pressuposto um levantamento prévio sobre a realidade regional para, a partir de então, ser elaborado o plano regional, de modo que buscava a integração entre o aproveitamento dos aspectos naturais, sociais, ecológicos, econômicos e territoriais nas transformações sociais e políticas que o Estado centralizado autoritário vinha empregado desde o século XVI (HALL, 2007; BROSE, 2015).

Porém, de maneira bastante contraditória, vai ser na figura do Estado centralizado, como apontado por Hall (2007), que o planejamento regional vai ser sistematizado e difundido. Essa virada em relação ao que Geddes propunha como resultado do planejamento regional vai ocorrer a partir da ação de um grupo de planejadores de Nova York, que funda a *Regional Planning Association of America* (RPAA) na metade dos anos 1920, inspirado pelo seguidor e maior sistematizador das formulações de Geddes, o historiador e sociólogo nova-iorquino Lewis Mumford (1895-1990), na união com os preceitos da cidade-jardim de Ebenezer Howard (1850-1928) (HALL, 2007).

Esse grupo vai colocar como cerne do planejamento regional a resolução de problemas por parte do Estado, na constituição de uma instituição com certa “autonomia”, mas controlada pelo Estado centralizado, em cada “região”, que buscava intervir nas áreas com o intuito de alcançar o que eles viriam a chamar de “equilíbrio regional”.

Haveria, portanto, um “desequilíbrio regional” que deveria ser corrigido por parte das ações racionalmente pensadas e executadas pelo Estado nas distintas “regiões”.

Acerca disso, é importante observar a crítica de Ana Carolina Leite:

Nesse sentido, há que se contestar a abordagem que afirma serem as regiões as receptoras dos recursos advindos das políticas de correção dos desequilíbrios regionais. Essa perspectiva transforma a região em uma personalidade, um sujeito histórico e político (LACOSTE, 2005). Como vimos, não é a região que recebe recursos, mas sim determinada parcela de uma classe social, existente nessa região ou fora dela. São capitais nacionais ou internacionais que, por meio dos incentivos, vão sendo “atraídos” para desenvolverem suas atividades e, por meio da consolidação das mesmas, modernizarem as relações regionais. Igualmente, uma perspectiva que compreenda a classe que personifica esses capitais de modo coeso e acabado também deve ser contestada. A oligarquia regional, que personificava simultaneamente a terra, o capital e a violência, se rompeu no processo de transformação da forma particular de acumulação do capital, sob a qual ela se assentava. A partir da mesma, se constituíram capitalistas e proprietários fundiários, como classes sociais autonomizadas, enquanto a violência passou a ser monopolizada pelo Estado. Dessa maneira, os subsídios estatais para a modernização não se destinavam precisamente para uma classe que, como um todo, encontrava-se ainda em formação. Diferentemente, reservavam-se à subvenção de uma forma de reprodução do capital que, pelo seu nível de produtividade elevado e competitivo, o Estado almejava tornar homogêneo no país (LEITE, 2014, p. 73).

O proposto por esse grupo (RPAA) viria a ser parte importante da agenda política dos Estados Unidos na década de 1930, no governo de Franklin D. Roosevelt [1933-1945],

durante a execução da resposta à crise de 1929, que se daria na forma dos programas do assim chamado *New Deal*, e teria como um dos resultados a criação da Autarquia do Vale do Tennessee, a TVA (*Tennessee Valley Authority*), em 1933. A criação da TVA tinha como objetivo melhorar a navegação, desenvolver um programa energético, viabilizar o local para a produção de armamentos e controlar as enchentes (HALL, 2007). Nesse sentido, Erick Kluck (2017) completa criticamente o debate anterior, sobre o surgimento da TVA:

Na tentativa de minimizar os efeitos da crise de 1929, no início dos anos de 1930, o então Presidente dos Estados Unidos da América, Franklin Delano Roosevelt, propôs, junto com seus assessores, uma ação coordenada e descentralizada do Estado, em assuntos de planejamento e execução, no aproveitamento econômico dos rios. O foco era a geração de energia e irrigação em uma bacia hidrográfica, impondo ao mesmo tempo modificações na propriedade da terra e nas relações de trabalho.

Tal modificação visava um desenvolvimento interno à região, entendida como deprimida, e, ao mesmo tempo, significava uma realocação da força de trabalho no próprio lugar, aumentando a produtividade e arrecadação de impostos, reinvestidos em indústrias na região e fora dela, favorecendo assim, toda a Nação. Em outros termos, utilizava-se do planejamento das ações para promover, com o aparato estatal, a modernização das relações de produção, através desses empreendimentos.

Tratava-se de uma iniciativa inédita na tentativa de resolução de uma crise estrutural ocasionada, conforme o entendimento na época, entre outras motivações, por certo liberalismo exacerbado (KLUCK, 2017, p. 188-189).

Nesse sentido, o modelo de planejamento estatal advindo da experiência da TVA teria como principal instrumento a análise regional, fruto indireto de certo modo da monografia regional lablacheana, de maneira que, inicialmente, faz-se um levantamento das porções que compõem a região, quase sempre a bacia hidrográfica, de forma a planejar as ações para um aproveitamento e o desenvolvimento econômico dos recursos, colocando inclusive o homem como recurso, partindo para uma formulação de estratégias em prol de um estímulo à autossuficiência tanto da produção, como do consumo na região, e será o Estado o principal agente das intervenções (KLUCK, 2017).

Com isso, a TVA vai ser o empreendimento de maior tamanho e mais importância do *New Deal* (HALL, 2007), vai marcar a concretização dos ideais da *RPAA* e, depois, com sua divulgação como modelo de ação estatal estadunidense durante a década de 1940 e, principalmente, no pós-guerra para a “reconstrução” de grande parte da Europa e do Japão, como modelo de modernização para ser seguido pelos países capitalistas, causando uma profunda transformação de caráter qualitativo no modo de ser do Estado (KLUCK, 2017).

A difusão do planejamento regional irá ocorrer a partir de uma tentativa de criação de um modelo estatal de modernização por parte dos Estados Unidos da América, compondo-se lugar cativo nas missões de “cooperação” técnica em prol do desenvolvimento regional, promovidas pelos EUA e pelos órgãos internacionais de cooperação como a Organização das

Nações Unidas (ONU) (BROSE, 2015). O planejamento regional não seria apenas divulgado pelo mundo, mas também era necessário que seu financiamento viesse de algum lugar:

Esse lugar era o Tesouro Nacional Norte-Americano, começando a se colocar como um grande credor, incentivando essa forma do desenvolvimento.

Essa forma de intervenção, pela qual os EUA emprestavam dinheiro (sob a forma de crédito), recebendo seus dividendos, foi também utilizada em relação aos europeus e asiáticos no Pós Segunda Guerra, para reconstrução de suas economias. Ou, ainda, por aqueles desejosos em acelerar seu crescimento, se entendendo atrasados, como os países africanos e latino-americanos. Entre os programas e projetos de desenvolvimento do momento, destacavam-se as missões norte-americanas: a Missão Técnica Americana (1942-1943), a Missão Abbink (1948) e a Comissão Mista Brasil-EUA (1951-1953) (KLUCK, 2017, p. 190).

Vai ocorrendo, com isso, uma mobilização daqueles planejadores que estavam dentro da estrutura estatal e promovendo o planejamento regional dos EUA para essas organizações em prol da divulgação desse modelo estatal de modernização; o que também pode ser encontrado a partir das publicações de inúmeras obras de promoção da experiência da TVA como o livro de Julian Huxley, *TVA, adventure in planning*, e o de maior destaque e propagação no Brasil de David Lilienthal, *TVA: Democracy on the March*, publicado em 1944 e posteriormente em 1956 em português.

Como aponta Kluck (2017), o conteúdo sugerido no livro de Lilienthal influenciou inúmeras ações de “reconstrução” no pós-guerra e o planejamento regional da Itália, do Japão e também no Brasil, sempre obedecendo a um “método de análise regional” plenamente discutido nas universidades norte-americanas, nas quais alguns geógrafos brasileiros estudaram durante a década de 1940. Esses foram formados pelas bases teóricas da recém-instituída *Regional Science*, que tinha seus fundamentos e bases nos estudos locacionais e de desenvolvimento regional derivados das teorias de localização de origem alemã (Von Thünen, Weber, Losch, Christaller) e nos modelos da economia neoclássica resgatada por Walter Isard (DINIZ, 2001).

Nesse contexto, vê-se o planejamento estatal começando a ganhar forma e a ter centralidade, generalizando-se a partir do planejamento regional e de outras perspectivas como a da teoria dos polos de desenvolvimento, de François Perroux<sup>27</sup> na França. Assim, ganhando destaque, além da reconstrução motivada pela destruição causada pela guerra, passou-se a focar também as desigualdades dentro e entre países, havendo a criação de

---

<sup>27</sup> Sobre isso, Diniz aponta: “De forma paralela, desenvolveu-se, predominantemente na Europa, a análise do desenvolvimento desequilibrado. Inicialmente, Perroux (1967), observando a natureza desigual do desenvolvimento francês e influenciado pela teoria Schumpeteriana do progresso técnico, desenvolveu a noção de pólo de desenvolvimento. Para o autor, o dinamismo de um pólo era determinado pela existência de uma ou mais indústrias motrizes que exerce o papel dominante e gera efeitos multiplicadores sobre outras atividades” (DINIZ, 2001, p. 3).

inúmeras instituições e instrumentos de política regional como por exemplo a *Cassa del Mezzogiorno*, e das políticas de desenvolvimento no Sul da Itália, políticas de desconcentração industrial na Inglaterra, de desenvolvimento das fronteiras e de descongestionamento na Alemanha, e planos de distribuição territorial e polos de desenvolvimento na França, além dos planos soviéticos de desenvolvimento dos Urais e da Sibéria, e etc. (DINIZ, 2001). O modelo da TVA, como apontado por Brose (2015), transformou-se no centro das atenções e principal modelo de desenvolvimento para os países subdesenvolvidos, e seria tratado nesse período como uma fórmula “mágica” para superar o “atraso” das “regiões”.

Não foi diferente com sua incorporação na América Latina, como demonstra Diniz (2001), principalmente a partir das influências da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)<sup>28</sup>, a partir de sua criação por parte do conselho econômico da ONU em 1948, com seus diagnósticos que buscaram demonstrar o relativo atraso da região, de modo que a América Latina faria parte da “periferia” do mundo capitalista, por conta de seu papel na divisão internacional do trabalho, de tal modo que o “centro” do mundo capitalista retia os avanços do progresso técnico e exportaria para os países da “periferia” mercadorias industrializadas, enquanto a “periferia” exportava mercadorias primárias, geralmente agrícolas, que pelo “excesso” de fatores como terra e trabalho induziriam a que esses bens tivessem preços inferiores e que não subiam em comparação aos bens industrializados, o que criava, segundo esses diagnósticos, um problema nas relações de troca<sup>29</sup>, gerando um atraso dessas regiões. A partir desse diagnóstico, a CEPAL propunha como solução e única saída a industrialização dos países dessa região, por meio do modelo de substituição de importações que teria que ser promovido pelo Estado, já que haveria a ausência de uma burguesia com capacidade de levar à frente os processos necessários para toda a América Latina. Dessa

---

<sup>28</sup> Francisco de Oliveira aponta que o cerne desses diagnósticos tem como forma a base teórica, mesmo quando permeada pelo estruturalismo latino americano, de extração neoclássica, constituindo-se na distribuição ótima de fatores de produção, no diagnóstico do desemprego e da inadequação econômica. Sob o enfoque dos “desequilíbrios regionais”, para examiná-los sob a ótica da divisão regional do trabalho no Brasil, vale dizer sob a ótica do processo de acumulação de capital e de homogeneização do espaço econômico do sistema capitalista no Brasil, afirma o sociólogo: “O enfoque tradicional, inclusive aceito pelos diagnósticos que fundamentaram a criação da Sudene e que continuam a informar as políticas de desenvolvimento regional do Brasil [...], é tão somente um enfoque que parte de uma base estática, tomando como *dados* uma certa situação da divisão regional do trabalho para então desdobrar-se na medição dos “desvios”, como é sobretudo uma abordagem que se centra sobre os *resultados* dos desenvolvimentos diferenciais inter-regionais, e não sobre o processo de constituição desses diferenciais. A sua base teórica, ainda quando permeada pela tradição estruturalista do pensamento latino-americano, é de inegável extração neoclássica: constitui a ótica da alocação ótima de fatores, dos desequilíbrios na função de produção regional” (OLIVEIRA, 2008, p. 142).

<sup>29</sup> Fruto da teoria da deterioração dos termos de troca do comércio internacional, elaborada pelo ex-presidente da CEPAL Raúl Prebisch, que pregava a execução a partir de um planejamento de uma industrialização “protegida” dos países subdesenvolvidos.

maneira, seria o planejamento regional, encabeçado pelo Estado nacional, a resposta para levar a cabo esses processos (DINIZ, 2001).

Haveria, a partir desse momento, para esse autor, um forte incentivo para que esses países adotassem de planos nacionais de desenvolvimento, em prol da construção de infraestrutura e de industrialização, indicando o foco das intervenções nas amplas regiões inexploradas e estagnadas internamente dentro dos países, o que irá se desdobrar nos programas de desenvolvimento regional. Todavia, todos esses processos de modernização realizados pelo planejamento regional, visto como positivos por parte de seus apologistas e dos discursos apologéticos, só poderiam e seriam realizados ao mobilizar o trabalho e privatizar a terra de maneira violenta (KLUCK, 2017).

O que nos faz também buscar compreender os significados dessa “emergência” do planejamento regional e de sua apropriação como forma de agir do Estado brasileiro na promoção da modernização nacional com o discurso da “integração nacional”, já que existiria uma *questão regional* intrínseca à formação territorial do Brasil.

Posto isso, o que estaria subjacente ao aparecimento do Planejamento Regional? Para Francisco de Oliveira (1993), no Brasil estaria o problema da “questão agrária” e da formação de um mercado de força de trabalho, ambas mal resolvidas:

A Questão Regional é, antes de tudo e sobretudo, o caso de uma unidade nacional mal resolvida. Tal como as clássicas questões regionais no mundo — Mezzogiorno, Sul dos Estados Unidos rigorosamente até as medidas do New Deal e à saga dos direitos civis, particularmente a integração racial —, no fundo da Questão Regional tipicamente brasileira jaz uma questão agrária irresoluta, de par com a do mercado de força de trabalho. As duas formam uma unidade inextricável, e suas gêneses são praticamente simultâneas em forma e fundo: a de uma nova forma de produção de mercadorias (OLIVEIRA, 1993, p. 45).

De modo que, em oposição ao coronelismo, o Estado em prol da transformação das forças produtivas a partir da instituição de um modelo de modernização, o do planejamento regional, buscaria na industrialização nacional o modo para alcançar os níveis de produtividade dos países “centrais” e superar o “atraso” em relação a esses, ao mesmo tempo que realizaria a suposta “integração nacional” das diferentes regiões.

As discussões e debates envoltos nessa transformação revelaram as disputas entre os diferentes interesses políticos e econômicos, e, principalmente, a ascensão dessa nova prática do Estado: o planejamento regional. Tal prática o colocava, e o permitia, monopolizar a violência e os meios pelos quais financiaria o desenvolvimento, transformando as condições da reprodução, incluindo a terra e o trabalho. Portanto, diferenciava-se qualitativamente da anterior, na qual, entre outras coisas, como vimos, o Estado relegava o monopólio da violência, ao poder local, e não tinha uma ação planejada no sentido de transformar as bases da reprodução capitalista, mobilizando terra e trabalho. Mas, somente propunha e executava ações pontuais, garantindo a permanência, não transformada, do poder local, ou seja, os planos nacionais voltados à viação (rodoviária, fluvial ou férrea), açudagem ou de urbanização (KLUCK 2017, p. 203).

Desse modo, Francisco de Oliveira (2008) indica que o planejamento não seria apenas uma técnica de alocação de fatores de produção, tampouco seria neutro ou revolucionário. Para ele, o “padrão planejado” é um marco de um sistema capitalista de produção. A mera possibilidade do planejamento exige as relações sociais de produção que fundam esse sistema, pelo conteúdo das mercadorias e pela repetição das trocas e do movimento de circulação do capital, além do estabelecimento de um equivalente geral, no caso propriamente o dinheiro.

Nesse sentido, aponta na realidade brasileira o aparecimento do planejamento, que viria como uma alternativa à “espontaneidade” das ações estatais feitas até então, indicado por nós aqui como coronelismo, como indicativo do elevado grau de tensão na realidade brasileira, de forma que a entrada da participação do Estado como agente promotor da modernização seria uma transformação na forma do conflito social (OLIVEIRA, 2008).

O que o planejamento *não pode* realizar é a superação da contradição básica do sistema de produção capitalista, que se instala no coração da própria mercadoria: a antítese dialética entre valor e mais-valia, entre trabalho morto e trabalho vivo, trabalho pago e trabalho não pago; mas desde que o sistema capitalista limite-se a recolocar no início do ciclo produtivo os elementos finais que estão no produto, isto é, limite-se a repor os pressupostos da produção capitalista, sua possibilidade se torna plausível: em síntese, o planejamento num sistema capitalista não é mais que uma forma de racionalização da reprodução ampliada do capital. Pode operar, exatamente nesse sentido, *na mudança da forma* da mais-valia que deve ser repostada para a continuidade do ciclo; [...] desde que foi capaz de transformar uma parte da mais-valia, os impostos, e fazê-los retornar sob o controle da burguesia *como capital*, o Estado tornou-se capaz de operar uma mudança na forma do excedente que retornou ao processo produtivo. *Isso, e somente isso*, é o que o planejamento pode fazer num sistema capitalista (OLIVEIRA, 2008, p. 140).

Assim, para o autor, não quer dizer que o capitalismo surja com o planejamento, mas que em determinadas situações ele requer o planejamento de suas tensões, uma “racionalização” da reprodução ampliada e da territorialização do capital. Com a profunda crise de 1929, que foi considerada, até então, a maior crise enfrentada pelo capitalismo, ocorreram profundas críticas direcionadas ao modelo “liberal” de reprodução da sociedade capitalista. Desse modo, a partir de 1930, viu-se uma intensa inflexão no “mundo capitalista” na forma de ser e agir do Estado; em parte, é possível considerar o advento da teoria keynesiana e suas teses sobre a planificação da economia, considerada a “vencedora” momentânea do debate acadêmico sobre como dar respostas à crise a fim de atenuá-la e superá-la. Dito isso, cabe agora um aprofundamento no movimento da chegada do planejamento regional ao Brasil. Como já apontamos anteriormente (Capítulo 1), relacionamos esse desdobramento com a centralização do Estado nacional, iniciado com o golpe de Getúlio Vargas, rompendo com a Primeira República, e ampliado com o que foi

chamado de “Estado Novo”. Tal processo se deu com a criação de diferentes instituições e planos para a promoção do “desenvolvimento nacional”.

Assim, com a centralização do poder e a ampla carência da institucionalização do ensino superior, veremos o início da formação das instituições técnicas e universitárias que serão a base para a formação do trabalho complexo, pressuposto da institucionalização do planejamento regional no Brasil. Algo que veríamos também na particularidade da Geografia, que passa a se institucionalizar a partir da tecnocracia que estava se formando, fruto da difusão do trabalho complexo na sociedade, principalmente com a criação do curso de Geografia e História na Universidade de São Paulo (USP), pela “missão francesa” em 1934<sup>30</sup>, e com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1937, responsável por levantar os diferentes aspectos do território nacional para a racionalização dos usos potenciais dos recursos naturais e humanos (KLUCK, 2017).

Conseqüentemente, durante a década de 1930, vemos o amplo foco nesse modo de proceder racionalizado e cientificizado, o que viabiliza a implantação dos cerne do ensino e das universidades que viriam a ser constituídas, que até então se dava através de instituições isoladas de direito, agronomia e medicina, ou a partir das iniciativas das sociedades científicas como por exemplo o Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro (IHGB). Nesse mesmo período, o governo Vargas cria uma série de instituições centralizadoras para a composição dos responsáveis por executar as ações estatais nas áreas tidas como “atrasadas”, como por exemplo o Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS), que, embora seja uma autarquia federal, vai agir principalmente no Nordeste, e o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), que vai agir no restante das regiões. Mesmo que estes, para Francisco de Oliveira (2008), ainda estivessem “cooptados” pelas oligarquias regionais<sup>31</sup>, eram marcas da centralização estatal promovida no período.

Paralelamente, passava a prevalecer um discurso e um ideário que mobilizou a necessidade do planejamento, que colocava engenheiros e geógrafos em papéis importantes nesse processo de transformação. Esses terão papel essencial na forma com que o planejamento regional será incorporado e na própria concepção da primeira iniciativa de planejamento regional do Brasil a partir da criação da autarquia de desenvolvimento regional

---

<sup>30</sup> Emmanuel De Martonne “constitui, em 1934, com outros geógrafos, entre eles, Pierre Deffontaines e depois Pierre Monbeig, uma ‘missão’, promovendo a criação do curso de Geografia e História, na recém-instituída Universidade de São Paulo” (KLUCK, 2017, p.196).

<sup>31</sup> Na sequência dessa dissertação, a partir da discussão sobre o papel do DNOS nas intervenções estatais do período, realizaremos um debate crítico com Francisco de Oliveira (2008) em torno de sua afirmação acerca da função da intervenção realizada por esses órgãos.

no Vale do São Francisco, que buscava solucionar o “atraso” regional do Vale e do Nordeste (KLUCK, 2017).

No caso brasileiro, como anteriormente já citado, viu-se a chegada do planejamento regional estando marcadamente influenciada pelas missões de cooperação norte-americanas, como a Missão Cooke (1942-1943), a Missão Abbink (1948) e a Comissão Mista Brasil-EUA (1951-1953).

A entrada das ideias e o início de um amplo debate em torno do planejamento regional no Brasil começará a partir da missão técnica norte-americana, mais conhecida como Missão Cooke<sup>32</sup>, por ser chefiada por Morris Llewellyn Cooke, em 1942. Sendo encarregada de assessorar o Governo Vargas nos estudos para a industrialização, seria a primeira iniciativa a chamar a atenção e a trazer o exemplo de planejamento da TVA para o Governo Federal, tendo como resultado final a indicação de aplicação do modelo da TVA ao rio São Francisco, de modo que:

A Missão Cooke indicava explicitamente em seu relatório “necessidade urgente” de institucionalização do planejamento regional no Brasil e de se incorporar o referencial norte-americano do *New Deal*. [...] a Missão Cooke defende o planejamento regional de bacias hidrográficas como concepção integradora do planejamento da terra, da água e da sociedade (BROSE, 2015, p. 43).

Ao mesmo tempo, como apontado por Kluck (2017), fez com que houvesse a partir daí uma série de políticos e pesquisadores visitando o Vale do Tennessee e as barragens feitas pela TVA<sup>33</sup>, e essa experiência passou a ser pauta recorrente de discussão na Câmara dos Deputados e do Senado brasileiro, no mesmo período que foram iniciados os debates para a criação de uma instituição de planejamento regional, que vai ser alcançado na criação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), que virá a se tornar autarquia na metade da década de 1940, a CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São

---

<sup>32</sup> A Missão Cooke foi a responsável pela difusão da ideia de planejamento de bacia hidrográfica no Brasil, sendo considerada a primeira tentativa de diagnóstico global da economia brasileira e de seus problemas dentro de uma perspectiva de promoção do desenvolvimento do país. Essa perspectiva partia das necessidades peculiares à conjuntura econômica da época — ou seja, da necessidade de coordenar o esforço de guerra empreendido pelo Brasil e de ao mesmo tempo elaborar uma política de industrialização. Os objetivos básicos da Missão Cooke, conforme declaração do governo norte-americano de 2 de setembro de 1942, eram: 1) aumentar a produção local de produtos essenciais anteriormente importados; 2) adaptar as indústrias brasileiras a uma tecnologia mais avançada, isto é, ao uso de sucedâneos, substituindo fornecimentos habitualmente importados; 3) aperfeiçoar os meios de transporte; e 4) canalizar melhor a poupança interna para as atividades do setor industrial. Essas recomendações, no entanto, estenderam-se, visando objetivos mais amplos (CALICCHIO & ARAÚJO, 1976).

<sup>33</sup> Em 1944, o político pernambucano Apolônio Sales, Ministro da Agricultura de Vargas, visitou o Tennessee e encomendou a técnicos do Governo Federal um plano para combater a pobreza no vale do São Francisco. A pedido do governo, em 1946, o plano foi revisado pelo engenheiro chefe da TVA, Oren Reed, que visitou o São Francisco e emitiu parecer favorável ao projeto. Quando o presidente Eurico Gaspar Dutra visitou os EUA, em 1949, também foi conhecer a TVA.

Francisco e do Parnaíba. Como apontado por Brose (2015), durante esse período e nos subsequentes, a TVA será invocada como justificativa para a elaboração de planos de ação nas regiões.

Já a Missão Abbink<sup>34</sup> seria como ficaria conhecida a Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, que traria uma série de planejadores estadunidenses ao Brasil em 1948, sob a chefia de John Abbink, que formariam uma equipe mista com tecnocratas brasileiros encabeçados por Otávio de Bulhões. Essa missão retomaria os princípios da Missão Cooke de cooperação econômica, agora para analisar os múltiplos fatores que promoveriam o “retardo” e o “atraso” do desenvolvimento da economia brasileira e subsidiaria ainda mais a ideia de que haveria uma série de disparidades regionais que deveriam ser corrigidas pelas iniciativas estatais de planejamento.

Ocorre, assim, nos períodos subsequentes, tanto um esforço de divulgação do modelo da TVA, como as orientações acerca do planejamento da CEPAL no Brasil. Valendo-se, no período do pós-guerra, principalmente das orientações da comissão de cooperação bilateral entre Brasil-EUA. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) foi criada em 1951, apropriando-se dos estudos elaborados pelas missões americanas anteriores no Brasil, Cooke e Abbink, sobre o Brasil para a sua execução. Foi a partir da CMBEU que seria criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, que ficaria a cargo de financiar e administrar os recursos captados em nível nacional e internacional, criando os mecanismos de financiamento internacional para o Estado brasileiro levar a cabo as iniciativas de planejamento regional e, com isso, as grandes obras de infraestrutura que seriam realizadas no Brasil (BROSE, 2015).

Nesse sentido, podemos identificar a influência do modelo da TVA, a partir da CMBEU, naquilo que foi apontado pelo influente engenheiro Lucas Lopes, que fazia parte da comissão e viria a compor com Roberto Campos a formulação do Plano de Metas do governo Kubitschek [1956-1961], ao dizer que: “O planejamento no período era o de Roosevelt, do Lilienthal, planejamento de obras e construções [...]. Minha formação de planejador foi muito orientada pelo New Deal e também pelas ideias dos planejadores russos” (LOPES, 1991, p. 114, apud BROSE, 2015). De modo que tanto no processo de formação das instituições,

---

<sup>34</sup> Essa missão, como a Cooke, não teria nenhum projeto concreto realizado e nenhum empréstimo ou financiamento foi liberado para a execução de suas ideias e propostas. Portanto, não ultrapassaria os limites do diagnóstico dos problemas estruturais da economia brasileira: “À imagem da Missão Cooke, nenhum projeto proposto durante a Missão Abbink foi realizado e nenhum empréstimo ou financiamento foi liberado para sua execução, sendo o maior mérito dessas missões a realização de um amplo diagnóstico dos problemas estruturais da economia brasileira” (DE OLIVEIRA, 2018, p. 329).

quanto no próprio quadro de funcionários, que seriam os agentes da mudança na forma de ser do estado, haveria um espelho no planejamento regional da TVA.

Com isso, nesse momento, Kluck (2017) aponta que se desdobrará a *autonomização* do Estado brasileiro, por via dos mecanismos de centralização política, havendo a institucionalização de suas ações nas esferas econômica e social, em direção ao apontamento das regiões como uma problemática nacional a ser resolvida por ação do Estado centralizado. Desse modo, seria o planejamento a prática institucional capaz de solucionar esse problema, de forma que a partir da “região” planejada, que seria determinada pelo Estado, conformaria e transformaria a realidade da territorialização do capital daquele período.

Cada vez mais se colocava a necessidade de planejar as ações estatais sem lhe tirar o caráter democrático (ressalva importante, pois em 1945 se instaurava o regime democrático após a primeira fase da ditadura Vargas) e de uma sociedade com liberdade de ação – isso porque, falar de planejamento estatal poderia ser visto como uma apologia ao regime soviético, tido como ditatorial. O caminho era o da intervenção estatal no desenvolvimento dos potenciais recursos para a produção, incluindo a formação do trabalhador assalariado, tanto com a educação técnica, quanto na sua “liberação” de relações tidas como arcaicas (KLUCK, 2017, p. 211-212).

Assim, a correção ou adequação de determinados aspectos analisados em uma determinada área seria o sentido do planejamento do período, atribuindo a eles um caráter regional. Desse modo, o planejamento nesse momento se voltará para a realização de grandes obras, principalmente de eletrificação e retificação de fluxos d’água, para que fossem estimuladas a colonização e a irrigação, com o objetivo de impor regionalmente a mobilização dos trabalhadores (KLUCK, 2017).

Em vista disso, o planejamento se constitui no Brasil como uma das principais formas de ação estatal, significando uma mudança de cunho qualitativo na forma de ser do Estado, sendo um momento contraditório da relação social. Terá no planejamento regional, conformado na década de 1940, a possibilidade de transformação, de forma intensa e organizada centralmente pelo Estado, das categorias terra, trabalho e capital. Como é indicado por Leite (2014), que vê que:

no Brasil, a questão regional surge no contexto e como produto da autonomização do Estado nacional. Com esse processo, o Estado passou a personificar a necessidade (determinada em última instância pela concorrência global) de atualização do processo de modernização nacional. E, por meio dos diferentes mecanismos que controla, o mesmo passou a intervir e, de certa maneira, subsidiar a formação das condições para que se rompessem os ciclos regionais de acumulação do capital. Nesse contexto, a politização fetichista, promovida no campo da questão regional, da dinâmica de modernização dessas relações sociais de produção particulares permitiu que as mesmas passassem a aparecer como superação do atraso de certas regiões, ficando ocultado tudo o que esse processo implicou, como vimos, em termos de autonomização das categorias de terra e trabalho ou de violência e capital. Ou seja, as mesmas acabaram reduzidas a fatores de produção ou de gestão

estatal. Especialmente no que se refere à formação da mobilidade do trabalho, a violência desse ocultamento tem que ser explicitada, pois a mesma reifica o processo de expropriação e a imposição da liberdade como condição de subordinação ao capital, apresentando-o como alocação mais eficiente da mão de obra que se encontrava regionalmente subutilizada (p. 70).

Sendo assim, ao direcionarmos este modo de análise do planejamento regional para o Brasil, vemos o Estado brasileiro se autonomizar a partir da década de 1930, com a centralização estatal promovida a partir da ditadura modernizante de Getúlio Vargas, e em bloco a transformação do Estado a partir de sua centralização, marcando uma mudança em seu modo coronelista, que vai ser desdobrada paulatinamente de 1920 a 1970, por todas as “regiões” distintas. Inicia-se pela extinção da Guarda Nacional, passa pela modificação no Código Eleitoral, pela ampliação do Exército nacional, pela criação das infraestruturas de comunicação, pela instauração de padrões técnicos de planejamento regional por via das instituições universitárias, pela constituição de um sistema de crédito centralizado, por legislações trabalhistas, entre outras importantes transformações. Pode-se inferir, portanto, que esse processo de instalação de um “modelo estatal de modernização”, o planejamento regional, constitui o modo pelo qual seria feita a “abertura” das regiões, com o discurso da “integração nacional” em direção a uma *modernização retardatária* (KURZ, 1999) brasileira. De modo que, por meio do Estado e de iniciativas privadas, conformou um novo sentido para a reprodução ampliada, transformando a partir de processos violentos a reprodução dos posseiros, na supressão ou limitação de seus territórios, formando um mercado de terras e um mercado de trabalho nacionais.

Apresentaremos no item a seguir aspectos de como se formou o planejamento regional na realidade brasileira e de como foi conformado na particularidade do Espírito Santo, ao mesmo passo em que faremos uma incursão em busca de compreender como a modernização retardatária irá ser desdobrada na especificidade brasileira e as formas em que ela aparecerá no estado do Espírito Santo.

### **3.2 Como se constitui o planejamento e se desdobra a Modernização Retardatária no Espírito Santo**

Aqui debateremos a formação de um certo planejamento estatal na particularidade do estado do Espírito Santo na década de 1950, que vai promover os chamados “grandes projetos de impacto” e os planos de ações estudados por nós nas décadas seguintes, buscando intervir nas diferentes “regiões” do estado na busca de uma “integração” do estado à economia nacional, em oposição à fórmula anterior a qual Jones dos Santos Neves

caracterizou como uma maneira de agir do Estado que caminhava, até então, sempre em “[...] uma direção sem objetivos nem bússola” (ESPÍRITO SANTO, 1958, p. 132), para ir ao “roteiro seguro da planificação realista” (ESPÍRITO SANTO, 1958, p. 132).

Esses processos se territorializam na particularidade do Espírito Santo de maneira diversificada em relação aos outros estados, principalmente em relação ao tempo de transformação política e econômica e na própria “formação” dos aparatos estatais necessários para a “integração” do estado ao nacional e da integração regional das próprias “regiões” do estado. Para compreendê-lo, primeiro empreendemos uma imersão na trajetória de Jones dos Santos Neves para entendermos como este vai constituir as bases do planejamento que desdobrará processualmente nas décadas seguintes a *modernização retardatária* que ocorria na realidade nacional na sua particularidade. Esta será melhor tematizada no subitem posterior, que trata de como a modernização nacional foi desdobrada e aparecerá na particularidade do Espírito Santo.

### **3.2.1 Trajetória de uma personificação do coronelismo que promoveu a modernização e constituiu o planejamento no Espírito Santo**

Jones dos Santos Neves nasceu no dia 29 de dezembro de 1901, em São Mateus/ES, norte do estado, filho de João dos Santos Neves e de Albina da Silva Neves. Nasceu em berço coronelista, fazendo parte da forte oligarquia regional do norte capixaba, centralizada na família Cunha<sup>35</sup>, que dominou essa área desde o século XIX, territorializando e controlando as relações regionais de produção por toda a porção do rio Barra Seca ao rio Mucuri (RUSSO, 2011; FERREIRA, 2009). Portanto, Jones era parte da imensa parentela dessa elite regional com raízes mateenses.

Por fazer parte de família de coronéis, teve facilidades em fazer os cursos primário e secundário em seu estado, logo depois formou-se bacharel pela Faculdade de Medicina e Farmácia da Universidade do Rio de Janeiro, até então capital do país. Porém, exerceu sua formação na área farmacêutica por um período curto. Ao voltar ao estado em 1925, casou-se e

---

<sup>35</sup> Essa oligarquia regional vai ter como raiz a união entre o Comendador Antônio Rodrigues da Cunha e Dona Rita Maria Rodrigues da Cunha, que juntos vão ter doze filhos e cinquenta e nove netos, que na formação de uma extensa parentela, vão praticamente todos se casar com membros de famílias com alguma ascendência econômica no séc. XX e portar títulos de diferentes patentes da Guarda Nacional. Esses filhos foram Major Antonio Rodrigues da Cunha (Barão de Aimorés), personagem de mais destaque dessa oligarquia, comendador Reginaldo Gomes da Cunha, comerciante na corte, Coronel Matheus Gomes da Cunha, fundador da fazenda Boa Esperança, que posteriormente vai se tornar município com ações de cessão de terras no século XX, por parte dos governos Santos Neves; além de Constança Gomes da Cunha, que casou-se com o médico Graciano dos Santos Neves, mãe do governador Graciano dos Santos Neves Filho e tia-avó do também governador, senador e interventor Jones dos Santos Neves (RUSSO, 2011).

virou sócio da empresa de seu sogro<sup>36</sup>, Roubach & Cia, que mantinha uma farmácia e drogaria no centro de Vitória. Nesse ínterim, fez parte das tropas getulistas que partiram contra os constitucionalistas de São Paulo (PACHECO, 2015), sendo convidado, por conta disso, em 1933, a participar da comissão diretiva de fundação do Partido Social Democrático (PSD)<sup>37</sup> do Espírito Santo, que seria criado para participar das eleições da Assembleia Nacional Constituinte convocada por Vargas. Com isso, em 1938, convidado pelo então interventor, o tenentista João Punaro Bley<sup>38</sup>, a fundar o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo (atual BANESTES), junto com Mário Aristides Freire. Entrou então totalmente para a carreira política, abandonando suas funções na farmácia da família.

Com a saída de Bley da interventoria, em 1943, num momento de inflexão de Vargas, quando ele vai aderindo ao trabalhismo e se aproximando de um discurso democrático, para assumir uma das diretorias da recém-criada Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), teve seu nome levado para Getúlio junto com o de Mário Freire e o do então prefeito de Vitória Américo Monjardim, a fim de ser escolhido o novo interventor. Ou seja, uma lista tríplice de descendentes da velha oligarquia coronelista que detinham o controle político estadual desde o fim do século XIX. Depois de uma longa intervenção (militar), seria de certo modo o retorno das famílias locais ao controle da política estadual.

O escolhido foi Santos Neves, de tal maneira que Pacheco (2015) afirma que Vargas teria escolhido Jones com o argumento de ele ser o mais jovem entre os três, porém o mesmo autor demonstra que a calorosa participação na mobilização contra a Revolução Constitucionalista teria sido um forte peso para essa escolha. Em janeiro de 1943, Neves foi nomeado interventor federal no estado.

Jones dos Santos Neves foi interventor do estado no período de 1943-1945, sendo indicado diretamente por Getúlio Vargas. Em curto período, realizaria no estado as ações que promoveriam os *mecanismos de centralização* (SOUZA, 1976) política, criando o Departamento do Serviço Público (DSP) a partir das orientações técnicas e políticas advindas

---

<sup>36</sup> Pacheco (2015, s/p), em seu “Breve esboço biográfico” de Jones, afirma que ele “casou-se, em 1925, com Alda Hithchings Magalhães, tornando-se sócio da firma G. Roubach & Cia, juntamente com Arnaldo Magalhães, seu sogro, e Gastão Roubach. A firma mantinha a Farmácia e Drogaria Popular, instalada primeiramente na rua do Comércio, ao lado da Casa Verde, dando fundo para o mar e frente para o Palácio do Governo. No mesmo prédio, Dr. Jones, o pai, mantinha seu consultório”.

<sup>37</sup> “Este partido, liderado no estado pelo interventor João Punaro Bley na defesa dos interesses da Revolução de 1930, conseguiu eleger a maioria dos representantes do Espírito Santo no pleito de maio de 1933. Em 12 de abril de 1935, o interventor Bley foi eleito governador pela Assembléia Constituinte estadual, empossada em 1934 com poderes para eleger o chefe do Executivo e dois senadores. Com a instalação do Estado Novo pelo presidente Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, foram extintos os partidos políticos existentes” (PACHECO, 2015, s/p).

<sup>38</sup> Foi interventor do estado do Espírito Santo indicado por Vargas de 1930 a 1943.

do Departamento Administrativo do Serviço Público-DASP. Concomitantemente, criou a partir de decretos o sistema de serviço público, promoveu junto com o DASP a criação dos critérios do funcionalismo público e reconfigurou a organização do governo.

Nesse sentido, segundo De Oliveira (2017), teria sido uma interventoria muito mais dinâmica do que a de seu intercessor Punaro Bley. Algo bem relevante, tendo em vista que Jones, um descendente do coronelismo local, teria sido mais “varguista” que o interventor tenentista. Em outros termos: mais centralizador do que o próprio interventor anterior. Ainda durante a sua gestão, Neves vai impor o que seria considerada uma das primeiras ações estatais planejadas no Brasil, o Plano de Obras e Equipamentos, que, por meio da transformação do aparelho arrecadador do estado, buscou direcionar recursos para um amplo programa de obras que priorizavam o transporte, a saúde e a educação. A partir daí, Jones começa a desenrolar seu ousado plano de modernização para o estado do Espírito Santo, que será, todavia, mais amplamente intensificado apenas na década seguinte (DE OLIVEIRA, 2017). Isso porque, em 1945, já sabendo que seu cargo de interventor não duraria muito com a deposição de Vargas, ele renuncia ao cargo para tentar uma vaga no Senado.

Com a concretização da deposição de Getúlio, sua entrada no Senado só iria se concretizar dois anos mais tarde, quando o general Eurico Gaspar Dutra assume a presidência e chama eleições suplementares, acrescentando ao Congresso Nacional um deputado e um senador a cada estado. Nesse contexto, Neves foi eleito pelo novo PSD<sup>39</sup>, assumindo o mandato em 1947 e ficando até 1951. Nesse meio tempo, vai participar das comissões de finanças do Senado e das comissões mistas agrícolas, sendo membro nacional e presidente do diretório regional do PSD do Espírito Santo (PACHECO, 2015).

Voltará ao estado ainda mais alinhado com Getúlio Vargas e instigado a realizar as transformações no Espírito Santo em busca da industrialização, que seria a via para romper com o “atraso” e os limites da cafeicultura como único suporte a sustentar a economia capixaba<sup>40</sup>. Assim que foi eleito, em 1950, e empossado como governador do estado, em 1951, pela coligação do PSD com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Neves iria impor logo na sequência o imperativo ao desenvolvimento, partindo do planejamento regional.

O discurso de posse já apontava que iria combater a maneira de agir do Estado do período anterior, como veremos a seguir.

---

<sup>39</sup> O PSD compunha com o PTB a base varguista, de 1945 a 1964. Mas em geral era o elo mais conservador e localista dessa base.

<sup>40</sup> Que pode ser visto em um de seus discursos, em que ele afirma que “Os galhos dos cafezais do Espírito Santo já são insuficientes para suportar o peso de nossa economia” (IMPrensa NACIONAL, 1945 APUD NOGUEIRA, 2020).

Baseando-se nas experiências americanas de planejamento regional da TVA e das europeias sob o guarda-chuva das concepções do Estado de Bem-estar-social/*Welfare State*, colocará o planejamento como o cerne de seu governo a permitir que se obtenha êxito na transformação da forma de ser do Estado na particularidade do Espírito Santo, buscando nos modelos estatais de modernização a resposta para isso. Assim, vai elaborar e instituir em seu primeiro ano de governo o *Plano de Valorização Econômica do Espírito Santo*, que definiria uma política econômica para um período de cinco anos. Como aponta Zorzal e Silva (1986), as primeiras ações tomadas pela gestão de Santos Neves vão se dar na reorganização do aparelhamento institucional do Estado para viabilizar a realização posterior do plano.

Nesse sentido, para a sua implementação, haveria, obviamente, de ter um amplo suporte tecnocrático para prover a sua execução, algo que, como anteriormente citado, havia apenas sido brevemente iniciado por Jones no período da interventoria, mas que fora abandonado por seus sucessores. Assim, esse aparato tecnocrático só se consolidaria e passaria a existir no Espírito Santo, com a introdução por Santos Neves enquanto governador para a execução de seus planos. Utilizaria do *trabalho complexo* (MARX, 2017) em parte dos bacharéis do estado, mas como esse corpo era insuficiente, devido à inexistência no estado de instituições de ensino superior fora das áreas de odontologia e direito, recorreu a técnicos do Rio de Janeiro e de São Paulo. Ao mesmo tempo que queria que houvesse uma direção específica na coordenação desses novos órgãos tecnocráticos, fazia articulação com a diretoria nacional do PTB para que esses membros fossem integrados (ZORZAL e SILVA, 1986).

A conjuntura propagada sobretudo pelo segundo governo Vargas em direção ao desenvolvimentismo fornecerá as bases políticas e de consentimento para propor, através do planejamento, as intervenções do Estado no Espírito Santo. Assim, o planejamento surgia como o mecanismo que viabilizaria sua estratégia política, tendo em vista as disputas com as outras facções do poder local, marcadamente os setores agrofundiários conservadores (ZORZAL E SILVA, 1986), que eram relutantes ao processo de industrialização encabeçados pelo Estado. Conjuntamente ao processo de centralização que o mesmo governador buscou realizar enquanto interventor, permitiu a conformação de um aparato tecnocrático que não existia no estado até este momento.

Zorzal e Silva (1986) afirma que Santos Neves não era apenas um amigo de Vargas, mas seria acima de tudo seu discípulo. Dessa forma, toda a orientação e a forma de seu programa de governo teria como raízes a experiência que vivenciou durante o período do Estado Novo. Concomitantemente, o fato de Neves ter assumido a direção do governo por vias democráticas, com o respaldo do voto popular, vai lhe oferecer o esteio necessário para

impor as diretrizes que se articulavam com o projeto nacional de desenvolvimento acelerado, que ele transportaria para o plano estadual.

A partir dos discursos de Jones, tanto na sua plataforma eleitoral como no discurso-programa que realizaria no ato de posse na Assembleia legislativa, diz-se:

Já alguém comparou a história a um imenso rio, cujo caudal impetuoso desafia, quase sempre, o esforço isolado dos homens no sentido de alterar-lhe o curso ou resisti-lhe às energias propulsoras, em marcha inexorável para o largo estuário do futuro. Só os super-homens, que aparecem de século em século, conseguem modificar o cenário dos acontecimentos e desviar, assim, os roteiros da caudalosa torrente. Em regra geral, porém, as vontades humanas se perdem no ímpeto das correntezas e são levadas de roldão, como folhas secas, bubuiando atoa, ao léu dos fatos e ao sabor das águas. [...] A condição primordial, entretanto, para o êxito do nosso programa reside, mais do que em nós mesmos, no esforço e colaboração, na tenacidade e comunhão de sentimentos e vontade [...] do povo capixaba. Precisamos destruir, de uma só vez para sempre, o estranho preconceito que aqui se formou, pelo qual o Estado se transfigura em opulento manancial cuja finalidade exclusiva é abrandar a sede das aspirações financeiras de toda uma coletividade. O Estado não é um fim, mas um meio (ESPÍRITO SANTO, 1958, p. 129-130).

Zorzal e Silva (1986) aponta que ele direcionava em dois pontos principais por onde seu governo caminharia.

O primeiro seria a contínua realização do plano de desenvolvimento que havia traçado durante seu período de interventoria, que estaria materializado na tríade saneamento, produção e transportes, e que agora incluiria também o setor de energia, motivado pelas influências dos ensinamentos do geógrafo francês, Pierre George, e com o planejador da TVA, David Lilienthal, chegando inclusive a citá-los em seus discursos<sup>41</sup> (ESPÍRITO SANTO, 1954). Nesse sentido Jones indica que,

Ao preconizarmos, assim, a instituição, em nosso Estado, do sistema semelhante, apenas procuramos estender até nós práticas salutaras de âmbito universal e que já vão sendo adotadas também por outras unidades da Federação. É oportuno ressaltar que, assim procedendo, procuramos, ademais, guardar uma linha de coerência com a nossa passada administração do Estado (ESPÍRITO SANTO, 1958, p. 132)<sup>42</sup>.

Já o segundo caminho seria o planejamento como meio irremediável para viabilizar e organizar a ação do Estado. Assim, firmava o planejamento como base e ponto de partida das ações de seu mandato, mas ultrapassando-o para se tornar a maneira que o Estado passaria a funcionar dali por diante:

Os novos tempos nos ensinam que o Estado é função das condições econômicas que predominam em sua organização social. Daí a necessidade imperiosa de fortalecer as suas forças econômicas e racionalizar a sua administração. Impõe-se o abandono das

<sup>41</sup> “No importante capítulo da “Geografia da Energia”, de que nos fala Pierre George, além das pequenas Usinas elétricas e dos inúmeros conjuntos de Diesel instalados pelo Interior, levantamos o projeto completo do aproveitamento da bacia hidrográfica do Rio Santa Maria, ali projetando uma miniatura do T.V.A [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1958, p. 125).

<sup>42</sup> Discurso de posse em 1951 na Assembleia estadual.

fórmulas românticas de uma direção sem objetivos nem bússola, pelo roteiro seguro da planificação realista [...].

A tarefa da administração inicial consistirá, pois, na estruturação de um planejamento em que figurem os objetivos essenciais ainda não colimados, pela atualização do primitivo esquema e pelo acréscimo de outras realizações imprescindíveis à conquista de nossa emancipação econômica e social (ESPÍRITO SANTO, 1958, p. 132).

Vemos uma insistente defesa por parte de Jones do economicismo e uma crítica ao romantismo espontaneísta do passado. As noções de racionalização da administração e de planificação realista são muito reveladoras do primado da razão, da técnica e do positivismo numa suposta neutralidade da ciência e da economia dentro e sobre a política. Parece haver uma impessoalidade desejada e alcançada via planejamento racional/realista em seu discurso.

Zorzal e Silva (1986) ainda destaca no Plano de Valorização Econômica que ele seria justificado a partir das prerrogativas dadas pelo planejamento por si, enquanto técnica para alcançar os objetivos modernizantes de longo prazo, e não a partir de um diagnóstico acerca da economia estadual. Essa inexistência de estudos para fornecer base para a formulação das políticas públicas, para a autora, estaria ligada ao reduzido número de instituições de ensino que formassem uma força de trabalho complexo para o Estado. Pois, como já anteriormente citado, havia apenas duas faculdades, de direito e odontologia, e também um pequeno número de escolas técnicas, fundadas na década anterior. Por conta disto, Jones dos Santos Neves, com objetivo profundo de transformar a forma de reprodução e representação do Estado e também da sociedade capixaba, nesse mesmo período seria fundada em Vitória a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em 1954<sup>43</sup>.

Voltando às suas iniciativas de intervenção estatal, a partir do Plano de Valorização Econômica, ele direcionaria 39% da receita para investimentos em infraestrutura, sendo 35% dessa fatia destinada ao aparelhamento e as obras de ampliação do Porto de Vitória, 24% para aumentar a capacidade de energia elétrica do estado, principalmente pela construção da Usina Rio Bonito que seria projetada pelo DNOS e financiada por fundos vindos do BNDE. Vale destaque também a implantação e ampliação de vias rodoviárias, sendo abertas mais 150 km de estradas. Numa época em que todo o país tinha cerca de 2.500 km de estradas pavimentadas, pavimentando cerca de 100 km com asfalto em seu período de governo. Também construiu inúmeras pontes, prédios públicos por todo o estado, e obras urbanísticas,

---

<sup>43</sup> “[...] no âmbito da formação de nível superior, criou as seguintes Escolas e Faculdades: Escola de Belas Artes (Lei nº 518, de 06/09/51, e 610, de 31/12/51 - regulamentação), Escola Politécnica (Lei nº 520, de 06/09/51) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Lei nº 550, de 07/12/51); Instituto de Música do Espírito Santo (Lei nº 661, de 12/11/52); Escola de Auxiliares de Enfermagem (Lei nº 707, de 10/01/53) e finalmente a Universidade do Espírito Santo (Lei nº 806, de 05/05/54), a qual foi solenemente instalada a 26 de maio de 1954” (ZORZAL E SILVA, 1986, p. 436).

em Vitória. Ademais, destinou também 11% dos fundos do plano para o fomento da produção agropecuária (ESPÍRITO SANTO, 1958).

Criou também o Instituto de Bem-Estar Social (IBES)<sup>44</sup>, em 1952, que seria uma autarquia da área habitacional, que ficaria marcada por ser a primeira iniciativa em nível estadual que promoveria, para a população de baixa renda que chegava à Grande Vitória para trabalhar, uma política habitacional, a partir de um projeto estatal para a construção de um bairro planejado. Isto é, foram construídas cerca de 886 casas, 2 edifícios para 40 lojas comerciais, um cinema, um ambulatório médico, igreja, escolas, posto de puericultura e clube social e esportivo no bairro Aribiri, em Vila Velha (ESPÍRITO SANTO, 1958). É interessante notar que uma iniciativa semelhante em nível nacional de *produção do espaço* (LEFEBVRE, 2006 [1974]) em larga escala só ocorreria 12 anos mais tarde na constituição da política habitacional do BNH durante a ditadura militar.

Com essas inúmeras ações estatais, segundo De Oliveira (2017), iniciaria um processo de transformação na economia do estado, que era basicamente agrícola, para direcioná-la à rota do processo de industrialização. Tais ações criariam as condições para uma expansão da industrialização no estado futuramente, ao mesmo tempo que promoveria a institucionalização do planejamento no plano estadual (ZORZAL E SILVA, 1986).

Dentro desse contexto havia as nuances necessárias a nível nacional para a realização dessas mudanças, pois o projeto de *modernização retardatária* (KURZ, 1999) estaria encaminhado pelo Estado nacional, do nível nacional para o regional, pois não haveria internamente grupos políticos que estivessem interessados ao projeto de industrialização, ao passo que haveria total afinidade por parte de Jones, contudo, no estado não existia uma hegemonia e força política para isso. Nesse sentido, vê-se, a partir das propostas e ações de Santos Neves, de maneira clara o caráter tecnocrático e autoritário que seria definido como caminho para o desenvolvimento do Espírito Santo como nos mostram os apontamentos na sequência.

Portanto, na perspectiva de Jones Santos Neves, o Estado seria o promotor do crescimento econômico e do bem-estar social, que seria materializado pelas intervenções estatais, através do planejamento. Dessa forma, seriam instituídas no seu governo as bases do planejamento, por nós tratado anteriormente como *modelo estatal de modernização* (KLUCK,

---

<sup>44</sup> “O processo de repasse dessas casas para as famílias operárias poderia tanto ser através de venda como de aluguel, e obedecia a um esquema seqüencial de inscrição de candidatos pretendentes. Dentre esses selecionava-se, segundo critérios estabelecidos pelo “Serviço Social do Estado”, aqueles que deveriam ser beneficiados. Dessa forma, a mediação **clientelista**, revestida, agora, pelo invólucro da seleção segundo critérios técnicos, não mais o “apadrinhamento”, permanecia com forma de relacionamento entre dominantes e dominados” (ZORZAL E SILVA, 1986, p. 433).

2017), sendo instrumento de poder para impor o sentido que deveria rumar o desenvolvimento capitalista na particularidade do Espírito Santo, através de justificativas ditas racionais e tecnocráticas, feito goela abaixo das demais forças do poder local (ZORZAL E SILVA, 1986).

Para a mesma autora, contudo, embora tenha tentado dar prosseguimento ao projeto de industrialização, com a derrota na eleição seguinte, que ocorreria por uma série de fatores:

Suas atenções à frente do Executivo estadual estiveram mais voltadas para a execução do Plano de Valorização Econômica do Estado, a atuação político-partidária foi relegada a segundo plano [...]. Com efeito, Jones dos Santos Neves não assumiu ao estilo Carlos Lindenberg a liderança do partido, no sentido de os laços de solidariedade coronelísticos existentes (ZORZAL E SILVA, 1986, p. 448).

Na mesma perspectiva, De Oliveira aponta que Jones

[...] foi desastroso no plano político. Desentendeu-se imediatamente com o seu aliado o PTB e não correspondeu às lideranças do interior, que eram a grande sustentação eleitoral do partido. Ilustrativamente, consta que, diferentemente de Carlos Lindenberg, Jones recebia os correligionários do interior em pé, a fim de abreviar à sua permanência. E era ainda avesso às orientações vindas dos chefes políticos do interior” (DE OLIVEIRA, 2017, p. 72).

Este mesmo projeto ficaria apenas como embrião e não desencadearia o processo de modernização requerido, de modo que os governadores que vieram na sequência não deram prosseguimento às ações de Jones Santos Neves. Para a autora, a economia capixaba tinha uma configuração basicamente primário-exportadora, principalmente ligada à cafeicultura, e seus interesses, que eram hegemônicos, não permitiam a implementação de um projeto para a transformação em um caráter urbano-industrial, mesmo nesse segundo período de Neves entre 1951 e 1954.

Todavia, o projeto de industrialização constituído por Jones dos Santos Neves seria retomado posteriormente com a abertura da “região” (OLIVEIRA, 2008), com a construção da ponte Getúlio Vargas em Linhares, a conclusão das rodovias BR-101 e BR-262 e a consequente maior integração do mercado capixaba ao mercado nacional a partir da década de 1960. De forma que,

[...] apesar da grande força política do PSD ser constituída pelas classes agrofundiárias, cuja expressão econômica se concretizava na produção cafeeira, a ação do governo Jones não se voltou, prioritariamente, para esses interesses. Na realidade, a base de sua política econômica esteve centrada no núcleo urbano da capital visando a criação de infra-estrutura, para permitir, num futuro próximo, o desenvolvimento industrial. O atendimento aos interesses delegados a economia cafeeira se fizeram nos estreitos limites garantidores de sua reprodução, para manter a base econômica enquanto sua transformação não se processasse. Além disso, a implementação da política educacional no sentido de se elevar o padrão qualitativo do ensino, crucial para o projeto jonista, não agradou muito as oligarquias dominantes, e, por conseguinte, as lideranças pessedistas.

A contradição, aí imanente, entre forças progressistas e conservadoras refletir-se-ia, como se verá, no pleito de 1954, revelando a grande fragilidade das primeiras. Na verdade, tal política tocava em cheio na base de sustentação do sistema à dominação política. Isso porque introduzia um corte nos vínculos de solidariedade pessoal entre dominantes e dominados, que tinha sua expressão real no clientelismo que a Secretaria de Educação permitia concretizar. Pois, essa Secretaria, na realidade, era o espaço que detinha o maior número de cargos e, além disso, aquele que o coronel podia influir mais decisivamente, na indicação dos indivíduos.

Dessa forma, ocorreriam profundas modificações na Secretaria de Educação. Ao passo que Jones teria interferido e mudado a política personalista<sup>45</sup>:

Os problemas políticos enfrentados por Jones dos Santos Neves para a execução dessa política com o concomitante "saneamento" do clientelismo, na Secretaria de Educação, visando reduzir o número de "Docentes de Emergência" teriam origem no próprio acordo que selou a aliança PSD/PTB.

Nesse acordo ficara acertado que a direção da Secretaria de Educação seria entregue a um líder petebista. Entretanto, na medida que a formação da mão-de-obra passava exatamente por essa Secretaria, a direção desse aparelho era fundamental. A saída estratégica encontrada por Jones foi a de entregar, no primeiro momento, a Secretaria a um líder petebista estadual, mas depois trouxe de São Paulo o educador Rafael Grisi, que era filiado ao PTB, a quem entregou a direção da Secretaria.

Com esta tática Jones desobstruiu, em grande parte, os caminhos para realizar uma verdadeira transformação no Ensino Público. Seriam redefinidas as estruturas, tanto administrativas, como pedagógicas da Secretaria de Educação bem como seria ampliado o espectro da formação escolar, com a criação de vários cursos de nível superior, e, posteriormente, a própria Universidade do Espírito Santo (ZORZAL E SILVA, 1986, p. 434-435).

De maneira que uma série de decretos que transformariam a estrutura do sistema de ensino estadual, diminuindo a possibilidade dos cargos do magistério serem colocados como "docentes de emergência" pelo poder local, redefinindo a forma como seriam selecionados os professores que agora seriam selecionados através de concurso público:

Assim, a nível das estruturas administrativas e pedagógicas, várias medidas foram tomadas, no sentido de promover um reaparelhamento institucional, capaz de dar suporte a dinamização do ensino. Entre elas cabe destaque os decretos nº 647 e 648, ambos de 11/10/51, que cuidaram, respectivamente, do problema dos "Docentes de Emergência", e da fixação do número e da distribuição da Rede Escolar Estadual; e a Lei nº 549, de 07/12/51, que cuidou da classificação dos estabelecimentos de ensino primário em categorias e entrâncias, da reestruturação das carreiras do cargo de professor, da criação do concurso de remoção e ingresso no magistério, da revisão dos critérios de promoção e gratificação, enfim redefiniu as formas, até então vigentes, de ingresso no magistério público (p. 435-436).

No passo que,

A conjunção desses diversos fatores resultou num certo estremecimento na coesão interna do PSD capixaba, cujo reflexo se cristalizou na negação de apoio e solidariedade política de muitos desses coronéis ao PSD, no momento em que Jones retornou às bases do partido, para articular a disputa eleitoral de 1954 (*Idem*).

<sup>45</sup> Assim, para Zorzal e Silva (1986, p. 434): "A implementação dessa política, principalmente a primeira diretriz, não se fez sem grandes atritos no interior do bloco regional dominante. **Isto porque o clientelismo, como forma de articulação com as classes dominadas, constituía-se num dos suportes de manutenção da dominação "coronelística"**, e de preservação da oligarquia, no momento agrofundiária, no controle do Aparelho Regional de Estado".

Nessa perspectiva, De Oliveira (2017) demonstra que:

Apesar desse relativo fortalecimento das instituições partidárias, neste contexto, o personalismo atingiu seu auge com a emergência de líderes nacionais que gozavam de grande carisma entre as massas populares, tais como Getúlio Vargas, Ademar de Barros, Jânio Quadros, Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda; e, no plano regional, Carlos Lindenberg, Atílio Vivácqua, Jones dos Santos Neves, Raul Gilberti, Francisco Lacerda de Aguiar. Ocorre que este personalismo não se dava mais aos moldes tradicionais, a partir de contatos e compromissos definidos caso a caso. A proteção do líder passava cada vez mais a ser implementada por intermédio de medidas governamentais que beneficiavam as grandes massas, via Estado. Assim, o controle dos aparelhos regionais de Estado passa a figurar como elemento *sine qua non* do processo político.

Forças urbano-industriais/conservadoras emergentes - adeptos de políticas voltadas para o desenvolvimento urbano-industrial cuja materialidade se deu, principalmente, a partir da Interventoria Jones dos Santos Neves (1943-1945) que, apesar da não continuidade de seu projeto desenvolvimentista, também atuará como um importante locus de pressão que mais à frente se reunirá na Federação das Indústrias (DE OLIVEIRA, 2017, p. 65).

A autora observa, assim, um momento de passagem do coronelismo ao populismo. Aqui fica explícita também a relação desse planejamento com a FINDES, que unirá todo o setor urbano-industrial que não tivera força suficiente durante os governos Jones para fazer as transformações requeridas para realizar o processo de industrialização.

Em resumo, apesar da forma oligárquica e elitista, a ação empreendedora de Jones dos Santos Neves introduziu novas cunhas modernizantes na dinâmica conservadora que definia o ritmo das transformações capitalistas no Espírito Santo. Dessa forma, o "modelo de desenvolvimento jonista" constituiu-se num marco referencial para as gerações futuras das classes dominantes. Estas ao retrarem as coordenadas desenvolvimentistas, no pós-64, reeditam suas linhas básicas (ZORZAL E SILVA, 1986, p. 449-451).

Assim, a autora aponta para a existência de um “modelo de desenvolvimento jonista”, que buscava propiciar as bases e transformar a estrutura de reprodução capitalista no estado, na tentativa de colocá-lo no “roteiro” da industrialização acelerada. No entanto, para nós esse “modelo de desenvolvimento jonista” era na verdade a reprodução e aplicação de um “modelo estatal de modernização”, do planejamento regional, inspirado na TVA, na particularidade do Espírito Santo. É indicado ainda que a profusão de ações realizadas pelo governo Jones dos Santos Neves transformaria a face institucional da estrutura estatal estadual capixaba. Mesmo não conseguindo de imediato fazer a expansão industrial desejada, propiciaria as condições e um referencial para a realização da industrialização requerida pelo setor urbano-industrial mais tarde com o golpe militar em 1964, quando essas forças políticas, agora concatenadas na FINDES, assumiriam novamente o governo estadual, mas nesse momento com a “força política e militar” e as coordenadas do modelo de planejamento desenhado por Jones, para

desdobrar os processos e ações necessárias para promover a alavanca na industrialização capixaba.

Podemos aqui indicar também que Jones dos Santos Neves seria um agente da *frente pioneira*, de forma que seguiria a cartilha de Getúlio Vargas de avanço sobre os "espaços vazios" e "vazios demográficos", baseado na ideologia da "Marcha para o Oeste" do mesmo, materializados por aqui na marcha para o norte do estado. E nessa lógica, atesta Edmilton da Silva (2019), para Jones, não seria aceitável uma população de cerca de 60 mil pessoas no norte do estado, numa área que representaria metade do território do Espírito Santo, em oposição ao sul, que teria mais cerca de 700 mil. Propunha, assim, uma política de colonização do norte do estado, e melhorar, segundo seu discurso, as condições de vida dos camponeses a partir da transformação dos mesmos em proprietários e consumidores dos produtos industriais (DA SILVA, 2019).

Nesse sentido, para o mesmo autor, Jones, a partir de um discurso dualista, buscava criar um novo padrão de ocupação territorial a partir das ações do Estado, que implementaria e executaria políticas para a correção das "desigualdades regionais" entre o sul, que seria povoado e desenvolvido, e o norte, vazio e "atrasado". Seria, assim, o Estado o promotor da "integração" regional do norte, a partir da abertura de estradas, fomento da produção agropecuária e no restabelecimento da colonização de maneira intensa para essas áreas (DA SILVA, 2019).

Esta visão é corroborada por Nogueira (2020). Semelhante ao que acontecia em outras fronteiras do país, por inúmeras décadas no Espírito Santo havia o discurso de que haveria uma divisão do estado em duas porções. Assim, a colonização teria de ser feita no sentido sul-norte, pelo avanço sobre as margens do rio Doce, marcado também por uma clara estratégia discursiva para recorrer à figura do presidente Vargas como modo de intensificar e possibilitar a própria posição de mando em relação ao poder local (NOGUEIRA, 2020). Pode-se encontrar em seu discurso o modo como a metáfora da guerra é aplicada à produção. A própria palavra "mobilização", que Gaudemar (1977) usa, vem de uma mobilização para a guerra:

Das terras dádivasas e ferazes da zona norte do rio Doce deve brotar a produção variada e intensa a se encaminhar, em corrente caudalosa e contínua, buscando o porto exportador da nossa capital. (...) com as pesadas e espinhosas responsabilidades de Interventor no estado, sinto-me no dever de conclamar a todos para a incruenta "Batalha da Produção". Adotemos, senhores, as corajosas palavras do Presidente Roosevelt, adaptando-as aqui ao setor da produção rural, sob a guarda inviolável de vosso patriotismo e do vosso fecundo labor: "Precisamos produzir mais e mais, e haveremos de produzir muito mais" (...). Atravessamos, não há dúvida, um momento de profunda transformação da nossa estrutura econômica (...). Mercê do precioso auxílio da nobre nação americana, rolarão, dentro em breve, por

este caminho, buscando o mar, as imensas riquezas da opulenta região mineira, e uma soma imprevisível de novas riquezas surgirá aqui, graças a comunhão de interesses que ditaram as condições basilares dos acordos de Washington. Far-se-á a valorização sanitária do homem e se conquistará a recuperação econômica de extensas áreas, antes desaproveitadas e inúteis (NEVES, 2002, 51-52, APUD NOGUEIRA, 2020).

É importante destacar, como aponta o autor, as menções aos acordos de cooperação entre Brasil e os Aliados, principalmente com os EUA, que deram origem à fundação da CVRD, de tal modo que pode-se vislumbrar em relação à colonização e conquista do vale do rio Doce e de suas terras um aspecto visivelmente geopolítico. Ele também enxerga nos discursos de Jones no apelo acerca da valorização do espaço no norte capixaba um esforço de guerra executado pela população, sendo guiada pelo Estado, tendo o trabalho na produção de alimentos e na exportação de minério de ferro como sacrifício que a sociedade capixaba realizaria em prol de uma constituição territorial e na interlocução com o desenvolvimento do país, deixando marcado que só com a superação da face “primitiva” e hostil do norte espírito-santense seria possível fazer a integração do estado ao nacional (NOGUEIRA, 2020), realizado a partir da abertura da “região”.

No prosseguimento de sua trajetória, como afirma Paulo Scarim (2010), Jones Santos Neves terá papel importante na fundação da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), em 1958, assumindo a direção desta em 1968. Como primeiro ato, irá elaborar um plano com 22 pontos que colocam a criação e a articulação de sindicatos empresariais, realização de uma maior comunicação com a CVRD, mais ampla participação e ação da FINDES com os órgãos governamentais e com o planejamento, além de propor a criação de um centro industrial, uma forte revisão da balança comercial e a busca por uma maior atração de investimentos. Logo na sequência, Neves ajudaria na elaboração do documento “O Espírito Santo como Periferia de Dois Polos”, de 1968, marcadamente sob influência da teoria dos polos de crescimento de F. Perroux, em que, a partir da análise da crise econômica vivida pelo estado naquele momento, busca a ampliação da SUDENE para a área a norte do rio Doce, que seria uma *zona geoeconômica* deprimida em meio a um estado pobre cercado por vizinhos ricos, e que estaria sofrendo ainda mais com o intenso processo de erradicação dos cafezais.

Desse último documento será desdobrado o “Plano de Diversificação Econômica e Desenvolvimento Agrícola do Espírito Santo”, também de 1968. Esse plano, que marcará o fim do governo de Christiano Dias Lopes Filho, teria rapidamente alcançado grande parte de suas metas. Santos Neves ainda participará da articulação que realizará o “Simpósio sobre os Problemas do Espírito Santo”, em 1968, que terá a participação do ditador general Costa e

Silva, onde se buscará a concessão de incentivos fiscais, que será efetivada em 1969 na transformação da CODES no Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Espírito Santo (GERES) e na formação do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES) (SCARIM, 2010).

Fato interessante é que o descendente de coronel, Jones dos Santos Neves, que se coloca como propagador de um planejamento supostamente neutro e científico, não tem problema nenhum em realizar esse planejamento com um governo autoritário.

Nesse quadro, a FINDES terá uma imensa importância ao direcionar o desdobramento do planejamento em âmbito estadual, que se materializa em diversas instituições, mecanismos e resultados, tais como: criação da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A (ESCELSA), criação do Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES), produção do Centro Industrial de Vitória (CIVIT), em 1969, criação de benefícios fiscais para compra de máquinas e equipamentos, articulação de um mecanismo de incentivos fiscais para projetos industriais e agropecuários, e na arquitetura da Superintendência de Polarização de Projetos Industriais (SUPPIN) e da Coordenação de Planejamento Industrial. Todas terão forte participação da federação. Além disso, teremos a constituição do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP) (SCARIM, 2010). Esse momento da ampla atuação da FINDES será marcado por um surto de industrialização, chamado pela literatura da “Formação Econômica” do estado como período de ocorrência dos “Grandes Projetos de Impacto”.

Jones dos Santos Neves participou também de outras atividades importantes na constituição do planejamento no estado do Espírito Santo, sendo integrante do Conselho Técnico de Economia e Finanças do estado, presidente do Banco de Crédito Agrícola, e membro do Instituto Histórico e Geográfico desse mesmo estado. Viria a falecer pouco tempo depois de seu período na FINDES, no final de 1973.

De tal maneira, ele soube aproveitar o contexto histórico de modernização retardatária para redirecionar o sentido da política do estado, colocando a industrialização como alternativa à cafeicultura, esforçando-se para a transformação das bases socioeconômicas do Espírito Santo. De modo simultâneo, contribuiu para certa alteração na forma de ser do Estado na especificidade capixaba, iniciando o processo de *autonomização* do Estado em relação às oligarquias locais. Através de suas intervenções estatais e da formação das bases do planejamento, que viria a promover a “abertura da região” (OLIVEIRA, 2008), e permitiria o desdobramento da tão propalada “integração” do Espírito Santo ao nacional: isto é, tendo em vista a abertura e a livre *mobilização do trabalho* (GAUDEMAR, 1977) e das terras. Ou seja, a integração do Espírito Santo no mercado de trabalho e de terras nacionais, que estavam em

processo de constituição. Ao mesmo tempo, participaria diretamente como tecnocrata da promoção do processo de industrialização acelerado que seria desdobrado a partir do final da década de 1960, na composição do quadro da FINDES, e traria os ideais da realização da *modernização retardatária* para esse estado.

Sendo assim, neste subitem tratamos da trajetória de Jones dos Santos Neves, que fez parte do chamado coronelismo “intelectualizado”, ou melhor, um coronelismo promotor da modernização, caracterizado pelo bacharelismo, tendo na técnica um novo fundamento da reprodução e representação social (BOECHAT, 2013). Personagem este que protagonizou, por dentro do Estado, por vias burocráticas, a modernização do Espírito Santo, tendo papel central na constituição das bases do planejamento estatal, que só seria desdobrada efetivamente num processo retardatário de industrialização na década de 1960 e 1970, na forma dos chamados “grandes projetos de impacto”.

Faremos na sequência, por conseguinte, a apresentação de como o processo de *modernização retardatária* é mobilizado e desenvolvido na realidade brasileira e como vai se estender na particularidade do estado do Espírito Santo.

### **3.2.2 Como a modernização nacional é desdobrada na particularidade do Espírito Santo**

Primeiramente, é importante que entremos no debate acerca da noção de *modernização retardatária*. Esta advém da elaboração conceitual de Robert Kurz (1999), em seu livro *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*, publicado no original em 1991. Tal noção busca problematizar a ideia de “atraso” e a positivação da “modernidade”, diferentemente das perspectivas dualistas que veem a existência de atraso pela falta de modernização nos países periféricos. De modo que, para o autor, em suas obras subsequentes, apontará que o contexto retardatário desses países seria uma forma particular concreta da modernização em si, o que o autor vai chamar de *não simultaneidade*.

Para ele, o processo de *modernização retardatária* se dá nas inúmeras tentativas dos países de Terceiro Mundo e do “socialismo real” em alcançar os níveis de produtividade dos países europeus, que realizaram o desenvolvimento das forças produtivas em um período prolongado de tempo. Essa não-simultaneidade coloca para os países do terceiro mundo a necessidade de um esforço acelerado de modernização das relações sociais de produção para se recuperar em relação a esses países já modernizados e alcançar seus patamares de produtividade em um período bem menor. Todos os processos de desdobramento de

modernização nesses países serão realizados a partir de um intenso endividamento, que se mostrará impagável futuramente, e insuficiente para superar a concorrência dos países capitalistas desenvolvidos, já que cada aumento da produtividade e desenvolvimento dos países “retardatários” será compensado por saltos duplos ou triplos dos patamares de produtividade das áreas mais avançadas. Ainda mais tendo em vista os próprios limites históricos de realização da modernização mundial, com o fim do fordismo e a ascensão da microeletrônica nos processos produtivos que promoverá o “colapso da modernização”, primeiramente evidente nesses países “retardatários”.

Desse modo, o autor demonstra a verossimilhança entre os processos de modernização realizados, no século XX, pelos países tidos como de Terceiro Mundo e os dos países do bloco do “socialismo real”, de maneira que

[...] as estruturas internas da modernização no Terceiro Mundo e no socialismo real revelam a posteriori uma afinidade surpreendente [...]. Também nas sociedades em desenvolvimento da época pós-colonial do Terceiro Mundo, o elemento estatista da modernização tinha de impor-se frente ao monetarista com maior ímpeto do que no Oeste, para possibilitar processos de industrialização. Os regimes da modernização no Hemisfério Sul, seja sob a estrela do marxismo e na forma de “movimentos nacionais libertadores” (Cuba, Vietnã, Angola) ou seja na forma de ditaduras militares pró-ocidentais e regimes de “revolução branca” (Brasil e Irã), geraram, do mesmo modo que o Leste, estruturas estatistas do sistema produtor de mercadorias e, com estas, planos quinquenais e burocracias de planejamento e estatais (KURZ, 1993, p. 177-178).

Nesse sentido, ele prossegue afirmando que,

A despeito de suas ideologias extremamente opostas e mortalmente inimigas, todos esses regimes enfrentavam o mesmo problema: toda modernização recuperadora [*retardatária*] do século XX, não apenas aquela do Leste, estava obrigada a repetir, de uma maneira ou outra, as estruturas mercantilistas dos séculos XVII e XVIII, porém num nível de desenvolvimento muito mais elevado. Em todos os países do Terceiro Mundo, o Estado transformou-se numa gigantesca máquina burocrática, para muito além da base produtiva (*Idem*, p. 178, grifo nosso).

Partindo para a particularidade brasileira da modernização nacional, pode-se considerar que a manifestação da modernização retardatária brasileira será articulada, a partir de 1930, da inflexão causada pela extinção da Guarda Nacional que levou a concentração do monopólio da violência nas mãos do Estado brasileiro (LEITE, 2015; KLUCK, 2017), da implantação do regime industrializante personificado no governo Vargas. Num contexto em que o Estado passa a gerir a reprodução dos trabalhadores que passaram a migrar para as cidades e a ir trabalhar majoritariamente nas indústrias, diferente de como se dava a reprodução social no período anterior, que ocorria largamente no interior das fazendas e sítios, onde os trabalhadores e sitiantes produziam a maior parte de seus próprios alimentos.

Com o desdobramento da *modernização retardatária* e o conseqüente processo de industrialização e urbanização, promoveu-se uma mudança rural-urbano da morada dos trabalhadores, passando a haver maior necessidade, dos trabalhadores, de ir ao mercado para comprar os itens necessários para a sua subsistência e a de sua família, já que, na cidade, em oposição a como se dava no interior das fazendas e sítios, não há área suficiente ou acessível para a produção direta de alimentos e outras necessidades, sejam elas as do estômago ou as da fantasia (MARX, 2013).

Nesse processo, pela mudança de papel do Estado, há transformações nas relações sociais de produção no Brasil, promovidas pelo rompimento das “regiões” pelo planejamento regional (OLIVEIRA, 2008) após a centralização política de 1930, alicerçando o processo de *modernização retardatária* (KURZ, [1991] 1999) sob o signo da “integração nacional”, desdobrando a industrialização por substituição de importações, e impulsionando uma urbanização complexa. Trata-se de um processo de modernização, que teria como cerne o desenvolvimento das forças produtivas de uma sociedade específica a partir da *mobilização do trabalho* (GAUDEMAR, 1977), colocando-a como necessidade fundante das relações sociais para que seja realizado o processo de valorização, em prol da acumulação de capital.

Portanto, o processo de modernização retardatária (KURZ, 1999) brasileira vai ser encabeçado pelo Estado nacional, que vai impondo aos padrões particulares e regionais de reprodução e territorialização do capital uma ampla gama de intervenções estatais, para elevar a produtividade do capital na busca de alcançar os níveis de acumulação dos países centrais (LEITE, 2014).

Para tanto, os trabalhadores teriam suas condições de reprodução brutalmente modificadas, visto que no momento regional os coronéis, ao terem o seu poder reconhecido pelo Estado nacional, “cercavam” os posseiros numa rede de compadrio e violência, possibilitando o seu controle do território, da terra e do trabalho. Agora se deparavam com o Estado centralizado e a efetivação do mercado nacional de terras e trabalho, conseguidos em processos territorialmente diversos de modernização, sendo parte da *não simultaneidade* (KURZ, 1999) da ocorrência desses processos internamente no território nacional.

Os processos de modernização serão realizados através dos aportes financeiros e ações estatais, no emprego do planejamento regional e da consolidação das leis trabalhistas, de 1943, e os estatutos do trabalhador rural, de 1963, e da terra, de 1964, que vão através de processos violentos envoltos de suas terras e força de trabalho impondo sérios limites à reprodução camponesa e suprimindo seus territórios (LEITE, 2014; KLUCK, 2017).

Nesse sentido, ao mesmo tempo que as relações sociais de produção vão sendo modificadas, concomitantemente com as transformações das próprias fazendas e demais áreas de produção rurais, as cidades são transformadas no *locus* primordial da reprodução social, tanto dos proprietários como dos trabalhadores. Isso acaba gerando uma rede comercial de serviços, de indústrias e agroindústrias, relacionadas à migração campo-cidade e à modernização da agricultura, estando diretamente atreladas aos desdobramentos da indústria nacional do pós-guerra e das pressões políticas que culminaram na erradicação dos cafezais e nas legislações relacionados aos trabalhadores rurais<sup>46</sup> e às terras<sup>47</sup>, principalmente no estado de São Paulo (BOECHAT, 2013), mas não apenas, como veremos a seguir, que serão desdobrados também na particularidade do Espírito Santo, embora de modo distinto.

Assim, a modernização irrompe como um planejamento estatal voltado para um acelerado desenvolvimento das forças produtivas, de modo que o Estado promova uma intensa transformação do modo como são articulados terra, trabalho e capital, para que sejam criadas condições para a produção industrializada de mercadorias (BOECHAT, 2013; LEITE, 2015; KLUCK, 2017). Nesse sentido, veremos, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o governo de Getúlio Vargas querendo prover o fornecimento de matérias-primas para a indústria nacional, também por meio de uma série de acordos com o governo estadunidense, para que, ao país entrar na guerra ao lado dos Aliados, pudesse ser financiada a constituição da indústria siderúrgica e petroquímica no Brasil. Dentro desse arcabouço, em 1942, surge a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Francisco de Oliveira e Frederico Mazzucchelli (1977) apontam que durante a década de 1940 até a primeira metade dos anos 1950, que corresponde ao governo Vargas, o padrão de acumulação tentado para a economia brasileira era o de uma prévia expansão do setor de bens de produção, que buscava levar a fundar as bases para uma expansão industrial equilibrada da economia brasileira entre os três departamentos da economia<sup>48</sup>. É nesse bojo que se evidencia a entrada direta do Estado brasileiro no empreendimento de atividades produtivas, marcada principalmente pela criação da Petrobras, da Companhia Siderúrgica

---

<sup>46</sup> Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963, Lei 4.214/1963, que estendeu para os trabalhadores do campo, agora também assalariados, os direitos dos trabalhadores urbanos: sindicalização, salário mínimo, férias, repouso semanal remunerado, aviso prévio e indenização.

<sup>47</sup> O Estatuto da Terra, lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, durante o regime civil-militar, disciplinou o uso, a ocupação e as relações fundiárias no Brasil.

<sup>48</sup> Oliveira (1977) indica, a partir da ampliação de Michal Kalecki do esquema reprodução ampliada do capital de Marx, a existência de três departamentos básicos: (a) O Departamento I (DI): produtor de bens de capital, de bens de produção, incluindo também certos bens intermediários que são capital constante; (b) o Departamento II (DII): produtor de bens de consumo para os trabalhadores, que ele chama de bens de consumo não-duráveis; e (c) o Departamento III (DIII): produtor de bens de consumo para os capitalistas, que o autor chama de bens de consumo duráveis.

Nacional (CSN), da tentativa de colocar em funcionamento a Companhia Nacional de Álcalis (CNA), do projeto de criação da Eletrobrás e da criação da CVRD. Todos esses projetos surgiram ou foram propostos durante a centralização promovida pela ditadura Vargas.

Dentro do entendimento desse processo, vale um retorno ao apontamento de Kurz (1995) acerca dos cinco níveis de atuação do Estado moderno, resultados do próprio processo de expansão da economia de mercado pela modernização.

O primeiro nível, segundo Kurz (1995), seria o Jurídico, resultado do processo de juridificação da sociedade. Ao passo que todas as relações se tornam mediadas por relações contratuais mercantilizadas, a reprodução social passa a se basear nas relações monetárias abstratas e a romper cada vez mais com as relações sociais “tradicionalistas” pré-modernas. Assim surge a necessidade de o Estado “territorializar” ações e relações abstratas do direito, sendo ele o mediador do moderno “contrato social” codificado juridicamente.

O segundo seria a gestão dos problemas sociais e ecológicos, de modo que Kurz (1995) aponta que eles são resultados da economia de mercado, que promovem a partir da modernização a dissolução das relações e dos contratos sociais entre as gerações e os vínculos tradicionais locais, pessoais, familiares e naturais, substituindo-as cada vez mais pelo processo da expansão dessas relações sociais, por vínculos nacionais, impessoais, públicos controlados pela forma mercadoria e pelo dinheiro. Cabe ao Estado assumir a tarefa de gestão da vida social e natural que estariam fora do processo de transformação de trabalho em dinheiro, já que a economia de mercado não assume nenhuma dessas tarefas e busca sempre externalizar os custos de gestão dos problemas ecológicos e sociais.

O terceiro nível seria aquele dos agregados infraestruturais, que se daria pela construção de rodovias, abastecimento energético, comunicação, formação educacional, instituições de pesquisas científicas, sistemas de saneamento e saúde, e etc.. São pressupostos infraestruturais para uma produção industrial científicizada de mercadorias. Eles são feitos, geridos ou subsidiados pelo Estado.

O quarto nível seria a entrada do Estado como empresário produtor de mercadorias, isto é, como operador da produção para o mercado. Kurz (1995) argumenta que o Estado enquanto empresário aparece de modo majoritário nas sociedades em modernização retardatária; quer dizer, nos países que entraram tardiamente no moderno sistema produtor de mercadorias. Principalmente, pelo fato de que em muitos países somente é possível chegar aos patamares dos países industrializados e estabelecer uma conexão com eles pela alavanca da acumulação centralizada da maquinaria estatal que produzirá a industrialização “retardatária”. Mas não apenas nesses países o Estado entrou como produtor direto na produção de mercadorias.

Países ditos centrais da modernidade, ao se olhar os seus vestígios históricos, encontram-se facilmente a ocorrência do Estado enquanto produtor industrial.

O último nível das atividades estatais para Kurz (1995) seria a política de protecionismo e subsídios. À medida que, mesmo o Estado não aparecendo como produtor direto de mercadorias, ele pode influenciar de maneira indireta o processo mercadológico de produção de mercadorias, ao garantir a sobrevivência de empresas privadas através de subsídios, simultaneamente seu território protege tais empresas por meio da limitação da concorrência estrangeira por via de medidas de cunho protecionista.

Nesse sentido, ao direcionarmos esse modo de análise das atividades estatais para o Brasil, veremos o Estado brasileiro se autonomizar do capital gradativamente a partir da década de 1930, com a centralização estatal promovida a partir da ditadura modernizante de Getúlio Vargas, marcando uma mudança em seu modo coronelista, que vai ser desenvolvido paulatinamente de 1930 a 1970 por todas as “regiões” distintas. Inicia-se pela extinção da Guarda Nacional, passa pela modificação no Código Eleitoral, pela ampliação do Exército nacional, pela criação das infraestruturas de comunicação, pela instauração de padrões técnicos de planejamento regional por via das instituições universitárias também criadas no período, pela constituição de um sistema de crédito centralizado, por legislações trabalhistas, entre outras importantes transformações. Pode-se inferir, portanto, que esse processo de centralização constitui parte da “abertura” das “regiões” e da “integração nacional”.

Ao retornarmos ao argumento de Maria do C. Campello Souza (1976), entendemos, por meio de nossos referenciais teóricos, que os *mecanismos de centralização* política por ela ali tratados corroboraram com a constituição do nosso ponto de vista, referente a uma *aparência de autonomia* (LEITE, 2014) do Estado nacional brasileiro em relação às oligarquias regionais, que modificaram seu jeito coronelista de ser. A centralização implicou numa juridificação (KURZ, 1995), por meio da criação das leis trabalhistas (CLT) como parte do tratamento dos problemas sociais e do processo de ruptura da dominação coronelista pelo estabelecimento de um padrão contratual, que adquire agora um projeto de transformação das relações sociais pela industrialização, em que o Estado entra, a princípio como produtor direto, para dinamizar a modernização retardatária. De modo que,

Ao processo de modernização retardatária brasileiro, que aparece de maneira apologética no discurso estatal como processo de integração nacional, coube o papel de desarticular as oligarquias regionais e as formas particulares de territorialização e reprodução do capital que sustentavam a acumulação das mesmas. Esse processo, que “abriu” a região para a livre circulação dos trabalhadores num mercado de trabalho, cuja nacionalização estava garantida inclusive pela promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, consolidou também a formação da superpopulação relativa no país. Essa relação foi responsável, por sua vez, por permitir a generalização do assalariamento, ou seja, da mobilidade do trabalho como núcleo das relações sociais de produção que passam a sustentar a forma de reprodução — ampliada — do capital, de caráter urbano-industrial, que então se impôs sobre as dinâmicas regionais suplantadas (LEITE, 2014, p. 70).

Como apontado por Oliveira e Mazzucchelli (1977), pode-se compreender que tal mudança no padrão de acumulação por meio da instalação dos empreendimentos produtivos do Estado, no Brasil, só foi possível por uma dupla determinação. De um lado, pela ruptura do padrão anterior de articulação da economia nacional com o capitalismo internacional. Ruptura marcada pela crise deflagrada em 1929, que abriu caminho para a expansão industrial, impossibilitada por toda Primeira República pela reprodução da hegemonia cafeeira. De outro lado, pelo fato de, diferentemente das economias industrialmente “maduras”, que tiveram forte recessão nos setores industriais, a economia nacional brasileira obteve taxas de crescimento reais durante o período de 1933 a 1938, o que, no eclodir da Segunda Guerra Mundial e sob forte crise cambial, impedia-a, todavia, de adquirir bens de capital e de produção no exterior para realizar sua expansão. Nesse sentido, será essa expansão e a contradição deflagrada, devido ao estado das forças produtivas imperialistas em meio a uma economia de guerra, que irá determinar a expansão do setor de bens de capital e a entrada do Estado efetivamente na produção de mercadorias pela implementação dos projetos industriais estatais de base, em que sem esses últimos a reprodução do capital estaria inviabilizada (OLIVEIRA & MAZZUCHELLI, 1977).

Para os autores, o financiamento da acumulação do capital nesse período era sustentado de três modos: i) pela manutenção da política cambial e da própria política de confisco cambial, utilizando-se da transferência de renda dos setores agroexportadores para o industrial; ii) pela nacionalização dos setores básicos do Departamento I nos setores produtores de bens intermediários, de modo que a nacionalização financiava internamente o DI, enquanto a política cambial realizava o processo de financiamento interno e externo também do Departamento III. Portanto, colocava-se um pouco de lado o endividamento externo e o capital estrangeiro de investimento; e iii) pela contenção relativa dos salários reais dos trabalhadores, que seria atenuada pela função de produzir certos bens abaixo do custo por

parte das empresas estatais, transferindo o poder de compra, em parte, aos trabalhadores assalariados.

Assim, o delineado padrão de acumulação era fundado com a estratégia de expansão industrial no pressuposto de que a acumulação privada seria possibilitada pelo deslocamento de uma parte dos excedentes por intermédio dos preços subsidiados de bens e serviços das empresas estatais, que teria sido permitido pelo aumento da produtividade do trabalho do setor produtor de bens de produção, o que se desdobrou num barateamento do capital constante da indústria privada (OLIVEIRA & MAZZUCHELLI, 1977). Havia inúmeras barreiras para a implementação desse novo padrão, principalmente aquelas ligadas ao financiamento externo, que só era viável quando eram altas as exportações agrícolas ou as taxas de câmbio. Ao mesmo tempo que o financiamento interno era propiciado pela apropriação dos excedentes gerados pela produção cafeeira para o setor industrial, sem que impossibilitasse a rentabilidade do setor agroexportador, já que era ele o único a prover os meios de pagamento para a compra dos bens de capital e insumos necessários.

Noutro polo, o planejamento regional mobilizava o discurso desenvolvimentista que pregava:

[...] a hierarquização regional, tendo como pano de fundo dois brasis, o moderno e o arcaico. A internalização da visão cepalina e o Plano de Metas (1950-1955) são saídas apresentadas ao suposto atraso das regiões periféricas. Impõem, para tanto, a aplicação de investimentos em infraestrutura de energia e transporte, a integração dependente entre centro e periferia e a substituição das importações. A inserção das regiões periféricas se dará, dentro desta divisão espacial do trabalho e da lógica do capital, como área complementar e de possibilidades limitadas. O Espírito Santo, mesmo fazendo parte da região Sudeste, região moderna-industrial, portanto, não apresentando os níveis de industrialização característicos das regiões centrais foi localizado na periferia desta região, o “Nordeste do Sudeste”[...] (SCARIM, 2010, p. 205).

No estado do Espírito Santo, o processo de industrialização, iniciado desde a década de 1940 com a instalação da CVRD em Vitória, impulsionou o processo de metropolização que, no passar do tempo, vai fazer contrastar a região metropolitana com as cidades interioranas, pela ideologia desenvolvimentista do dualismo atrasado-moderno, indicado espacialmente pelo par de oposição interior-Vitória, que a seu modo moveu a modernização no sentido à industrialização, à centralização política, ao assalariamento, em oposição ao coronelismo regional, com inclinação agrícola, sustentado nas diferentes formas de parceria e agregação que se estendiam por todo o Brasil (conferir, p. ex., para São Paulo, BOECHAT, 2013; ou para Minas Gerais, LEITE, 2015; ou para a Bahia, KLUCK, 2017).

Vemos com isso, como aponta Scarim (2010), que:

[...] o fortalecimento de Vitória, com seus portos e ferrovias, como centro exportador de café e minérios, ainda no final da década de 1950, acelerando o comércio urbano, vai provocar também transformações nas políticas e nos interesses públicos e privados no estado a partir dos governos de Jones dos Santos Neves (1951-54) e seus interesses industrializantes; de Francisco Lacerda de Aguiar (1955- 58) e os interesses mercantis exportadores e de Carlos Lindenberg, a partir de 1959, com os interesses agromercantis. A criação das Federações, do Comércio em 1954 e da Indústria em 1958, reforça esta conjuntura (SCARIM, 2010, p. 206).

O início da efetiva industrialização do Espírito Santo está vigorosamente atrelado à extração mineral de ferro em Minas Gerais, iniciadas na década de 1940, e seu escoamento pelas estradas de ferro até a CVRD em Vitória. Terá como um desdobramento inicial o surgimento da pequena Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI)<sup>49</sup>, em 1942, que só será ampliado a partir do Plano de Metas em 1959, com financiamento do BNDE, e sua tentativa de ampliação da produção de bens intermediários, que conjuntamente irá possibilitar a instalação da fábrica de cimentos Itabira Agroindustrial S/A, que começará a funcionar na década de 1960.

Com isso, mesmo com o aumento da importância e da participação do estado na composição na indústria de transformação da indústria brasileira, para esse autor, essa política não gerou uma diversificação na estrutura produtiva da economia capixaba, que para ele só seria realizada, mesmo que parcialmente, com os Grandes Projetos de Impacto, posteriormente. De modo que,

[...] observa-se a ocorrência de vazios na estrutura industrial, na qual se percebe claramente a ausência das indústrias dinâmicas - aquelas ligadas aos bens de consumo duráveis e de capital -, fato que se deve à situação de economia periférica, portanto, marcada por uma especialização produtiva que se caracterizará, instalado o parque industrial no centro dinâmico do país (MOTA, 2002, p. 39).

Com isso, passava-se a buscar também para o Espírito Santo a modernização, sob o signo da “integração” e do desenvolvimento, que terá uma incipiente formulação e tentativa de realização, como apontado no subitem anterior (3.2.1), por parte do governo de Jones dos Santos Neves, na constituição do planejamento estatal no estado na década de 1950. Tal

<sup>49</sup> Rocha & Morandi (1991) apontam, acerca da Cofavi, que ela “[...] foi fundada em 1942 por um grupo de empreendedores capixabas. A sua unidade industrial começou a operar em 1945 e compunha-se de um pequeno alto-forno a carvão vegetal com capacidade de produção de 40 toneladas por dia ou 12 mil toneladas/ano de ferro-gusa. Esse alto-forno funcionou até 1962, quando foi paralisado, no mesmo local onde atualmente está instalada a Cofavi, no bairro Jardim América, em Cariacica. Em 1959, no âmbito do Plano de Metas do Governo Kubitschek, a Cofavi elaborou e foi aprovado pelo Governo Federal, através do BNDE, o seu plano de expansão, que consistiu, em sua primeira etapa, na instalação de uma unidade de laminação para perfis leves e médio, com capacidade de produção de 130 mil t/ano. Em 31 de outubro de 1963 foi inaugurada essa unidade, que passou a operar utilizando lingotes de aço produzidos pela Usiminas, pois esta sua 1ª etapa foi conjugada com o projeto daquela empresa. A nova Cofavi contou com o apoio decisivo do BNDE, que, além de garantir os recursos de financiamento para sua instalação, se tornou também o seu principal acionista, detendo 95% de suas ações. Foi de grande importância também a participação da empresa alemã Ferrostaal A.G. que, como maior acionista privada, teve a responsabilidade do financiamento e fornecimento de todo o material e equipamento importado”.

tentativa, como foi demonstrado, não conseguirá impor a industrialização requerida pelas iniciativas desse coronel modernizador, devido às inúmeras barreiras internas na disputa pelo poder entre coronéis e aos limites do próprio financiamento das políticas, mas formará as bases para sua realização a partir da década seguinte, principalmente com a atuação da FINDES.

E será, pela união dos setores industrializantes na formação e atuação da FINDES, que será impulsionada as ações para levar a cabo os processos industrializantes na particularidade do Espírito Santo:

É neste contexto que a Federação das Indústrias do Espírito Santo – FINDES – começa sua atuação, procurando influenciar nas políticas públicas no estado. E, também, o debate sobre o desenvolvimento do estado ganha notoriedade pública. As primeiras iniciativas da FINDES já demonstram as perspectivas de sua atuação no momento em que cria um conselho técnico e realiza um levantamento geoeconômico do estado. Do conselho técnico faziam parte personagens que posteriormente vão assumir importantes posições no governo estadual, grandes empresas e em setores diversos da sociedade capixaba, entre eles Arthur Carlos Gerhardt Santos. A criação do Conselho Técnico da Federação das Indústrias vai transformar a FINDES em órgão auxiliar dos poderes públicos, no que tange aos problemas industriais (SCARIM, 2010, p. 206).

Com o golpe de 1964 e a implantação do regime militar, inúmeras mudanças foram efetivadas, a começar pela promulgação do Estatuto da Terra (lei nº 4.504), acerca da reforma agrária, que apontava ainda a assistência financeira e de crédito, à ajuda na comercialização, ao beneficiamento e à industrialização de produtos agrícolas por parte do Estado. Logo em seguida surgiria a Reforma Bancária, que propunha a criação de um sistema financeiro nacional, que implementava o Banco Central (BC) e o Conselho Monetário Nacional (CMN) e transformava o Banco do Brasil (BB) em subordinado das políticas financeiras e monetárias, lado a lado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) (BOECHAT, 2013).

Nesse momento, foi criado o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), pela Lei nº. 4.380/1964, que, ao mesmo passo, instituiu o Banco Nacional de Habitação (BNH). Esses seriam os agentes de parte significativa do planejamento da urbanização das periferias destinadas para aqueles que viriam a ser trabalhadores das indústrias e agroindústrias. Arquetetava-se um mercado imobiliário voltado, principalmente, para o consumo das classes média e alta das grandes e médias cidades. Além da destinação de uma parte das habitações a partir da constituição de Companhias Estaduais de Habitação (Cohabs), para as camadas baixas da população, que estavam sendo mobilizadas das fazendas e migrando para as periferias das cidades urbano-industriais e das cidades do “interior” ligadas às agroindústrias que viriam a ser as “cidades do agronegócio” (BOECHAT & GIAVAROTTI, 2015).

Nesse mesmo movimento de modernização foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), buscando promover o acesso a crédito subsidiado, que permitia a propagação do consumo produtivo de capital fixo e circulante por parte da agricultura, promovendo uma mudança técnica, embora de maneira desigual, de algumas específicas porções do território nacional brasileiro (BOECHAT, 2013).

Esse sistema de financiamento e os diversos incentivos governamentais possibilitaram a industrialização do campo e de suas relações sociais de produção. Portanto, a modernização da agricultura, iniciada pelo financiamento da importação de insumos e tratores para as fazendas, será desdobrada pela indústria nacional de tratores e insumos para a agricultura já nos anos 1960. Na escala do capital mundial, isso significava uma boa resposta para a crise de superprodução das economias dos países centrais a partir do *ajuste espacial* (HARVEY, 2005), marcando na escala da particularidade brasileira o que Boechat (2013) chamou de movimento de passagem da “colonização sistemática” à Revolução Verde.

Por outro lado, o planejamento da modernização da agricultura também facilitou a implantação de indústrias processadoras de mercadorias agropecuárias que passariam a consumir os produtos produzidos pelas fazendas. Esse processo se mostrou a montante e a jusante da produção agropecuária como uma integração da agricultura e da indústria, o que formou os chamados *complexos agroindustriais*. Na escala nacional também significou uma resposta à forte crise da economia brasileira do início da década de 1960, pelo esgotamento da primeira fase do processo de substituição de importações do pós-guerra a partir da década de 1970 (TAVARES, 1972).

Nesse contexto, todo esse aparato de um modelo estatal de modernização vai ser amplificado com a implantação do regime militar em 1964, com o discurso da “integração nacional” e o desenvolvimento regional, com total foco na industrialização de alguns locais específicos a partir de financiamentos ou incentivos e subsídios estatais. Com isso, afirma Leite (2014), pode-se inferir que essas ações estatais:

[...] foram especialmente conduzidas durante o regime militar no país (1964-1985), cujo escopo consistia em promover o esfacelamento das relações sociais de produção que viabilizavam regionalmente a acumulação e desencadearam um processo de modernização que ficou amplamente conhecido como a expansão do capitalismo no campo brasileiro (LEITE, 2014, p. 67).

E, com isso, não foi diferente na particularidade do Espírito Santo, onde o alvo também seria a agricultura realizada em pequenas propriedades, tornando-se a culpada pelo “atraso” e pela não “integração” do estado em relação a outras regiões, ao mesmo tempo que caberia à cafeicultura prover os meios necessários para o financiamento da política de industrialização,

ao mesmo tempo que teria que fornecer à *superpopulação relativa* pelo processo de modernização da agricultura cafeeira, com a erradicação dos cafezais, que irá mobilizar os trabalhadores para a indústria nascente de Vitória.

Assim, como apresenta Scarim (2010),

O Espírito Santo foi “localizado” como periferia da periferia do centro de um país periférico e o pacote modernizante foi imposto como solução. O caráter agrário e pequeno minifundista familiar do estado eram as características responsáveis pelo “atraso” e a industrialização e a urbanização eram o caminho óbvio. A tecnocracia formada na articulação entre órgãos governamentais, gerência das grandes empresas e universidade criavam a legitimação e fundamentação destas práticas [...] (p. 215).

Ao passo que,

Christiano Dias Lopes Filho, que governou de 1967 a 1970 – primeiro governador indicado pelo regime militar –, monta um quadro “técnico” a partir do Grupo de Trabalho constituído no governo anterior por Arthur Carlos Gerhardt Santos, Lélío Rodrigues, Manuel Martins, mais assessores de fora do estado. Ao mesmo tempo vive-se o momento de um governo federal com centralização em Brasília e do recrudescimento do autoritarismo e da violência. É neste contexto que as comunidades indígenas e quilombolas sofrem um dos processos mais rápidos e violentos de desterritorialização para plantio de monoculturas de árvores de eucalipto (*Idem*, p. 207).

Além disso, como

[...] o Nordeste foi considerado prioritário na questão regional, o estado do Espírito Santo ficaria inicialmente à margem da política de incentivos do governo federal. Esse fato provocou um movimento reivindicatório de inclusão do estado na política regional brasileira. Isso acirrará a defesa da industrialização como forma de alavancagem da economia capixaba, o que levou um grupo de empresários ligados à Federação do Comércio a montar, em 1958, a FINDES (Federação das Indústrias do Espírito Santo) que teria papel decisivo na montagem da estrutura de apoio à indústria constituída no governo de Christiano Dias Lopes Filho (MOTA, 2002, p. 29)

Haverá, como já antes dizíamos, a busca pela entrada do estado do Espírito Santo nas políticas de planejamento regional. Importante tentativa se deu pelo governo de Christiano Dias Lopes Filho [1967-1971], como apontam Rocha e Morandi (1991), ao pedir a inclusão do estado, em parte ou em sua totalidade, na área de atuação da SUDENE, tentando demonstrar a similaridade que ele tinha com os estados do Norte e Nordeste, em oposição a seus vizinhos do Sudeste, para receber os benefícios dos incentivos financeiros e fiscais. Porém, teve sua entrada negada na referida superintendência.

Houve ainda outras tentativas para que o Espírito Santo compusesse uma política de desenvolvimento regional como as do modelo CODEVASF e CODEVALE. Como por exemplo a elaboração, feita em 1965, a partir de iniciativa de empresários ligados à recém-criada FINDES do projeto de lei para a criação do órgão de planejamento regional que

abarcaria todo o estado do Espírito Santo, o norte do Rio de Janeiro e o Leste de Minas Gerais, denominado COMLESTE<sup>50</sup>, prontamente recusado pelo então ministro do planejamento Roberto Campos.

Todavia, com todas essas tentativas fracassadas de executar um planejamento regional que buscavam integrar o Espírito Santo ao nacional, vai ser o órgão federal que promoveu a erradicação dos cafezais, o Instituto Brasileiro do Café (IBC), a partir de seu Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), que vai intervir na economia capixaba, como resposta à erradicação não estar tendo os “efeitos esperados”, pois, como indicam Rocha e Morandi (1991), este estado seria proporcionalmente o mais afetado por esses processos de erradicação das regiões cafeeiras, cabendo então ao IBC deslocar recursos financeiros para a promoção da industrialização no estado neste período.

O acordo entre o IBC e o governo estadual foi sacramentado no final de 1966. Criou-se o Fundo de Diversificação Econômica da Cafeicultura (FUNDEC), que buscava fomentar o crescimento industrial, especialmente as agroindústrias. Para administrar esse fundo, foi criado, em 1967, pelo governo estadual, a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (CODES). Nos anos de existência da CODES<sup>51</sup>, de 1967 a 1969, os recursos captados eram quase que totalmente direcionados pelo IBC, cerca de 72%, tendo o governo estadual e o BNDE pequenas participações neste período (MOTA, 2002).

Tal intervenção realizada pelo IBC deu o pontapé inicial para que governo federal reconhecesse o Espírito Santo como “região” que merecia o planejamento para a superação do “atraso”, e nisso possibilitou, segundo Rocha e Morandi (1991), “transformar o Espírito Santo numa região merecedora dos tão almejados incentivos fiscais”. O que motivou a criação de um Grupo de Trabalho, com forte participação dos membros da FINDES, no ano de 1968, para diagnosticar a situação socioeconômica do estado, buscando definir as propostas para uma “recuperação econômica” indicando o caminho para a industrialização, afirmando que as forças de mercado não seriam suficientes para provocar o processo de industrialização, o que justificava o Estado ter o papel central na promoção da industrialização no estado. Ainda

---

<sup>50</sup> “Essa comissão estaria ligada diretamente à Presidência da República e teria dotação orçamentária da ordem de 1% da receita tributária da União. A Comleste teria como objetivos: propor um Plano de Desenvolvimento para o Médio-Leste; integrar a ação dos vários órgãos públicos nessa região; criar um Fundo de Investimento (Fidemleste) destinado a integralizar o capital de empresas com projetos considerados prioritários para a região; e financiar pesquisa, exploração e industrialização dos recursos agropecuários e minerais do Médio-Leste” (ROCHA e MORANDI, 1991).

<sup>51</sup> A política implementada através da Codes financiou cerca de “37 projetos industriais sendo que 26 eram projetos de ampliação de fábricas já existentes e 11 eram de instalação de novas plantas industriais. Dentre estes últimos destacaram-se, pelo elevado valor do investimento, os projetos da Real café Solúvel do Brasil S/A e do Frigorífico Rio Doce S/A – Frisa” (MOTA, 2002, p. 24).

segundo o diagnóstico realizado por esse grupo, o Espírito Santo teria as “vocações” para constituir os setores industriais da siderurgia, de florestas plantadas, de insumos para a construção civil, do café solúvel e de frigoríficos (ROCHA e MORANDI, 1991).

Embora as atividades desse Grupo de Trabalho não terem sido efetivamente desdobradas, elas serviram de base para a criação de um “mercado de capitais” por parte do Estado, que criaria uma política de desenvolvimento regional exclusiva para o estado do Espírito Santo, através do sistema de incentivos fiscais, que seria criado a partir do Decreto-Lei 880 de 1969<sup>52</sup>.

Aqui podemos retomar a formulação de Kurz (1995) sobre os níveis de atuação acerca de uma das funções do Estado moderno, que seria a política de protecionismo e subsídios. Assim, o autor aponta que mesmo o Estado não aparecendo como produtor direto de mercadorias, ele pode influenciar de maneira indireta o processo mercadológico de produção de mercadorias, ao garantir a sobrevivência de empresas privadas através de criação do protecionismo ou/e subsídios (como os incentivos fiscais). Pode-se analisar que diferentemente do que fora feito com a CVRD, anteriormente com o Estado como produtor direto, agora tratava-se de um desdobramento por meio da indução estatal ao investimento privado como contrapartida da isenção fiscal.

Voltando à política de incentivos fiscais para o Espírito Santo, ela permitia aos contribuintes do imposto de renda, de pessoa física e jurídica localizados no estado, aplicarem as deduções do imposto em empreendimentos agrícolas e industriais capixabas e também criava o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (FUNRES), que seria constituído de recursos derivados dos incentivos fiscais e de orçamentos federais e estaduais. Esse fundo prestaria assistência financeira na forma de participação em compras de ações e em operações de créditos para empreendimentos industriais e agropecuários localizados em território capixaba. Para administrar e direcionar esse fundo criado pelo DL-880 foi instituído o Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Espírito Santo (GERES).

Desse modo, o GERES realizou, articulando-se com o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), uma política de industrialização para o estado. Essa política regional, segundo Mota (2002), foi uma especificidade do Espírito Santo por ser o único estado brasileiro a ter uma política de desenvolvimento regional direcionada pelo governo

---

<sup>52</sup> “Conferiu aos contribuintes domiciliados no Espírito Santo o direito de aplicar as deduções do Imposto de Renda (IR), previsto nos Decretos-lei 221 (pesca), 55 (turismo) e 157 (compra de ações), em empreendimentos agrícolas e industriais localizados no estado” (MOTA, 2002, p. 31).

federal unicamente para ele, já que as outras políticas afetavam inúmeros estados, como, por exemplo, o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR).

O autor aponta que o sistema GERES/BANDES beneficiou principalmente os setores tradicionais da indústria, como os produtores de produtos alimentares e minerais não metálicos, além da metalurgia e do papel, caracterizando-se pela presença de pequenos estabelecimentos que dispunham de pouca força de trabalho e nível tecnológico. Nesse sentido, aponta Mota (2002), mesmo que as novas empresas operassem em um patamar elevado de produtividade, a estrutura da indústria seria pouco modificada por essa política, inclusive no que diz respeito à localização dos investimentos que teria como local privilegiado o que viria a se tornar a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).

De forma que, para além da atuação específica dessa sociedade de classe, há sobretudo o contexto desenvolvimentista reforçado pelo autoritarismo de Estado da ditadura e pelo dualismo:

A visão desenvolvimentista que se inseriu no Espírito Santo a partir da década de 1960 era fortemente influenciada pela conjuntura nacional, que se caracterizava pela adoção de políticas de superação das desigualdades regionais, combinadas à ideologia do desenvolvimento industrial e da cidade como *locus* privilegiado da produção de riqueza. Essas idéias encontravam-se fortemente enraizadas no pensamento dualista, que interpretava a economia através da coexistência de setores “modernos” (ligados à indústria e às atividades urbanas) e setores “atrasados” (geralmente associados ao campo), base de uma definição do rural em oposição à cidade, sendo esta sinônimo de progresso e de modernidade (DARÉ, 2010, p. 197)

Esse processo também contribuiu para a transformação das áreas que produziam café, que passam por um processo de expulsão de seus trabalhadores, a partir da política de erradicação dos cafezais praticada no estado a partir de 1962. Foi nesse ano que se iniciou a política federal que criou o GERCA – Grupo Executivo para Recuperação Econômica da Cafeicultura –, intensificada durante os anos de 1966/67, que erradicou cerca de 160 milhões de pés de café no Espírito Santo, cessando quase 50% da área da cafeicultura. Essa política “liberou” uma área de 1.492.248 hectares, só na década de 1960. Ainda, foi reduzida quase à metade do café plantado nos anos 1960, de modo que na década seguinte a maior parte dessa

área começou a ser francamente utilizada para a expansão da pecuária bovina<sup>53</sup>. Ao mesmo tempo, a política do GERCA afetou intensamente a arrecadação do governo estadual, já que a grande maioria dos fundos públicos eram derivados da cafeicultura (DE SOUZA, 2015).

Assim, a erradicação dos cafezais conduziu a inúmeros impactos não apenas diretamente econômicos, mas também sociais, conformando um violento e intenso desarranjo da agricultura do estado e levando milhares de sitiantes e trabalhadores que estavam ligados à cafeicultura a migrarem. Os pequenos e médios produtores foram os principais afetados, pois diferentemente dos latifundiários, eles tinham que vender os velhos cafezais para pagar suas dívidas. Além disso, milhares de trabalhadores do campo ficaram sem condições de reprodução, causando uma profunda migração desses camponeses do meio rural para o urbano, principalmente rumo à Grande Vitória. Com o abandono de grande parte das terras e a substituição da cafeicultura pela pecuária e outras culturas que necessitavam relativamente de menos força de trabalho, uma grande fatia das pessoas mobilizou-se à cidade em busca de trabalho nas pequenas e médias indústrias, principalmente na construção civil, bem como nas atividades ligadas direta ou indiretamente aos Grandes Projetos.

Durante esse período, foram eliminados por volta de 60 mil empregos diretos, afetando 180 mil pessoas na zona rural do Estado, provocando um êxodo rural de aproximadamente 120 mil pessoas (ROCHA & MORANDI, 1991). Estas iriam em direção à Vitória e suas periferias, ou ainda para outros estados, ocupando as unidades de Conjuntos habitacionais e os loteamentos para autoconstruções, tornando-se o *exército industrial de reserva* (MARX, 2013) das indústrias recém-implantadas.

---

<sup>53</sup> Sobre o avanço da pecuária, vemos que: “Em 1969, por meio do Contrato do Empréstimo BID-205/SF/BR, assinado pelo governo brasileiro e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, destinaram-se recursos para o ESREG-V (ES e RJ) e o ESREG-VI (MG). Estudos realizados indicavam que uma vasta área, abrangendo os Estados do Espírito Santo, Bahia e Minas Gerais, era responsável por parcela significativa do suprimento de gado vivo e de carne no mercado da Região Leste do Brasil, mas a atividade criatória ali realizada caracterizava-se por um baixo nível técnico e empresarial. A área correspondente ao Espírito Santo compreendia 36.639km<sup>2</sup>, localizadas nos seguintes municípios: Aracruz, Ibraçu, Santa Teresa, Itaguaçu, Itarana, Baixo Guandu, Colatina, Pancas, Linhares, São Gabriel da Palha, São Mateus, Conceição da Barra, Nova Venécia, Boa Esperança, Pinheiros, Montanha, Mucurici, Ecoporanga, Barra de São Francisco e Mantenópolis. Por outro lado, segundo relatório da FAO, haveria um déficit de 350 a 450 mil toneladas de carne bovina, no Brasil, em 1975. Formulou-se, então, o Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte, que contou com os recursos do BID-205/SF/BR para financiamentos relativos ao melhoramento das pastagens, ao provimento de forragens para a estação seca, à defesa sanitária, ao melhor manejo e seleção o Espírito Santo recebeu, até 1975, aproximadamente 15% do total dos recursos, cabendo a Minas Gerais 82,5% e ao Rio de Janeiro apenas 2 a 5%. Em meados daquele ano, todo esse movimento foi acompanhado por intensa agroindustrialização. No norte do Estado, instalaram-se frigoríficos que se tornaram responsáveis por grande parte da demanda local de boi gordo. No setor leiteiro, observou-se, inicialmente, o crescimento das cooperativas de cunho empresarial, principalmente no sul do Estado, onde ocorreu certa especialização da produção. O mercado atingido pelas usinas beneficiadoras era primordialmente o Rio de Janeiro, porém, com o crescimento urbano industrial da Grande Vitória, ampliou-se, sensivelmente, a demanda local, abrindo um grande espaço para o leite proveniente das regiões de pecuária mista e de corte do norte do Estado, onde era obtido como subproduto” (SOUZA FILHO, 1990, p. 119-120).

Nesse sentido, retornamos ao debate sobre região e coronelismo. Nesse novo momento não será mais necessário “fechar” a região política e coercitivamente, como era necessário durante o que chamamos de momento regional, porque agora a *superpopulação relativa* será formada e os trabalhadores passam a competir entre si por postos de trabalho. Como sintetiza Leite:

Na região, a imposição do trabalho não podia prescindir da coerção extraeconômica, ou seja, o trabalhador não podia “ainda” ficar abandonado às leis “naturais” da acumulação capitalista. O capital não se constituía como a própria relação de dominação: encontrava-se fundido à propriedade da terra e pressupunha o emprego da violência para forçar e se apropriar do mais-produto social. Contudo, ao passo que esse capital (comercial) acumulava, ele acumulava também os meios para se reproduzir sobre seus próprios pés e, por isso, sua reprodução participou do longo processo de autonomização que transformou o capital numa relação de dominação fundada na expropriação do trabalhador dos meios para se reproduzir de maneira autônoma. [...] O sentido da acumulação regional era, pois, promover “o processo de autonomização das categorias da relação-capital” (LEITE, 2014, p. 90).

De forma que na região não há desemprego e agora o desemprego é que mobiliza o trabalho. De fato, na região também havia pouca circulação de dinheiro e agora o dinheiro é o que permite e medeia a reprodução da população. Então, ir atrás de salário ou qualquer rendimento monetário é pressuposto para a sua subsistência. Não mais, como no período anterior, correr atrás do coronel para mediar o acesso à terra, mas agora uma mediação impessoal que se estabelece.

Esses processos foram em parte desdobrados pela ideia de “crise” cafeeira, de modo que tinham como justificativa que “o predomínio do café sobre a geração da renda e da receita estaduais impunha limites ao desenvolvimento capixaba e à possibilidade de diversificação de sua estrutura produtiva” (MOTA, 2002, p. 29).

No que tange aos processos promovidos pela industrialização da Grande Vitória e de erradicação dos cafezais nas regiões cafeeiras, podemos observar, partir da Tabela 1, que a Grande Vitória passa por um acréscimo populacional entre 1940 a 1991 de cerca de nove vezes, passando de 135 mil para mais de 1 milhão e 100 mil habitantes, ocorrendo o processo de metropolização que constitui a RMGV. Enquanto isso, as áreas cafeeiras do Sul e Central, basicamente, têm seu contingente populacional estagnado nesse período de mais de 50 anos. Já a porção a Norte tem um exponencial crescimento, algo em torno de sete vezes, num acréscimo de 650 mil pessoas no período referido, sobretudo após a construção da antiga

ponte Getúlio Vargas, em Linhares, em 1954<sup>54</sup>, que completava o restante do trecho da rodovia BR-101<sup>55</sup> que cortaria o estado de sul à norte.

De 1960 a 1980 há a emigração na área Sul, que perdeu cerca de 20 mil habitantes, e na Central, que perdeu mais de 30 mil habitantes, algo que pode estar relacionado à amplificação do avanço da fronteira em direção ao norte do Espírito Santo, já que essa área será a responsável por expandir a produção cafeeira para o Norte.

**Tabela 1 - População do estado do Espírito Santo e suas diferentes porções nos anos 1940, 1950, 1960, 1970 1980 e 1991.**<sup>56</sup>

Recorte	Ano					
	1940	1950	1960	1970	1980	1991
Grande Vitória	135.624	162.179	256.687	385.998	575.556	1.183.825
Norte	95.840	179.954	336.131	621.876	555.159	764.401
Central	125.042	135.784	160.522	167.206	131.478	196.336
Sul	393.601	383.645	416.313	424.253	397.555	455.956
<b>Espírito Santo</b>	750.107	861.562	1.169.553	1.599.333	2.063.679	2.600.518

Fonte: Censos demográficos do IBGE de 1940, 1950, 1960, 1970 1980 e 1991.

Na sequência, daremos um salto para a escala internacional na análise desses processos.

<sup>54</sup> Obra iniciada durante a década de 1940 e só terminada no Governo Carlos Lindenberg, em 1954, inaugurada pelo até então presidente Getúlio Vargas, tornando-se, quando inaugurada, a ponte de maior extensão do país (MORRO DO MORENO, 2020).

<sup>55</sup> Foi construída pelo exército brasileiro, entre 1950 e 1960.

<sup>56</sup> Para a padronização na utilização dos dados e um melhor recorte analítico para o objeto de interesse, dividimos territorialmente os dados populacionais dos censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991, tendo em vista que houve uma ampla e descontínua divisão territorial em cada um desses censos, em torno de 4 regiões, sendo elas: a **Grande Vitória**, que compreende o município de Vitória e seu entorno, centro das principais relações comerciais ligadas principalmente à exportação do café em seu porto; porção **Sul**, que compreende os municípios da colonização antiga, polarizados por Cachoeiro de Itapemirim, com forte influência do norte do Rio de Janeiro, com a cafeicultura escravista como marco dos seus pressupostos formadores; área **Central**, marcada pela ocupação colonial dos imigrantes advindos do fim do séc. XIX e início do XX, que ocuparam a área de “mares de morros” a montante a Grande Vitória em núcleos coloniais, produzindo a cafeicultura em pequenas e médias propriedades por sítiantes; e **Norte**, composta pelos municípios ao norte do rio Doce, que foram formados com a mescla de um lado pela ocupação territorial típica do período colonial escravista do século XIX advindos de São Mateus e Linhares, e, de outro, pelo avanço da fronteira pelos imigrantes italianos e alemães a partir de Colatina, com a construção da ponte Florentino Avidos, em 1928, em Colatina.

O contexto, principalmente a partir da metade da década de 1970, para Ricardo Carneiro (2002), marca em nível mundial a crise no ciclo de prosperidade que perpassava o capitalismo desde o pós-guerra, época marcada pela ordem do regime de *Bretton Woods*, de modo que haveria a exaustão do crescimento dos países centrais, ocorrida pela perda da dinâmica do comércio mundial e pela hiperinflação, conjuntamente com o aumento da taxa de juros. Haveria, portanto, uma crise econômica mundial a partir de 1973. Na perspectiva de Carneiro (2002), a:

[...] crescente desestruturação da ordem econômica internacional ao longo dos anos 70 responde a fatores variados, sejam eles monetário-financeiros ou produtivos, nos planos doméstico e internacional. [...] marcado pelo esgotamento da onda de inovações, em cujo dinamismo assentou-se o crescimento das economias capitalistas no pós-guerra. Um dos eixos desse ciclo de inovações residiu na progressiva diferenciação e sofisticação dos bens de consumo duráveis.

Outro, na substituição de materiais naturais por sintéticos e, adicionalmente, nas mudanças da matriz energética com a progressiva substituição do carvão pelo petróleo.

[...] limitações operantes pelo lado da expansão do comércio internacional eram significativas e não se detinham tão somente à incorporação periférica.

A própria organização do sistema internacional fundada no regime de câmbio fixo foi progressivamente questionada pelos desequilíbrios de balanço de pagamentos entre os principais países. A suspensão da conversibilidade do dólar em ouro em 1971 e a progressiva flutuação das taxas de câmbio após 1973 foram acompanhadas de uma redução do dinamismo do comércio internacional (p. 49).

O que levou, segundo o autor, à realização de inúmeras:

[...] tentativas de assegurar o dinamismo da demanda agregada por meio do gasto público viram-se crescentemente limitadas [...] rompe-se o padrão virtuoso de articulação entre gasto público e privado.

[...]

Em síntese, o período pós-1973 é marcado por déficits públicos recorrentemente elevados nos países centrais, mas também por uma sensibilidade menor do setor privado aos gastos públicos (p. 50).

Estava no financiamento das dívidas dos países periféricos a tentativa da superação da crise que estava em processo a partir dos empréstimos para rolar as dívidas externas desses países. De modo que teve importante relevância para a constituição de um sistema financeiro internacional,

o estímulo e a ampliação de um circuito financeiro denominado em dólar, fora dos Estados Unidos. Com isso se permitia que os detentores de reservas em dólar fizessem aplicações a juros livres, fora do sistema financeiro americano.

[...]

a expansão do euromercado deu origem a um importante ciclo de crédito internacional fundado em fontes privadas e nos bancos transnacionais. Na segunda metade dos anos 70, parte expressiva desses recursos destinou-se ao financiamento das contas correntes deficitárias dos países periféricos. Houve, durante o período, uma mudança significativa na composição dos fluxos de capitais em direção aos países subdesenvolvidos, com a perda de importância dos recursos públicos (p. 52).

Com isso, nesse período, vê-se a constituição de um novo sistema financeiro internacional, que marcará o início do período que será chamado por uns de *financeirização* (CHESNAIS, 2016) e, por outros, de *neoliberalismo* (HARVEY, 2005), que perdura até os dias atuais. Nesse contexto,

Da perspectiva dos países subdesenvolvidos, há dois fatos particularmente graves: a elevação brusca dos preços do petróleo, o assim chamado primeiro choque do petróleo, e o aumento substantivo das taxas de juros, caracterizando o também primeiro choque dos juros após um longo período de juros nominais e reais muito baixos. Os preços do petróleo moveram-se do patamar histórico do pós-guerra, de US\$ 3 o barril, para algo próximo de US\$ 12 em 1974. Deste último ano a 1978 permaneceram entre US\$ 12 e US\$ 15 para voltar a crescer novamente em 1979, atingindo o pico de US\$ 37 em 1981.

A quadruplicação do preço da principal fonte de energia constituiu apenas uma parcela da perda de relações de troca sofridas pelos países periféricos não produtores de petróleo. Estes foram vítimas de um aumento generalizado de preços dos bens produzidos nos países centrais sem contrapartida na elevação dos preços das suas exportações, dependentes em larga medida do dinamismo, em declínio, do comércio internacional.

[...] Desaceleração do crescimento do Produto Interno Bruto – PIB dos países industrializados e do comércio internacional, perda das relações de troca, diminuição das formas de financiamento de maior estabilidade em benefício de outras mais caras e instáveis: tais foram os percalços para a periferia do mundo capitalista, oriundos da desagregação da ordem internacional de Bretton Woods (CARNEIRO, 2002, p. 53-55).

Assim, para Carneiro (2002), a crise dos subdesenvolvidos na década de 1970 é ainda mais forte por conta do forte aumento do preço internacional do petróleo, do aumento das taxas de juros, da desaceleração das economias industriais e do comércio internacional com o fim do regime de *Bretton Woods*.

Para compreendermos de outra maneira a crise retratada por Carneiro (2002), faremos uma digressão para adentrarmos no movimento de expansão do fordismo até se chegar à sua crise em nível mundial na década de 1970, com a revolução da microeletrônica, para depois adentrarmos à resposta brasileira à crise a partir do *II Plano Nacional de Desenvolvimento*.

Robert Kurz ([1995] 2019), em seu texto “A ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global”, publicado em 1995, aponta que o período entre o fim da Primeira Guerra Mundial e o final dos anos 1970 é caracterizado como de expansão do fordismo, ou *boom fordista*, marcado pela mobilização em massa de porções nunca antes vistas de trabalho produtivo em nível global. Simultaneamente, houve a expansão do trabalho improdutivo demandado pela extensão nova da reprodução social capitalista e das condições infraestruturais, entre outras demandas necessárias para a expansão do fordismo.

Desse modo, durante esse período da expansão do fordismo, puxada pela expansão das novas indústrias, tendo a indústria automobilística como carro chefe, abafou-se as crises

sistêmicas das despesas com o trabalho improdutivo, a inflação e as finanças estatais, ao mesmo tempo que essa expansão só foi permitida com o incremento de trabalho improdutivo (KURZ, 2019).

Esse movimento só pôde ocorrer, para o autor, por conta da expansão do trabalho produtivo nas indústrias: o crescimento de maneira absoluta da substância real de valor compensava o aumento relativo e absoluto das atividades improdutivas. Conseqüentemente, a expansão externa, pelo crescimento contínuo a porções até então não-capitalistas, por meio da exportação de capitais sobreacumulados, e a expansão interna, tornada possível com a ampliação dos métodos fordistas através da transformação das formas de reprodução não-capitalistas em produtores de valor, abriram novos terrenos da produção de mais-valor.

Todavia, a mais importante expansão seria a inserção das massas na sociedade de consumo; era resultado principal do arranjo entre novas indústrias e novas necessidades das massas. Assim, a introdução de novas mercadorias no consumo de massas, como por exemplo o carro, todas feitas indiretamente ou diretamente à base de derivados de petróleo, levava à expansão do capitalismo fordista. Pois, para Kurz (2019):

A mera expansão em setores produtivos já existentes jamais possibilitaria o secular *boom fordista*, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial. Na base energética, nos combustíveis fósseis, a passagem das máquinas a vapor alimentadas a carvão para os motores de combustão alimentados a petróleo tornou possível, em conjunto com a racionalização fordista (“organização científica do trabalho”, linha de montagem), um salto no desenvolvimento social, que fez entrar no grande consumo de massas produtos até a Primeira Guerra Mundial reservados às camadas superiores da sociedade (p. 79).

O *boom fordista*, para o autor, com sua marcante participação das ciências aplicadas aos processos produtivos, possibilitou a redução dos custos de reprodução da força de trabalho, isto é, o surgimento da mais-valia relativa<sup>57</sup>, transformando-a no principal meio de acumulação, já que a mais-valia absoluta havia encontrado seus limites no século XIX:

---

<sup>57</sup> “A mais-valia relativa aparece (como a categoria do valor em geral) não imediatamente no plano do cálculo do capital isolado, mas, como efeito do desenvolvimento cego do sistema, no plano do capital global, reconstituível apenas teórica e analiticamente. Sob o ditame da concorrência, a produtividade aumenta cada vez mais em virtude da aplicação tecnológica das ciências naturais e assim baixa sensivelmente os preços de bens velhos e novos, o que, não obstante o aumento do consumo e dos salários, eleva a quota relativa da mais-valia sobre toda a criação de valor por parte de cada trabalhador. Ou seja, os custos relativos para a reprodução da força de trabalho diminuem, comparados com a sua criação absoluta de valor. Isto torna-se mais evidente na unidade de tempo: para o contravalor de um ovo, de um fato ou de um televisor, uma força de trabalho tem de trabalhar, numa comparação de longo prazo, cada vez menos minutos ou horas. Em outras palavras: com um tempo de trabalho igual (ou que só diminui lentamente), uma parte relativamente crescente de tempo de trabalho entra na produção de mais-valia, embora cresça concomitantemente o volume dos bens consumidos pela força de trabalho. A produção de mais-valia relativa através do aumento da produtividade tem porém um lado negativo, economicamente absurdo e ecologicamente desastroso a longo prazo: a necessidade de crescer, que aumenta com igual rapidez. Como cada produto isolado contém sempre menos valor e, portanto, menos mais-valia, é preciso inundar o mundo com uma maré irresistível de produtos. Essa invasão histórica de produtos encontra não apenas os limites do que o consumo pode absorver, mas também os limites naturais absolutos” (KURZ, 2019, p. 108).

A “composição orgânica do capital” (MARX) que historicamente aumenta com a crescente cientificização e que no cálculo capitalista aparece como aumento da intensidade de capital, isto é, como aumento dos capitais necessários para cada emprego, aponta para um movimento em sentido contrário no interior do processo de criação de valor (e, portanto, de produção da mais-valia).

O rápido aumento da cientificização, tecnicização e racionalização se tornara necessário apenas após a expansão da “mais-valia absoluta” através da ampliação ilimitada da jornada de trabalho e do ilimitado desgaste da força de trabalho ter encontrado no curso do século XIX limites naturais e sociais (movimento operário, intervenções estatais) (KURZ, 2019, p. 80).

Assim, diz ele, com a mais-valia relativa sendo extraída, ocorre uma contradição básica: aumenta-se a extração de mais-valia por trabalhador, porém, paralelamente, por conta dos novos métodos de cientificação da produção, passa-se a colocar cada vez menos trabalhadores para cada capital somado. Isso tem como significado que o aumento da massa de mais-valia para cada trabalhador ocorre com uma queda síncrona da taxa de mais-valia para o capital investido, o que impacta a taxa de lucro. Esse problema só pode ser momentaneamente sanado pelo crescimento da massa de lucro em relação à massa absoluta de trabalhadores produtivos utilizados, junto com a massa absoluta de mais valia. Não obstante, só é possível que isso aconteça na expansão do modo de produção capitalista e, até certo ponto, foi plenamente obtida durante a expansão fordista.

Porém, como anteriormente citado, Kurz (2019) observa que essa expansão só ocorreria a partir da extensão conjunta dos agregados infraestruturais improdutivos. Isso fez com que uma fração gradativamente maior de bens de consumo fordistas fosse consumida em grande parte por trabalhadores improdutivos, o que gerava a necessidade da alteração do padrão de acumulação. Por esse fundamento, justamente a utilização do modelo keynesiano, e de seus modelos estatais de modernização, em escala global após a II Guerra Mundial, foi a condição estrutural para a sua existência e o mecanismo político de regulação da extensão do fordismo.

Nesse sentido, o “milagre econômico” do *boom* fordista não seria um grande avanço da acumulação de capital, mas sim a fonte de sustentação através do empenho de grandes volumes de dinheiro ainda não *substancializados* pela produção de mercadorias. Ou seja, o padrão de acumulação do período fordista se baseava no pagamento dos juros do volume de crédito empenhado, por meio de uma concreta expansão da massa de lucro. No entanto, essa expansão da massa de lucro já seria menor que o conjunto em constante crescimento das despesas improdutivas. Com isso, para o autor, a expansão fordista não seria mais do que um processo histórico que teve limites bem marcados na história do capitalismo e chegaria certamente ao fim. De modo que,

O salto de produtividade na indústria automobilística organizado por Henry Ford fez com que para cada automóvel se empregasse muito menos força de trabalho. Mas a

consequente transformação do automóvel num produto de consumo de massas, desenvolveu a produção automobilística de tal forma que, no conjunto, apesar da racionalização e do aumento de produtividade, muito mais força de trabalho pôde ser empregada produtivamente na indústria automobilística, aumentando assim a própria produção real de valor. É evidente, porém, que esta condição não existe automaticamente, e que não pode perdurar *ad infinitum*. Sendo assim, inevitável chegar a um ponto em que a relação se inverte: perante mercados relativamente saturados, novos saltos no crescimento da produtividade, isto é, superam a ampliação dos mercados de trabalho e das mercadorias por eles proporcionada (KURZ, 2019, p. 82).

Dessa maneira, os mecanismos de compensação só existiram enquanto o fordismo se expandia; à medida que a ruptura tecnológica da Terceira Revolução Industrial ocorria, haveria então uma brusca parada desses mecanismos compensatórios. Para Kurz (2019), os limites da expansão externa do fordismo já haviam sido atingidos pouco tempo depois da Segunda Guerra, pois a balança das exportações de capitais já não indicava um salto positivo. Isto é, significava cada vez mais o deslocamento da produção por conta de custos e muito menos pelo aumento da produção.

Não obstante, foi com a Revolução da Microeletrônica que o mecanismo de compensação atingiu seu momento mais crítico e seria o seu fim o essencial para o colapso da modernização. De maneira que, no final da década de 1960, a expansão fordista chegou ao seu limite inclusive no interior dos países centrais.

Durante algum tempo, a expansão do fordismo ainda pôde ser prolongada uma vez que seria feita a expansão da indústria de capital fixo, circulante e capital variável. Todavia, do ponto de vista interno, a realização desses investimentos já era apenas para a racionalização da produção, que levava a abafar a possibilidade da criação de valor. Já no ponto de vista externo, eram os países que realizavam a modernização retardatária na periferia capitalista (ou no assim chamado Terceiro Mundo), como no Brasil, que ainda proporcionavam alguma abertura para a exportação dos capitais sobreacumulados (KURZ, 2019).

Contudo, rapidamente apresentar-se-iam sérios indícios que haveria sérios percalços para essa expansão, já que não haveria como torná-la universal, existindo a possibilidade apenas em uma pequena porção de países, devido à incapacidade em grande parte deles de financiar tal processo de industrialização e os custos de infraestrutura social, para suportar a completa indexação do modelo fordista. Após a II Guerra Mundial, os custos de capital e os custos infraestruturais subiram a níveis elevadíssimos, e as importações de bens de investimento ou infraestruturais teriam de ser previamente financiadas por créditos. Assim, as limitações da expansão seriam verificadas pela explosão das dívidas dos anos 1980.

Enquanto Carneiro (2002) parece situar as transformações nos anos 1970, Kurz indica um processo de esgotamento dos mecanismos de compensação do fordismo.

Com isso, tornou-se inviável a industrialização para a maioria dos países já na década de 1970. Assim, a maioria dos processos retardatários de industrialização em direção ao padrão fordista foi interrompido no meio ou ainda no início. O desfecho de tal processo para os países retardatários do Terceiro Mundo foi a muito conhecida crise das dívidas<sup>58</sup>.

Com a trágica estagnação da expansão fordista nos países da periferia capitalista, aponta o autor, a crise final do modelo teria sido revelada para os países centrais. A crise do petróleo, na década de 1970, indicaria que a estacionada criação de valor real que as indústrias fordistas moviam agora mal cobriam os custos adicionais. Começaria a partir desse momento um movimento contrário que seria fenomenologicamente visto a partir de um galopante *desemprego estrutural* dos trabalhadores em todos os setores fordistas, que seria ainda mais amplificado a partir da década de 1980, com a revolução microeletrônica, que se desenvolveu num intenso esgotamento dos empregos nas indústrias<sup>59</sup>.

Dentro desse processo de crise é proposto o *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)*, o II PND, no ano de 1974, durante o governo da ditadura militar de Ernesto Geisel, priorizando o aumento da produção energética (por conta do choque do Petróleo de 1973/74), de insumos básicos e de bens de capital (eletrônica pesada, química pesada e metais

---

<sup>58</sup> Ela seria metamorfoseada pelo Consenso de Washington, pela securitização das dívidas e pelas intervenções diretas do FMI. Depois, pelo boom das commodities e atualmente pela corrida por terras pelos mecanismos de “Land Grabbing”. Perdurando para os países que ruíram de vez no processo e se tornaram “sociedades pós-catastróficas”.

<sup>59</sup> Relativo esse processo Kurz aponta que: “Em suma, pode-se dizer que com a revolução microeletrônica, cujo potencial está longe do esgotamento, a partir de inícios dos anos 80, juntamente com a expansão fordista, estagnou também a ampliação do trabalho produtivo e, portanto, da criação real de valor; assim, a partir de agora o trabalho produtivo retrocede à escala global. Isto significa que hoje já não existe o mecanismo histórico de compensação, que sustentou a expansão simultânea do trabalho improdutivo em termos capitalistas. Na verdade, a base da reprodução capitalista já alcançou o seu limite absoluto, ainda que o seu colapso (no sentido substancial) não se tenha realizado no plano fenomênico formal. Mas, tal realização, já não se apresenta apenas como diminuição acentuada da taxa de lucro. Esta expressão indica, de fato, somente o modo como aparece o limite relativo da reprodução capitalista nas condições de uma massa absoluta de lucro ainda em crescimento (ampliação do modo de produção).

Antes, atingido o limite absoluto, finda também a acumulação absoluta de “valor” em geral. Em termos substanciais: a taxa de lucros não “diminui”, mas deixa totalmente de existir, com o desaparecimento de massas suplementares de valor. O conceito torna-se sem sentido. Ao mesmo tempo, o processo de acumulação ainda continua, formalmente, por um certo período (e assim são auferidos lucros em termos formais), mas já sem nenhum vínculo com a substância real do valor (em queda), guiado apenas pela agora incontrolada criação de “capital fictício” e de dinheiro sem substância, nas suas diversas formas fenomênicas.

Nos anos 80, as instituições capitalistas não deixaram de reagir a esta evolução. Por um lado, na esteira da onda ideológica neoliberal triunfante em todo mundo, os mercados financeiros foram “desregulamentados” de forma nunca vista (ou seja, “libertados” de todos os dispositivos de segurança ainda existentes), a fim de criar suficiente liquidez global para a acumulação-fantasma sem base real. Por outro, lançou-se uma ofensiva contra o consumo estatal (sobretudo contra o Estado social), a fim de baixar a parcela estatal e revalidar condições supostamente “regulares” (KURZ, 2019, p. 85-86).

e minerais não-ferrosos), na área agrícola e principalmente da siderurgia, com o claro objetivo de acelerar o processo de substituição de exportações e gerar novos produtos exportáveis (BRASIL, 1974). O objetivo aqui é explicitamente o incentivo à constituição de grandes conglomerados industrial-financeiros.

Conforme apontado por Oliveira e Mazzucchelli (1977), esse planejamento era parte também do alargamento do Departamento de Bens de Consumos Duráveis (DIII) da indústria nacional. Tudo isso feito a partir da centralização de capitais, associando-se com capitais estrangeiros para a promoção de investimentos e tecnologia, tendo em vista permitir às empresas brasileiras competir com os novos padrões internacionais de produtividade baseados na *Revolução Microeletrônica ou Terceira Revolução Industrial* (KURZ, 1999; 2019).

Segundo Carneiro (2002), o II PND era uma resposta à crise mundial pós-1973, que seria realizada a partir de um plano de investimentos que buscasse modificar a estrutura produtiva e superar os desequilíbrios externos, ao mesmo tempo que colocava como horizonte superar a crise e ainda fazer o país alcançar um grau de potência intermediária em nível da economia mundial, mantendo os níveis de crescimentos advindos do período anterior, marcado pelo “milagre” econômico do final da década de 1960.

Para esse autor, a economia brasileira enfrentava internamente uma forte desaceleração quando o plano foi proposto, resultado do excessivo investimento realizado na época do “milagre”. Havia ainda um considerável conflito de interesses entre o setor de bens de consumo duráveis (DIII – na nomenclatura usada por Oliveira e Mazzuchelli, 1977), dominante no período anterior, com o investimento agora direcionado para os setores “pesados” (DI), numa clara modificação do fundamento do processo de acumulação para esses setores. No panorama internacional, o autor indica que havia um contexto de desaquecimento do comércio e nas condições de financiamento. Houve um forte aumento na taxa de juros e redução nos prazos de pagamento. Assim, o II PND, enquanto ajuste estrutural que buscava um esforço a partir da exportação, causou uma piora nos déficits em conta corrente.

Para Carneiro (2002), o plano colocava como horizonte, novamente, transformar a estrutura produtiva, completando e buscando alcançar os modelos e os patamares de produtividade dos países centrais. Para isso, ocorreu uma gradativa remodelação do investimento quase totalmente para o financiamento público, transgredindo o modo que era realizado anteriormente, que buscava na associação entre financiamento público e privado uma complementação.

Dessa maneira, esse autor aponta que,

Ficou evidente a crescente desarticulação do padrão de crescimento, em especial quanto à associação dos investimentos públicos e privados. Desarticulam-se também os investimentos industriais, principalmente pelo sobredimensionamento da indústria de bens de capital.

Por fim, o ajuste insuficiente do comércio exterior, por meio de elevados subsídios às exportações, pela crescente dependência da energia importada, e das importações de bens de capital, caracterizou a permanência da vulnerabilidade externa.

Em síntese, o ajuste estrutural por meio do II PND não foi capaz de constituir um novo padrão de crescimento para a economia brasileira, deslocando seu eixo dinâmico para a indústria de bens de capital. Ao mesmo tempo, não foi capaz de remover a vulnerabilidade externa expressa nos déficits comerciais elevados e ampliados após o segundo choque externo (*Idem*, p.82).

Já em relação à agricultura, desdobra-se uma série de modificações marcadas, segundo Carneiro (2002), pela tríade tecnificação-agroindustrialização-exportação. Consolida-se nesse período uma maneira específica de inserção da agricultura brasileira no mercado mundial, a partir de produtos com algum grau de processamento, que será assinalado pelo intenso crescimento da produção e, principalmente, das exportações de laranja, açúcar, soja, eucalipto, pinus e carnes de aves, concomitante a uma industrialização da produção agropecuária, em oposição às atividades de produção de alimentos não comercializáveis, que durante a segunda metade da década de 1970 tiveram estagnadas ou em queda.

Existiria ainda em relação ao II PND a proposição de uma ocupação do “universo brasileiro” e da “integração nacional”, que, segundo o plano, essa ligação se dava devido à existência de inúmeras fronteiras a serem exploradas e integradas, simultaneamente com a proposta de corrigir os “desequilíbrios regionais” pela desconcentração da indústria nascente de bens de produção intermediários (CARNEIRO, 2002).

O II PND, portanto, enquanto política industrializante, foi articulado a uma política de “integração nacional”, que tinha como alvo a ocupação de grande parte do território brasileiro, principalmente a partir da política migratória que buscava promover as novas fronteiras agrícolas, como parte do que constituiria as novas áreas que eram a fonte da produção de alimentos e matérias-primas (BOECHAT, PITTA e TOLEDO, 2019). Vale destaque para o novo papel que o plano busca dar para a agropecuária, colocando-a como um dos focos de ação da política para o crescimento econômico brasileiro, a partir do incentivo à criação de agroindústrias que processassem as matérias-primas agrícolas, ao mesmo tempo que subsidiariam a criação de indústrias de fertilizantes e tratores.

Logo, a industrialização e seus impactos sobre a modernização da agricultura estão relacionados tanto à maneira de produzir as mercadorias agrícolas como ao seu processamento industrial. No que se refere às agroindústrias, seu surgimento representa a junção entre a agricultura e a indústria, na implementação de um *complexo agroindustrial*

(DELGADO, 2012). Assim, para a produção das matérias-primas para as agroindústrias, trabalhadores realizam boa parte dos tratos e da colheita ainda nas propriedades produtoras, apesar de grande parte deles residir em cidades próximas, não mais dentro das propriedades. Nesse sentido, embora seja uma produção agrícola, sua reprodução social é dependente tanto das indústrias processadoras como do comércio dos insumos e máquinas agrícolas, todos eles sediados nas cidades, que passam a representar o lugar das relações complexas de consumo de empresas e trabalhadores (BOECHAT, 2013).

Retornando ao processo na particularidade capixaba, vê-se que embora o sistema GERES/BANDES estivesse funcionando plenamente durante a década de 1970, houve, dentro desse contexto, durante o II PND, um forte debate em torno da atração de grandes projetos de plantas industriais para o Espírito Santo, sobretudo ligadas à siderurgia, que era uma antiga demanda política capixaba, por conta da existência de uma certa “vocação” por conta da presença da CVRD e do Porto de Vitória. De um lado, pela implantação dos “grandes projetos de impacto”<sup>60</sup>, a partir da segunda metade da década de 1960, principalmente com a agroindústria de papel e celulose por meio da instalação e ampliação da Aracruz Celulose. De outro lado, com o desdobramento das indústrias destinadas ao processamento de minério, como a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), instalada em 1976, essa atividade foi totalmente gerida e financiada pelo Estado nacional, com realização na usina de pelotização da Samarco de capital canadense, e no Porto de Ubu, em 1978; na própria construção do Porto de Tubarão e na implantação de cinco usinas de pelotização entre 1969 e 1979 pela CVRD; e ainda na criação do Polo industrial de Vitória-Centro Industrial de Vitória (CIVIT), em Serra no ano de 1969, todos esses trazendo consequências diretas para a metropolização de Vitória. Todos esses projetos implantados, além das melhorias da infraestrutura de transportes, representam o que a literatura econômica capixaba denominou como Grandes Projetos (MOTA, 2002).

O II PND foi, assim, o principal momento de implantação dos chamados “Grandes Projetos de impacto”, situados no período em que o processo de industrialização do Espírito Santo será desenrolado, de modo que:

---

<sup>60</sup> Marcado pela criação do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap) e da Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (Codes), que em junho de 1966 se transformou no Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes). O governador Dias Lopes promoveu, então, uma série de acordos pelos Estados do Nordeste para conseguir apoio ao seu projeto e assim obteve do Governo Federal o Decreto-lei 880, que criou o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres) e o Geres (Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo) para incentivar a industrialização na década de 1960. Nesse mesmo período, a Petrobras confirmou a descoberta de petróleo no posto pioneiro de Nativo e iniciou a sua exploração no município de São Mateus e Linhares, e também foi criado o Civit I, Centro Industrial de Vitória, no município de Serra/ES.

[...] as lideranças locais juntamente com a CVRD articulam a implantação de grandes projetos industriais (aqueles de capital do governo federal e de origem externa) [...]. Em consequência, promovem a instalação da Aracruz Celulose, da Samarco Mineração, da Siderúrgica de Tubarão e a intensificação das atividades da Companhia Vale do Rio Doce [...] (CAMPOS JUNIOR, 2002, p. 16).

Os Grandes Projetos surgem a partir do argumento de que o estado não obteria o desenvolvimento industrial requerido apenas pela política de fomento e incentivos fiscais, que para uma outra linha do debate realizado na época seria suficiente para os projetos de pequeno e médio porte do capital local. Até meados da década de 1970, a maior parte da industrialização do estado advinha de pequenos e médios investimentos do capital local favorecidos pela política regional de incentivos fiscais e pelo programa de fomento do GERES/BANDES, sendo montadas até este período pequenas e médias indústrias. Porém, a partir do II PND, inúmeros investimentos federais, com o objetivo de implantar os grandes projetos de impacto no estado, orientados para a exportação, modificaram intensamente a estrutura produtiva do Espírito Santo (DE SOUZA, 2015).

Mota (2002) observa que também havia um ambiente político e econômico favorável, por conta do crescimento recente realizado durante o período do “milagre” e dos investimentos mais descentralizados promovidos pelo II PND:

O crescimento econômico proporcionado pelo "milagre" e o clima favorável aos investimentos promovidos pelo II PND favoreceram as articulações para a instalação de duas plantas: Aracruz Celulose S/ A e CST. Firmava-se, assim, o perfil da estrutura econômica que teria o Espírito Santo: o estado consolidaria sua base urbano-industrial, passando da condição de primário-exportador para a de industrial-exportador, visto ser o mercado externo o principal demandante da produção das plantas industriais de maior porte: a CST (siderurgia), a Aracruz Celulose (celulose) e as empresas ligadas à extração mineral (MOTA, 2002, p. 56).

Assim, com os Grandes Projetos realizados durante o II PND, as indústrias e agroindústrias passaram a ter um certo peso na geração de renda e na absorção da força de trabalho, que foi expulsa das zonas rurais pelos processos expropriatórios e de modernização da agricultura e pelas migrações marcadas pela “espontaneidade” da escolha das opções fetichistas que a modernização ofereceria, como estudar ou na busca de “melhores” condições de vida propagada pela difusão do “modo de vida urbano”, a outro face da mobilidade do trabalho (GAUDEMAR, 1977). De tal modo, a industrialização e as transformações no campo seriam processos complementares e indissociáveis na transformação e territorialização das relações capitalistas no Brasil, e da mesma maneira, ainda que com processos relativamente mais “lentos”, na particularidade do Espírito Santo (SOUZA FILHO, 1990). Desse modo, explana Souza Filho (1990):

A expansão da siderurgia (COFAVI e o "start-up" do alto-forno da CST), a ampliação do parque guseiro e das usinas de pelotas de minério de ferro e os níveis de produção mais elevados da Aracruz Celulose criaram, no Estado, uma estrutura industrial totalmente diferente daquela dos anos 60 e início da década de 70. A produção industrial alimentar deixou de ser o mais importante gênero. Seu papel está completamente subordinado ao movimento daqueles setores dinâmicos recém-criados. A acelerada industrialização/urbanização, verificada a partir da implantação/expansão dos grandes projetos, desencadeou elevações da renda interna, acima do que se verificou na média nacional. Mesmo durante a crise dos anos 80, a execução de grandes obras, inclusive de infraestrutura urbana, impediu que a massa salarial regional caísse tanto quanto se observou no nível nacional. Isso garantiu fatia de mercado para alguns setores agroindustriais que cresceram pela implantação de novas unidades ou ampliação das existentes. Por outro lado, o apoio dos incentivos fiscais e das políticas federais de favorecimento às exportações e a produção de energéticos (Proálcool) contribuiu para levar a cabo a modernização da agricultura. A expansão do mercado urbano, associada a uma mais ampla integração com a economia nacional, propiciou, também, uma produção ampliada de alimentos básicos, cujas taxas de crescimento tornaram-se positivas nos anos 80.

Estes são os traços da inserção da economia capixaba no interior de uma divisão do trabalho entre as diversas regiões do território nacional: industrialização pesada, modernização da agricultura e urbanização constituíram um processo único resultante da acumulação capitalista operada no plano nacional.

No nível local, o crescimento dos setores industriais e agrícolas encontraram-se subordinados a esta acumulação e ao poder de arrasto dos 11 grandes projetos", do mercado nacional e internacional. Ou seja, criou-se uma economia completamente diversa daquela antiga estrutura que se baseava na pequena propriedade rural (SOUZA FILHO, 1990, p. 84).

Vemos ainda, conjuntamente com esse processo, a conformação de grandes massas de favelas e periferias no que viria a se tornar a RMGV. De um lado, pelo movimento de concentração fundiária causado pelos processos expropriatórios e pela modernização da agricultura; e, de outro, pela instalação dos Grandes Projetos industriais que serão um forte mobilizador dos trabalhadores (GAUDEMAR, 1977) em direção a essa área.

Há ainda, dentro desse contexto, uma intensa inflexão e aceleração da modernização da agricultura em nível nacional, que aceleraram ainda mais esses processos de metropolização; de um lado, por um forte crédito rural subsidiado, pela criação do SNCR; e, de outro, durante o II PND, pela criação de uma série de programas para a modernização e industrialização da agropecuária (SOUZA FILHO, 1990).

Desse modo, o Espírito Santo seria uma das "regiões" a receber essas iniciativas do planejamento em prol da "integração" nacional. Podemos citar, como exemplo de políticas que foram direcionadas para o estado, o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), o Programa para Recuperação da Lavoura Cacaueira (PROCACAU), o Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte, os Planos de Renovação e Revigoração dos cafezais e o de maior importância para a pesquisa que será fruto de análise no prosseguimento do texto, o Programa Nacional de Recuperação de Várzeas (PROVÁRZEAS).

Portanto, como aponta Leite (2014),

[...] o sentido do processo em questão foi de consolidação da autonomização entre terra, trabalho e capital na produção de mercadorias, ou seja, de redução das mais diversas relações nas quais essas categorias se articulavam a meros fatores de produção. Como parte desse processo de autonomização, a formação da mobilidade do trabalho serviu como fundamento de novas relações sociais de produção, mediadas pelo dinheiro, sobre as quais a reprodução do capital passou a se estruturar. Assim, também a terra autonomizada tornou-se um importante ativo financeiro, que passará a servir inclusive como garantia para empréstimos tomados por seus proprietários. Além de proporcionar rendimentos com os quais os fazendeiros passaram a viver, consolidando sua posição absenteísta ao se mudarem para a cidade, sendo este um dos resultados do processo que mobilizará igualmente o trabalho de antigos agregados expulsos. Esses últimos, obrigados a abandonar as fazendas, passam a migrar para a cidade em busca de trabalho, ao lado de posseiros também expropriados nos mais diversos contextos (ou aceitam ficar no mesmo local tendo suas condições de vida transformadas) (LEITE, 2014, p. 69-70).

Sendo assim, o planejamento separou até certo ponto o capital e a gestão pública, de modo que o planejamento regional transformaria qualitativamente o modo de ser da forma Estado, onde ele apareceria enquanto um modelo estatal para o desdobramento da modernização retardatária. Assim, pela territorialização e institucionalização do Estado por diversas porções do território nacional, como na particularidade do estado do Espírito Santo, e diversos processos outros, veremos a transformação das categorias terra, trabalho e capital. Desse modo, a expropriação separou terra e capital, ao mesmo tempo em que a industrialização cindiu um mercado de capitais e um de bens de consumo. Esses processos seriam realizados através de um longo processo em que o Estado vai se *autonomizando* do capital personificado pelas oligarquias regionais, embora apenas com uma *aparência de autonomia* (LEITE, 2015).

No próximo capítulo, buscaremos entender e pensar esses processos de modernização a partir da compreensão da territorialização das ações estatais na particularidade do “Vale da Suruaca”, norte do Espírito Santo.

## **CAPÍTULO 4 - TERRITORIALIZAÇÃO DAS AÇÕES ESTATAIS NO “VALE DA SURUACA”(ES)**

Neste capítulo analisamos a territorialização das ações estatais no denominado “Vale da Suruaca”, norte do Espírito Santo. Estas ações estatais vão ter inicialmente cunho infraestrutural, a partir de obras do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), com foco na construção de rodovias, pontes e, principalmente, na drenagem de áreas úmidas. Contudo, posteriormente, vão ser desdobradas ações de intervenção mais aprofundadas, a partir de 1978, quando será criada a primeira política estatal direcionada a promover as transformações necessárias para o aproveitamento das terras para uso da agropecuária, congregadas no “Anteprojeto de Recuperação dos Vales Suruaca e Riacho”.

Esta iniciativa do governo estadual visava a promoção da produtividade agrícola das várzeas. Seu desdobramento, nos anos 1980, ocorrerá pela implementação do “Programa de recuperação dos grandes vales úmidos do Espírito Santo”, o PROVALES, que foi criado pela parceria entre o governo do estado e o DNOS para a incorporação efetiva dos vales úmidos pela agropecuária.

Nesse sentido, olhamos para a participação do DNOS, instituição de grande importância para execução das obras infra-estruturais no processo de modernização do Espírito Santo, nesse processo de transformação da área da Suruaca. Adotamos essa perspectiva de modo a analisar a articulação das intervenções estatais do DNOS e a sua cooptação para fins coronelistas, além dos seus sentidos e significados no processo de territorialização das ações estatais no estado do Espírito Santo.

Discutiremos também a implantação do “Programa para aproveitamento racional de várzeas irrigáveis do estado do Espírito Santo”, PROVÁRZEAS, de 1981, programa federal de fomento ao cultivo de culturas irrigadas nas várzeas, sendo o “Vale da Suruaca” um dos seus focos prioritários para a modernização da agricultura nesse estado, desdobrado já em um período de crise da modernização brasileira.

Por último, debatemos as principais transformações territoriais, resultadas da manipulação da paisagem e das populações, realizadas por parte das ações estatais do DNOS, das iniciativas de planejamento estatal desdobradas pelos planos e programas de subsídio, incentivo e crédito que visavam possibilitar a produção agropecuária nas várzeas e “vales úmidos”.

Na particularidade do Espírito Santo no advento da ideia de “crise” cafeeira (DARÉ, 2010)<sup>61</sup>, que aparece de forma evidente a partir da década de 1960, é evidenciado que seria preciso ao estado dar um salto econômico, de modo que seria necessário ampliar e diversificar seu leque de produção de mercadorias industriais e agrícolas, ao mesmo tempo que alcançar novos patamares de produtividade.

A mais forte dessas ideias foi a de que o Espírito Santo estava em “crise”, e a base agrária de pequena propriedade familiar era a causa dessa “crise”. A agricultura familiar também foi identificada como a causa do “atraso” do estado e o Espírito Santo foi localizado na periferia do desenvolvimento nacional. A “diversificação” da estrutura produtiva foi apontada como a solução da “crise” (DARÉ, 2010, p. 7).

Para isso, segundo discurso da época, seria necessário avançar com as fronteiras agrícolas e modernizar a agricultura, através da intervenção nos territórios que impossibilitassem ou não estivessem sendo utilizados pela agricultura capitalista. Essas intervenções, em nosso ponto de vista, vão ser o passo decisivo para a transformação das relações sociais de produção, para que se possa criar um mercado de terras na área e possibilitar a livre mobilidade da força de trabalho (GAUDEMAR, 1977).

Desde o século XIX a área da Suruaca, como apontado no capítulo 2, é tida como tendo um problema de abundância hídrica que devia ser sanado para que a produção agropecuária pudesse avançar sobre ela<sup>62</sup>. Observa-se também que em 1956 já havia um movimento no norte do estado de busca por investimentos estatais para a “recuperação da área da lagoa Suruaca” (FOLHA CAPIXABA, 1956, s/p.):

Segundo a mensagem do governador Lacerda Aguiar, publicado no ‘Diário Oficial’ de número 14 de setembro último, foi destinada uma verba para a recuperação da área da lagoa de Suruaca. Muito bem. É necessário, porém, que os mateenses progressistas voltem sua atenção para o problema. A terra é das melhores e, saneada, pode concorrer de fato para o progresso do município (FOLHA CAPIXABA, 1956, s/p.).

Assim, essa área entre o município de São Mateus e Linhares seria um “problema” que o Estado deveria intervir a partir do saneamento das águas para sua transformação em terras agricultáveis. Todavia, na década de 1950, aparecia como área de interesse para o

<sup>61</sup> Para a autora a ideia de “crise” cafeeira é elemento de uma construção ideológica, que buscou inserir as ideias desenvolvimentistas no Espírito Santo, principalmente aqueles vinculados aos “grandes projetos de impacto” para a industrialização do estado.

<sup>62</sup> O Comendador Reginaldo Gomes da Cunha, irmão do Barão de Aymorés, sabendo que em determinado ponto esse rio (Barra Seca) se aproximava do litoral, teve a iniciativa de abrir um pequeno canal, ligando-o ao mar, criando assim uma nova barra. Daí surgiu o nome Barra Nova, dado à pequena baía que ali se formou. Essa barra foi aberta em 1866, com a finalidade de se criar um novo porto devido à precariedade da foz do Rio São Mateus, em Conceição da Barra, o que dificultava a navegação. Outra intenção era o esgotamento das águas do pantanal, para o aproveitamento das terras férteis, visando a expansão da pecuária (NARDOTO & LIMA, 2001).

desenvolvimento local do município. Isso mostra que a área em 1956 não era pensada como “região” em si.

A criação da “região” para onde seriam direcionadas as políticas de “racionalização” e recuperação para a agropecuária seria uma das respostas do Estado na década seguinte para a erradicação dos cafezais. A constituição da “região do planejamento” nas várzeas ultrapassaria e iria contra o interesse local, pois o planejamento estatal se preocupava e pensava em outra escala, muito mais nos interesses nacionais e estaduais, do que em progresso municipal em questão na passagem descrita acima da década de 1950.

Assim, a compensação de um suposto problema de uma área, da cafeicultura que estava supostamente em “crise” (DARÉ, 2010), por meio da intervenção em outra área seja relevante desse olhar distanciado do planejamento regional.

As ações estatais na Suruaca se iniciariam a partir da segunda metade da década de 1960, através de iniciativas do Governo Federal nas obras de drenagem das lagoas, lagunas, brejos e pântanos realizados pelo DNOS, desdobradas dos estudos contratados pelo Governo Federal em 1966, realizados pela empresa italiana Engenharia Galiolli (ENGENHARIA GALIOLLI, 1966).

A partir daí seriam iniciadas as ações para a transformação da área de várzea, lagunar e brejosa em terras para fins de produção de mercadorias agrícolas. Com o foco na exportação e abastecimento das cidades em processo incipiente de urbanização do Espírito Santo, e por intermédio das intervenções do DNOS, na drenagem dessas áreas, e da construção de rodovias para acesso às mesmas (REBELLO, 2012).

Conforme já apontamos no capítulo 2, a área da Suruaca está localizada na porção norte da foz do rio Doce indo até próximo à foz do rio São Mateus. Desde o século XIX essas áreas alagadas eram consideradas “inaproveitáveis” e “espaços vazios” nos documentos oficiais, embora fossem utilizadas para a reprodução da população local - contradição que revela muito sobre os diferentes usos do território. Era reconhecida, até a ocorrência das intervenções por nós estudadas, por ser o “pantanal” capixaba. Ela seria uma das últimas áreas do sudeste a ser colonizada (VILLAGRAN et al., 2018), uma das últimas *fronteiras da territorialização do capital* (TOLEDO, 2019) dessa porção do país em meados do século XX.

Ela seria uma área foco das intervenções por ser uma área de terras tidas como “devolutas”. Embora essa porção do estado já tenha sido ocupada por remanescentes de povos indígenas e quilombolas (FERREIRA, 2009; TEIXEIRA, 2010) desde muito antes das iniciativas estatais nessas áreas serem iniciadas.

Nesse sentido, todo esse movimento de territorialização das ações estatais no período tem como argumento principal, como apontado por Raquel Daré (2010), ao mesmo tempo que se vislumbra uma intrínseca relação entre o planejamento da produção de alimentos e matérias-primas para a agroindústria no norte do Espírito Santo, exemplificado a partir dos planos de ações nas várzeas e vales, com o planejamento da industrialização e da urbanização da Grande Vitória. Uma clara relação entre a agricultura e a urbanização, desdobrada pelas políticas estatais de planejamento regional:

O discurso racionalista, com vistas a promover o *desenvolvimento* do estado por meio de um novo padrão técnico, também foi fundamental nas estratégias dos gestores do *desenvolvimento* capixaba. Vários termos identificados nos estudos analisados ao longo do trabalho reforçam essa ideia: “métodos racionais”, “bases científicas e tecnológicas”, “técnicas modernas de trabalho”, “assistência técnica adequada”, “aplicação sistemática”, “escala ótima”.

O discurso desenvolvimentista ainda apontou o recorte espacial por onde o *desenvolvimento* deveria se inserir no Espírito Santo. Esse recorte foi o norte do estado que, dentro da lógica desenvolvimentista, era uma área de “extensos vazios demográficos” e com “grandes áreas de terras devolutas”, onde a economia ainda se revestia de “caráter extrativo”. Por isso, essa área ainda procurava sua “vocação econômica e social”, caracterizando-se, assim, como uma área de “expansão potencial” (DARÉ, 2010, p. 195).

No subitem a seguir, discutimos até que ponto as intervenções do DNOCS se aproximam e se diferenciam das do DNOS, tendo em vista o que foi apontado por Francisco de Oliveira (2008) e no sentido oposto por Wanderson Rebello (2012). Seriam as ações do DNOS uma das primeiras manifestações do planejamento no norte do estado do Espírito Santo? Para responder a essa questão também serão apresentadas as ações executadas pelo DNOS no período no “Vale da Suruaca”, por meio da descrição das obras e indicação de sua participação na transformação da área desde o fim da década de 1960 até sua extinção em 1990.

#### **4.1 O papel do DNOS nas intervenções estatais no “Vale Da Suruaca”**

Como vimos anteriormente (Capítulo 3), o DNOS vai ter intensa participação nas distintas ações estatais no estado do Espírito Santo, a partir da década de 1940, principalmente durante os governos de Jones dos Santos Neves, primeiro como interventor federal (1943-1945) e depois como governador (1951-1954), e intensificadas no decorrer da ditadura militar (1964-1985) e vai ser o maior executor de intervenções no “Vale da Suruaca”. As obras com participação do DNOS no “Vale da Suruaca” foram iniciadas na década de 1960, sendo intensificadas a partir dos planos de ações (Anteprojeto de Recuperação dos Vales úmidos de 1978, PROVALES de 1980, e o PROVÁRZEAS de 1981).

De início, debatemos quais foram os significados das ações do DNOS, buscando concatenar as aproximações entre suas ações como parte de um “Estado Oligárquico” e/ou de iniciativas de um planejamento, que buscou a autonomização das categorias do capital na área.

Para refletirmos o significado das ações do DNOS faremos um breve paralelo com o diagnóstico de Francisco de Oliveira (2008) acerca das ações do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) no nordeste. Buscando encontrar as similaridades e as particularidades das ações entre ambas instituições, cabendo aqui realizar um debate para entendermos se as ações do DNOS seriam uma manifestação do planejamento como afirma Rebello (2012) que teria um papel de contribuir para a autonomização das categorias, ou se suas ações seriam apenas intervenções estatais de um órgão cooptado pelo coronelismo, como o caso analisado do DNOCS, que não trataria de cumprir os pressupostos do planejamento no capitalismo de transformação das relações de produção como apontado por Oliveira (2008). Para na sequência entrarmos na interpretação das ações no Espírito Santo, olhando mais detidamente as realizadas no “Vale da Suruaca”.

#### **4.1.1 Breve debate sobre os significados das intervenções estatais do DNOS**

Nesse sentido, Wanderson Rebello (2012) em sua dissertação “O papel dos canais do DNOS nas várzeas do Riacho (ES): estudo de caso sobre a constituição técnico-científica da configuração territorial capixaba”, demonstra que os trabalhos executados por esse órgão poderiam e iam muito além das obras de saneamento. Dada a sua ampla gama de possibilidade de atuação legal, seria então um órgão de planejamento:

Através da leitura das leis que regulavam o DNOS, percebe-se que o trabalho desse órgão poderia ir além das obras de saneamento, chegando a atuar como órgão de planejamento geográfico, dada a amplitude de atuação legal e, no intuito de ilustrar o exposto, seguem algumas das atribuições legais:

- Levantar o cadastro imobiliário, de toda a região onde estiver operando ou tenha de operar, anotando os índices de valorização das propriedades beneficiadas;
- Estudar os programas de obras e melhoramentos das regiões sobre a sua influência, tendo sempre em vista uma previsão equilibrada das conseqüências econômicas e sociais resultantes da realização dos trabalhos;
- Promover desapropriações, por necessidade e utilidade pública ou interesse social, de bens necessários à execução dos serviços e obras a seu cargo;
- Proceder ao levantamento cadastral das propriedades beneficiadas ou a beneficiar pela execução de serviços ou obras a seu cargo, visando à contribuição de melhoria e à instituição de taxas por serviços prestados (REBELLO, 2012, p. 57).

Já Francisco de Oliveira (2008), ao analisar o significado das intervenções do DNOCS, indica que apesar dele ter realizado uma ampla investida racionalizadora. Suas ações, que advinham do início do século XX, ainda sob o signo de Inspetoria Federal de Obras Contra as

Secas (IFOCS)<sup>63</sup>, não teriam todavia verdadeiramente sido planejamento regional, pois para ele ainda não haveria uma teoria capitalista do planejamento, bem como por nesse período existir um predomínio das teses antiplanejamento majoritariamente dos liberais e já surgia um debate dos ultraliberais Hayek e Von Mises<sup>64</sup> que caminhava para um aprofundamento dessas teorias antiplanejamento (OLIVEIRA, 2008).

Como vimos no capítulo 3, como prática efetiva o planejamento regional só será desdobrado a partir das ações do *New Deal* nos EUA na década de 1930, e sobretudo, como afirma o autor, devido a:

O planejamento num sistema capitalista [...] ser uma forma de reposição transformada dos pressupostos da produção, isto é, uma forma transformada da mais-valia que se repõe no processo produtivo: a ação do Estado, para ser planejada, deve ocorrer essencialmente na passagem entre os resultados do produto e a reposição do ciclo produtivo (*Idem*, p. 175).

Assim, não bastava que houvesse uma série de investimentos estatais por parte do DNOCS, pois para ser planejamento ele deveria transformar a forma de acumulação em direção ao favorecimento da reprodução do capital monopolista, o que para o autor não teria ocorrido nas intervenções realizadas por esse órgão, que teriam sido cooptadas pelo *poder local* em prol do beneficiamento e ampliação da renda fundiária<sup>65</sup> com a construção de infraestrutura com as verbas de combate às secas nas fazendas que estavam sendo inseridas num mercado de terras nacional. Ou seja, para o autor,

[...] ainda que se aceite que os gastos do Dnocs eram investimentos do Estado, não significavam eles em absoluto transformação do ciclo produtivo; não tiveram, sob nenhuma circunstância, o condão de transformar as condições da produção social do Nordeste [...]. Significavam simplesmente um reforço das condições da própria estrutura produtiva, tanto na esfera da produção quanto na esfera da circulação e da apropriação (*Idem*, p. 175).

Portanto, para ele, as ações e investimentos realizados pelo DNOCS conservaram a situação de reprodução socioeconômica, tendo pouco modificado essas condições,

---

<sup>63</sup> “É verdade que o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, mais conhecido pela sigla Dnocs, que nasceu sob a denominação de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (Ifocs) na primeira década do século XX, representou, em grande medida, um esforço racionalizador; é notável, mesmo nos seus primórdios, o esforço despendido no estudo da ecologia regional, recrutando até especialistas estrangeiros que, ao lado de nacionais, formaram uma excelente equipe de engenheiros, agrônomos, botânicos, pedólogos, geólogos, hidrólogos [...] avançou-se muito no conhecimento físico do Nordeste semi-árido, de suas potencialidades e de seus limites de solo, água, botânica, de sua flora nativa e das possibilidades de adaptação de outras espécies” (OLIVEIRA, 2008, p. 174)

<sup>64</sup> “[...] Era a época das teorizações antiplanejamento de Von Mises e Hayek, que “demonstravam” não ser possível a alocação de recursos econômicos à margem contra às “leis” do mercado sem o barômetro “infalível” de um sistema de preços” (p. 174).

<sup>65</sup> A renda da terra seria “uma parte do mais-valor produzido pelo capital [que] recai ao proprietário da terra” (MARX, 2017, p. 675).

conduzindo a uma forma de Estado oligárquico, capturado pelo coronelismo que fusionava capital, terra e Estado<sup>66</sup>. Dessa forma, para ele,

[...] é fora de dúvidas que nessa ação não se constata nenhum “planejamento”, nenhuma mudança de forma dos pressupostos da produção. A ação do Dnocs, revestiu nas secas ou nas “emergências”, como são denominadas as épocas em que a intensidade da irregularidade se agrava, formas típicas de uma acumulação primitiva. Recrutava-se a mão-de-obra desocupada pela estiagem, apenas depois que os magros recursos de pequenos sitiantes, meeiros parceiros haviam-se esgotado em duas ou três sementeiras, à espera das chuvas, e empregava-a na construção de barragens e das estradas; o pagamento dessa mão-de-obra dava-se, na maioria das vezes, sob a forma de espécie, isto é, fornecendo-lhe os alimentos -farinha, feijão e a indefectível carne-seca [...] os resultados desse trabalho concretizavam-se nas barragens feitas nas propriedades dos grandes fazendeiros e nas estradas, às vezes estradas privadas no interior dos grandes latifúndios. [...] Tal acumulação primitiva utilizava os recursos do Estado para a implantação de benfeitorias nas grandes propriedades, e sua forma de financiamento chegou a constituir-se em outro pilar da força e do poder político dos coronéis [...] (*Idem*, p.178-179).

A partir de um esquema dualista, o autor aponta para uma reposição da acumulação primitiva, o que para nós na verdade seria uma *modernização retardatária* (KURZ, 1999), na relação com uma acumulação primitiva já realizada na Inglaterra e países centrais. Para Francisco de Oliveira (2008), depreende-se então que o planejamento não existe na fase de acumulação primitiva e faz parte da acumulação capitalista. Algo que vamos em direção oposta, pois pensamos o planejamento estatal como conformador de um novo sentido para a reprodução ampliada, que através da possibilidade de transformação, de forma intensa e organizada centralmente pelo Estado, vai transformando a partir de processos violentos a reprodução social das categorias terra, trabalho e capital. Assim, vai ser um dos pilares da *autonomização* do Estado e das categorias do capital na realidade brasileira a partir da década de 1930.

De forma semelhante, mas com suas particularidades, o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) foi um órgão *nacional*, uma autarquia de um Estado *centralizado* (SOUZA, 1976), encarregado da transformação de grandes áreas para a modernização do território brasileiro, a partir de obras de grande a pequena escala em diversas porções do território nacional escolhidas e engendradas para a produção de mercadorias

---

<sup>66</sup> O Dnocs dedicou-se, sobretudo, à construção de barragens para represamento de água, para utilização em períodos de seca, e a construí-las nas propriedades de grandes e médios fazendeiros: não eram barragens públicas na maioria dos casos. Serviam, sobretudo, para sustentação do gado desses fazendeiros, e apenas marginalmente para a pequenas “culturas de subsistência das várzeas, assim chamados às ribeiras de barragens. o investimento do Dnocs reforçava, num caso como noutro, a estrutura arcaica: expandia a pecuária dos grandes e médios fazendeiros, e contribuía para reforçar a existência do “fundo de acumulação” próprio dessa estrutura, representado pelas “culturas de subsistência” dos moradores, meeiros, parceiros e pequenos sitiantes (OLIVEIRA, 2008, p. 178).

(REBELLO, 2012), majoritariamente em locais antes tidos como pouco “integrados”, pouco lucrativos ou inacessíveis para o capital.

Ao buscarmos a origem do DNOS veremos, como aponta Carneiro (2004), que ele está intrinsecamente conectado ao movimento de 1930, que marcará a mudança do padrão de territorialidade de reprodução e expansão do Estado brasileiro, assim como pela mudança no padrão de acumulação realizado até então, pela implantação do regime industrializante personificado no governo Vargas, na tentativa de constituição de uma industrialização nacional.

E vai ser dentro desse contexto que vai haver a criação de outro precursor do que viria a ser o DNOS. A Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense vai ser criada em 1933, e tinha como intenção o saneamento e aproveitamento de áreas de forma produtiva para a sua ocupação ao mesmo tempo que possibilitaria a instalação de cooperativas e indústrias, por parte do até então Ministério da Viação e Obras Públicas, sendo nesse período parte da execução da constituição de um Estado empreendedor, criador e propulsor das atividades econômicas (SOFFIATI, 2005).

Com o surgimento dessa instituição, observa-se um retorno às incitações sanitárias em nome das políticas higienistas, com o argumento de erradicar a febre amarela e a malária. Embora, como aponta Carneiro (2004), sua concepção estivesse ligada principalmente à expansão da fronteira do capital sobre as áreas pantanosas, lagunares e brejosas tidas como empecilhos para o avanço das atividades econômicas sobre grande parte da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro<sup>67</sup>. Desta maneira,

Desde 1933, a “recuperação de terras” ganhara o estatuto de política prioritária, como resultado do fortalecimento das demandas por drenagem, conservação dos cursos d’água e construção de canais e diques nas regiões mais baixas. Um dos principais objetivos era transformar brejos, pântanos e mesmo lagoas e lagunas em terrenos agricultáveis. Assim, grandes extensões de áreas foram agregando-se ao sistema produtivo das propriedades particulares (CARNEIRO, 2004, p. 2).

A partir dessa experiência tida como muito bem-sucedida na Baixada Fluminense, a Comissão de Obras de Saneamento seria transformada, durante o Estado Novo, a partir do

---

<sup>67</sup> “O efeito prático da atuação do órgão foi o amplo “dessecamento” da baixada outrora pantanosa e repleta de lagoas e lagunas perenes e temporárias, mediante a construção de uma complexa rede de canais de drenagem, de mais de 1.300 km de extensão, favorecendo nitidamente a expansão das atividades agrícolas locais. [...]. A expansão da área produtiva, por seu turno, teria reforçado a tendência histórica da região, que se caracteriza pela concentração de terra e capital, concomitantemente à proliferação das pequenas propriedades. A coexistência da minifundização com a concentração fundiária se daria mediante a crescente subordinação econômica dos pequenos proprietários ao capital usineiro. O processo de pulverização fundiária das pequenas propriedades incidia, sobretudo, na agricultura familiar, induzindo a especialização da produção de cana, aprofundando sua dependência às usinas. Essa relação de subordinação às usinas irá explicar, em parte, as estratégias utilizadas pelos produtores em situação de conflito pelo uso da água” (CARNEIRO, 2004, p.1-3).

Decreto-lei 2.367 de 1940, em um Departamento *nacional*, o DNOS, ampliando sua escala de atuação para todo o território *nacional*. Vai ser nesse contexto que suas ações serão iniciadas no Espírito Santo, durante a interventoria de Jones dos Santos Neves (1943-1945), em 1944, pela instalação do 7º Distrito Federal de Obras de Saneamento (D.F.O.S).

Suas atribuições serão modificadas e ampliadas por uma série de Decretos-lei nos anos subsequentes, mas vai ser com a Lei nº4.089 de 1962 que o DNOS será transformado em uma autarquia federal, com autonomia administrativa e financeira que ampliará sua capacidade e alcance como nunca antes.

Soffiati (2005) aponta para a existência de uma polarização política no período que se reveste de um aparato discursivo que precisa ser problematizado, também na sua versão progressista que teria no seu projeto de sociedade muitas similaridades com sua oposição:

Curiosamente, cabe observar que a lei a autorizar tamanhos poderes ao DNOS foi proposta pelo governo João Goulart e aprovada pelo Congresso Nacional num momento da história do Brasil em que a oposição entre conservadores e progressistas, direita e esquerda, beirava as raias da exacerbação. Os dois projetos políticos então em confronto, porém, referiam-se ao econômico e ao social. No tocante à natureza exterior às sociedades humanas, tanto liberais quanto socialistas estavam de mãos dadas: ela não passava de um espaço amorfo a ser dominado, ordenado e colocado a serviço do “Homem”. Aliás, essa concepção, que divisa a natureza não-humana como um caos a que se há de organizar com vistas ao “progresso” e ao bem-estar da humanidade, concepção cartesiana utilitarista, constituiu-se no substrato mais profundo sobre o qual se alicerçou o mito do DNOS” (SOFFIATI, 2005, p. 65).

Assim, nessa nova forma o órgão pode ampliar sua escala de atuação na implantação de sedes em diversos estados e locais que ainda não havia se instalado. Passou também a poder fazer obras em regime de parceria com entes do governo estadual, municipais e com pessoas jurídicas e físicas, tendo ainda o poder de fazer fiscalização e gerar multas para quem não cumprisse os contratos firmados com a instituição.

Além disso, aponta Soffiati (2005), nessa modificação ele recebeu o direito de cobrar valores por suas ações de valorização dos imóveis que fossem beneficiados por suas intervenções e contribuições com a melhora da produção nas propriedades. Bem como poderia arrendar seus bens patrimoniais ou de domínio público que ele administrasse, e também vender a areia que fosse extraída das obras de dragagem. Remete àquela função do Estado como produtor direto que o discutido por Kurz (1995). No caso aqui, a autarquia revela como o Estado “valoriza” o imobiliário e inclusive cobra por isso, o que normalmente é camuflado na forma de impostos.

Assim, para centralizar esses recursos e subsidiar essa nova amplitude que dava muita autonomia ao órgão, seria criado o Fundo Nacional de Obras e Saneamento. Essas mudanças

deram a ele um poder similar a de um órgão de planejamento, como por exemplo a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) e a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE), chegando a agir, como indicado pelo autor, como um braço paralelo dentro do Estado para execução de ações de intervenção estatal.

Desse modo, ao direcionarmos tal modo de análise para o DNOS, veremos uma série de similaridades e distinções no que diz respeito aos significados de suas ações na comparação com o Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS), que embora seja uma autarquia federal vai agir principalmente no Nordeste, enquanto o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) vai atuar nas outras porções do território nacional. As principais similitudes são devido às ações realizadas pelo DNOS, assim como as do DNOCS, em grande parte de seu período de atuação, buscarem responder demandas de um poder local, de modo a direcionar os recursos das obras às áreas de seus interesses, além de em momentos específicos não buscarem, inicialmente, a transformação das categorias terra e trabalho, que seriam as bases da reprodução capitalista.

Contudo, podemos demarcar historicamente uma ampla mudança na maneira como o DNOS atuaria<sup>68</sup>, a partir de sua transformação em autarquia em 1962. Com a ampliação de suas ações passará a agir também como órgão de planejamento regional, principalmente, quando suas ações passarão a ser articuladas a planos estatais tanto de nível nacional, como no caso do *Programa Nacional para Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis* (PROVÁRZEAS) da década de 1980, e a nível estadual, no caso do Espírito Santo, o *Anteprojeto de Recuperação dos Vales da Suruaca e do Riacho*, do final da década de 1970, e o *Programa de Aproveitamento dos Vales Úmidos* (PROVALES), do início dos anos 1980, buscaram a transformação e *mobilização do trabalho*, e, sobretudo, das terras, que no limite, não eram em sua maioria áreas que permitiriam a utilização para a agricultura. O que é apontado por Erick Kluck, para os casos do Nordeste, e que pode sofrer um “desvio” também para como podemos interpretar as iniciativas do DNOS:

---

<sup>68</sup> Mudança também apontada por Kluck (2016) para o caso das instituições de intervenção estatal do Nordeste: “Se antes as obras realizadas, principalmente pela Inspetoria de Obras Contra a Seca (IFOCS) e pelo seu sucedâneo, o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) eram pontuais, e a escolha dos locais era determinada muito mais em função das necessidades de um poder local – ou seja, direcionando recursos a poucos privilegiados –, esse caráter, para a equipe, poderia mudar a partir da proposta de um plano estatal, com prazo, receita e área de abrangência determinados. Portanto, diferenciava-se qualitativamente da anterior, na qual, entre outras coisas, como vimos, o Estado relegava o monopólio da violência, ao poder local, e não tinha uma ação planejada no sentido de transformar as bases da reprodução capitalista, mobilizando terra e trabalho. Mas somente propunha e executava ações pontuais, garantindo a permanência, não transformada, do poder local, ou seja, os planos nacionais voltados à viação (rodoviária, fluvial ou férrea), açudagem ou de urbanização” (KLUCK, 2017, p. 203).

O planejamento de suas ações foi uma importante transformação da forma de agir do Estado, fortalecendo cada vez mais seu caráter institucional. As discussões e debates envoltos nessa transformação revelaram as disputas entre os diferentes interesses políticos e econômicos, e, principalmente, a ascensão dessa nova prática do Estado: o planejamento regional. Tal prática o colocava, e o permitia, monopolizar a violência e os meios pelos quais financiaria o desenvolvimento, transformando as condições da reprodução, incluindo a terra e o trabalho (KLUCK, 2017, p. 203)

Assim, veremos no próprio surgimento e nas atuações do DNOS uma série de diferenciações com o DNOCS. O DNOS começará a realizar as intervenções no “Vale da Suruaca” apenas em meados da década de 1960. Desde seu surgimento, como comissão de saneamento no Rio de Janeiro, sua atuação estará ligada a “recuperação de terras” úmidas para a produção de mercadorias, o que seria, de certo modo, mesmo com suas similaridades, teria diferenças ao que fazia o DNOCS, que buscava formas de propiciar água para produzir mercadorias em áreas de seca.

#### **4.1.2 O DNOS no Espírito Santo e suas ações no “Vale da Suruaca”**

A instalação do DNOS no estado do Espírito Santo deu-se durante o regime do Estado Novo de Getúlio Vargas, como parte da criação de uma série de instituições centralizadoras para composição dos responsáveis por executar as ações estatais de transformação nas áreas tidas como “atrasadas”.

Nesse sentido, o DNOS passaria a agir no estado do Espírito Santo durante a interventoria de Jones dos Santos Neves (1943-1945), especificamente em 1944, a partir da criação do 7º D.F.O.S. Sendo amplamente expandido a partir do período em que Santos Neves se tornaria governador (1951-1955), quando passaria a se chamar 5ª Diretoria Regional de Saneamento (D.R.S) (REBELLO, 2012).

Ele teria uma importante participação nas diversas iniciativas de planejamento projetadas no *Plano de Valorização Econômica*, estando diretamente ligado à construção da Usina Rio Bonito e de Suíça, que seria projetada pelo próprio DNOS, sendo um dos agentes das políticas modernizantes do governo Jones<sup>69</sup>.

Desse modo, o planejamento nesse momento se voltará para a realização de grandes obras, principalmente de eletrificação, construção de rodovias e retificação de fluxos d’água, para que fossem estimuladas a colonização e irrigação, com o objetivo de impor

---

<sup>69</sup> “Com a breve inauguração da grande Central de Rio Bonito - (24000 HP) que deixamos em cerca de 60% realizada, deveremos dar início à construção da “Suíça” (70800) HP, pois as estatísticas comprovam que o crescimento médio do consumo de energia elétrica é da ordem de 20% anuais. Dentro, pois, de 5 anos ou talvez menos, estaremos de novo a braços com a ingrata deficiência de eletricidade, que tanto retardou o nosso progresso. O projeto levantado pelo D.N.O.S já se encontra em poder do governo, e deixamos também assegurado o financiamento, por longo prazo, de todas as suas instalações” (ESPÍRITO SANTO, 1955, p. 125).

regionalmente a mobilização da força de trabalho, buscando que os próprios trabalhadores mobilizados para trabalharem nessas obras se assentassem naquelas áreas. Aparece como uma mobilização que posteriormente desmobiliza, ao fixar o trabalhador na terra. A colonização é pressuposto para a mobilização posterior, nos moldes do que Marx (2013) chama de superpopulação latente<sup>70</sup>.

O DNOS, assim, tomaria uma ampla magnitude constituindo uma complexa infraestrutura técnica, chegando a ter em todo país cerca de 450 máquinas, o maior estoque de máquinas do Brasil – incluindo máquinas pesadas, como escavadeiras *draglines* - e um dos maiores do mundo à época. Apenas no Espírito Santo possuía cerca de 38 máquinas que ficavam em um galpão em sua sede principal, em Vila Velha, onde hoje se localiza o INCRA (REBELLO, 2012). O relato do antigo Diretor do DNOS no Espírito Santo, que exerceu essa função desde a transformação do órgão em autarquia, em 1962, à sua extinção em 1990, engenheiro Dall'Orto, indica uma estratégia de importações de capitais nesse período:

Nós fizemos aquilo ali em 1964, aquele galpão. Foi feito de 62 a 64, foi inaugurado em 1964. Interessante, o DNOS começou comprando máquinas, mas ele cresceu muito, uma coisa do governo de João Goulart. Trocou um navio carregado de café por 150 máquinas alemãs. Eu não sei quantas toneladas de café tinha no navio, eu sei que vieram 150 máquinas que funcionam até hoje – as que salvaram – estão até hoje. A melhor máquina que já vi na minha vida. De um total de 150 máquinas – veio de uma tacada só – aqui para o Espírito Santo vieram 20 máquinas, que descarregaram em Vila Velha (Trechos da Entrevista com Dall'Orto, realizada por REBELLO em 2012).<sup>71</sup>

Com isso, podemos alinhar as modificações ocorridas pela transformação do DNOS em autarquia em 1962, com essa aumento na capacidade técnica e expansão do referido órgão no estado, de modo que passaria a ter também uma sede no norte do estado - em Linhares- para atuação nos chamados “grandes vales úmidos” do litoral do estado, especificamente, nas áreas do “Vale do Riacho”, em Aracruz, e “Vale da Suruaca”, localizado entre Linhares e São Mateus, que seriam os principais locais de atuação desse órgão, onde realizaria suas principais e mais megalomânicas obras. Assim,

---

<sup>70</sup> De modo que o capital pode se apropriar das reservas “latentes” da superpopulação relativa de camponeses: “Assim que a produção capitalista se apodera da agricultura, ou de acordo com o grau em que se tenha apoderado dela, a demanda de população trabalhadora rural decresce em termos absolutos na mesma proporção em que aumenta a acumulação do capital em funcionamento na esfera, e isso sem que a repulsão desses trabalhadores seja complementada por uma maior atração, como ocorre na indústria não agrícola. Uma parte da população rural se encontra, por isso, continuamente em vias de se transferir para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis a essa metamorfose (manufatureiro, aqui, no sentido de toda a indústria não agrícola.) Essa fonte da superpopulação relativa flui, portanto, continuamente, mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe a existência, no próprio campo, de uma superpopulação latente, cujo volume só se torna visível a partir do momento em que os canais de escoamento se abrem, excepcionalmente, em toda sua amplitude” (MARX, 2013, p. 718).

<sup>71</sup> Relato retirado da pesquisa de Rebello (2012), que entrevistou o referido engenheiro no dia 30/01/2012.

[...] o DNOS ele drenava grandes áreas e muitas vezes áreas com enchentes, muitas vezes retificava os cursos e leitos dos rios... fazia o leito retos, se tivesse com curva. Também nós fazíamos barragens e muros de arrimo e contenção, fazíamos também um tipo de barragem feito de terra... me esqueci o nome. Tinha uma obra dessa que saía do lado esquerdo do rio Doce, e seguia toda a margem esquerda junto ao rio, era um DIQUE! Que visava permitir que a água do rio Doce, quando houvesse enchentes grandes, pudesse transbordar e entrar para a Suruaca (Trecho da entrevista de José Renato, ex-funcionário do DNOS, concedida ao autor em março de 2021).

Veremos que esse órgão teria múltiplas finalidades e atuações no estado do Espírito Santo, de forma que ele não faria apenas drenagem de várzeas e de defesa contra a inundação, ele “[...] fazia barragens, fazia pontes, fazia drenagem urbana, fazia diques, então, a gama de atuação do DNOS aqui no Espírito Santo, só aqui no Espírito Santo, o que eu fiz em matéria de obras públicas... todos os canais de Vila Velha foi o DNOS que fez” (Trechos da Entrevista com Dall’Orto, realizada por REBELLO em 2012), assim como também participava das obras de abastecimento de água. Ainda segundo o engenheiro entrevistado por Rebello (2012), o DNOS fez obras para a Cesan, o que reforça a abrangência de sua atuação: “então, a gente cuidava de abastecimento d’água, de drenagem urbana, proteção contra inundações e obras contra as secas também – o DNOCS era só no nordeste – o DNOS era no Brasil inteiro”. Ao mesmo tempo, continua o antigo funcionário da autarquia, participaram da modernização da agricultura na promoção da irrigação: “o DNOS fez várias obras de irrigação aqui no estado. Então, você vê que a gama de atuação é enorme, foram 50 anos de trabalho” (Trechos da Entrevista com Dall’Orto, realizada por REBELLO em 2012).

Por conseguinte, no Espírito Santo, devido a ampla atuação do DNOS em diversos segmentos, teve-se como resultado uma maior extensão das ações de “beneficiamento”, ou melhor, transformação das áreas tidas como potencialmente agricultáveis, realizando-as no estado por cerca de 50 anos, sendo um dos principais agentes da modernização territorial no estado do Espírito Santo<sup>72</sup> (REBELLO, 2012).

Durante esse período de atuação do DNOS, seriam observadas a existência de cerca de cerca de 240.000 hectares de áreas úmidas, sendo essas naturalmente inundadas de modo perene ou inundáveis de maneira intermitente, que eram tidas como possuindo grande potencial agrícola por todo estado. Sendo, destas, por volta de 200.000 hectares estavam nas grandes planícies litorâneas, do Riacho e Suruaca, que seriam onde o DNOS executaria a maioria de suas grandes intervenções no Espírito Santo.

---

<sup>72</sup> “As notícias sobre a atuação e investimentos feitos pelo DNOS no Espírito Santo eram destaques na primeira página dos principais meios de comunicação escritos da época. Ressalta-se, inclusive, que as notícias de aniversário do órgão mereceram destaque na mídia capixaba” (REBELLO, 2012, p. 68)

Seriam as várzeas do Suruaca e do Riacho as duas porções escolhidas para a transformação dessas áreas úmidas litorâneas em locais propícios à agricultura de alto nível de produtividade. As intervenções do DNOS nessas áreas começaram a partir 1965, por intermédio dos estudos contratados pelo órgão, realizados pela Engenharia Gallioli<sup>73</sup>. Como é relatado pelo ex-funcionário do DNOS:

O DNOS contratou em 1960 e pouco uma empresa chamada Engenharia Galiolli, uma empresa italiana, uma empresa de macrodrenagem-dragagem para estudar todas as bacias hidrográficas do Espírito Santo. Onde se constituiu um projeto que foi estudado todas as bacias, o tamanho dessas bacias, e a vazão delas e dos rios próximos. O Gallioli era italiano mesmo, fizeram um projeto de alguns canais, pra terminar a drenagem dos rios... tudo que é bacia hidrográfica... (Trecho da entrevista de José Renato, ex-funcionário do DNOS, concedida ao autor em março de 2021)

A contratação de um trabalho complexo no exterior sugere um processo em que a formação universitária institucionalizada ainda não conseguia prover internamente esse tipo de profissional. Desse modo, a *internalização da metrópole* (DIAS, 2005) ainda não estava tão adiantada nos anos 1960 na particularidade capixaba, que, aliás, estava em processo de consolidação e ampliação da UFES, fundada em meados da década anterior.

Todavia, essas intervenções passariam a ser intensificadas na década de 1970 com os planos de ações estatais voltados para o fomento da agricultura naquela área, principalmente, o *Anteprojeto de Recuperação dos vales da Suruaca e do Riacho*, de 1978, e o PROVALES do mesmo ano, e mais a frente na década de 1980 em um nível ainda maior de financiamento com a criação do PROVÁRZEAS.

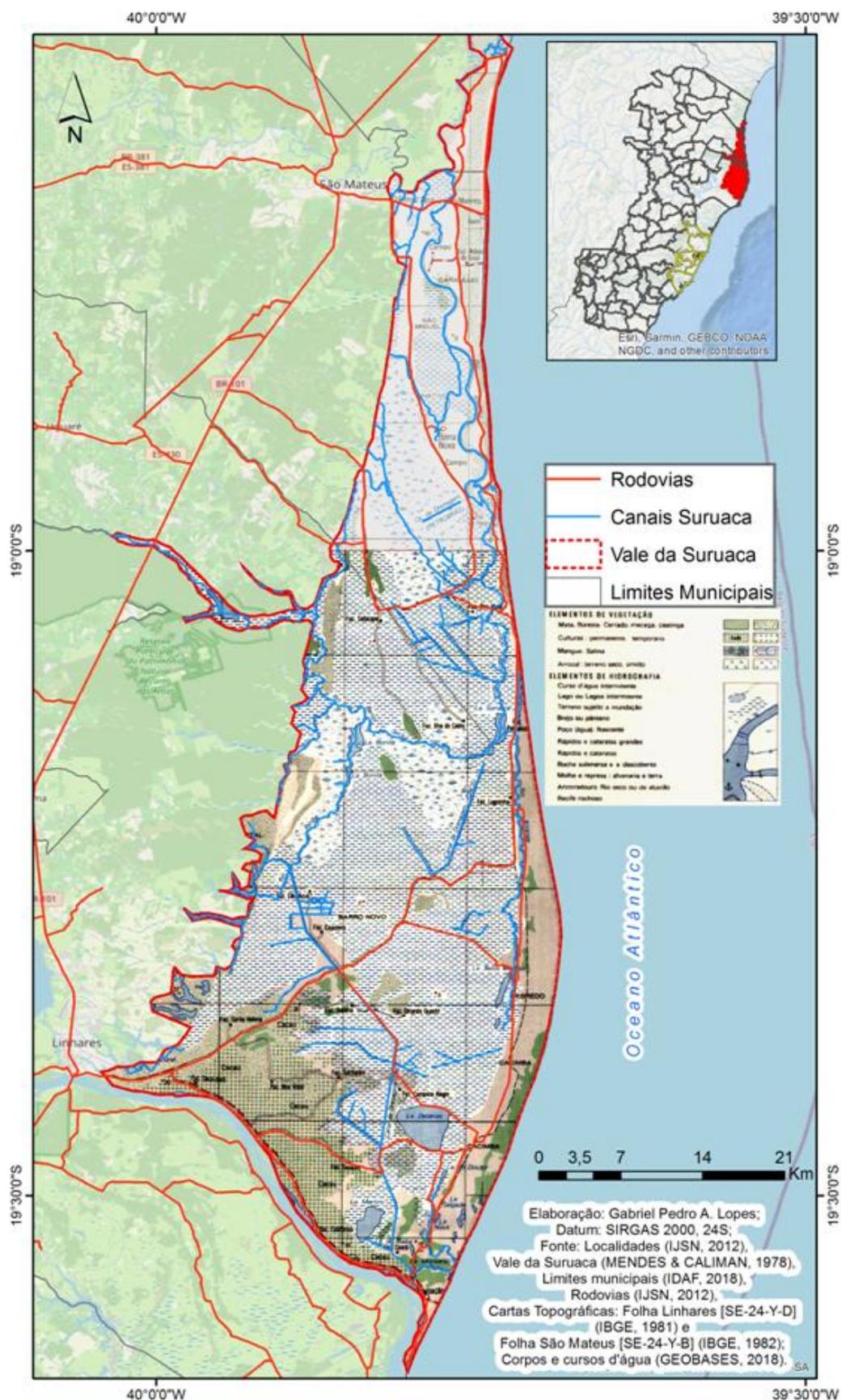
Neste contexto, o “Vale da Suruaca” converte-se em *locus* e objeto de intervenções pelo DNOS no final da década de 1960, a partir do momento em que ele passou a construir e instalar canais de drenagem para tornar o solo possível de ser usado para a agropecuária, pela drenagem dos brejos, lagoas, lagoas e pântanos da área para sua modificação enquanto lugar de produção de mercadorias, principalmente a partir das parcerias com os programas federais e estaduais das décadas seguintes.

A Suruaca era, como já indicamos, uma área com uma imensidão de corpos d’água, que sofreria a partir da atuação do DNOS na execução de suas obras um intenso processo de manipulação e destruição das suas características enquanto área úmida; especialmente, na drenagem das suas lagoas e brejos, e na criação de canais e diques que alteraram os fluxos d’água da bacia hidrográfica (Mapa 4).

---

<sup>73</sup> Tratava-se de uma empresa de origem italiana que era contratada para a realização de grande parte das obras do DNOS no Brasil. A empresa citada tinha o escritório central com sede em Milão e tinha uma filial no Rio de Janeiro.

Mapa 4 - Elementos vegetacionais, hidrográficos e os canais de drenagem construídos pelo DNOS e pela Petrobrás no Vale da Suruaca entre 1960-1990



Após efetivamente drenada e sistematizada, seria dividida em propriedades voltadas para a produção agropecuária. Isso tudo ocorreria a partir da parceria entre DNOS e os projetos anteriormente citados a nível estadual e federal (ANTEPROJETO, PROVALES e PROVÁRZEAS), que buscavam a partir de uma iniciativa de planejamento regional, além de avançar a fronteira agrícola sobre locais que não se tinha uso para a produção de mercadorias, possibilitar através de estudos sobre as características do solo a utilização de uma série de implementos químicos para uma alta produtividade do trabalho na terra (REBELLO, 2012), e, assim, por meio de um profundo controle da água, permitir a utilização da irrigação mecanizada para que as culturas que fossem implementadas alcançassem um novo padrão de produtividade exigidos pelo processo da *modernização retardatária* brasileira.

Por outro lado, além de fazer a drenagem das áreas úmidas, o DNOS seria o responsável pela abertura de estradas que posteriormente permitiriam a circulação da produção pelo modelo rodoviário. Como a construção dos canais seria realizada, inicialmente, com muita dificuldade a partir de trabalho braçal, a construção das estradas seria em suma para que as *draglines* pudessem entrar nas áreas de difícil acesso nos locais escolhidos para as primeiras intervenções (REBELLO, 2012).

Como descreve o então ex-diretor estadual do DNOS, Dall'Orto, era um trabalho que demandava um grande esforço por parte dos trabalhadores mobilizados para as obras:

Então, o trabalho foi braçal no início, não tinha nem máquina! [...] a limpeza dos cursos d'água, das coisas, era aberto no braço. Os homens entravam com água no pescoço, tirando o mato da frente; ah, o negócio foi bravo! Nós tivemos isso aqui no Espírito Santo, tivemos que fazer isso também... e já não foi muito longe não: onde a máquina não entra, vai no braço... foi na canoa, cortando até o nível da água baixar o suficiente para uma máquina poder entrar. Você tem aquilo que a gente chama de vala-piloto: é uma vala aberta no braço ou então com uma máquina pequenininha, com a máquina quase flutuando, a gente bota em cima de uma verdadeira jangada de madeira... hoje em dia você já tem máquina para isso, naquela época não tinha. Você abre uma valinha de nada, para a água começar a escoar, aí quando enxuga mais um pouco, você entra com o equipamento pesado para fazer os grandes canais. Mas é um negócio demorado, viu (Trecho da entrevista de Dall'Orto realizada por Rebello em 2012).

Algo que também é corroborado pelo ex-técnico do DNOS José Renato e ampliado pela intensa reflexão sobre o modo que os trabalhadores complexos, como técnicos, e ao mesmo tempo trabalhadores braçais direcionados para as obras estavam sujeitos às mais profundas adversidades e riscos de morte:

Eu me lembro que mandaram a gente ao chegarmos na Suruaca, certa vez, e o pantanal/brejo estava cheio, para fazer o projeto para fazer o alinhamento do canal... mais ou menos 1 km de alinhamento... para fazer isso cada técnico ia com um peão que ficava com um porrete... tinha muita embaúba de brejo uma árvore reta nós cortávamos as embaúbas, para você instalar o aparelho em cima, aí depois de certa altura para ele poder ficar firme e não molhar... tinha o peão comigo e ficava com uma facão, um porrete e uma vara.... na primeira vez que fomos ao brejo

praticamente ficávamos com água no peito, e eu perguntei o porque dessa vara, o porrete era por conta do jacaré para bater na cabeça dele, agora a vara, ai disse o peão: vem cá ver pra você ver pra que a vara, ai ele mostrou que estava vindo uma “preguiçosa” nadando, uma cobra altamente venenosa... Ai ele pegava a vara, ia por baixo da cobra, "é uma cobra grande, e jogava lá para não sei onde para muitos metros da gente. Para você ver como era um ambiente extremamente rico. Pra você ver, eu chegava com água no peito... depois entrava a máquina abria o primeiro canal abaixava a água... eu vinha a segunda vez com o canal seco sem água e fazia esse alinhamento e abria o canal para drenar o brejo... (Trecho da entrevista de José Renato, ex-funcionário do DNOS, concedida ao autor em março de 2021).

O início das obras do DNOS nas várzeas, segundo Rebello (2012), deu-se por volta de 1965, porém as obras não teriam ocorrido conforme o previsto pelo órgão, por conta de uma série de imprevistos que viriam a atrapalhar a sua execução, acima de tudo, pela grande diminuição das verbas federais, decorrentes da forte crise de financiamento federal de meados da década de 1970, resultado da crise discutida no capítulo anterior.

Desse modo, a forma encontrada para continuação das intervenções foi uma intensificação e formalização de parcerias entre o DNOS e o governo estadual, já que haveria no Espírito Santo parcerias “informais”<sup>74</sup> entre eles há muito tempo. Deu-se, assim, a institucionalização, a partir da construção conjunta de projetos que prenunciava a integração da utilização das áreas que fossem transformadas, pela destinação de recursos para finalização de canais já iniciados pelo DNOS, assim como ao prover estudos para antever as futuras infraestruturas necessárias para as áreas transformadas de áreas alagadas em terras, tendo no cultivo de arroz irrigado nessas áreas o maior apelo por esses planos de ações (REBELLO, 2012). Veremos daí o surgimento da Fazenda Agril Agroindustrial, localizada em Aracruz, para processamento do arroz produzido no “Vale da Suruaca” e “Vale do Riacho”. A iniciativa seria capitaneada pela família Coutinho, a mesma que fundará a empresa Frisa S/A – de processamento de produtos derivados da pecuária – que irá do mesmo modo centralizar o fluxo da pecuária e do arroz do norte do estado.

Rebello (2012) aponta a data de 1979 como um marco na mudança de ritmo das obras do DNOS nas grandes várzeas, tanto no Riacho como na Suruaca. Nesta data houve uma grande inundação do rio Doce (Figura 3), o que acabou dificultando a continuação das culturas agrícolas, como o arroz irrigado, sobre essas áreas. De um lado as verbas federais estavam cada vez mais suprimidas e seria necessário ainda mais dinheiro para a abertura e recuperação dos canais atingidos pela cheia; de outro, uma série de produtores de arroz

---

<sup>74</sup> “O relacionamento entre o governo federal e estadual aqui no Espírito Santo, ou seja, DNOS – Seag era excelente; a secretaria nos pedia para sanear algum pequeno vale, então a gente ia lá e fazia o estudo de viabilidade econômica, o estado, e tudo, e a gente fazia o estudo das obras. E fazia de comum acordo” (trecho da entrevista com Dall’Orto, por REBELLO, 2012, p. 72).

deixaram de produzir com a imensa destruição provocada pelas enchentes<sup>75</sup>. Isso tudo fez com que houvesse uma mudança na forma de agir do DNOS no estado, diminuindo seu número de iniciativas e passando muito mais a reparar do que construir novos canais.

Ao passo que,

Cariê Lindemberg, filho do ex-governador Carlos Lindemberg (mandatos: 1947-1951 e 1959), integrante da família proprietária da Rede Gazeta de Comunicações (subsidiária da rede Globo), foi um grande produtor de arroz, assim como o pessoal da família Dalla Bernardina, que detinha vários negócios no Estado, inclusive no ramo imobiliário. Ambos, porém, possuíam propriedades que se localizavam nas várzeas da Suruaca, ao norte do rio Doce, onde havia outro bolsão de arroz que foi destruído na grande enchente de 1979. Enquanto a produção do arroz no Riacho adentrou aos anos de 1980, chegando aos anos 90, a produção na Suruaca findou ainda no final dos anos 70 e o início dos anos 80, conforme informou Dall'Orto (REBELLO, 2012, p. 90).

Para o autor, portanto, haveria nesse período um intenso abandono da produção de arroz por conta do montante que seria necessário para realizar os investimentos para a recuperação da área após a enchente de 1979, pois o DNOS não estava recebendo o contingente de verbas para atender todas as demandas como antes.

Com a grande inundação, resultado das cheias do rio Doce de 1979, foram destruídas grandes porções dos municípios ribeirinhos, especialmente os capixabas. Uma grande faixa costeira de Linhares ficou debaixo d'água por muitos dias, parte considerável do “Vale da Suruaca”, causando inúmeros prejuízos também aos pequenos produtores locais.

Rebello (2012) indica que esse grande desastre natural, teria como desfecho a necessidade de venda das pequenas propriedades por parte dos pequenos produtores, que seriam compradas a baixos preços por parte de alguns dos grandes latifundiários. Essas virariam áreas de pastagem, que atualmente se configuram em uma das maiores áreas de pecuária do estado, com uma alta concentração de terras. Dall'Orto relata isso indicando na enchente a causa do movimento de esfacelamento da agricultura em direção à pecuária:

---

<sup>75</sup> “Quando eles [os Coutinho] viram que não tinha jeito, botaram boi. A chuva de 79 acabou com os canais, acabou com tudo entupiu, pô, ali não é brincadeira não, rapaz, aí você vê, os canais ali eram quarenta metros de largura, trinta metros de largura, não é qualquer coisa que você desentope isso não. A nossa conta foi que nós iríamos gastar para desentupir, mais ou menos, 30% do valor que foi gasto pra executar. Despejou tudo aqui para dentro [...]”

Essa cheia de 79 passou a exigir verbas muito maiores para recuperar os canais, não era mais para fazer, era recuperar, então nós paramos com o programa de novos investimentos, para salvar o que já existia aqui. Eu não vou abrir um canal novo se eu preciso desobstruir um antigo. E aí começa um problema no governo federal de existir cada vez menos verba; quando mais a gente precisou de mais, foi onde veio menos, entendeu? Então, até hoje, tem lugares que não foram desobstruídos... lá se vão quarenta anos nessa brincadeira, viu. [...] Se verificou, o pessoal da Seag, verificou que, do jeito que o DNOS tava trabalhando, já com pouca verba, muita gente desistiu de plantar. Cariê [Lindemberg] foi um que desistiu de plantar arroz, os Coutinho pararam de plantar arroz, as pequenas continuaram porque era pouca coisa... agora, as grandes, não tinha mais jeito, tinha que recuperar todos esses canais e aí são anos, para começo de conversa, são anos!” (trecho da entrevista com Dall'Orto, por REBELLO, 2012).

a água subiu, passou por cima dos diques, na hora que voltou, voltou fechando os canais, até hoje tem canais sujos. Essa região acabou em matéria de agricultura. Foi a cheia de 1979 que acabou com essa, tá certo? Aí virou pastaria; muito simples de explicar, o boi você toca, certo?  
(trecho da entrevista com Dall'Orto por REBELLO em 2012).

Figura 3 - Capa do Jornal "A Gazeta" do dia após a enchente de 1979 que devastaria Colatina e Linhares

**A GAZETA**  
Loteria Federal sai para o ES

13 de Novembro de 1979  
13 de Novembro de 1979  
13 de Novembro de 1979

13 de Novembro de 1979  
13 de Novembro de 1979  
13 de Novembro de 1979

**Chuva mata 50 e desabriga cem mil no Espírito Santo**

Cerca de 50 pessoas mortas, quase cem mil desabrigadas e ameaça de envenenamento por aldrin, substância química de alto poder tóxico despejada no rio Doce em Governador Valadares, devido ao rompimento dos depósitos de uma indústria. Este era o quadro da situação da região do Espírito Santo atingida pela chuva até ontem à noite. A cidade de Colatina, uma das mais importantes do Estado viveu ontem um dos maiores dramas de sua história, sendo a mais atingida pelas enchentes, com prejuízos incalculáveis. Mais da metade da população está desabrigada e o número de mortos ainda não foi levantado. A cidade, a exemplo de Baixo Guandu e Linhares, não tem mais combustível, gás e água potável, e o seu estoque de alimentos está praticamente no fim.

A situação também é desesperadora em Almirante, cidade mineira que faz divisa com o Espírito Santo e que está totalmente submersa. A maioria de seus habitantes procurou refúgio em Baixo Guandu, onde o quadro não é muito melhor, já que a ponte já faz a ligação entre as duas cidades foi carregada pelo rio Doce.

As ligações rodoviárias pelas BRs 101 e 262 continuam paralisadas. Em São Mateus o rio subiu mais de cinco metros e causou a interdição de outro trecho da BR-101, onde estão retidos mais de dois mil veículos. Este fato está deixando preocupadas as autoridades, porque os estoques de alimentos estão acabando muito depressa. Os armazéns racionam desde ontem as vendas. (Páginas 3, 5, 6 e 7).

**Na central de Indaiá colatina a água chegou a quase dois metros**

**O político Davranh Zerbini teve que utilizar um bote para andar pela cidade**

**Enchente a nível de águas quentes atingiu a zona de Bacia Suburbana de Colatina**

**Em Baixo Guandu o rompimento do rio Doce obrigou a ponte a fechar-se sob o peso**

**Na BR-101, em Linhares, a enchente do rio Doce cortou um trecho de tráfego**

**Na passarela que atravessa um rio, pessoas foram e são engulidas**

**Enchente em Linhares inundou a zona urbana e obrigou a evacuação**

**Jacques Lafitte ganha fácil o Grande Prêmio Brasil de Fórmula Um**

As duas equipes tiveram uma vitória tranquila no autódromo de Interlagos, quando foi disputado entre os pilotos brasileiros de Fórmula Um, o Grande Prêmio Brasil de Fórmula Um. O vencedor foi Jacques Lafitte, que largou em sétimo e chegou em primeiro lugar, com um tempo de 1:10:00. O segundo colocado foi o brasileiro Nelson Piquet, que chegou em segundo lugar com um tempo de 1:10:30. O terceiro colocado foi o brasileiro Roberto Guerrero, que chegou em terceiro lugar com um tempo de 1:11:00. O quarto colocado foi o brasileiro Emerson Fittipaldi, que chegou em quarto lugar com um tempo de 1:11:30. O quinto colocado foi o brasileiro Nelson Piquet, que chegou em quinto lugar com um tempo de 1:12:00. O sexto colocado foi o brasileiro Roberto Guerrero, que chegou em sexto lugar com um tempo de 1:12:30. O sétimo colocado foi o brasileiro Emerson Fittipaldi, que chegou em sétimo lugar com um tempo de 1:13:00. O oitavo colocado foi o brasileiro Nelson Piquet, que chegou em oitavo lugar com um tempo de 1:13:30. O nono colocado foi o brasileiro Roberto Guerrero, que chegou em nono lugar com um tempo de 1:14:00. O décimo colocado foi o brasileiro Emerson Fittipaldi, que chegou em décimo lugar com um tempo de 1:14:30.

**Lafitte vence e champagne ao peito, depois de vencer o GP do Brasil em Interlagos**

1. Piquet/BR	11. P. Monteiro/RS
2. Piquet/BR	12. Cavalcanti/SP
3. Piquet/BR	13. Cavalcanti/SP
4. Piquet/BR	14. Cavalcanti/SP
5. Piquet/BR	15. Cavalcanti/SP
6. Piquet/BR	16. Cavalcanti/SP
7. Piquet/BR	17. Cavalcanti/SP
8. Piquet/BR	18. Cavalcanti/SP
9. Piquet/BR	19. Cavalcanti/SP
10. Piquet/BR	20. Cavalcanti/SP

Fonte: Acervo de A Gazeta. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/norte/colatina-lembrancas-e-fotos-historicas-da-grande-enchente-de-1979-0120>>. Acesso 23 Ago. 2021.

Em direção aparentemente contrária ao argumento de seu antigo chefe acima citado, o ex-técnico do DNOS José Renato nos relata que: “[...] a linha de pensamento do DNOS era, infelizmente, drenar as regiões para plantar boi, boi, principalmente boi! Né?! Aí drenava, para por boi, um pouco de arroz, feijão. Aí drenava e colocava boi” (Trecho da entrevista de José Renato, ex-funcionário do DNOS, concedida ao autor em março de 2021).

Portanto, podemos a partir dos relatores observar duas maneiras de interpretar as ações do DNOS direcionadas para a Suruaca: uma que indica a enchente como a causa de que resultaria a transformação das áreas que seriam direcionadas para a produção de arroz em áreas de pasto para a pecuária; e outra, que já indica que as ações do DNOS estavam alinhadas *a priori* em transformar aquelas áreas em local de reprodução da pecuária e o arroz seria apenas um plano de fundo para justificar as obras.

Com isso, no contexto geral veremos um poder agora transmutado no processo em uma escala nova, estadual, como sendo o principal beneficiário das obras do DNOS, pois, como afirma Rebello (2012), o saneamento das áreas “improdutivas” e “insalubres” acabaria por ser um discurso para os que quisessem se utilizar dos serviços do órgão em suas propriedades, conseguindo utilizá-las para fins de valorização fundiária. A definição da área como passível das intervenções ocorria em função da eventual presença de níveis elevados de água no solo, o que impossibilitava o seu uso e apropriação pela agropecuária, seja por conta da possível presença de doenças que encontrariam nessas áreas tidas como um ambiente favorável para a reprodução de seus vetores, como por exemplo tifo, febre amarela e malária; seja ainda pela necessidade de áreas para a expansão da fronteira agrícola, e por essas áreas serem tidas como as únicas que possibilitariam isso no estado.

Assim, o DNOS com suas ações contribuiu para que se permitisse e legitimasse a expansão da fronteira agrícola sob a “região” da Suruaca. Recorreria, para tanto, ao discurso da “recuperação de terras”, contraditoriamente:

A atuação do DNOS permitia e legitimava a expansão das atividades agropecuárias na região. Utilizava-se um discurso de “recuperação da área”, como se em um dado momento histórico as atividades agropecuárias tivessem perdido as terras para as águas, quando na verdade o que havia era o fenômeno inverso. Então o discurso do DNOS era de “recuperar” estas terras, como se estas terras tivessem sido perdidas, em alguma época, para as águas e estivessem sendo reintegradas às atividades econômicas (REBELLO, 2012, p. 58).

Vemos, como Carneiro (2004) aponta, que, durante a década de 1980, o DNOS já estava convivendo com uma intensa crise institucional. Mesmo com a sua articulação com as ações do PROVÁRZEAS, já não estava conseguindo executar suas inúmeras atribuições, de um lado por conta do esvaziamento financeiro da instituição, e de outro pelas inúmeras críticas, pressões populares e acadêmicas por conta de suas ações apontadas como caras, com caráter clientelista e ambientalmente destrutivas.

Sua extinção, contudo, veio com a medida provisória n° 151 de 1990, que extinguiu e dissolveu de uma só vez a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Sudeco), a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul), o Instituto do

Açúcar e do Álcool (IAA), o Instituto Brasileiro do Café (IBC) e o próprio DNOS. Ela esteve pouco ligada a essa crise, e muito mais ao contexto das reformas neoliberais promovidas pelo governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992)<sup>76</sup>:

Após a extinção do DNOS em 1990, os canais abertos deixaram de ser controlados pelo órgão, ficando os mesmos em estado de abandono, já que a citada medida mencionava que apenas os bens imóveis, os bens móveis, os materiais e equipamentos passariam ao domínio da União, não sendo citado o que deveria ser feito com os canais que já se encontravam em funcionamento. Assim, com a extinção do DNOS, o poder público não assumiu a administração dos canais, tampouco a manutenção dos mesmos, o que “permitiu” que os mesmos pudessem ser utilizados para outros fins, apropriados sob domínio da iniciativa privada, fato semelhante aos exemplos do caso da Baixada Fluminense citados em Carneiro (2003), porém, no caso capixaba, o uso dos canais foram direcionados predominantemente para o abastecimento de água da Aracruz Celulose. branqueada. O processo de implantação da empresa ocorreu paralelamente aos trabalhos de construção dos canais do DNOS, quando ainda ela teve iniciado seus trabalhos no Espírito Santo através da Aracruz Florestal - Arflo - em 1967, que fez os primeiros plantios de eucalipto no município de Aracruz. Em 1972 ocorreu a implantação da planta industrial da Aracruz Celulose - Arcel -, da qual a Arflo se tornou subsidiária. Em 1978 foi inaugurada a fábrica Sabe-se atualmente que os canais abandonados pelo antigo DNOS foram apropriados de maneira predominante pela Aracruz Celulose desde o final dos anos 90 para o abastecimento da sua linha de produção (REBELLO, 2012, p. 62).

Sendo assim, o DNOS atuou em grande parte do processo de modernização brasileiro, e de forma bastante ativa na particularidade capixaba, deixando nesses 50 anos de atuação inúmeras marcas e transformação nos diferentes contextos territoriais.

Nos próximos subitens trataremos os planos e ações que vão transformar o “Vale da Suruaca” na várzea do planejamento. De modo que faremos a descrição dos planos de ações nas várzeas com um olhar mais dedicado às ações direcionadas ao “Vale da Suruaca”.

#### **4.2 Anteprojeto de recuperação das várzeas do “Vale da Suruaca”**

O *Anteprojeto para recuperação dos vales Suruaca e Riacho*, publicado em 1978, pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola-CEPA/ES<sup>77</sup>, sob autoria de José Deneval Mendes e Orlando Caliman, economistas da SEPL, foi elaborado durante o regime da ditadura

<sup>76</sup> “Durante a entrevista com Elmo Dall’Orto, o mesmo afirmou que partiu de Brasília uma ordem para que os documentos fossem recolhidos e guardados em um galpão do DNOS na rodovia Dutra, em São Paulo, o qual, misteriosamente, 1 ano depois, pegou fogo, destruindo a memória da maioria das seções regionais. Nas palavras do engenheiro: “Os documentos pegaram fogo – eu digo pegaram fogo e não pegou fogo; Alguém, de propósito, queimou história”. Toda a memória do órgão. Absurdo, rapaz. Perdeu-se aproximadamente cinquenta anos de história [...] o patrimônio de 1.145 metros lineares havia sido tratado, no Rio de Janeiro, abandonado também em um grande galpão na av. Presidente Vargas, a toda sorte de intempéries. As poucas caixas que sobraram foram recolhidas pelo Arquivo Nacional, mas continham apenas informações relativas ao registro de ex-funcionários do órgão” (REBELLO, 2012, p. 65).

<sup>77</sup> Convênio entre o Ministério da Agricultura (Mapa), a Secretaria de Estado da Agricultura do Espírito Santo (Seag) e a Secretaria de Estado do Planejamento do Espírito Santo (Sepl) para elaboração de políticas agrícolas.

militar brasileira (1964-1985), quando o Espírito Santo estava sob o governo de Élcio Álvares<sup>78</sup> (1974-1979).

Rebello (2012) demonstra que este plano surge devido às experiências das obras feitas pelo DNOS na drenagem de pequenos vales nos anos 1960, iniciados pela construção de canais nas várzeas litorâneas da Suruaca e do Riacho, a fim de disponibilizar, pela drenagem das áreas úmidas, suas terras para a produção agropecuária. Essas que teriam sido vistas com bons olhos pelo governador Cristiano Dias Lopes Filho, e que as intervenções nessas várzeas para o avanço da fronteira agrícola ainda iriam precisar de melhorias de modo integrado e planejado para que a produção nessas áreas fosse otimizada.

Para esse autor, isso se daria através da entrada da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional no processo, sendo que esta se comprometeria, em 1973, a realizar o financiamento dos estudos de pré-viabilidade que pudessem justificar os investimentos e motivasse a realização de mais estudos aprofundados que demonstrassem todo o potencial de desenvolvimento das várzeas litorâneas, na forma de uma iniciativa de planejamento da “região” da várzea da Suruaca e do Riacho.

Com isso, demonstra Rebello (2012), o governo do estado do Espírito Santo, contrataria as firmas Robertson-Sinclair & Cia e C.D. Schultz & Company para a execução de um estudo conjunto. Teria como resultado um relatório<sup>79</sup> que seria apresentado em 1973, que corrobora o potencial da área para uso agropecuário. De modo que este relatório indicava que haveria a necessidade de US\$3 milhões de investimentos em pesquisas mais aprofundadas para que fosse efetivado e aproveitado ao máximo o “Vale da Suruaca” e o Riacho (REBELLO, 2012).

Esse relatório apontaria os caminhos e serviria como base para motivar a elaboração do *Anteprojeto para recuperação dos vales Suruaca e Riacho*, por parte da parceria entre a Companhia Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA) e o DNOS em 1978. Ele seria feito com base nesse relatório e de pesquisas feitas por equipes técnicas do estado, indicaria a viabilidade da realização das intervenções e de incidência do planejamento sobre a área para implantar uma agricultura tecnificada dita mais avançada e com um nível de produtividade acima das outras porções do estado, possibilitando uma produção em escala industrial (*Idem*).

---

<sup>78</sup> Indicado pela Assembleia Legislativa a ser Governador do Espírito Santo de 1974 a 1979, sucedendo Artur Carlos Gerhardt Santos.

<sup>79</sup> ROBERTSON-SCHULTZ. Pre-feasibility study of the potential for development of the Suruaca Valley - State of Espírito Santo - Brasil. São Paulo, 1973.

Tendo como pano de fundo o processo de erradicação dos cafezais iniciado na década de 1960, movido pela ideia de superar a “crise” cafeeira<sup>80</sup>, esse projeto de ações colocava como seu objetivo principal demonstrar a viabilidade de aproveitar “racionalmente” os “vales” úmidos e várzeas do norte do Espírito Santo, para implantação de uma agricultura com bases técnicas “mais avançadas” que superasse o “atraso” da agricultura tradicional e gerasse maior produtividade a fim de superar as “atuais deficiências em muitos produtos agrícolas e, ao mesmo tempo, propiciar excedentes exportáveis de outros” (MENDES & CALIMAN, 1978, p. 1) pela economia capixaba. Tendo assim o discurso dualista desenvolvimentista como pano de fundo do argumento.

Assim, segundo os planejadores, centrava-se o foco em expandir a produção de mercadorias agrícolas, realizar uma integração agroindustrial que possibilitasse a diversificação da base econômica regional, criando empregos, aumentando a produtividade via incremento de capitais e fazendo com que se fixasse à terra de maneira mais produtiva os agricultores. Havia de tal forma um projeto de colonização para a área embutido no projeto de “recuperação” das várzeas do norte do Espírito Santo.

Para isso, o estudo indicava que havia a necessidade de superar a longa dependência da economia capixaba em relação à cafeicultura, que para eles estaria em crise e perdendo importância. Portanto, a intervenção nos vales e várzeas seria a melhor alternativa para o avanço da fronteira agrícola do estado, a partir da implantação e ampliação de uma agricultura mais diversificada e “racional” em áreas que até o momento eram apontadas como inaptas para uso da agricultura e pecuária. A inaptidão na época da colonização sistemática era a “falta de braços” (quando não mais se permitisse a escravidão). Aqui parece se dar em outra avaliação e a “falta de braços” não aparece como pressuposto do problema. Uma possível “falta de terras” parece mover os argumentos de fundo desse planejamento, que busca “produzir” a “terra agricultável” pela manipulação das várzeas e demais áreas úmidas.

No entanto, as comunidades que ali já viviam desde o século XIX tinham seus próprios usos para a área, como a pesca artesanal, a caça, a agricultura (como a produção de mandioca e cacau,<sup>81</sup> desde o século XIX comercializados com a vila de São Mateus e na vila de

---

<sup>80</sup> Raquel Daré ao analisar os discursos em prol da erradicação dos cafezais e da diversificação econômica da década de 1960, aponta que “a agricultura familiar não estava em “crise” e nem foi responsável por ela, apesar de o discurso desenvolvimentista ter identificado na “base agrária” do estado a raiz da “crise”. A “crise” da década de 1960 foi uma “crise” de preços, ou melhor, uma “crise” de extração da mais valia, uma vez que o núcleo central da acumulação capitalista nesse período era o comércio” (DARÉ, 2010, p. 195).

<sup>81</sup> “[...] em 1880 ocorreu o primeiro plantio de cacau em Linhares, em área próxima ao núcleo principal, na margem direita do rio Doce. Lentamente, o cacau foi ganhando espaço nas margens do grande rio, chegando ao entorno de Povoação onde ainda hoje há uma grande quantidade de antigas sedes de fazendas cacauceiras” (PORTUGUEZ, 2019, p. 82).

Povoação, transportados a burro, ou a pé) e a pecuária de subsistência (PORTUGUEZ, 2019), utilizando as várzeas, lagos e brejos para sua reprodução (TEIXEIRA, 2010). De modo que, “Ipiranguinha, como era conhecida a região, apresentava uma geografia bem diferente da atual, com imensas áreas alagadas e muitas lagoas, algumas bem pequenas e outras muito extensas” (PORTUGUEZ, 2019, p. 82-83). Estas seriam áreas úmidas compostas em grande parte por várzeas, lagos e brejos, com abundância de água.

As principais justificativas apontadas no *Anteprojeto* são de que essas áreas foram escolhidas por conta das áreas planas “não propícias” ao cultivo, já neste período, estarem sendo destinadas para os “grandes projetos de impacto”, principalmente aos ligados ao “reflorestamento” da silvicultura, e também por haver uma ampla emigração dos habitantes do meio rural, causando um “esvaziamento do campo”, constituindo-se “espaços vazios” nessas áreas que estariam com forte tendência à concentração de propriedade. Do mesmo modo que a “recuperação” dessas áreas tendencialmente iria suprir as carências de mercadorias agrícolas internamente no estado e, ao mesmo tempo, gerar excedentes para serem exportados.

Neste sentido, é apontado que os “[...] vales da Suruaca e Riacho, aliados a outros pequenos vales, parecem ser as únicas áreas disponíveis no estado susceptíveis de um desenvolvimento agrícola dirigido, capaz de possibilitar a utilização ótima do potencial existente, em termos de fatores [...]” (MENDES & CALIMAN, 1978, p. 11), e seria a modificação dos fatores terra, trabalho e capital a resposta que o “poder público” daria para enfrentar de frente as pressões que a industrialização e sua consequente urbanização estariam causando no estado do Espírito Santo.

No diagnóstico, apontam a falta de autonomização das categorias da “agricultura tradicional” como a maior culpada pela “não-integração” e “atraso” do Espírito Santo em relação à produtividade de outros estados que produzem de maneira mais eficiente. Esta “agricultura tradicional” seria economicamente, desse modo, “pouco compensadora” e não traria crescimento econômico para o estado. Portanto, seria ela objeto da intervenção visando sua transformação. Nesse contexto apontam os autores que,

Na realidade, da maneira como a agricultura está estruturada, no que concerne ao grau de tecnologia utilizada, estrutura da propriedade, estrutura de custos e nível de conhecimentos, não se criam tensões suficientes para uma combinação adequada de fatores e para que fatores tradicionais e modernos se ajustem de uma maneira ótima. (MENDES & CALIMAN, 1978, p. 10)

Esse argumento nos remete a quando Marx (2013), ao tratar da ausência de superpopulação relativa, usa a palavra pressão para demonstrar a tensão entre produtores pela ausência de concorrência entre trabalhadores:

A produção de uma superpopulação relativa ou a liberação de trabalhadores avança com rapidez ainda maior do que a - já acelerada com o progresso da acumulação - revolução técnica do processo de produção e a correspondente redução proporcional da parte variável do capital em relação à parte constante. Se os meios de produção, crescendo em volume e eficiência, tornam-se meios de ocupação dos trabalhadores em menor grau, essa mesma relação é novamente modificada pelo fato de que, à medida que cresce a força produtiva do trabalho, o capital eleva mais rapidamente sua oferta de trabalho do que sua demanda de trabalhadores. O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma *pressão* aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social (MARX, 2013, p. 711-712)

Ao passo que,

[...] o capital age sobre os dois lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação aumenta a demanda de trabalho, por outro, sua “liberação” aumenta a oferta de trabalhadores, ao mesmo tempo que a *pressão* dos desocupados obriga os ocupados a pôr mais trabalho em movimento, fazendo com que, até certo ponto, a oferta de trabalho seja independente da oferta de trabalhadores. O movimento da lei da demanda e oferta de trabalho completa, sobre essa base, o despotismo do capital. Tão logo os trabalhadores desvendam, portanto, o mistério de como é possível que, na mesma medida em que trabalham mais, produzem mais riqueza alheia, de como a força produtiva de seu trabalho pode aumentar ao mesmo tempo que sua função como meio de valorização de capital se torna cada vez mais precária para eles; tão logo descobrem que o grau de intensidade da concorrência entre eles mesmos depende inteiramente da *pressão* exercida pela superpopulação relativa; tão logo, portanto, procuram organizar, mediante *trade's unions* etc., uma cooperação planificada entre empregados e os desempregados com o objetivo de eliminar ou amenizar as consequências ruinosas que aquela lei natural da produção capitalista acarreta para sua classe, o capital e seu sincofanta, o economista político, clamam contra a violação da “eterna” e, por assim dizer, “sagrada” lei da oferta e demanda. Toda solidariedade entre os ocupados e os desocupados perturba, com efeito, a ação “livre” daquela lei. Por outro lado, assim que, nas colônias, por exemplo, surgem circunstâncias adversas que impedem a criação do exército industrial de reserva e, com ele, a dependência absoluta da classe trabalhadora em relação à classe capitalista, o capital, juntamente com seu Sancho Pança dos lugares-comuns, rebelase contra a lei “sagrada” da oferta e demanda e tenta dominá-la por meios coercitivos (*Idem*, 2013, p. 714-716).

Assim, ele aponta para a pressão que a falta de superpopulação relativa cria sobre a acumulação de capital. As tentativas de criar essa superpopulação relativa com o emergente fim do escravismo no Brasil vão se dar pelo processo de *colonização sistemática* pela promoção ainda no século XIX das políticas da Lei de Terras de 1850 e da imigração subvencionada de “braços” europeus para o país, acabaria paulatinamente com essa pressão sobre a acumulação de capital pela constituição de um mercado de trabalho e de terras.

Portanto, essa “agricultura tradicional” criada pela *colonização sistemática*, agora vista como negativa pelos sicofantas, podia ser um certo afrouxamento da pressão da concorrência entre trabalhadores, posto que eles tendo acesso ainda que parcial aos meios de produção estavam menos determinados pela pressão cotidiana do mercado de trabalho, como vimos no capítulo 2, era o caso na particularidade da Suruaca.

Segundo o plano, a “agricultura tradicional” seria uma barreira em dois aspectos. Para si, por impossibilitar a sua própria modernização das técnicas produtivas e o incremento do “setor moderno” pelo aproveitamento dos fatores que poderiam ser “liberados” por ela. Para o estado, por ser um impedimento para o crescimento econômico e para a integração do Espírito Santo, já que não geraria renda compensadora nem competiria com a produção das mercadorias de outros estados e “regiões”<sup>82</sup>.

Para a superação desse quadro, o *Anteprojeto* indica que, num primeiro momento, seriam feitas inúmeras obras infraestruturais, como drenagem, dragagem, construção de diques, pontes e rodovias, que só para o “Vale da Suruaca” teriam um custo estimado pelo DNOS de Cr\$ 365.000.000 (trezentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros) (ver Tabela 2). E posteriormente, a partir da cessão de crédito, subsídios, treinamento e extensão rural, seria possível a transformação dessas áreas ricas em água em terras altamente produtivas, pela drenagem da área, mecanização e tecnificação da produção, que transformaria o uso dos solos, várzeas e lagos drenados para a produção das mercadorias agrícolas definidas pela seleção da “aptidão natural” (arroz, milho, cacau, cana-de-açúcar e bovinocultura) da área<sup>83</sup>.

Ao avaliarem os possíveis resultados da implementação do projeto, os autores já revelam uma série de problemas ecológicos<sup>84</sup> e sociais causados pela implementação do projeto<sup>85</sup>. Contudo, demonstram que em prol da “eficiência econômica” o beneficiamento em

---

<sup>82</sup> “Há forças que expulsam o homem do campo, ao mesmo tempo que há forças que impedem o mesmo de participar ativamente do setor moderno que, teoricamente, seria o setor absorvedor do fator excedente criado no setor tradicional” (MENDES e CALIMAN, 1978, p. 9).

<sup>83</sup> Segundo o *Anteprojeto*, a “seleção das explorações obedeceu às características do solo e clima e às necessidades internas de abastecimento. Não se levou em consideração a variável retorno econômico, considerando que o mesmo estaria subestimado, pelo fato da produtividade do estado estar bem abaixo da alcançável na área do projeto” (MENDES E CALIMAN, 1978, p. 30).

<sup>84</sup> Como um processo grave de desertificação devido a espalhamento de enxofre no processo de drenagem na lagoa Suruaca: “Uma obra de drenagem feita pelo extinto DNOS (Departamento de Obras e Saneamento), em 1968, criou um deserto químico no norte do Espírito Santo. A área atingida é de 32.870 hectares, equivalente a 18 arquipélagos de Fernando de Noronha [...] o solo da região é rico em enxofre, que foi oxidado com a exposição causada pela drenagem, transformando-se em ácido sulfúrico. [...] as plantas não sobrevivem no local porque não há condição química para o seu desenvolvimento” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001).

<sup>85</sup> Problemas Ecológicos: “Sem dúvida algum impacto ocorrerá no ecossistema que abrange os vales da Suruaca e do Riacho. Os alagadiços funcionam como fonte de vida para uma quantidade enorme de animais e plantas, além de servir como uma espécie de ninho para reprodução das espécies. A drenagem poderia causar desequilíbrios ecológicos imprevisíveis, somente detectáveis no futuro. [...] A própria drenagem, quando

direção ao “sistema empresarial” seria o ideal, mesmo sem fazer nenhum tipo de análise de viabilidade econômica ou algo relacionado (Ver nota 83), em contraposição à agricultura familiar e de subsistência, já que, para eles, essa “agricultura tradicional” não seria aberta à inovação pelo uso de tecnologias em contraposição a outra “empresarial” dita moderna. O resultado dessa preferência pelo “sistema empresarial” seria em sua visão a substituição de mão-de-obra por capital, que causaria aumento da produtividade, além da maior velocidade de retorno econômico, pela capacidade ampliada de acumulação de capital do mesmo (MENDES & CALIMAN, 1978).

**Tabela 2 - Obras e custos estimados previsto no Anteprojeto de recuperação para o “Vale da Suruaca”<sup>86</sup>**

<b>Obra</b>	<b>Extensão</b>	<b>Volume m3</b>	<b>Custo (Cr\$)</b>	<b>Área a ser recuperada (Ha)</b>
Construção de Diques	32 km	6.000.000	-	-
Dragagem de Canais	-	26.500.000	-	-
Pontes	200 m		-	
<b>Total</b>	-	-	365.000.000	117.200

Fonte: Modificado de Mendes e Caliman (1978)

Podemos afirmar, assim, que no plano há um elogio em si da mais-valia relativa, o que nos parece deveras interessante e contraditório já que sequer foram feitos estudos de viabilidade econômica que dissessem que era viável e/ou lucrativo a execução de tal programa (ver nota 83). Afinal, como um projeto pode desconsiderar a viabilidade econômica numa sociedade capitalista? A viabilidade agrônômica sempre teria de estar subordinada à

---

excessiva, causa mudanças na composição do solo, fazendo com que a mesma se torne as vezes menos produtiva, pela deficiência de umidade” (MENDES E CALIMAN, 1978, p. 13).

Problemas Sociais: os autores apontam que haverá a ampliação da concentração espacial e pessoal de renda.

<sup>86</sup> É interessante ser observado que só são computados de maneira bem simplificada os custos com as obras infraestruturais, enquanto os custos relativos a subsídios e interlocução com a produção não aparecem no projeto.

viabilidade econômica, uma vez que, caso contrário, já estaria pressuposto que o Estado iria subsidiar parte fundamental da reprodução desses capitais, ou seja, a reprodução dos mesmos só poderia ser realizada por aporte de *capital fictício* na forma estatal.

Fazer-se-ia necessário, segundo esse discurso, uma “ampliação das terras agricultáveis” (MENDES & CALIMAN, 1978) e o norte do Espírito Santo na segunda metade do século XX seria prioritariamente o local para onde a fronteira iria se expandir, doravante sobre os locais que “impediam” a execução de uma agropecuária de maneira “racional”, com foco na produção para o consumo das cidades e para a exportação, exigida pelo processo de modernização, locais estes ocupados historicamente por povos indígenas, camponeses, pescadores e quilombolas (FERREIRA, 2009). Estes estariam sobre terras “devolutas”, o que corroboraria, do ponto de vista estatal e empresarial, a execução de tais projetos modernizantes nessas áreas.

Contraditoriamente, um dos maiores benefícios retratados no *Anteprojeto* de recuperação do “Vale da Suruaca” seria a criação de empregos diretos e indiretos. Mesmo que no próprio projeto tenha sido apontado que o objetivo principal seria a substituição da “mão-de-obra” por capital:

Para o caso do Espírito Santo o uso de novas tecnologias não levaria, necessariamente, a um incremento de êxodo rural. Acredita-se que a modernização, obedecendo à composição fatorial disponível, pode levar à criação de novas fontes de emprego, via maior integração com outros setores da economia, aumentando-se o grau de especialização, em consequência da inovação. Por outro lado, a sustentação de propriedades familiares eficientes seria uma razão maior para a fixação do homem no campo. Dois fatores normalmente atuam como elemento de expulsão de mão-de-obra rural. Um resultante da penetração de modos de produção capitalista, com o objetivo de aumento de produtividade da mão-de-obra. O outro seria resultante da estagnação do próprio setor agrícola. O primeiro se caracteriza por uma substituição do homem pela máquina, criando-se assim um excedente de recursos humanos, que se deslocará para áreas favoráveis, primeiramente agrícolas e posteriormente para a cidade.

No Espírito Santo o fator preponderante parece ser o segundo, ou seja, o da estagnação do setor agrícola, principalmente das lavouras, atividade que mais absorve mão-de-obra. (Idem, p. 24)

Há uma tentativa de colocar na “estagnação agrícola” a causa para a necessidade de *mobilização da força de trabalho* (GAUDEMAR, 1977) no estado do Espírito Santo, um evidente caso de “individualismo metodológico”<sup>87</sup> praticado pelos autores do plano, pois, para eles, haveria uma motivação apenas para o Espírito Santo para o processo de eliminação de trabalhadores do processo produtivo, e de modo ainda mais importante um uso ideológico que estabelece uma oposição entre, de um lado, um “desemprego bom”, que seria causado pelas

<sup>87</sup> Que seria a análise ou explicação das relações sociais a partir da transformação de casos individuais ou fenômenos individuais em modelos para o conjunto das relações sociais (KURZ, 2014).

mudanças tecnológicas na produção, e, de outro lado, um “desemprego ruim”, causado pela crise e pelo tradicionalismo.

Assim, ao analisarmos o plano, o “fator de expulsão” dos trabalhadores rurais do campo por conta do aumento da *composição orgânica do capital* no processo produtivo agrícola parece ser uma particularidade que ocorreria diferencialmente neste estado e haveria segundo tal discurso a possibilidade da existência de um “desemprego bom”, que dinamizaria a área e a economia capixaba.

O *Anteprojeto* propunha, para o cumprimento da transformação desejada visando a modernização da “região”, a intervenção estatal sobre a forma da disposição e da estrutura das propriedades fundiárias, ao mesmo tempo que internamente sobre as relações sociais de produção e, assim, promovendo o aumento da composição orgânica dos capitais empregados.

No que tange à modificação da estrutura das propriedades, segundo os autores, economistas da Secretaria de Planejamento, apenas uma pequena parte das propriedades estaria sob o controle das empresas, que iriam “desenvolver racionalmente” (MENDES & CALIMAN, 1978, p. 32) a produção agrícola nos padrões de produtividade exigidos para se concorrer no mercado nacional e internacional. Elas estavam apenas aguardando o serviço de drenagem para iniciar a produção. Em suma, as propriedades estavam largamente sob controle de proprietários individuais que os autores apontavam que não demonstravam nenhum interesse em “trabalhar a terra”. Isso “[...] sem considerar o número de proprietários sem título de propriedade” (MENDES & CALIMAN, 1978, p. 32), que abrangeria 80% da área total que o governo estaria disposto a resolver por ações diretas.

Com isso, o projeto propunha duas alternativas para a execução dessas mudanças nas relações de propriedade, exigidas via intervenção estatal no plano, sendo elas: “1- Manter a situação existente e desenvolver uma política objetiva e eficaz no sentido de induzir os proprietários a escolherem a atividade ideal, dentro de um plano global integrado; 2- Desapropriar a área e dividi-la em módulos orientados.” (MENDES & CALIMAN, 1978, p. 33).

A alternativa escolhida para execução da política agrícola nas várzeas foi a primeira, que segundo o plano necessitaria de quatro (4) grandes ações para a implementação do projeto. Em primeiro lugar, a legitimação a partir da legalização fundiária das propriedades, em situação irregular para que os agricultores possam obter crédito dos bancos, sendo este um pressuposto para o crédito estatal que é pressuposto para as demais etapas de modernização. Na sequência, deveriam criar linhas de crédito seletivo para a área, com o objetivo de “induzir os proprietários para as atividades de maior importância para a economia do Estado”

(MENDES & CALIMAN, 1978, p. 33). Em terceiro, fazer ações de serviço de extensão rural para que os agricultores explorassem as culturas selecionadas. Por fim, o Estado deveria prover infraestrutura de armazenamento e transporte para escoar a produção e evitar perda de mercadorias.

Uma série de institutos, departamentos e empresas estatais foram criados e mobilizados para participar da articulação para a execução dessas ações. De modo que tiveram suas principais frentes como agentes de execução da política agrícola aqueles ligados à cessão de crédito, ao provimento de assistência técnica e extensão rural, ao abastecimento de insumos, engenharia e mecanização agrícola, à melhoria da infraestrutura das propriedades, transporte e armazenamento.

Pressuposto da execução de tais transformações dirigidas pelo Estado o Departamento de Terras e Colonização (DTC) fazia o levantamento das propriedades legítimas e ilegítimas, com o objetivo de desapropriação, alienação, discriminação ou legitimação das terras, dependendo da documentação de posse ou propriedade e pela aceitação ou não da proposta de mudança das culturas empreendidas e das relações de produção.

O DTC teria papel central na promoção e execução das políticas agrárias de modernização da agricultura por meio da cessão dos títulos de propriedade. Estes seriam essenciais para a execução de tal processo de modernização, tendo em vista que para que os proprietários conseguissem créditos e subsídios era necessário a obtenção dos títulos de propriedade, que balizam a política de crédito rural, como garantia para a cessão do crédito pelos bancos. Assim, coube ao DTC “acelerar” e pressionar a “agricultura tradicional” à modernização pela intervenção direta na estruturação das propriedades, possibilitando inclusive a formação de um mercado de terras na “região” pela legitimação de terras devolutas e/ou em disputa. De modo que:

Este departamento tem como finalidade principal promover a execução da política agrária do Estado. Dinamizar o meio rural acelerando os negócios, encorajando os investimentos e a modernização da agricultura, de modo a incentivar a produtividade agrícola. Entre suas funções provocadoras da dinamização do setor figuram a discriminação, demarcação, legitimação e alienação de terra, procurando desta forma caracterizar e individualizar as áreas devolutas ocupadas, a fim de legalizar, através de expedição do competente título aos possuidores de cultura efetiva e moradores habituais. O DTC deverá ter relevante participação no desenvolvimento e implantação do Projeto, tendo em vista o âmbito de suas funções. Assim, caberá ao mesmo o levantamento das propriedades legítimas e ilegítimas, seus respectivos títulos de posses e/ou propriedade, a fim de executar a discriminação, desapropriação ou legitimação da área (MENDES & CALIMAN, p. 38).

Outro braço para a execução dessa política seria criar linhas de crédito exclusivas para os proprietários dessas áreas, de maneira que as linhas de financiamento teriam o foco nas

finalidades de custeio, investimento e comercialização das mercadorias. As linhas de crédito foram criadas a partir de dois agentes financeiros: um da esfera estadual, o BANESTES, e um da federal, o Banco do Brasil.

Ao mesmo tempo que a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Espírito Santo (EMATER/ES) ficaria a cargo dos serviços de assistência técnica e extensão rural, a Companhia de Fomento Agro-industrial (COFAI) teria suas ações dentro do projeto destinada a prover, complementando a iniciativa privada, o abastecimento de insumos agrícolas, exercendo o equilíbrio dos preços, participando também da compra de mercadorias agrícolas visando a colaboração da manutenção dos preços mínimos.

O provimento infraestrutural dentro das propriedades ficaria a cargo da Companhia de Engenharia Rural e Mecanização Agrícola (CERMAG)<sup>88</sup>, que faria as obras de melhorias das propriedades rurais visando o aumento da produtividade, a partir da regularização dos fluxos de cursos d'água, construção de açudes e barragens, drenagem, irrigação, aração, dragagem e os demais serviços para uso do solo com alta produtividade. A pesquisa de técnicas e tecnologias para serem incorporadas dentro do processo produtivo para o aumento da produção e produtividade também estaria a cargo do Estado, sendo a Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária sua principal participante nesse projeto.

Ainda teríamos a participação dentro do projeto da Companhia de Armazéns e Silos do Espírito Santo (CASES) e das Centrais de Abastecimento do Espírito Santo (CEASA/ES), que proveriam infraestrutura de armazenamento e transporte para escoar as mercadorias, além de incentivar, no caso da CEASA, os produtores via o estabelecimento e manutenção do preço pelo controle e regulação dos estoques.

Conforme já expusemos anteriormente, duas questões chave aparecem recorrentemente na exposição do *Anteprojeto*. Uma seria uma espécie de *questão migratória* que para os autores marcava o período no norte do Espírito Santo. Outra seria a *questão fundiária*, abordada por meio do aumento da concentração e/ou do mau uso das terras<sup>89</sup>, que seria um entrave ao processo de industrialização e “integração” do Espírito Santo. Obviamente, ambas

---

<sup>88</sup> Impressionante como da criação DNOS para cá já há o desdobramento de uma miríade de empresas e instituições, que revelam a autonomização da ciência por meio da possibilidade dos trabalhadores complexos terem sua reprodução garantida.

<sup>89</sup> Que são sintetizadas pelas seguintes passagens: “Outra tendência observável no setor agrícola foi uma crescente concentração da propriedade. [...] E este fato se torna ainda mais grave quando se constata, que em parte das terras agregadas sucessivamente não é utilizada totalmente, constituindo-se em recursos ociosos.” [...] “Os movimentos populacionais comprovados pelos dados do censo de 1970 e censo escolar de 1977 revelam um esvaziamento das áreas interioranas, notadamente nas áreas onde o subsetor lavouras sofreu maior declínio, ou ainda onde o tamanho médio das propriedades recebeu maior incremento.” (MENDES & CALIMAN, 1978, p. 7).

se inter-relacionam, como sabemos, e parecem constituir elementos da elaboração das causas do “atraso” na perspectiva desenvolvimentista do projeto.

Porém, parece-nos que o provimento de alimentos para as áreas que sofreram processos de industrialização e urbanização aceleradas, principalmente a Grande Vitória, e o de matérias-primas para as agroindústrias, eram os objetivos primordiais da territorialização das ações estatais iniciados pelo DNOS e desdobrados enquanto política no *Anteprojeto de Recuperação* na “região” planejada do “Vale da Suruaca”. Ainda que este último promovesse uma transformação mais evidente dos pressupostos da reprodução das relações sociais de produção, ao incidir diretamente sobre a formação de um mercado de terras na área. O enfrentamento da questão do abastecimento se daria a partir do incentivo à produção de mercadorias agrícolas, tais como arroz, milho, cacau, cana-de-açúcar e gado. Segundo eles:

Dotados de características ideais para absorver investimentos altamente produtivos, os Grandes vales úmidos constituirão sem dúvida numa fonte permanente de produtos indispensáveis à alimentação da máquina industrial, setor de ponta do processo de crescimento e desenvolvimento da economia capixaba. A tendência à concentração urbana da população que acompanha o processo de industrialização, sem uma relação causa/efeito, necessitará de esforços redobrados no sentido de se buscar utilizar ao máximo o potencial de recursos disponíveis. (MENDES & CALIMAN, 1978, p. 52)

Um apontamento evidente relacionado ao projeto é seu caráter de ponta a ponta dualista, sempre na oposição moderno-atrasado, sempre evidenciando a modernidade da indústria e da agricultura com bases técnicas ditas modernas em oposição à agropecuária tradicional. Além de ter sua base teórica assentada numa matriz teórica neoclássica, embora que precariamente feita, no sentido apontado por Francisco de Oliveira (2008), onde o plano tem como foco a constituição de uma distribuição ótima dos fatores de produção, parecendo-nos o conteúdo do plano, por vezes, uma retórica “completamente divorciada da prática *real* da política implementada” (OLIVEIRA, 2008, p. 142). Vemos como o positivismo dessa Economia Política faz perder as relações sociais de vista.

No discurso de “recuperação” do fator terra, que eram várzeas, lagunas e lagoas que já tinham uso pelas comunidades como local de pesca e coleta e estavam em disputa territorial constante, tem-se uma desculpa para a instauração da propriedade privada por decreto e também para o deslocamento do “fator” trabalho para uma “concentração espacial” dos “agricultores tradicionais” assim expropriados nas cidades que estavam em processo de industrialização.

Com isso, o *Anteprojeto de recuperação dos grandes vales da Suruaca e Riacho* conduziria a um novo perfil técnico-científico (REBELLO, 2012) para a produção agrícola nessas áreas, tendo no caso da produção de arroz sua maior expressão, principalmente em

termos do quantitativo da produção e no seu rápido fracasso com o fim das iniciativas de intervenção e planejamento. Algo que analisaremos melhor nos próximos subitens, em que elencamos as outras iniciativas de planejamento das várzeas.

### 4.3 PROVALES

No final da década de 1970, o início da crise de financiamento da modernização brasileira conduzida pelo Estado levaria o DNOS a enfrentar uma série de problemas financeiros. A partir daí surgiria por iniciativa do governo estadual, pela Secretaria de Agricultura do Espírito Santo (SEAG), uma maneira para que as ações de beneficiamento dos “vales” úmidos continuassem sendo desdobradas: O Programa de Recuperação de Vales úmidos do Espírito Santo (PROVALES) (REBELLO, 2012). Este Programa passaria, a partir de 1978, a receber recursos estaduais para possibilitar e fortalecer as ações já iniciadas pelo DNOS, e faria uma série de levantamentos das áreas dos principais “vales” úmidos localizados no estado, ampliando sua escala de ação. Os custos do projeto apenas para as obras de drenagem estariam em torno de 71 milhões de cruzeiros, que deveriam ser rapidamente recuperados, já que em sua análise de custo e benefício haveria crescimento da arrecadação a partir do terceiro ano de ação; a relação seria de cada CR\$ 1,00 de custo haveria um retorno de CR\$ 1,31 (ESPÍRITO SANTO, 1980).

As principais argumentações delineadas pelo plano que justificariam as ações nos “vales” úmidos apontam que: i) haveria uma forte queda na participação por parte do setor agrícola na renda interna estadual; ii) o Espírito Santo estaria importando um grande volume de mercadorias básicas para a alimentação da população, como arroz, feijão, milho e batata; iii) o estado teria uma pequena extensão e uma geomorfologia deveras acidentada nas áreas produtoras, e, assim, levaria naquele momento a escassez de novas áreas para a expansão da produção agrícola de alimentos básicos; e iv) haveria também uma questão para além da próprio “fator terra” que teria que ser levada em consideração para alcançar o “desenvolvimento” agrícola buscado, que seria o controle e a apropriação da água (PROVALES, 1980).

Assim, o plano aponta as várzeas como única opção para o avanço da fronteira agrícola naquele momento, que aliará disponibilidade de terras e águas, solos com boa fertilidade e uma morfologia do relevo que permitisse a irrigação:

Considerando-se o vasto potencial em áreas planas com grande disponibilidade de água, a única alternativa viável para o aumento da produção estadual é o aproveitamento das várzeas existentes, já que a utilização racional dessas áreas aliará topografia favorável, boa fertilidade do solo e possibilidade de irrigação. (ESPÍRITO SANTO, 1980, p. 3)

Desse modo buscava por intermédio das obras de drenagem, irrigação, dragagem e saneamento agrícola, pelo discurso do uso “racional” das várzeas, a inclusão de áreas ditas como “não utilizadas” ou “subutilizadas” economicamente pela agropecuária ao processo produtivo, tendo na modernização da agricultura o principal horizonte do plano. Uma tentativa de racionalizar o uso do solo e do “fator de produção” água, além de desenvolver os “recursos humanos” nas áreas que sofreriam intervenções.

A criação do PROVALES buscava gerar as bases para o engendramento e instalação de agroindústrias através da oferta aglomerada de matérias-primas, que será desdobrada posteriormente na Fazenda Agril, agroindústria de produção e processamento de arroz que ficava no “Vale do Riacho” e produziria parte de sua matéria-prima no “Vale da Suruaca”. Além disso, queria se incentivar “a criação de cooperativas de usuários da água, de produção e comercialização” (ESPÍRITO SANTO, 1980, p. 6), algo que não verificamos se foi à frente.

O plano também colocaria como central a participação da pesquisa e da assistência técnica para os produtores para o uso das máquinas e equipamentos agrícolas como parte essencial, pelo fortalecimento das empresas de extensão rural estaduais, como a EMATER e EMCAPA, já que estava sendo um processo acelerado de modificação na maneira como eram produzidas as mercadorias. Teria como foco principal o aumento e a racionalização da produção de arroz, além de secundariamente, nos períodos entressafra do arroz, contribuir com as culturas de milho, feijão, entre outras<sup>90</sup>. O PROVALES aponta para a possibilidade de estabilização dos preços durante o ano como argumento para o avanço da fronteira agrícola sobre essas áreas, ao mesmo tempo que haveria a busca por: “Dinamizar o comércio exportador pelo aumento da produção e elevação dos índices de produtividade, gerando excedentes exportáveis” (ESPÍRITO SANTO, 1980, p. 6).

Nesse contexto, como indica Rebello (2012), a então desejada modernização da agricultura dependeria de forma substancial do uso do crédito rural, que seria incentivado como parte e uns dos mecanismos para a introdução de novas técnicas e métodos de produção agrícola para a promoção do aumento da produtividade. O assessoramento para o acesso do produtor ao crédito seria uma das ações que estariam dentro do programa, mediado pela Companhia de Fomento Agroindustrial (COFAI). Os agentes financeiros que seriam utilizados para o acesso ao crédito seriam o Banco do Brasil e o Banestes.

---

<sup>90</sup> “As áreas recuperadas com drenagem terão de utilizar a seguinte proporção: 50% arroz, 25% milho, 20% feijão e 5% oleícolas” (ESPÍRITO SANTO, 1980, p. 10)

Assim como no *Anteprojeto*, o PROVALES coloca a ideia de “fixar o homem no campo” como fundo argumentativo, o que agora se daria pelo aumento da renda dos agricultores, a partir de um uso intensivo das áreas de várzea. Colocava-se, portanto, como possibilidade a geração de mais de 1.000 empregos diretos no meio rural, o que, considerando a intensa crise causada pela erradicação dos cafezais desde a década de 1960, seria um ponto importante para a aceitação do projeto já que um forte desemprego atingiu o campo no final da década de 1970 (REBELLO, 2012).

Contudo, contraditoriamente, as terras “liberadas” seriam utilizadas principalmente para a pecuária bovina, atividade que pouco mobiliza força de trabalho, deixando como alternativa para a população expropriada a migração sobretudo em direção a RMGV. O argumento parece, assim, muito mais uma artimanha de convencimento do que a prática real que o plano buscava. Algo que é demonstrado de maneira bastante interessante quando é apontado no plano um déficit de 6.234 trabalhadores para trabalharem no setor construção civil na RMGV<sup>91</sup>.

O PROVALES vai definir como suas áreas de atuação as várzeas, definidas como as: “[...] áreas planas de solos aluviais ou hidromórficos, ricos em matéria orgânica e de fertilidade elevada, inundadas temporariamente ou não, apresentando, muitas vezes, drenagem deficientes e irrigáveis por gravidade na maioria dos casos” (ESPÍRITO SANTO, 1980, p. 4). De modo que ele previa: “ a recuperação e incorporação ao processo produtivo, de 50.000 ha de várzeas até 1985, sendo 25.000 ha drenados e 25.000 ha sistematizados (irrigação e drenagem)” (*Idem*, p. 10). A área prioritária do projeto foi principalmente as várzeas do norte do Espírito Santo, o “Vale da Suruaca”, compreendendo os municípios de São Mateus e Linhares, e “Vale do Riacho”, município de Aracruz, muitas áreas do noroeste do Estado, além de algumas obras no município de Serra (INCAPER, 2016).

Os caminhos buscados pelo PROVALES para incorporar as várzeas “não utilizadas” ao processo produtivo iriam basicamente em duas frentes: i) estabelecimento de projetos de irrigação, através de apoio técnico e operacional e financiamento aos produtores; ii) auxílio técnico-econômico ao produtor, considerando a agricultura irrigada como caminho a ser executado.

Teria a partir daí uma série de modalidades de ações (Quadro 3) que seriam executadas, tais como: *saneamento agrícola*, que seriam as atividades e obras contra inundações

---

<sup>91</sup> “As modificações da estrutura econômica estadual, em função das altas inversões financeiras, levadas a efeito nos últimos anos, têm estimulado a expansão da indústria de construção civil. Pesquisa realizada pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo – IDEIES- constatou existir naquele setor, em 1976, somente na região da Grande Vitória, um déficit de 6.234 trabalhadores” (ESPÍRITO SANTO, 1980, p. 6).

periódicas das várzeas, como obras de drenagem e retificação de corpos d'água, geralmente realizadas em grandes áreas, por parte do DNOS e da CERMAG; *drenagem*, que seria destinada a acabar e controlar a umidade “excessiva” do solo, feita na propriedade para possibilitar o cultivo de culturas e pastagens, realizada a partir de projetos da EMATER-ES e executada pela CERMAG ou empresas particulares; *irrigação e drenagem*, múltiplas ações com objetivo de fornecer água para as culturas, tendo no nivelamento do solo, a drenagem e a irrigação para uso intensivo das várzeas, feita pela EMATER-ES e pela CERMAG; *pequena irrigação e drenagem*, feitas a partir de práticas mais simples, quando as condições naturais permitiam, através de modos mais rudimentares e próprios, geralmente realizados em pequenas áreas (ESPÍRITO SANTO, 1980).

**Quadro 3 - Modalidades e ações infraestruturais realizadas pelo PROVALES**

Modalidades	Tipo de atividades e obras	Objetivo (s)	Nível de ação	Executor(es)
Saneamento agrícola	Contra inundações periódicas de várzeas	Controle do processo natural de inundação	Grandes áreas de várzea	CERMAG ou DNOS
	Drenagem e retificação de corpos d'água	Eliminação e/ou transposição de corpos d'água	Vales, córregos, brejos e lagoas	
Drenagem	Drenagem de áreas úmidas	Eliminar e controlar a umidade excessiva do solo por meio de drenos, para possibilitar o cultivo de culturas anuais	Áreas úmidas das propriedades	EMATER-ES e CERMAG ou firmas particulares
Irrigação e drenagem	Nivelamento do solo, drenagem e irrigação	Possibilitar o uso intensivo das várzeas afim de permitir mais de um cultivo por ano em rotação na mesma área a partir do fornecimento de água para as diversas culturas	Áreas úmidas das propriedades	EMATER-ES e CERMAG ou firmas particulares
Pequena Irrigação e Drenagem	Drenagem e irrigação simplificada de pequenas áreas	Possibilitar o uso intensivo de pequenas áreas de várzeas, quando as condições naturais permitirem	Pequenas áreas de várzea das propriedades	EMATER-ES e CERMAG ou firmas particulares
Mecanização	Nivelamento do terreno, canais de drenagem e irrigação, diques e represamento	Possibilitar o uso intensivo de áreas úmidas, através das transformações das condições naturais	Áreas úmidas das propriedades	EMATER-ES e CERMAG ou firmas particulares

Fonte: ESPÍRITO SANTO (1980)

Como aponta Rebello (2012) as alegações para a execução do projeto estavam fundamentalmente ligadas à apologia do “desenvolvimento” econômico. E nesse sentido o planejamento das várzeas mostraria como motivação fazer com que o setor da agropecuária

acompanhasse o aumento da produtividade que tinham os outros setores que estavam em forte crescimento, como o da construção civil que seria citado no plano.

Rebello (2012) demonstra que o PROVALES colocaria a pequena propriedade como a barreira a ser ultrapassada para a realização da modernização da agricultura no estado, principalmente por causa de sua baixa capitalização, pela lenta velocidade na mudança tecnológica e, com isso, devido ao lento aumento na eficiência produtiva das propriedades fundiárias com menos de 50 hectares, que eram a maioria no Espírito Santo.

Nesse sentido, o PROVALES seria um programa do governo estadual que tinha como objetivo “recuperar” as várzeas do estado já que eram áreas alagadas e úmidas, visando a transformação delas em solos produtivos que possibilitassem o cultivo de mercadorias agrícolas, basicamente o arroz, . Tinha também como uma das suas justificativas para ação sobre as várzeas o discurso higienista, que seria articulado com um discurso produtivista, e apontava o saneamento dessas áreas como justificativa para a eliminação de doenças que ocorriam nas várzeas<sup>92</sup> (ESPÍRITO SANTO, 1980).

#### **4.4 PROVÁRZEAS**

Já o Programa de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis, O PROVÁRZEAS, foi um programa do governo federal, uma das tentativas finais do regime militar de dar resposta para combater a crise cada vez mais profunda na década de 1980. Essa iniciativa buscava drenar os vales e sistematizar os solos das várzeas para o plantio de arroz, mas também de culturas para o período de entressafra, como milho, feijão e aveia, em diferentes porções do território nacional (BRASIL, 1981). Ele foi o marco do início da expansão da agricultura irrigada com a proposição de drenar as áreas de várzeas e formar áreas planas niveladas de forma mecânica (com forma de tabuleiros), com finalidade na produção de mercadorias agrícolas.

O PROVÁRZEAS, no estado do Espírito Santo, foi instituído em 1981 de maneira diferenciada e exclusiva para o estado, a partir do Projeto de Aproveitamento das Várzeas Irrigáveis do Espírito Santo, PROVÁRZEAS-ES, que segundo o próprio documento elaborado pela EMATER-ES (ESPÍRITO SANTO, 1982), seria uma continuação do PROVALES

Segundo Souza Filho (1990), no Espírito Santo, em oposição ao café, os produtos que compõem o grupo de alimentos básicos para a subsistência da população, não contavam com mercados em expansão, e também não seriam contemplados com grandes iniciativas de

---

<sup>92</sup> A existência de esquistossomose, febre amarela e malária eram indicadas como motivações para drenagem das lagoas, brejos e várzeas (ESPÍRITO SANTO, 1980).

planejamento até meados da década de 1970. Apenas era proporcionada uma pequena fatia de crédito rural subsidiado os quais não atingiam a maioria dos pequenos produtores de alimentos. De maneira contraditória, vai ser a partir da década de 1980 quando os subsídios financeiros seriam reduzidos que a área colhida no estado seria ampliada, de um lado pelo mercado da RMGV ter crescido rapidamente devido à implantação dos grandes projetos industriais, como a implantação da fábrica da Aracruz Celulose, do polo industrial de CIVIT e da CST em Serra entre outros (SOUZA FILHO, 1990), levando ao processo de produção do espaço das periferias “planejadas” na forma dos conjuntos habitacionais do BNH e de auto-construções desdobradas nas bordas desses. Entre 1940 e 1991, observamos um intenso processo de urbanização conjugado com a metropolização de Vitória e das cidades circundantes conurbadas, que levou à formação do que conhecemos hoje como RMGV, quando a população passou de pouco mais de 162 mil para mais de 1 milhão e 182 mil habitantes nesse período, de maneira que subiu de cerca de 19% para 46% a concentração dos habitantes de todo o estado residindo apenas nesta porção (Tabela 3).

**Tabela 3 - População residente e porcentagem de habitantes no estado do Espírito Santo comparando a RMGV e as demais porções do estado**

Recorte	Ano									
	1950		1960		1970		1980		1991	
	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%
RMGV	162.179	19	256.687	22	385.998	24	575.556	28	1.183.825	46
Restante do estado	699.383	81	912.866	78	1.213.335	76	1.488.123	72	1.416.693	54
<b>Espírito Santo</b>	861.562	100	1.169.553	100	1.599.333	100	2.063.679	100	2.600.518	100

Fonte: Censos demográficos IBGE (1950, 1960, 1970, 1980 e 1991)

Foi também um período marcado pela substituição da política geral de crédito barato por programas e/ou projetos especiais, como por exemplo pela ampliação da Política de Garantia de Preços mínimos, quando cresceram as aquisições do governo federal e os empréstimos dados pelo mesmo, majoritariamente para a produção de arroz e feijão (SOUZA FILHO, 1990). Nesse contexto, surgiria o PROVÁRZEAS, que procurava a expansão da

produção de alimentos, principalmente do arroz e da pecuária bovina nos grandes vales úmidos do Espírito Santo.

Nesse sentido, o plano buscava a extensão da fronteira agrícola para ampliar a oferta de alimentos através da incorporação de várzeas tidas como “não utilizadas” ou “subexploradas” para o processo produtivo. Pelo incremento de tecnologias de irrigação controladas adequadas para o uso racional do solo e da água:

[...] o PROVÁRZEAS, [...] prevê, como alternativa de expansão de fronteira agrícola e incremento da produção agropecuária, o desenvolvimento integrado dos recursos naturais (solo e água), mediante obras de saneamento agrícola, drenagem ou drenagem e irrigação (ESPÍRITO SANTO, 1982, p. 5).

Ao mesmo tempo, como aponta Rebello (2012), buscava envolver a economia estadual pelo incremento das entidades bancárias, indústrias, armazéns, comércios, novas estradas e redes de comunicação. Havia, com isso, a intenção de modernizar a agricultura capixaba pela dilatação da financeirização da agricultura do estado, principalmente a partir da entrada de capital estrangeiro (REBELLO, 2012).

Para tanto, o PROVÁRZEAS-ES seria o único do país a receber financiamento estrangeiro para ações em suas várzeas, especialmente para o “Vale da Suruaca” e o “Vale do Riacho”, que contariam com financiamento do banco de desenvolvimento alemão *Kreditanstalt Für Wiederaufbau (KfW)*<sup>93</sup>, empenhado e intermediado pelo Banco Central do Brasil:

O Espírito Santo, com aporte financeiro do banco alemão Kreditanstalt fuer Wiederaufbau - KfW, foi o único Estado a contar com recursos externos para financiamento do PROVÁRZEAS. Os bancos nacionais, integrantes do SNCR, optaram como agenciadores do crédito que se destinava, prioritariamente, a investimentos fixos e semifixos, custeio agrícola, despesas com elaboração de projetos de engenharia, projetos agrônômicos e assistência técnica (SOUZA FILHO, 1990, p. 107).

No projeto de financiamento estrangeiro consta que o custo total da iniciativa seria de cerca de 252.595.680,00 marcos alemães, o que equivaleria a 9.332.400.000,00 de Cruzeiros, em 1981, a juros de apenas 4,5% a.a para os produtores que fossem beneficiados, que teriam ainda um período de carência de 5 anos, e ainda, do subsídio por parte do governo brasileiro que pagaria os custos relativos à variação cambial do cruzeiro.

As ações segundo o projeto permitiriam a “recuperação” de 150.000 hectares de várzeas a serem introduzidas no processo produtivo em um período de 10 anos. Destes, cerca de 75.000ha seriam saneados e drenados e os outros 75.000ha seriam saneados, drenados e

<sup>93</sup> O *KfW* era um banco de desenvolvimento estatal alemão criado após a Segunda Guerra Mundial, sendo parte do Plano Marshall, este último criado com o objetivo maior de reconstruir a economia européia, o que levaria a cabo uma série de políticas de planejamento regional por toda a Europa.

irrigados. Por ser um prosseguimento do PROVALES, e por serem as áreas que demandam mais obras para “recuperação”, as áreas de várzeas do litoral norte do estado, “Vale da Suruaca” e o “Vale do Riacho”, necessitavam de obras de recuperação em 239.633 hectares, em suma obras complexas de correção e aprofundamento de leitos, diques de proteção e construção de comportas (ESPÍRITO SANTO, 1982). Os “Vales” da Suruaca e Riacho cerca de 76% do total que sofreriam intervenções das políticas para as várzeas. Principalmente por serem essas áreas as selecionadas pelo capital internacional, o banco *KfW*, para receberem os empréstimos para a produção de alimentos (REBELLO, 2012).

A sistematização das áreas se deu pelo nivelamento da várzea, logo após a drenagem, tendo como foco prioritário o plantio do arroz irrigado por inundação (Foto 3). Com a efetivação dessa política, o arroz chegou a ser cultivado em 20.000 hectares por todo o estado do Espírito Santo. Essa política tinha como marca um série de ações e modalidades (Quadro 4), com o financiamento de assistência técnica e equipamentos para implantação das culturas, a partir da tríade crédito, assistência técnica e mecanização, composto pela parceria das empresas estatais Emater/ES e Cermag, e no que tange ao crédito o Banco do Brasil e o Banestes (INCAPER, 2016).

Pode-se vincular essas iniciativas a uma forma de fixar capital a terra por parte das iniciativas estatais, na tentativa de transformar as terras em terra-capital, como bem expõe Marx ([1867] 2017) no Livro III d’O capital:

O capital pode ser fixado na terra, incorporado a ela, seja de maneira transitória, por exemplo, com melhorias de natureza química, adubação etc., seja de modo mais permanente, com canais de drenagem, obras de irrigação, nivelamento, construção de prédios administrativos etc. (p. 679).

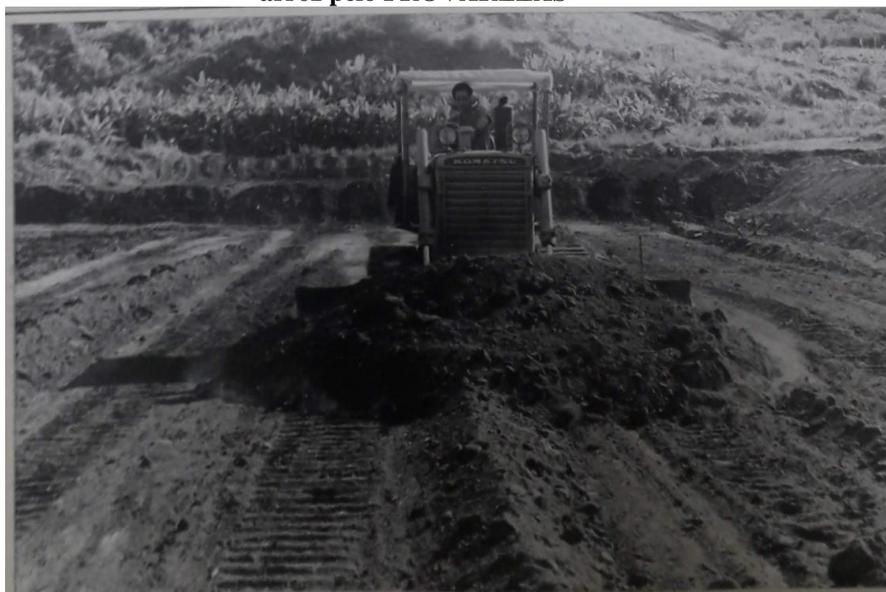
Nesse sentido, o planejamento encabeçado pela iniciativa do PROVÁRZEAS tinha como função a transformação do solo<sup>94</sup>, tanto áreas alagadas (brejos, várzeas e pântanos), como lagoas e lagunas, em terra-capital, uma forma do capital fixo, para a produção de mercadorias. Tendo como resultado uma série de melhorias que será acrescida à renda da terra:

Os juros pelo capital incorporado na terra e as melhorias assim feitas a ela como instrumento de produção podem formar uma parte da renda que o arrendatário paga ao proprietário da terra, mas não formam a renda fundiária propriamente dita, que é paga pelo uso da terra como tal, em seu estado natural ou cultivada. [...] Os investimentos mais temporários de capital, exigidos pelos processos habituais de produção na agricultura, são todos, sem exceção, realizados pelo arrendatário. Esses investimentos, como o mero cultivo em geral, quando praticados de modo

<sup>94</sup> Marx ao referir-se ao solo inclui terra e água: [...] “quando nos referimos ao solo, incluímos também a água etc., na medida em que ela tenha um proprietário e se apresente como um acessório do solo” (MARX, 2017, p. 676).

minimamente racional, isto é, quando não se reduzem a exaurir o solo de maneira brutal [...] melhoram o solo, incrementam seu produto e transformam a terra de mera matéria em terra-capital [...] as melhorias incorporadas ao solo caem nas mãos do proprietário como acidentes inseparáveis da substância, do solo, como sua propriedade. Ao firmar o novo contrato de arrendamento, o proprietário da terra acrescenta à renda fundiária propriamente dita os juros pelo capital incorporado à terra não importando se ele aluga o solo ao arrendatário que efetuara as melhorias ou a outro. Desse modo, sua renda cresce; ou, caso queira vender a terra de imediato [...] seu valor terá aumentado. Ele vende não apenas o solo, mas o solo melhorado, o capital incorporado à terra, que não lhe custou nada (MARX, 2017, p. 680).

**Foto 3 - Exemplo de máquina sistematizando uma várzea no norte do Espírito Santo para o plantio de arroz pelo PROVÁRZEAS**



Fonte: Espírito Santo (1985)

Marx aponta uma dinâmica de apropriação pelo proprietário fundiário das melhorias realizadas na terra arrendada pelo arrendatário. Melhorias que permitem uma cobrança de renda da terra maior no futuro. Embora no essencial haja a possibilidade de uma cobrança maior de terra pelas melhorias realizadas, no caso aqui debatido não se trata de algo próprio da dinâmica de acumulação do capital *per se* na produção agrícola, tal como retratado acima. Como vemos, tudo se dava por iniciativa estatal, como parte da territorialização do capital nessas áreas que seriam uma das últimas fronteiras do Sudeste do Brasil. Assim:

A institucionalização, já tardia, da pesquisa agropecuária em âmbito estadual decorreu da própria constatação de que o início do esgotamento da fronteira agrícola, no Estado, deu-se entre as décadas de 1960 (sul) e 1970 (norte). A década de 1970, não por acaso, marca também o início do uso dos insumos químicos mais intensivamente, como também a implantação do Programa de Aproveitamento Racional das Várzeas Irrigáveis (Provárzeas), que objetivava executar a drenagem dos vales e sistematizar os solos de várzeas para que fossem utilizados, principalmente, no plantio de arroz irrigado por inundação (INCAPER, 2016, p. 23).

Quadro 4 - Modalidades e ações realizadas pelo PROVÁRZEAS por fase do plano

<b>Modalidades</b>	<b>Tipo de ação</b>	<b>Objetivo (s)</b>	<b>Fase</b>	<b>Envolvidos</b>
Extensão rural e Experimentação Dirigida	Levantamento de dados, topográfico e pesquisa	Seleção de candidatos/propriedades	Estudos e Projeto	EMCAPA E EMATER-ES
Saneamento, Drenagem e Irrigação	Infraestrutural	Realização das obras nas várzeas e demais áreas úmidas	Estudos, Projeto e implantação	DNOS e CERMAG
Análise econômica, elaboração de projeto técnico, planejamento financeiro	Pedido de financiamento	Custear a implantação do projeto e a produção agropecuária	Estudos e Projeto	EMATER-ES, Empresário Rural e Banco do Brasil
Máquinas e Insumos	Disponibilização de máquinas e equipamentos	Prestação de serviços	Projeto, implantação	Cooperativas, Empresas Privadas e Empresário Rural
Mecanização	Nivelamento do terreno, canais de drenagem e irrigação, diques e	Possibilitar o uso intensivo de áreas úmidas, através das transformações das condições naturais	Áreas úmidas das propriedades	EMATER-ES e CERMAG ou firmas particulares
Locação da obra, acompanhamento e fiscalização da implantação	Controle e gestão da execução do projeto	Implantação do projeto	Implantação	EMATER-ES
Conservação do solo e água	Ações para proveito dos recursos naturais	Produção agropecuária com racionalização do controle dos solos	Produção	EMATER-ES
Serviços de Assistência técnica e mecanização	Planejamento agrícola, comercialização, plano de custeio agrícola e Mecanização da produção	Produção agropecuária com alta produtividade	Produção	EMATER-ES, CERMAG, Banco do Brasil

Fonte: Baseado em Brasil (1981)

Portanto, o PROVÁRZEAS também seria parte do processo de institucionalização, tido como “tardio” pelo relato da tecnocracia participante, do próprio Estado, concatenada ao planejamento das várzeas pela pesquisa, fomento e gestão para a transformação dessas áreas e do próprio processo produtivo da agropecuária. Ao mesmo tempo que parte do processo de constituição a partir da criação da “região” do planejamento (OLIVEIRA, 2008), do desdobramento na particularidade capixaba de uma *autonomização* (MARX, 2017) do mercado de terras, da mobilidade trabalhadores e de capitais exigidos pelo processo de modernização retardatária (KURZ, 1999) nacional.

Observa-se também a necessidade da participação do *trabalho complexo* (MARX, 2017) nas obras de engenharia, na assistência técnica e extensão rural para a promoção do processo de modernização da agricultura buscado pelo PROVÁRZEAS, ao mesmo tempo que embutido no plano havia um amplo processo de financeirização da agropecuária a partir da cessão de crédito subsidiado aos produtores:

Pode-se afirmar [...] que a incorporação das áreas ao processo produtivo, segundo os critérios do Provárzeas-ES, exigia uma assistência técnica especializada em função do nível tecnológico preconizado no programa.

Eram as equipes de assistência técnica que iriam assistir ao produtor rural durante o processo, desde o encaminhamento de produtores selecionados aos órgãos financeiros até a elaboração do plano de exploração agrícola, com assistência técnica dirigida visando o uso racional das áreas beneficiadas, desde o preparo do solo, até a comercialização. O crédito rural apresentava-se como importante ferramenta ao Provárzeas-ES e dessa forma, no tocante à disponibilização de crédito ao produtor, 75,2% destinavam-se ao custeio agrícola e apenas 6,3% para a aquisição de máquinas. Os 18,5% restantes destinam-se a investimentos em obras de saneamento agrícola, conservação do solo e água, drenagem e drenagem/irrigação (sistematização).

O custo das obras da drenagem e sistematização representava 11,8% do total do projeto e 14,4% das despesas realizadas pelo produtor. Tais despesas poderiam ser financiadas através do Sistema Nacional de Crédito Rural e estavam enquadradas nas operações de créditos para investimento, disciplinadas pelo Manual de Crédito Rural [...] (REBELLO, 2012, p. 84-85).

Constata-se ainda que o PROVÁRZEAS firmaria uma série de parcerias para o uso da força de trabalho de detentos (Foto 4), através da parceria entre a SEAG, EMATER-ES e a Secretária de Justiça (SEJU), na implantação do PROVÁRZEAS dentro das prisões agrícolas do estado do Espírito Santo no uso das áreas públicas das prisões para teste do modelo a ser implementado nas várzeas capixabas (ESPÍRITO SANTO, 1985). Fato que nos remete a um dos aspectos da mobilização forçada do trabalho que constitui a modernização retardatária.

**Foto 4 - Galpão construído e produção de arroz realizada pelo uso de detentos como trabalhadores na iniciativa do PROVÁRZEAS nas prisões agrícolas em 1985**



Fonte: Espírito Santo (1985)

Como resultados do PROVÁRZEAS em termos de incorporação e provimento de áreas para a agropecuária, obteve-se uma “recuperação” de cerca de 46.786ha de áreas de várzea por todo o estado até 1988, o que representou cerca de 6% do total recuperado por iniciativas do PROVÁRZEAS em todo o país (SOUZA FILHO, 1990). Verificava-se nesses locais, durante o período de modernização do estado e da conseqüente ocorrência das ações estatais do DNOS e dos planos de ações nas várzeas, uma intensa redução das áreas de “matas naturais” (Tabela 4), movimento verificado tanto em nível estadual, onde houve uma redução, de 1960 a 1985, de mais de 280 mil hectares de área, ou seja, mais de um terço de todas as florestas do estado foram devastadas nesse período; quanto em nível dos municípios onde se localizam a área da Suruaca, nestes locais houve uma devastação mais acelerada e ampla do que no nível estadual: em Linhares, maior parte da extensão do “Vale da Suruaca”, as áreas de “matas naturais” foram reduzidas de 160 mil hectares em 1960, para 34 mil hectares em 1980, redução de mais de 78% dos fragmentos florestais em cerca de 25 anos, muito parecido com a perda da vegetação aconteceu em São Mateus, que tinha de “matas naturais” em 1960 pouco mais de 104 mil hectares, chegaria em 1985 a próximo de 35 mil hectares, perdendo, assim, por volta de 67% de florestas de Mata Atlântica.

Simultaneamente, houve um imenso aumento nas áreas de pastagem (Tabela 4), que em sua maioria são usadas pela pecuária. No nível estadual houve, de 1960 a 1985, um crescimento de mais de 1 milhão de hectares de pastagens naturais ou artificiais, passando de 840 mil hectares em 1960, para mais de 1 milhão e 800 mil hectares em 1985, em outros termos mais que dobrou a área de pastagens por todo o estado do Espírito Santo. Já na escala dos municípios que a Suruaca faz parte: em Linhares houve um crescimento galopante de mais de 4 vezes nas áreas de pastagens, passando de pouco mais de 38 mil hectares em 1960, para mais de 161 mil hectares em 1985 (Tabela 4).

Como aponta Rebello (2012) esse crescimento da pecuária nessas porções pode ser resultado da pequena quantidade de pessoas para sua reprodução e também por ela ser extensiva e, com isso, apropria-se de grandes áreas. Isso vai levando à ocorrência de processos de desapropriação e inviabilização da reprodução dos pequenos proprietários e posseiros, ao mesmo tempo como aponta Ferreira (2009) e Teixeira (2010) levando a supressão, invisibilização e eliminação da possibilidade da reprodução das populações das comunidades remanescentes indígenas e quilombolas que ocupavam essas áreas, processos levados a cabo tanto pelas ações estatais nas várzeas bem como pelo poder local para expansão de suas fazendas.

Ocorreu também como resultado do PROVALES e do PROVÁRZEAS-ES a implantação de uma agricultura irrigada, levando a ocorrer uma rápida extensão das áreas irrigadas por todo estado e nos municípios que compreendem o “Vale da Suruaca” (Tabela 4). No plano estadual, entre 1960 e 1985, houve um aumento de 44 mil hectares de área irrigada, valendo destaque para o período de execução do Provalés e, principalmente, do Provárzeas-ES. Do início da década de 1980 a 1985, a área irrigada mais que duplicou por todo o estado; o mesmo verificou-se nos municípios abrangidos pela Suruaca: em Linhares em 1960 não havia área irrigada, o que seria totalmente modificado durante as décadas seguintes com a implementação dos programas direcionados para o “Vale da Suruaca”, de modo que em 1985 iria se chegar a quase 6 mil hectares de plantações irrigadas no município. O mesmo aconteceria em São Mateus, que também não tinha área de plantação irrigada em 1960 e passaria para 5,3 mil hectares irrigados em 1985.

**Tabela 4 - Área em Hectares por utilização de terras nos municípios de Linhares e São Mateus e no estado do Espírito Santo entre os anos 1960-1985**

Município s/e estado	Pastagens				Lavouras				Matas naturais				Irrigação			
	1960	1970	1980	1985	1960	1970	1980	1985	1960	1970	1980	1985	1960	1970	1980	1985
Linhares	38.311	123.096	164.639	161.490	62.337	72.198	91.226	90.302	160.543	114.789	71.639	34.304	-	389	1.299	5.989
São Mateus	62.876	94.356	100.874	87.451	28.015	19.235	27.183	64.537	104.852	56.404	31.285	34.795	-	484	135	5.373
Espírito Santo	840.471	1.829.535	1.978.794	1.879.617	738.317	693.537	882.112	1.140.134	863.860	654.929	581.322	556.059	4.522	10.169	22.277	49.797

Fonte: Retirado dos Censos Agrícolas: IBGE 1960, 1970, 1970 e 1985.

De modo que como aponta o Incaper (2016)

o Programa de Aproveitamento Racional das Várzeas Irrigáveis (Provárzeas), gerenciado pelo governo federal, foi implantado no Espírito Santo se transformando no marco inicial da expansão da agricultura irrigada no Estado. Com a proposta de drenar áreas de várzeas para formar tabuleiros (áreas planas niveladas mecanicamente) com fins agrícolas, esse programa financiava equipamentos e assistência técnica para a implantação de culturas, como a do arroz (p. 56).

A ideia expressa no projeto era que nelas houvesse um acréscimo nas áreas cultivadas: arroz de 120.000ha, milho de 63.750ha, feijão de 30.000ha, olerícolas 7.500ha e forrageiras 3.750ha. Havia uma projeção do valor da produção nas áreas de atuação do PROVÁRZEAS de Cr\$ 89,39 bilhões, o que representava um aumento de mais de 4 vezes o valor que essas produções geravam até esse período, nos 10 anos de implementação do projeto, dotando a participação na iniciativa de um total de 21.880 produtores rurais. Ao mesmo tempo que aumentaria cerca de 8 bilhões na arrecadação estatal (ESPÍRITO SANTO, 1982).

Em geral, o uso das várzeas ficaria limitado às atividades ligadas à pecuária bovina e à produção de arroz, com exceção das bordas da várzea da Suruaca que tinham uma imensa e antiga produção de cacau<sup>95</sup> associada à pecuária bovina e das áreas de mata localizadas na porção da várzea em Linhares próximo ao rio Doce (SOUZA FILHO, 1990).

A expansão e modernização do cultivo de arroz foi a marca principal do PROVÁRZEAS no Espírito Santo (Foto 5), com direcionamento de verbas de cunho federal ligadas ao PROVÁRZEAS Nacional e as de capital internacional anteriormente citados. Desdobrava-se com o PROVÁRZEAS, concretamente, a constituição da agroindústria de arroz, a partir da constituição da Fazenda Agril no “Vale do Riacho”, de propriedade de Ângelo Coutinho, que produzia e beneficiava arroz produzido nas várzeas litorâneas.

**Foto 5 - Exemplo de área sistematizada no norte do Espírito Santo pelo PROVALES E PROVÁRZEAS para o plantio de arroz na década de 1980.**



Fonte: INCAPER (2016)

Rebello (2012) aponta que havia ali um bolsão de produção de arroz na Suruaca e, principalmente, no Riacho, fomentado pelo PROVÁRZEAS-ES, que utilizava-se de trabalhadores assalariados. A fazenda Agril centralizava essa produção que seria direcionada dessas áreas para sofrerem o processamento agroindustrial de beneficiamento para a venda local e para a exportação<sup>96</sup>.

<sup>95</sup> Essa produção visava ao abastecimento da “fábrica de chocolates, conhecida nacionalmente pela marca Garoto, que, em fins da década de 50 já possuía uma capacidade para produzir 80t mensais de chocolates, atingindo mercados fora do Espírito Santo. Constituiu-se no desdobramento natural da diversificação da agricultura que, a partir de 1917, iniciou a cultura do cacau, no vale do Rio Doce, com o apoio do Estado. No passo que “[...] em 1917 o Estado concedeu grandes áreas a particulares, as margens do Rio Doce, com o objetivo de ali desenvolver a cultura do cacau. Além da concessão de terras, o governo instalou uma fazenda experimental com a finalidade de desenvolver pesquisas e estender a cacauicultura (MOTA, 2002, p. 15).

<sup>96</sup> Nesta agroindústria, aponta Rebello (2012), havia uma “[...] grande quantidade de trabalhadores com assalariamento temporário presentes na propriedade, de Ângelo Coutinho, com cerca de 2.000ha (dados de

Dessa maneira, segundo Souza Filho (1990), o PROVÁRZEAS fez com que a produção de arroz crescesse a uma taxa de 11,5% ao ano entre 1980 e 1985 no estado. Mesmo com redução de cerca de 33% da área colhida, entre 1972 e 1988. Rocha e Morandi (1991) apontam que ela obteve um aumento de um total de 38,5% da produção média, o que significou um aumento de produtividade no período de 1,5 t/ha para 3,1 t/ha no mesmo período. O arroz teria sua quantidade média cultivada ampliada em 183,7 e a produção em 254,8% (ROCHA E MORANDI, 1991). Assim:

Na maior parte do território capixaba, essas culturas sempre estiveram associadas à subsistência, na produção familiar. Registra-se que em meados da década de 1980, no norte do Estado, houve plantios de “lavouras brancas” altamente tecnificados, com uso de irrigação. O cultivo dessas atividades agrícolas teve ainda um pico de produção devido ao processo de indução dos programas de erradicação de café e por outros programas adicionais do governo, como o Provárzeas (INCAPER, 2016, p. 37).

Desse modo ambos, PROVALES E PROVÁRZEAS, surgiram segundo os discursos estatais relacionados, como resposta direta à erradicação dos cafezais e como tentativa de dar um salto na produtividade e realizar a diversificação da produção, de forma que as intervenções nas várzeas trariam mais renda e compensariam o prejuízo da perda do café. Tendo como destaque pela implantação dos dois programas o salto quantitativo da produtividade do arroz que saltou de 1.400 para 6 mil quilos por hectare (INCAPER, 2016).

Num contexto geral a implementação do projeto mostrou uma baixa rentabilidade para os produtores que possuíam pequenas propriedades<sup>97</sup>. Simultaneamente, também foi

---

1983), onde eram utilizados processos produtivos altamente tecnificados, sendo que 1.000ha eram dedicados ao cultivo do arroz e os outros restantes à pecuária. A plantação de arroz era financiada através do projeto Provárzeas-ES e, por destoar das técnicas utilizadas pelo conjunto dos produtores nas propriedades próximas, teve ressaltada, no relatório do PDRI, o perfil das modernas técnicas utilizadas no seu processo produtivo.

Dentre as técnicas descritas no relatório do PDRI, destaca-se que o solo era preparado através do uso de enxada rotativa ou gradeação, a correção do solo era feita com calcário, além do uso intensivo da adubação química, sendo todos esses processos realizados com o uso de trator, assim como na abertura dos canais para irrigação. O plantio era efetuado através de plantadeira ou com o uso de avião, com uso de semente de arroz pré-germinado, sendo feito à seguir a incorporação do arroz através de gradagem.

Dentre os tratos culturais empregados, configuravam a capina química feita com herbicida através de avião, o controle de pragas e doenças pulverizadas com avião, a adubação de cobertura feita com trator e também com o uso de avião, feita um mês após o plantio, além da irrigação e represamento da água proveniente dos canais do DNOS. Destaca-se, aqui, o papel do Provárzeas-ES para o financiamento da abertura de canais específicos para a irrigação do arroz, que eram interligados aos canais do DNOS através de canais abertos pelo maquinário da Companhia-ES49, Integrada de Desenvolvimento Agrícola do Espírito Santo – CIDA segundo as especificações estabelecidas no manual do Provárzeas (BRASIL, 1986). A colheita do arroz, por sua vez, também era mecanizada e a produção era destinada ao abastecimento de supermercados e pequenas mercearias, situados no Espírito Santo e alguns pontos de comércio em Minas Gerais. Cabe lembrar que Ângelo Coutinho é proprietário da FRISA – Frigorífico Rio Doce S.A., produtor de derivados da pecuária bovina e esse fato, ligado aos fatores econômicos da produção do arroz, pode ter levado o empresário a se voltar apenas para a pecuária (REBELLO, 2012, p. 86-87).

<sup>97</sup> Outro problema foi o baixo retorno financeiro de pequenas áreas com cultivos de arroz e milho, por exemplo. Não foi considerada a aptidão agroeconômica do Estado, onde há maior rentabilidade para atividades como

demonstrado que, com a inexistência dos subsídios, com o fim dos programas em 1990, houve paulatinamente uma quebra dos produtores, inclusive os grandes, afundando a produção de arroz rapidamente em todo o estado a partir da década de 1990 (ver Tabela 5).

Assim, com a iniciativa de fomento da cultura do arroz em 1978 pelo *Anteprojeto de recuperação das várzeas*, a produção deu um salto, tendo um acréscimo de 13 mil toneladas. Do mesmo modo, com a amplificação das intervenções e subsídios a partir de 1980 e 1981, pelo *PROVALES e PROVÁRZEAS* respectivamente, chega-se em 1989 a produzir mais de um terço da quantidade produzida em 1974. O que contrasta com o período de extinção dos incentivos realizados na década de 1990, de modo que em 1998 a produção de arroz no Espírito Santo tem severa redução e chega a apenas 23 mil toneladas, ou seja, uma drástica queda de cerca de 80 mil toneladas em menos de 10 anos de extinção dos subsídios estatais.

**Tabela 5 - Quantidade produzida de arroz em toneladas no estado do Espírito Santo**

Unidade da Federação	Ano X Produção em toneladas								
	1974	1978	1985	1989	1990	1995	1998	2003	2019
Espírito Santo	69000	82800	97970	107030	93352	60894	23986	7893	353

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Atualmente apenas é produzido arroz neste estado para subsistência (INCAPER, 2016), o que demonstra a dependência dos subsídios e financiamentos estatais para a manutenção fictícia da lucratividade dos produtores e a realização de tal processo de modernização da agricultura capixaba.

Nesse sentido, ancorados no argumento de Boechat (2013) e Fábio Pitta (2016), pode-se afirmar que a quebra do setor de arroseiro no estado, ao serem retirados os subsídios estatais, revela-nos uma reprodução crítica do capital que eles personificavam. De modo que tal reprodução só ocorre se passar pelo fundo público. Com isso, pode-se apontar um capital fictício que dos anos 1960 a 1980 tinha uma forma estatal no Brasil (BOECHAT, 2013; PITTA, 2016).

Por fim, percebe-se que embora o objetivo desses planos tenha sido o de estender a área agrícola do estado, tentado a partir da produção de arroz, apenas a ampliação das áreas de pastagens para a pecuária seria o resultado final das políticas na Suruaca. Sendo assim, o que sobrou na Suruaca foi uma grande plantação de “boi” como aponta o relato de José Renato,

---

olericultura, café e fruticultura. Assim, com o fim do programa houve uma redução drástica no plantio de arroz, que atualmente não chega a mil hectares, sendo conduzido praticamente para subsistência (INCAPER, 2016, p. 60).

em terras condenadas pelas obras de “racionalização”, isto é obras drenagem e sistematização dos solos das várzeas e das diversificadas lagoas, lagunas e áreas úmidas, que contaminaram imensas áreas e transformaram essas áreas em algo semelhante a um deserto infértil, decretando à força a supressão e eliminação da possibilidade de reprodução de um série de populações.

#### **4.5 “Natureza em ruínas?”: O significado socioambiental das ações na Suruaca**

Na sequência, como item final, buscamos apontar alguns dos impactos da modernização no assim chamado “Vale da Suruaca”. Desse modo, no intuito de debater as principais transformações territoriais, resultadas da “manipulação” da paisagem, das populações por parte das ações estatais do DNOS, das iniciativas de planejamento estatal desdobradas pelos planos e programas de subsídio, incentivo e crédito que visavam possibilitar a produção agropecuária nas várzeas e “vales úmidos”, tratamos da problemática em torno da drenagem das várzeas e da importância ecológica das mesmas. Apontamos ainda o “caráter destrutivo” dessas iniciativas que desdobraram numa série de problemas sociais e uma “natureza em ruínas” .

As principais ações direcionadas para essas áreas foram o saneamento das várzeas e de corpos d’água que “impedissem” o avanço da produção agropecuária sobre essa porção. Segundo os tecnocratas do DNOS, como Ferreira (1984), durante esse período, o saneamento das várzeas consistia na sua drenagem de maneira a extinguir o alagamento periódico ou contínuo a que essas porções estariam sujeitas. Em sua maioria, conseqüentemente, esta deveria ser submetida à produção irrigada. Assim, dependeria de qual uso do solo e a cultura que nela seria implantada. Portanto, a drenagem e a irrigação estariam intrinsecamente ligadas nas várzeas. Desse modo, o argumento para o saneamento dessas áreas, em sua maioria, seria obtido através de quatro motivações principais especificamente: a expansão de áreas para a agricultura; o aproveitamento delas para a pecuária; a viabilização e expansão das áreas urbanas; e a erradicação de doenças endêmicas (FERREIRA, 1984).

No entanto, veremos que essas intervenções nas várzeas tidas como “racionais”, principalmente as de saneamento das mesmas, terão um intenso caráter destrutivo tanto do ponto de vista ecológico quanto socioeconômico.

Pitelli (1984), em uma interessante análise sobre o significado das várzeas e os impactos causados pela transformação delas em áreas de produção agropecuária, aponta que:

São grandes as ameaças que pairam as várzeas de todo o mundo, mas a maior delas constitui a necessidade do homem aumentar suas áreas cultivadas. Por possuírem solos relativamente férteis e com boa disponibilidade de água, as várzeas hoje são

muito procuradas para a ocupação agrícola, recebendo, inclusive, grandes incentivos econômicos dos governos (p. 22).

Para o autor, a várzea consiste em um dos ambientes mais facilmente afetados e ameaçados. Visto isso, certamente sua destruição traz grandes impactos com altos prejuízos socioecológicos de grande relevância, sobretudo para a comunidade biótica circundante (PITELLI, 1984) e também para as populações que habitam e fazem dessas áreas seu local de reprodução social (FERREIRA, 2020).

As várzeas são locais de alta riqueza biológica, especialmente pela ampla variedade de cadeias alimentares e pela alta produtividade. Essas características são resultado de uma autêntica relação entre o meio terrestre e o meio aquático, sobretudo em áreas de várzeas costeiras onde a água do mar, a água doce e o solo se inter-relacionam de forma complexa e heterogênea, como é o caso do “Vale da Suruaca”, fazendo com que se saltem aos olhos sua diversidade paisagística e sua riqueza ecológica em relação a outros locais (PITELLI, 1984). Por conseguinte, esses locais representam grande importância ecológica, por se tratar de formações ecológicas diversificadas e de transição, funcionando como refúgio às espécies das biocenoses de outras áreas, quando estas apresentam seus ambientes com condições alteradas ou mesmo destruídos.

As várzeas são áreas com condições bastante heterogêneas, sendo repletas de áreas úmidas, secas, inundadas, de acúmulos de areais, lagoas de distintas formas e extensão, conformando um complexo quadro paisagístico e de habitats (*Idem*). Elas constituem-se como parte fundamental dos ciclos de vida e de reprodução dos peixes que habitam os rios. São berços naturais por onde ocorre a reposição do “estoque” pesqueiros dos rios (*Idem*), assim, quando essas áreas são destruídas pelo saneamento, promovem uma diminuição do “estoque” pesqueiro na qual as populações de pescadores e ribeirinhos dependem para sua subsistência, causando um intenso impacto sobre as condições de reprodução dessas pessoas.

As várzeas também são importantes áreas de refúgio de espécies migratórias, principalmente de aves, que se utilizam das várzeas úmidas e dos brejos como refúgio. À vista disso, sua conservação é essencial por ser um local de manutenção de inúmeras espécies de aves aquáticas, entendendo assim sua importância para a riqueza genética dessas espécies, já que elas têm naturalmente diversas cepas de vírus.

Como aponta Rob Wallace (2020), em seu livro “Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência”, os bandos de aves migratórias possuem alta diversidade genética, em geral dispõem apenas de vírus de baixa patogenicidade para os seres humanos. No entanto, ao passo que a produção agropecuária avança sobre as áreas úmidas, incluindo-se

aí as várzeas, lagoas e brejos etc., drenadas e transformadas para o provimento e reprodução da agropecuária, esses bandos de aves perdem, efetivamente, as suas áreas de pousio. Essa situação aumenta a zona de interação entre aves de criação e aves migratórias selvagens. Quando os vírus das aves selvagens infectam um celeiro de aves de criação, encontram o caminho livre para ampliar a sua virulência e patogenicidade. Nesse sentido, a eliminação e/ou avanço sobre as áreas úmidas pela agropecuária seria uma das facetas que criam um circuito global de produção de doenças (WALLACE, 2020).

Portanto, diferente do propagado pelas teses higienistas de que as áreas úmidas são locais de ampliação de doenças infecciosas, assumido como discurso de saneamento das várzeas contido nas ações e planos aqui estudados (DNOS, Anteprojeto de Recuperação dos Vales Úmidos, 1978, PROVALES, 1980, PROVÁRZEAS, 1981), as várzeas e áreas úmidas na verdade têm um importante papel como barreiras ecológicas de proteção ao espalhamento de vírus com potencial pandêmico para os seres humanos. Com isso, a proteção delas e a conservação das práticas tradicionais realizadas pelas populações que ali vivem, no geral, diminuem as possibilidades de propagação de doenças, principalmente daquelas que os seres humanos não tiveram contato ou que ainda não evoluíram para contaminá-los.

Ao contrário do que foi feito na Suruaca, em que o discurso do avanço da agropecuária a partir das iniciativas de planejamento da várzea teria conjuntamente o uso do combate às doenças como uma das prerrogativas para destruição e saneamento daquelas zonas úmidas.

Assim, podemos observar as várzeas e as zonas úmidas como ambientes singulares. Sua conservação permite a existência de inúmeros animais e vegetais, na qual a sobrevivência está dependente de determinadas conjunturas. Elas têm importante papel na regularização da vazão dos rios e no controle hídrico de porções inteiras, desempenhando uma função de “esponja” por reter o excesso de águas no momento das enchentes e, progressivamente, repor nos períodos secos. O saneamento dessas áreas de pântanos e a ocupação ampliada das áreas de várzeas têm um grande papel na desorganização das redes de drenagem pluviais naturais, desencadeando uma série de grandes inundações (PITELLI, 1984).

Na Suruaca não seria diferente, como citado anteriormente (subitem 4.1.2), houve uma grande inundação do rio Doce após a realização das obras, que foram iniciadas e realizadas a partir de 1966 pelo DNOS, no ano de 1979, que causou a destruição de imensas áreas e grandes porções dos municípios ribeirinhos. Uma grande faixa costeira de Linhares ficou debaixo d'água por muitos dias, parte considerável da Suruaca, causando inúmeros prejuízos também aos pequenos produtores locais.

Atualmente, essa porção se configura em uma das maiores áreas de pecuária do estado, com uma alta concentração de terras. Houve, desse modo, um movimento em direção ao esfacelamento da agricultura em direção a pecuária foi deixado como legado da territorialização das ações estatais e do capital sobre essas áreas.

Por conseguinte, podemos indicar uma intensa relação entre as intervenções na Suruaca com a grande inundação de 1979. Essas ações tinham como argumento de sua “racionalidade” a realização de obras para combater as inundações nessas áreas, em que na verdade teria como resultado uma intensificação desses processos em proporções nunca antes vistas na Suruaca.

Como fruto desses processos ocorreriam uma série de problemas sociais e ecológicos decorrentes da implantação da territorialização dessas ações. Mas é importante dizer que não seria fruto de uma “incapacidade” ou “irracionalidade” da execução das ações, como aponta o relato de um ex-funcionário que trabalhou diretamente nas obras do órgão na Suruaca:

O projeto de drenar a região foi um sucesso por parte do Dnos. O que tinha de objetivo com as obras foi alcançado. Foram alcançados! Não que fosse algo bom. [...] Alí, o vale da Suruaca, era uma versão reduzida do pantanal mato-grossense. Infelizmente eu sinto muito por ter participado em acabar com aquele santuário. Embora fosse funcionário, não tinha muito o que discutir.[...]

Eu tenho a percepção que o projeto era pra isso mesmo. O objetivo era pra isso. Era pra plantar arroz, feijão, milho seria uma maravilha né? Mas passando lá só vemos gado...

Pelo fato de que a linha de pensamento do DNOS era, infelizmente, era drenar as regiões para plantar boi, boi, principalmente boi! Né?! Ai drenava, para por boi, um pouco de arroz, feijão. Ai drenava e colocava boi. ( Trecho da entrevista de José Renato, ex-funcionário do DNOS, concedida ao autor em março de 2021).

As alterações ambientais que as intervenções nas áreas úmidas foram uma das mais evidentes problemáticas, principalmente por conta da drenagem das lagoas, brejos e várzeas que alteravam todo o ecossistema, causando um rebaixamento do lençol freático, além dos próprios impactos causados pela irrigação e pela grande movimentação e modificação dos solos pelas máquinas que sistematizaram os solos, deixando como resultado uma *natureza em ruínas* (KURZ, 2001):

Um dos mais belos ecossistemas de todo o litoral brasileiro, que apresenta hoje um panorama completamente diferente, com a drenagem da planície iniciada pelo lado de São Mateus em 1866, com a abertura de um canal ligando o Rio Mariricu ao mar, surgindo a Barra Nova. Pelo lado de Linhares, o processo iniciou-se em época bem mais recente, em meados deste século [1960], exatamente na região limítrofe. Num primeiro momento, desviou-se o curso do rio Ipiranga, fazendo-o desaguar no oceano, no lugar da barra sazonal, surgindo uma barra perene; depois, destruiu-se parte do paredão de arenito, perenizando-se o canal que, nas cheias, unia o Rio Barra Seca e lagoa ao mar.

É a lenta agonia do Rio Mariricu, seu maior afluente da margem direita, pela crescente salinização em decorrência da abertura das duas barras artificiais, Barra Nova e Barra do Ipiranga, drenagem da Lagoa Suruaca e interrupção do fluxo das águas para o Norte, que considero o maior desastre ecológico da história recente do Espírito Santo. Desastre que não está tendo a merecida atenção e nem vem sendo tratado com a devida seriedade pelas autoridades ambientais, quer estaduais, quer

municipais (Entrevista de Arnaldo Bastos, concedida ao Jornal Tribuna do Cricaré em 2001).

Como podemos observar na Figura 4, houve um intenso processo de transformação da paisagem a partir das ações de drenagem e sistematização dos solos para a produção agropecuária na Suruaca. Na imagem de 1955 vemos o complexo lagunar da Lagoa Suruaca com um imenso espelho d'água resplandecente, que já na imagem de 1969 estaria em grande medida ofuscado por conta das ações executadas pelo DNOS de drenagem dos corpos d'água e brejos iniciados em meados da década de 1960. Em 2021, esta área, como se pode verificar na imagem, estaria fortemente desertificada.

**Figura 4 - Dinâmica espaço-temporal da transformação da paisagem na Suruaca (ES), com foco nas proximidades da Lagoa Suruaca em imagens de 1955, 1969 e 2021**



Fonte: Elaborado pelo autor

Com isso, a Lagoa Suruaca seria totalmente drenada, chegando atualmente a quase ser extinguida como aponta o relato de José Renato:

A lagoa suruaca estava a 5 km do mar e a 5 km do rio Ipiranga, então ele tinha uma ligação com a lagoa suruaca. Em 1978, sei lá.... eles abriram um canal entre a lagoa suruaca e o Rio Ipiranga, que tornou o vertedouro da lagoa suruaca. Com esse vertedouro a água do mar passou a entrar na lagoa... quando o mar baixava a lagoa baixava (Trecho da entrevista de José Renato, ex-funcionário do DNOS, concedida ao autor em março de 2021).

Nesse sentido, verificamos a ocorrência, por conta desta tentativa de transformação das áreas alagadas em terras de alta produtividade de produção de mercadorias agrícolas, de um processo grave de desertificação devido ao espalhamento de enxofre no processo de drenagem na Lagoa Suruaca (Figura 5) resultado do processo “racional” promovido pelas ações planejadas:

Uma obra de drenagem feita pelo extinto DNOS (Departamento de Obras e Saneamento), em 1968, criou um deserto químico no norte do Espírito Santo. A área atingida é de 32.870 hectares, equivalente a 18 arquipélagos de Fernando de Noronha [...] o solo da região é rico em enxofre, que foi oxidado com a exposição causada pela drenagem, transformando-se em ácido sulfúrico. [...] as plantas não sobrevivem no local porque não há condição química para o seu desenvolvimento (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001).

No que tange aos problemas sociais decorrentes desses processos gerados pela drenagem das lagoas e alagados que reconfiguraram o pantanal do Suruaca, realizadas durante a ditadura militar, estão relacionados principalmente a inviabilização e transformação dos meios de reprodução social das populações locais, levando a ocorrência de processos expropriatórios e de espoliação dos elementos necessários aos meios de produção e subsistência para as populações como das terras, águas, animais para a caça e pesca, madeiras e etc., causando a necessidade de que houvesse uma *mobilização ao trabalho* (GAUDEMAR, 1977) por parte das populações locais. Como demonstra o relato do pescador Adeluar da Silva, que conta que a vida no Suruaca era muito farta, com a comunidade realizando atividades na pesca e também na lavoura, inclusive de arroz. Contudo, ele diz:

Hoje em dia modificou tudo, porque faltou a água e eu acho que a água é que dá mais vida, né?!.

Era uns 3,5 km só de lagoa e largura era um 1 km de largura. Acabou tudo. Hoje em dia quem quiser sobreviver tem que arranjar um emprego, tá muito difícil (Trecho da entrevista de Adeluar Martins da Silva retirada de VILLAGRAN et al., 2018).

**Figura 5 - Imagem de uma das áreas desertificadas pelas ações de saneamento das várzeas na Suruaca/ES**



Fonte: Lani (1998)

E nesse ínterim ainda teríamos a partir da chegada da Petrobras no Espírito Santo em 1957, com a realização das primeiras ações de levantamento de áreas de possível exploração de petróleo continental *-onshore-* com a chegada da primeira equipe gravimétrica ao estado.

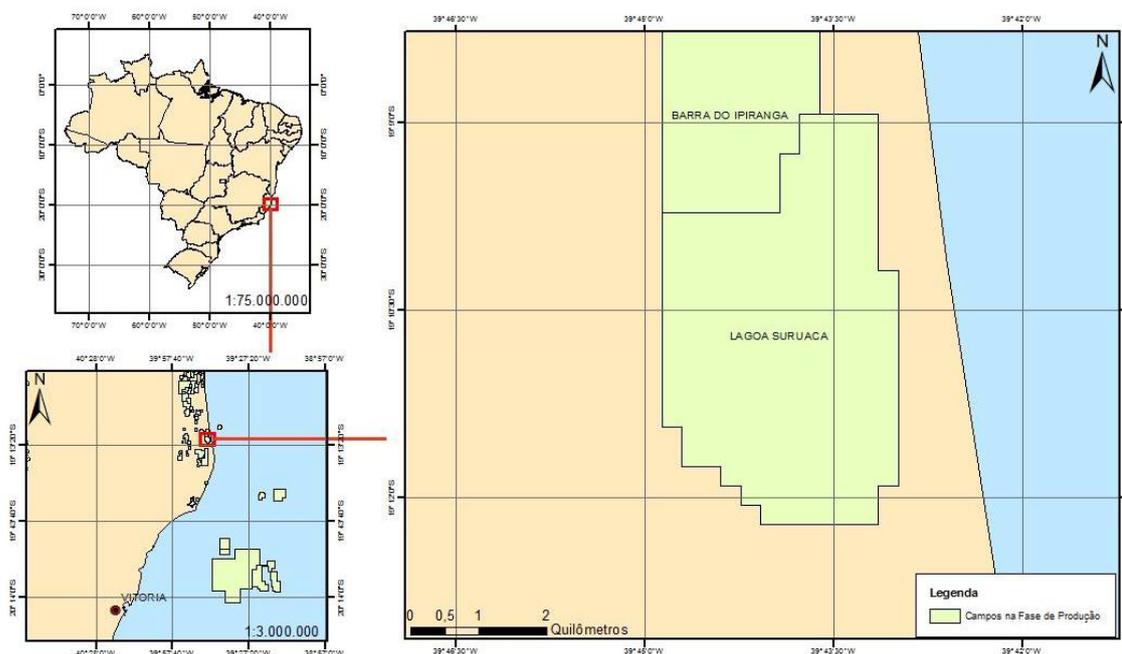
Que encontraria em 1969 o primeiro campo que apresenta produção comercial, na Suruaca na porção do município de São Mateus. “E depois veio a Petrobras, que começou a fazer as estradas, pra colocar os cavalos de aço para puxar o óleo. E agora aquela região é uma área que você vê ta tudo feio... tudo pasto... plantação mesmo não acho que tenha” (Trecho da entrevista de José Renato, ex-funcionário do DNOS, concedida ao autor em março de 2021).

De forma que,

A drenagem da planície por meio das valas e canais construídos pelo DNOS, somadas à implosão do arenito que abriu a Lagoa da Suruaca ao mar, alterou profundamente a dinâmica das águas, prejudicando a obtenção do alimento por meio da pesca e caça que eram praticadas nos brejos e lagoas. Posteriormente, a entrada dos fazendeiros de gado, arroz e seus latifúndios implantou a lógica da propriedade privada sobre este espaço de uso comum, por meio da instalação de cercas e da proibição das práticas tradicionais. Conjugada às fazendas pecuaristas, a exploração do petróleo e gás, que atravessa todo o Território Tradicional da Planície Costeira do Rio Doce com seus poços, dutos, terminais, unidades de processamento e tratamento, inviabiliza o uso de numerosas porções do território e polui outras, por meio de vazamentos e explosões (FERREIRA, 2020, p. 156).

Nesse sentido, veremos que essas ações produziram parte da destruição das possibilidades de reprodução social e de vida em seus territórios. Resultado da drenagem e saneamento da Suruaca através da construção dos canais pelo DNOS nos anos de 1960 a 1990, pela exploração do petróleo e gás (Figura 6), seguidos pelas iniciativas de planejamento das várzeas que promoveriam o estabelecimento dos grandes latifúndios pela pecuária nas antigas áreas de lagoas, brejos e várzeas de uso comum que permitiam a pesca, a caça e a agricultura.

**Figura 6 - Mapa de Localização do campos de exploração de petróleo na Suruaca, com detalhe para a porção da Lagoa Suruaca**



Fonte: ANP (2016)

Assim, o avanço sobre essas áreas pela relação-capital promoveu a extinção de uma imensa lista de vegetais e animais, perda de seus papéis ecológicos, produção e disseminação de doenças infecciosas, intensificação e produção de grandes inundações, perda da fertilidade dos solos, assoreamento, poluição das águas. De modo que pessoas e “natureza” não foram barreiras para a imposição dessa relação social de produção e seu “caráter destrutivo”. Seriam promovidas por uma intensa transformação das condições socioambientais das áreas úmidas, produzindo e deixando como legado uma “natureza em ruínas” (KURZ, 2001). Como se pôde ver na Suruaca, através das inúmeras transformações do quadro paisagístico e das relações sociais nesta área.

Esse “caráter destrutivo”, como afirma Kurz (2001), é promovido pelo entrelaçamento entre ciência, economia e Estado na modernidade, onde essas teriam um surgimento em comum no início da era moderna durante a revolução militar das armas de fogo:

A estrita separação entre sujeito e objeto, fenômeno especificamente moderno, é fruto dessa história: tal como o sujeito masculino da revolução militar definiu o mundo literalmente como "bucha de canhão", como puro objeto de aniquilação, assim o aparelho estatal e a racionalidade econômica definiram o indivíduo como objeto de gestão, como objeto da ciência empresarial. [...] a natureza pareceu um objeto estranho e hostil. Objetividade converteu-se em objetivação, conhecimento em violação. A visão de mundo comum, subjacente às diversas formas de objetivação, é uma visão mecanicista. Isso porque somente objetos mecânicos se deixam objetivar e manipular inteiramente. Tal como o Estado moderno reduz o indivíduo vivo a uma abstração jurídica, tal como a lógica da economia exige que a sociedade seja reduzida à matéria morta do dinheiro, assim também a ciência reduz os processos naturais a um nexos mecânico (KURZ, p. 2, 2001).

Nesse sentido,

O resultado é uma violência natural de segunda ordem que se tornou ainda mais incalculável que a violência natural de primeira ordem, a que já se estava familiarizado. É uma calamitosa aliança dominante de economistas, cientistas, técnicos e políticos que administra o processo de desenvolvimento científico-tecnológico na forma do sistema social moderno e que, não só com ignorância, mas também sem levar em conta os danos, defende contra toda a crítica a dinâmica autônoma nele implícita e a perpetua no tempo. De outro lado, a crítica da ciência por parte de marginalizados e dissidentes está duplamente condenada ao fracasso, pois não consegue pôr em xeque nem a forma social nem a estrutura do conhecimento científico, circunscrevendo o problema quase sempre à conduta moral dos cientistas, isto é, à questão ética da "responsabilidade" (Idem, p. 1).

Portanto,

Na práxis social, o reducionismo econômico, político e científico casou-se a uma estrutura totalitária em que pessoa e mundo são definidos como objetos hostis de manipulação. A economia industrial só pôde fazer uso tão rigoroso da ciência porque a racionalidade científica procede da mesma raiz e obedece desde o berço a um imperativo mecanicista análogo (Idem, p. 2-3).

De modo que,

A força destrutiva desses complexos entrelaçados e sua dinâmica alucinada há muito ultrapassaram a linha vermelha atrás da qual iniciam as "catástrofes naturais" causadas pela economia e ciência (Idem, p. 3).

Nesse contexto, a partir de meados do século XX, ocorreu o processo de transformação desses territórios alagados em *locus* da reprodução do capital, através de uma força destrutiva que impôs essas relações sociais de produção, por meio da exploração das riquezas naturais e da mobilização do trabalho. Na transformação das florestas em carvão vegetal para as siderurgias e na drenagem e sistematização da planície da Suruaca por uma imensa rede de canais, para sua transformação em áreas de terras a serem disponibilizadas para o plantio de arroz e principalmente para a pecuária, ao mesmo tempo que se tornou também, por ser uma área com grandes reservas de hidrocarbonetos, uma local de exploração do petróleo e gás. Isso tudo possibilitou a destruição de grande parte da vida que havia nesses territórios levando a supressão das populações locais, que de produtores de seus meios de subsistência nas áreas de várzeas e brejos através do plantio, caça, pesca e etc., com a supressão de seus territórios e manipulação das águas e terras, foram transformados em força de trabalho sempre disponíveis para serem mobilizadas pelo capital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos sintetizar os “sentidos da modernização” na Suruaca/ES, na tentativa de tecer algumas conclusões sobre os significados da ida do planejamento para as várzeas, a fim de indicar as principais transformações e impactos que essas intervenções estatais promoveram nos territórios compreendidos na Suruaca.

Para isso, retomaremos, inicialmente, os apontamentos elencados acerca da formação regional da Suruaca e das relações regionais entre o poder local e as populações que ali se territorializaram entre o fim do período imperial e a década de 1950.

O coronel foi uma personificação que tinha o seu poder centrado no comando da violência e nas relações de compadrio, assegurando o controle de terras e mobilizando ao trabalho os trabalhadores livres. Por meio da concessão de um título da Guarda Nacional ou por uma vitória nas eleições municipais e/ou estaduais, o coronel personificava o Estado e a polícia e, muitas vezes, o próprio capital comercial, pois era proprietário das terras e se tornava o responsável pela cessão de terras a agregados. Se não bastasse, também se constituía como o compadre dos agregados que viviam nas fazendas. Desta forma, o coronel detinha o controle territorial de determinada região, contendo o poder de exercer violência extraeconômica para territorializar as particulares relações de produção necessárias para reprodução da acumulação de capital regional nas condições de expropriação (LEITE, 2014).

Constatamos o aparecimento de um *poder local* na Suruaca em meados dos oitocentos, interessados na realização da drenagem nas áreas úmidas da Suruaca para que se avançasse a fronteira da relação-capital sobre essa área. Primeiro, almejando a constituição de um novo porto para fazer alternativa ao já assoreado Porto de São Mateus; segundo, a partir do saneamento das várzeas alagadas e brejosas visando expandir a produção de mercadorias na Suruaca.

No entanto, essas iniciativas requeridas pelos coronéis se mostraram inviáveis de serem realizadas pelo poder local naquele momento, sendo desdobradas somente a partir da década de 1960 por um Estado centralizado e autonomizado das oligarquias regionais.

Vimos que durante o período do fim do escravismo e a década de 1950, essas áreas a norte se constituíram como terras abertas passíveis de ocupação, e por isso eram consideradas como “terra à rola” (FERREIRA, 2009). Terras de uso comum entre os quilombolas, indígenas e ribeirinhos e que, portanto, continham outra lógica de ocupação (TEIXEIRA, 2010).

Neste momento, a territorialização dos quilombolas e indígenas e suas apropriações por meio de posseamento de terras devolutas foram favorecidas pelo desinteresse existente por parte da província nestas terras.

As relações regionais entre quilombolas, indígenas e posseiros da Suruaca com os membros da oligarquia regional de São Mateus aparecem desde a tentativa de avanço para essas áreas por parte do Comendador Reginaldo Cunha, irmão do Barão de Aimorés, que na década de 1860 teria recebido para si essas áreas de brejo como “sesmaria”.

Vimos que os chamados de camponeses quilombolas e camponeses “litorâneos” (FERREIRA, 2009; TEIXEIRA 2010) que viviam nessas áreas, não eram “isolados” geograficamente como parte do debate sobre as comunidades do norte do estado indicam. Eles usavam e se apropriavam as áreas do “pantanal capixaba” e da beira-mar, com sua produção de farinha de mandioca, gado e arroz voltada para a subsistência e para a venda de parte nos mercados das proximidades. Por conta disso, mesmo que ainda não existisse um mercado de terra, trabalho e capital constituídos, esses camponeses quilombolas e camponeses “litorâneos” também mantinham uma intrínseca relação com o poder local personificado pelos comerciantes e fazendeiros, tendo seus produtos e trabalhos a estes sujeitos.

Assim existiria uma tentativa de controle das relações regionais pela limitação por parte do poder local e “fechamento” da “região”(OLIVEIRA, 2008), para o uso dessas áreas, mesmo que nem houvessem cercas que limitassem o uso dos componentes territoriais das áreas pelas populações.

Portanto, podemos observar também na particularidade da Suruaca um movimento inicial em direção a tentativa da *autonomização* das categorias do capital (MARX, 2017) por parte das relações sociais de produção com aparência de não-capitalistas já no século XIX. O que, contudo, só seria realizado a partir das ações estatais iniciadas pelo Estado Brasileiro no fim da década de 1960, por via das obras de saneamento do DNOS e do planejamento regional das décadas subsequentes, quando este planejamento foi para as várzeas, propiciando a difusão nesta particularidade das categorias elementares da relação-capital, trabalho, dinheiro e mercadoria. Este processo estaria inserido dentro de um processo de *modernização retardatária* (KURZ, 1999) que, na realidade brasileira, seria desdobrado entre as décadas de 1930 e 1970 (LEITE, 2015).

Isso seria realizado num processo temporalmente e espacialmente determinado pelo planejamento regional conformado pela institucionalização das ações estatais (KLUCK, 2017) nas distintas porções do território brasileiro que, no caso do Espírito Santo, teriam papel indispensável para a modificação de ordem qualitativa das ações estatais.

O aspecto seguinte de nossas considerações é o período onde a reprodução do capital nessa área se constitui na sua forma ampliada através das ações estatais, principalmente pelo planejamento e pelas intervenções nas várzeas, fomentando uma série de transformações de inúmeras ordens: drenagem e sistematização de solos, cessão de títulos de propriedade, incentivos e subsídios à produção de alimentos e matérias-primas agroindustriais, modernização da agricultura, construção de estradas, monetarização, urbanização, entre outras.

Observamos ao longo desta pesquisa que a porção norte do estado do Espírito Santo se tornou, a partir da década de 1960, o *locus* prioritário das intervenções estatais para o avanço da fronteira econômica a partir do planejamento regional. Por conseguinte, a territorialização das ações estatais à norte do rio Doce neste Estado, durante esse momento, moveram uma série de mudanças nos contextos territoriais das áreas, de modo que foram impactadas com as ações de “desenvolvimento” via planejamento regional, este último constituído por intermédio das bases constituídas por Jones dos Santos Neves durante o período das décadas de 1940 e 1950.

De tal maneira, Santos Neves seria a personificação que redirecionou o sentido da política do Estado, colocando a industrialização como alternativa à cafeicultura para transformação das bases socioeconômicas do Espírito Santo.

Consequentemente, iniciou por dentro do Estado, por vias burocráticas, a modernização do Espírito Santo, tendo papel central na constituição das bases do planejamento estatal, que só seria realmente efetiva num processo retardatário de industrialização nas décadas de 1960 e 1970, na forma dos chamados “grandes projetos de impacto” e da diversificação da economia do estado.

Por conseguinte, como vimos, o “Vale da Suruaca” seria um recorte espacial particular criado e escolhido no período de modernização do Espírito Santo, para que fosse avançada a fronteira agrícola no norte do estado para expansão da produção de alimentos e de matérias-primas para a agroindústria, sendo o foco prioritário das intervenções estatais para a modernização da agricultura e da instalação dos denominados “grandes projetos” e projetos de “diversificação” da agricultura, o que se deu a partir de obras de infraestrutura via Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), na década de 1960, e principalmente pelos programas de fomento, subsídio e incentivo financeiro das décadas de 1970-80.

Apontamos que a Suruaca foi, até o momento de territorialização das ações estatais, uma área com uma imensidão de corpos d’água, sendo uma das últimas áreas do sudeste a ser

colonizada. Foi, assim, uma das fronteiras da territorialização do capital dessa porção do país ainda em meados do século XX. Posteriormente, sofreu um acelerado processo de transformações tanto de cunho paisagístico, territorial e social através da atuação do DNOS e do planejamento das várzeas. Tais transformações que envolveram principalmente a manipulação e destruição das suas características enquanto área úmida, especialmente na drenagem das suas lagoas, pântanos e brejos, e na criação de canais e diques que alteraram os fluxos d'água da bacia hidrográfica.

A “criação da região” do planejamento (OLIVEIRA, 2008) foi desdobrada, na particularidade da Suruaca a partir da década de 1960, principalmente com a construção das rodovias pelas ações estatais. Assim, existiria um antes e um depois da construção da Rodovia Othovarino Duarte, que estaria fortemente ligada à produção de arroz e a exploração do petróleo e gás na área, marcando o início das principais transformações locais. Essas seriam derivadas das ações nas várzeas e brejos, que permitiriam uma livre mobilidade dos trabalhadores e capitais, bem como da venda de terras rurais para os latifundiários da rizicultura, da pecuária e, posteriormente, também para o loteamento para a transformação em solo urbano.

Examinamos que as intervenções do DNOS e as iniciativas de planejamento para as várzeas contribuíram para que ocorresse uma legitimação da expansão da fronteira agrícola sob a “região” (OLIVEIRA, 2008) da Suruaca. Assim, ela se converteu em local e objeto de manipulação pelo DNOS no tardar da década de 1960 e dos planos de ações nas várzeas na década seguinte, a partir do momento em que o órgão passou a construir e instalar canais de drenagem de brejos, lagoas, lagunas e pântanos para tornar o solo possível de ser usado para a agropecuária, enquanto lugar de produção de mercadorias.

Portanto, o planejamento que foi para as várzeas também fez parte do processo de institucionalização do próprio Estado concatenada pela pesquisa, fomento e gestão para a transformação dessas áreas e do próprio processo produtivo da agropecuária. Ao mesmo tempo, foi parte do processo de constituição da abertura da “região” (OLIVEIRA, 2008), no desdobramento- na particularidade capixaba- de uma *autonomização* (MARX, 2017) do mercado de terras, da mobilidade de trabalhadores e de capitais exigidos pelo processo de modernização retardatária (KURZ, 1999) nacional.

Vimos ainda que haveria a necessidade da participação e mobilização de um *trabalho complexo* (MARX, 2017) nas obras de engenharia, na assistência técnica e extensão rural para promoção do processo de modernização da agricultura buscado pelo PROVÁRZEAS. Ao

mesmo tempo, embutido no plano, havia um amplo processo de financeirização da agropecuária a partir da cessão de crédito subsidiado aos produtores.

Tudo isso ocorreu a partir da parceria entre DNOS e dos projetos em nível estadual e federal, que buscavam, a partir de uma iniciativa de planejamento regional, aliada ao avanço da fronteira agrícola sobre locais não utilizados para a produção de mercadorias, possibilitar a utilização da irrigação mecanizada para que as culturas que fossem implementadas alcançassem um novo padrão de produtividade exigidos pelo processo da modernização retardatária brasileira. O que ocorreu através de estudos sobre as características do solo e a utilização de uma série de implementos químicos para uma alta produtividade do trabalho na terra, e por meio de um profundo controle da água.

As principais ações realizadas na área foram obras de drenagem e sistematização dos solos, incluindo as lagoas e demais corpos d'águas drenados, construção de canais de drenagem dentro e fora das “propriedades”, diques, estradas e pontes. Essas áreas de corpos d'água, que foram transmutadas em terras, também foram divididas e transformadas em propriedades voltadas para a produção agropecuária. Houve também inúmeros processos de modernização da agricultura realizados através da tríade crédito, assistência técnica e mecanização. É perceptível ainda a existência de subsídios e cessão de crédito para o financiamento da produção, dos equipamentos e insumos para implantação e mecanização das culturas, além da assistência técnica e extensão rural para os produtores implantarem um novo padrão de agropecuária, através de financiamento de capital alemão.

Assim, a partir de meados do século XX, observa-se um intenso processo de transformação desses territórios alagados e da beira-mar em *lócus* da reprodução do capital, o que ocorreu: por meio da exploração das riquezas naturais; pela transformação das florestas em carvão vegetal para as siderurgias; na drenagem e sistematização da planície da Suruaca por uma imensa rede de canais, para sua transformação em áreas de terras a serem disponibilizadas para o plantio de arroz; e, principalmente, para a pecuária, ao mesmo tempo que se tornará também, por ser um local com grandes reservas de hidrocarbonetos, uma área de exploração do petróleo e gás, o que levaria à destruição de grande parte da vida que havia nesses territórios.

Essas ações estatais, do DNOS, do *Anteprojeto de Recuperação dos Vales Suruaca e Riacho*, do PROVALES, do PROVÁRZEAS e a própria entrada da PETROBRÁS, através das iniciativas estatais territorializadas na Suruaca, transformaram a mesma durante as décadas de 1960 à 1990 na “várzea do planejamento”, tendo como foco evidente a produção

de alimentos, matérias-primas agroindustriais e a exploração de petróleo e gás, proporcionando intensas transformações nas categorias terra, trabalho e capital nessa área.

Vimos que o objetivo básico da drenagem das lagoas, brejos e pântanos foi o de aumentar a área agrícola do Estado, avançando a fronteira do capital sobre essas áreas de várzea a norte do rio Doce. Como resultado dessas iniciativas estatais na Suruaca, seria produzido o arroz sob novas bases técnicas-científicas e, majoritariamente, a pecuária como real prioridade, havendo uma marcante ampliação das áreas de pastagem para a pecuária bovina no período.

Assim, observamos que a pecuária, de certo modo, cumpriu um “sentido da colonização”, nos termos de Caio Prado Jr. (1965) nessa área, sendo a principal mercadoria responsável pela territorialização do capital nesta particularidade.

Neste contexto, vimos que o poder local foi principal beneficiário das obras do DNOS, pois o saneamento das áreas “improdutivas” e “insalubres” acabou sendo o discurso adotado, possibilitando a utilização dos serviços do órgão em suas propriedades para fins de valorização fundiária.

A definição da área como passível das intervenções ocorria em função da eventual presença de níveis elevados de água no solo, o que impossibilitava o seu uso e apropriação pela agropecuária, seja por conta de serem consideradas como de presença doenças que encontrariam nessas áreas um ambiente “favorável” para reprodução de seus vetores, como por exemplo tifo, febre amarela e malária, ou ainda pela necessidade de áreas para a expansão da fronteira agrícola, sendo que a Suruaca seria uma das únicas que possibilitariam isso no Estado.

Ao mesmo tempo, ao desviarmos a concepção de Odette Seabra (1987) sobre a apropriação de terras a partir da manipulação de águas<sup>98</sup>, veremos que a transformação de áreas alagadas de uso comum, como lagoas, brejos e várzeas, em terras passíveis de serem empregadas na produção de mercadorias agropecuárias e em lotes para a urbanização teve, como pano de fundo a utilização da manipulação das águas para a apropriação e “valorização” de terras como um dos seus principais “sentidos da modernização”.

---

<sup>98</sup> Odette Seabra (1987), em sua tese, “Os meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros - Valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo”, demonstra como a água além de ser apropriada também pode ser usada para a apropriação. O caso estudado pela autora na cidade de São Paulo revelou que a empresa canadense São Paulo Tramway, Light and Power Company, a Light, responsável pela geração de energia elétrica na urbanização brasileira das décadas de 1930 a 1950, conseguiu por decretos o direito de desapropriar moradores e posteriormente vender as áreas de toda a várzea dos rios Tietê e Pinheiros, a partir da manipulação de cursos de rios e da delimitação de áreas de enchentes. Tendo como justificativa a compensação de seus investimentos, para fins teoricamente “públicos”, ligados ao fornecimento de energia. Sendo assim, a empresa se utilizou da água como mecanismo para a apropriação e valorização de terras.

Nesse sentido, veremos que essas ações produziram parte da destruição das possibilidades de reprodução social e de vida em seus territórios, conjuntamente com espoliação e expropriação, como resultado da drenagem e saneamento da Suruaca através da construção dos canais pelo DNOS nos anos de 1960 à 1990, pela exploração do petróleo e gás, seguidos pelas iniciativas de planejamento das várzeas que promoveriam o estabelecimento dos grandes latifúndios pela pecuária nas antigas áreas de lagoas, brejos e várzeas de uso comum que permitiam a pesca, a caça e a agricultura.

Na Suruaca, através das inúmeras transformações do quadro paisagístico e das relações sociais nesta área, podemos constatar que o avanço sobre essas áreas pela relação-capital promoveu a extinção de uma imensa lista de vegetais e animais, perda de seus papéis ecológicos, produção e disseminação de doenças infecciosas, intensificação e produção de grandes inundações, perda da fertilidade dos solos, assoreamento, poluição das águas, dentre outros efeitos. De modo que as pessoas e a “natureza” não foram barreiras para a imposição dessa relação social de produção e de seu “caráter destrutivo”. Afinal, seriam promovidas por uma intensa transformação das condições socioambientais das várzeas e áreas úmidas, produzindo e deixando como legado uma “natureza em ruínas” (KURZ, 2001).

Ou seja, percebe-se que embora o objetivo desses planos tenha sido o de estender a área agropecuária do Estado, a partir da produção de arroz, apenas a ampliação das áreas de pastagens para a pecuária foi o resultado final das políticas na Suruaca. Com isso, o que sobrou na Suruaca foi uma grande plantação de “boi” em terras condenadas pelas obras de “racionalização”, propiciado por essas obras que contaminaram imensas áreas e transformaram essas áreas em algo semelhante a um deserto infértil, decretando à força a supressão e eliminação da possibilidade de reprodução de uma série de populações.

Sendo assim, a várzea do planejamento se constituiu num contexto de crise da reprodução social, a partir de um intenso e violento processo de imposição (KLUCK, 2017), e ao mesmo tempo é a territorialização das ações estatais em si a própria criadora de novas e intensas crises de diferentes escalas e esferas do ponto de vista da reprodução e acumulação de capital, mas também da reprodução das populações e dos problemas ecológicos resultantes da capacidade destrutiva do *sistema produtor de mercadorias* por meio da conjugação entre ciência, Estado e capital.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Atlas do Império do Brazil**. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.
- BASTOS, Arnaldo. São Mateus tem a força da lei: Entrevista. [13 de Janeiro, 2001]. São Mateus: Jornal Tribuna do Cricaré, 2001. Entrevista concedida ao Jornal Tribuna do Cricaré.
- BOECHAT, Cássio Arruda. **Região do colonato: mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857-1964) do Oeste Paulista**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- \_\_\_\_\_. **O colono que virou suco: terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista**. 2013. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia Humana) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- \_\_\_\_\_; GIAVAROTTI, Daniel Manzione. Os sentidos da urbanização: produção do espaço de bairros de trabalhadores em cidades do estado de São Paulo. **Revista Espaço Aberto**, UFRJ, Rio de Janeiro, vol. 5., n.1, 2015.
- \_\_\_\_\_; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. "Pioneiros" do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, 2019.
- BRASIL, Presidência da República (1974). II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Brasília, 1974.
- BRASIL. Ministério da Agricultura/Provárzeas Nacional. Programa para aproveitamento racional de várzeas irrigáveis do Estado do Espírito Santo – Informes Adicionais. Brasília, 1981.
- BROSE, Markus. **TVA e instituições de desenvolvimento regional: contribuições para a história das ideias**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015.
- CALICCHIO, Vera Lúcia & ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Cronologia 1930/1945. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1976.
- CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória**. Vitória: Ed. Floricultura, 2002.
- CARNEIRO, Paulo Roberto Ferreira. **Dos pântanos à escassez: uso da água e conflito na Baixada dos Goytacazes**. Annablume, 2004.
- CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. Unesp, 2002.

- CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade** (Visions of Freedom). São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHESNAIS, François. **Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump**. Brill, 2016.
- CÔGO, Anna Lúcia. **História agrária do Espírito Santo no século XIX: a região de São Mateus**. 2007. Tese de Doutorado (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo.
- DARÉ, Raquel. **A “Crise” do Café e a Ideologia Desenvolvimentista no Espírito Santo**. Vitória, 2010, 203f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- DA SILVA, Edmilton. **As representações da violência na região do Contestado entre o Espírito Santo e Minas Gerais (1940-1962)**. 126f. 2019. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo.
- DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século,(1965-2012)**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2012.
- DE OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. **Varia Historia**, v. 34, p. 315-346, 2018.
- DE OLIVEIRA, Ueber José. Elites regionais e realinhamentos políticos no Espírito Santo (1930-1964). **Historiae**, v. 8, n. 1, p. 53-82, 2017.
- DE SOUSA, Antonio Carlos Rocha. A política de erradicação de cafezais em 1962: recepção e repercussão na imprensa e suas consequências para a economia capixaba. **Revista Sinais**, n. 17, 2015.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.
- DINIZ, Clélio Campolina. A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. **Texto para discussão**, v. 159, 2001.
- ENGENHARIA GALLIOLI LTDA. Várzea litorânea entre os rios Doce e São Mateus, região da Lagoa Suruaca (estado do Espírito Santo). Plano de saneamento – relatório. Rio de Janeiro: Engenharia Gallioli Ltda, 1966.
- ESPÍRITO SANTO. O Espírito Santo trabalha e confia: 1951-1955. [S.I.:s.n.], 1958.

ESPÍRITO SANTO. SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA - CEPA-ES; COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA. Programa de recuperação de vales úmidos no Estado do Espírito. Vitória, CEPA, 1980. 65p.

ESPÍRITO SANTO. PROVÁRZEAS ESPÍRITO SANTO: Ação conjunta EMATER-ES, PAES, SEJU E SEAG. 1985.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: Formação do patronato político brasileiro. v. 3, 2001.

FERREIRA, Nilson Spessato. Saneamento de Várzeas: Problemas e soluções. p. 3-14. In: Simpósio Nacional Sobre o Aproveitamento de Várzeas, 1º, Jaboticabal, 1984, **Anais**. Jaboticabal, FCAV, 1984. 311 p.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **“Donos do lugar”**: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte-ES. 513 p. 2009. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia) -Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, 2009.

\_\_\_\_\_. Planície Costeira do Rio Doce, seus Povos e Comunidades Tradicionais: modo de vida, identidade, territorialidade e resistência. In: TEIXEIRA, João Luiz da Cunha; TEIXEIRA, Marcos da Cunha Teixeira. C. **Uma paisagem, um ambiente, um lugar, um território cultural**: a Planície Costeira do Rio Doce na perspectiva da educação ambiental crítica. São Mateus: Marcos Teixeira, 2020.

FOLHA CAPIXABA. **Recuperação da área da lagoa Suruaca**. Edição 01043, 1956, s/p.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Drenagem cria deserto no Espírito Santo**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2906200128.htm>>. Acesso em 23 out. 2020.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. **São Paulo: Companhia das Letras**, v. 1959, 2000.

GAUDEMAR, Jean-Paul. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa, Estampa, 1977.

GOLDENSTEIN, Léa; SEABRA, Manoel. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 1, p. 21-47, 1982.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. Perspectiva, 2007.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista Do Espaço**. Annablume, 2005.

HEIDEMANN, Heinz Dieter; TOLEDO, Carlos de Almeida; BOECHAT, Cássio Arruda. O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história de formação e de sua crítica.

**Estudos avançados**, v. 28, n. 81, p. 55-67, 2014.

INCAPER. **Transformações da agricultura capixaba: 50 anos.** Espírito Santo: Cedagro/Incaper/Seag, 2016.

NARDOTO, Eliezer; LIMA, Herinea. **História de São Mateus.** EDAL, 2001.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Quando o planejamento vai para o Brejo:** a mobilidade do trabalho e o planejamento territorial na modernização do Velho Chico. 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

KURZ, Robert. A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 23, n. 1, p. 190-206, 1995.

\_\_\_\_\_. **O colapso da modernização.** 5ª. Ed. Tradução de Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. Natureza em ruínas. **Com todo vapor ao colapso**, 2001.

\_\_\_\_\_. **Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política.** Antígona, 2014.

\_\_\_\_\_. A ascensão do dinheiro aos céus: Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global. **Geografares**, n. 28, p. 55-115, 2019.

LANI, João Luiz. **Deltas do rio Doce e Itapemirim: solos, com ênfase nos tiomórficos, água e impacto ambiental do uso.** 1998. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1998.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. **A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador bóia-fria em suas condições regionais de mobilização do trabalho.** 2010. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. Acumulação de capital, mobilização regional do trabalho e coronelismo no Brasil. **Cuadernos de Geografía-Revista Colombiana de Geografía**, v. 23, n. 1, p. 75-92, 2014

\_\_\_\_\_. **O campesinato no Vale do Jequitinhonha:** da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LENCIONI, Sandra. Região e Geografia. A Noção de Região no Pensamento Geográfico. In: Ana Fani Alessandri Carlos. (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999, v. , p. 187-204.

\_\_\_\_\_. **Região e geografia**. 3ª.Ed. São Paulo: Edusp, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000), 2006.

LOPES, José Renato. Relato sobre as ações na Suruaca. [17 de Março, 2021]. Vitória. Entrevista Concedida a Gabriel Pedro Alves Lopes.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

\_\_\_\_\_. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2ª Ed., 2019.

MARX, Karl. **O capital: livro 1**, o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, v. 894, 2013.

\_\_\_\_\_. **O capital: livro III**, o processo global de produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 1.ed., 2017.

MENDES, José Deneval; CALIMAN, Orlando. Anteprojeto recuperação dos grandes vales Suruaca e Riacho. Vitória: CEPA, 1978. 34p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**. Annablume, 2005.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. A produção histórica dos 'vazios demográficos': guerras e chacinas na Vale do Rio Doce (1800-1830). **Dimensões**, n. 9, 1999.

\_\_\_\_\_. Vazios demográficos ou territórios indígenas?. **Dimensões**, n. 11, 2000.

MORRO DO MORENO. **Inauguração da Ponte de Linhares**. Disponível em:<<http://www.morrodomoreno.com.br/materias/inauguracao-da-ponte-de-linhares.html>>.

Acesso em 21 Jun. 2020.

MOTA, Fernando César de Macedo. **Integração e dinâmica regional: o caso capixaba (1960-2000)**. 2002. Tese de Doutorado (Doutorado em Economia), Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

NOGUEIRA, Carlo Eugênio. Expedições geográficas e formação territorial no Espírito Santo (c. 1943). **Terra Brasilis (Nova Série)**. **Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 13, 2020.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1986.

OLIVEIRA, Francisco de; MAZZUCHELLI, Frederico. Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil (1950-1976). in: **A Economia da Dependência Imperfeita**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, p. 76-113, 1977.

\_\_\_\_\_. A questão regional: a hegemonia inacabada. **Estudos avançados**, v. 7, p. 43-63, 1993.

\_\_\_\_\_. **Noiva da Revolução/Elegia para uma Re(li)gião**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PACHECO, Renato. **Jones dos Santos Neves: Breve esboço bibliográfico**. Vitória: Estação Capixaba, 2015.

PITELLI, Robinson Antonio. Ecologia de Várzeas. p. 15-24. In: Simpósio Nacional Sobre o Aproveitamento de Várzeas, 1º, Jaboticabal, 1984, **Anais**. Jaboticabal, FCAV, 1984. 311 p.

PITTA, Fábio Teixeira. **As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canvieira paulista: do Proálcool à crise de 2008**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Comunidades de pescadores tradicionais e os vetores do desenvolvimento na planície costeira do rio Doce (ES) entre 1980-2015. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**, v. 10, n. 1, p. 77-93, 2019.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, v. 16, 2000.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**. São Paulo: Edusp, 2002.

REBELLO, Wanderson dos Santos. **O papel dos canais do DNOS nas várzeas do Riacho (ES): estudo de caso sobre a constituição técnico-científica da configuração territorial capixaba**. 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Angela Maria. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo, 1955-1985**. Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. **A escravidão em São Mateus/ES: economia e demografia (1848-1888)**. Tese de Doutorado (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo. 2011.

SCARIM, Paulo César. A desconstrução da doutrina do desenvolvimento no Espírito Santo-Brasil. **Terra Livre**, v. 1, n. 34, 2015.

- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Os meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros - valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo**. 1987. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SOFFIATI, Arthur. DNOS: uma instituição mítica da República Brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 7, n. 2, p. 61-61, 2005.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de. **A modernização violenta: principais transformações na agropecuária capixaba**. 1990. 201f.
- SUGUIO, Kenitiro; MARTIN, Louis René; DOMINGUEZ, José Maria Landim. Evolução do delta do rio Doce (ES) durante o Quaternário: influência das flutuações do nível do mar. **IV Simpósio do Quaternário no Brasil, Atas (K. Suguio, MR M. Meis e MG)**, 1982.
- TEIXEIRA, Claudinea da Cunha. **A Reorganização da Beira-mar: os diferentes modos de uso e ocupação no norte do espírito santo. 2010. 189 f.** 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Federal do Espírito Santo.
- TEIXEIRA, João Luiz da Cunha; TEIXEIRA, Marcos da Cunha Teixeira. **C. Uma paisagem, um ambiente, um lugar, um território cultural: a Planície Costeira do Rio Doce na perspectiva da educação ambiental crítica**. São Mateus: Marcos Teixeira, 2020.
- TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira. **Biblioteca de ciências sociais**. Economia Biblioteca de ciências sociais (Zahar Editores), 1972.
- TOLEDO, Carlos de Almeida. A fronteira da territorialização do capital. In: Cruz, Rita de Cássia Ariza da; Carlos, Ana Fani. Alessandri. (Org.). **A necessidade da geografia**. 1ed. São Paulo: Editora Contexto, 2019, v. 6, p. 79-92.
- VILLAGRAN, Ximena Suarez; PESSENDA, Luiz Carlos Ruiz; VALADARES COSTA, Henrique; ATORRE, Tiago; ERLER, Igor da Silva; STRAUSS, André; BARIONI, Alberto; KLÖKLER, Daniela; TOGNOLI, Anderson; DUARTE, Carlos; BONFIM, Paulo Vinicius; MACARIO, Kita. Os primeiros povoadores do litoral norte do Espírito Santo: uma nova abordagem na arqueologia de sambaquis capixabas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 13, p. 573-596, 2018.
- WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. Tradução: Allan Rodrigo de Campos Silva. São Paulo: Editora Elefante & Igrá Kniga, 2020.
- ZORZAL E SILVA, Marta. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. 1986. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1986.